UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA

**Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a
economia colonial no centro da América do Sul
(primeira metade do século XVIII)**

São Paulo
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA

**Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a
economia colonial no centro da América do Sul
(primeira metade do século XVIII)**

Tese apresentada ao programa de
Pós Graduação em História
Econômica, do Departamento de
História, da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de doutor em
História Econômica.

**Orientador: Prof. Dr. José Jobson
de Andrade Arruda**

Pesquisa realizada com apoio da
CAPES

São Paulo
2012

Aos meus pais, Sergio e Dinorá

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade de São Paulo e seus funcionários, das bibliotecas, dos restaurantes universitários, dos laboratórios, por terem oferecido as condições para o desenvolvimento de minha pesquisa.

A Capes, pela concessão da bolsa de doutorado.

Aos técnicos administrativos do programa de Pós-Graduação em História, em especial ao Nelson Caetano, pela forma sempre prestativa e paciente de atender minhas dúvidas, resolver problemas, facilitar os procedimentos burocráticos.

Aos professores que ministraram as disciplinas que cursei no Programa de Pós- Graduação em História Econômica, no período em que estive em São Paulo, as professoras Vera Ferlini, Ana Luiza, Ana Lúcia Lana Nemi, Iris Kantor e Carla Lois.

Ao professor Jobson, pela oportunidade, pela orientação, pelas longas e proveitosas conversas, pelos e-mails, pelo incentivo, pela confiança, pelos conselhos, pela compreensão. Sua orientação não serviu apenas para o desenvolvimento desta tese. Sua erudição, a forma incansável de formular e defender ideias, o modo determinado como conduz suas aulas e palestras, muito influenciaram na construção da minha identidade como historiador e professor universitário.

Aos professores Fernando Novais e Vera Ferlini, por aceitarem participar da minha banca de qualificação e contribuírem para a formulação da tese.

Agradeço as professoras Marcia Motta e Beatriz Bueno. Sinto-me honrado por aceitarem participar da banca de defesa desta tese.

Aos meus professores da Universidade Federal de Mato Grosso, onde cursei minha graduação e o mestrado.

Ao professor Carlos Alberto Rosa, por tudo que me ensinou, pela amizade, pela confiança, pelo incentivo, pelas oportunidades.

Agradeço a Sueli Pereira Casto, orientadora de iniciação científica, amiga distante, por quem sempre terei o mais profundo carinho e gratidão.

Ao professor João Carlos Garcia, agradeço pela imensa generosidade intelectual, pela disponibilidade em ler e reler textos meus e de modo “implacável” fazer seus comentários, críticas, apontamentos e provocações sobre os usos que fiz dos mapas, em minhas muitas vezes atrapalhadas incursões no campo da cartografia histórica e da história da cartografia. Fico honrado em poder tê-lo como guia, mesmo que eu não tenha conseguido decifrar vários dos caminhos indicados.

Aos colegas da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres, onde estive em dois momentos distintos durante o desenvolvimento desta tese. Lá pude além de ministrar aulas integrar o grupo de pesquisa *Fronteira Oeste: poder, economia e sociedade*. Agradeço especialmente aos professores, Domingos Sávio, Otávio e Clementino.

Aos colegas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, em Uberaba, por terem me recebido de braços abertos em minha curta estada como professor substituto. Em especial a Sandra, Flavio, Alex, Rodrigo e Thiago.

Aos colegas da Universidade Federal da Fronteira Sul, por terem compreendido a minha ausência em atividades da universidade, em função do tempo destinado ao desenvolvimento da tese. Ao Paulo pelos poucos, mas ótimos diálogos e ao Émerson por ser além de um generoso colega, um ótimo amigo.

Aos moradores da Rua Caxingui nº 320, com os quais residi na minha estada em São Paulo, principalmente ao Lucas, pela amizade, boas conversas e muitas risadas.

Aos amigos que fiz ao longo da trajetória profissional e acadêmica. Rubens, pelas conversas instigantes, pelo apoio em todas as situações. Ao Alex, por tantas coisas que seria inútil tentar enumerá-las, mas que só podemos esperar dos grandes amigos. Ao Groh pelas conversas, e-mails, indicação de textos. Ao Rodrigo, pela confiança e pelos projetos em comum que ainda estão por ser desenvolvidos.

Aos colegas de aula e orientação, Guilherme e Caio, pelas divertidas conversas e pelas ideias que partilhamos.

Agradeço a Alessandra pelo tempo que pudemos passar juntos e aprendermos muito um com o outro.

Aos eternos amigos de Sorriso: Álvaro, Jackson, Edson, Marcio, Marco, Diogo, Kleber, por sempre serem os mesmos não importe quanto as coisas mudem. Ainda em Sorriso, agradeço minha madrinha Doroti e ao meu primo e amigo Rudinei, por serem pessoas com quem sempre posso contar.

Aos amigos Jefferson e Luiz Carlos. Não os vi nos últimos anos, mas por tudo o que já passamos juntos eu não poderia deixar de agradecê-los.

Agradeço a Ana, por sua amizade, pela afetuosa implicância, e pela disposição em ler meus textos.

Em minha vida itinerante fui presenteado com dois amores sedentários, das minhas filhas, Julia e Alice, as pessoinhas mais importantes em minha vida. Elas cresceram muito enquanto eu trabalhava nesta tese, talvez ainda sejam pequenas para compreender minha ausência, mas agradeço por serem sempre tão amorosas comigo.

Aos meus “familiares” por afinidade em Erechim: o casal Terezinha e Macir e seus filhos Mateus e João Vitor.

Agradeço a Kátia, pela estrada aberta em meu caminho, pelas leituras e releituras, pela doce companhia.

Aos meus irmãos, Luã e Mateus. Vejo-os pouco, mas são sempre revigorantes os momentos que passamos juntos.

Aos meus pais Sergio e Dinorá, a quem dedico este trabalho. Eu não tenho como agradecer e muito menos retribuir tudo o que fizeram e ainda fazem para me ajudar. Espero que um dia eu possa significar para minhas filhas um pouco do muito que vocês significam para mim.

RESUMO

Esta tese apresenta um estudo sobre a espacialização da economia colonial nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII. No primeiro capítulo procuramos demonstrar como algumas interpretações e imagens recorrentes a respeito da economia colonial reproduzida nos territórios que formariam a capitania de Mato Grosso, impõem-se aos indícios documentais e são reproduzidas sem o questionamento sobre os pressupostos que as sustentam. No segundo capítulo, definimos nosso posicionamento teórico e metodológico em relação aos documentos cartográficos. No terceiro capítulo analisamos mapas classificados como “sertanistas”. Demonstramos que uma análise dos rústicos mapas do sertanismo revela uma lógica da expansão das conquistas territoriais portuguesas distante das interpretações consagradas sobre estes mapas. No quarto capítulo reconstruímos o processo de formação de ambientes rurais na primeira década de colonização portuguesa nas minas do Cuiabá, revelando a estruturação de uma estrutura fundiária diversificada voltada para o comércio e o mercado interno. No quinto capítulo analisamos a relação entre as práticas administrativas e a espacialização da economia colonial. No sexto capítulo, procuramos relacionar a espacialização da economia no centro da América do Sul às transformações da economia na primeira metade do século XVIII, em diversas escalas.

ABSTRACT

This thesis presents a study about the spatialization of the colonial economy in the mines of Cuiabá and of Mato Grosso, in the center of South America in the first half of the eighteenth century. In the first chapter we demonstrate how some recurring images and interpretations about the economy reproduced in the colonial territories that would form the captaincy of Mato Grosso, are imposed regarding the documental evidences and are reproduced without questioning the assumptions that underpin them. In the second chapter, we defined our theoretical and methodological positioning in relation to cartographic documents. In the third chapter we analyze maps classified as *sertanistas*. We demonstrate that an analysis of rustic maps of *sertanismo* reveals a logic of the Portuguese expansion distant of the interpretations consecrated about these maps. In the fourth chapter we reconstruct the process of formation of rural environments in the first decade of colonization in the mines of Cuiabá, revealing the structuring a diversified land structure facing the trade and the internal market. In the fifth chapter we analyze the relationship between administrative practices and the colonial economy spacialization. In the sixth chapter, we relate the economy spacialization at the center of South America with the transformations of the economy in the first half of the eighteenth century, in various scales.

Sumário

<i>Introdução.....</i>	<i>12</i>
<i>Capítulo 1 - Cartografias do sertão: interpretações e imagens</i>	<i>20</i>
<i>Mapas sertanistas e seus intérpretes.....</i>	<i>29</i>
<i>A paisagem colonial e o centro da América do Sul: a construção de um “sertão”</i>	<i>48</i>
<i>Capítulo 2- Desconstruindo mapas, revelando espacializações: questões de método ..</i>	<i>60</i>
<i>Mapas como imagens que imprimem sentidos e movimentos</i>	<i>68</i>
<i>Mapas como discurso retórico expressivo das relações força.....</i>	<i>71</i>
<i>Mapas como indícios de espacializações</i>	<i>78</i>
<i>Capítulo 3 - Desconstruindo mapas sertanistas, redefinindo a cartografia da conquista</i>	<i>90</i>
<i>Desconstruindo o Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá</i>	<i>91</i>
<i>Redefinindo a cartografia sertanista.....</i>	<i>120</i>
<i>Capítulo 4 - A espacialização da ruralidade nas Minas do Cuiabá.....</i>	<i>140</i>
<i>Capítulo 5 - O sistema administrativo português e a conquista da terra nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso</i>	<i>172</i>
<i>O sistema administrativo português e a formação de ambientes rurais nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso</i>	<i>179</i>
<i>Conquista: construção das distâncias.....</i>	<i>195</i>
<i>Capítulo 6.....</i>	<i>209</i>
<i>A economia colonial na primeira metade do século XVIII e as metamorfoses do capital mercantil no centro da América do Sul</i>	<i>209</i>
<i>A emergência de grupos mercantis e a espacialização da ruralidade colonial</i>	<i>218</i>
<i>As trocas inter-regionais e a dinâmica do mercado interno colonial.....</i>	<i>236</i>
<i>O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio</i>	<i>247</i>
<i>Non olet. Entre a extroversão e a reiteração: o mercado interno e o capital mercantil</i>	<i>271</i>
<i>Considerações finais.....</i>	<i>287</i>
<i>Referências bibliográficas e documentais</i>	<i>293</i>

Índice de mapas

FIGURA I - <i>Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá</i>	25
FIGURA II - <i>Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba</i>	26
FIGURA III - <i>Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço</i>	28
FIGURA IV - <i>Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso</i>	93
FIGURA V – <i>Detalhes do Mapa das monções de São Paulo a Cuiabá e do Plano Hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso</i>	94
FIGURA VI – <i>Mapa das Rotas sertanistas (Sergio Buarque de Holanda)</i>	97
FIGURA VIII - <i>Croqui sobreposto ao Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá</i>	98
FIGURA VIII - <i>Detalhe do Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso</i>	110
FIGURA IX - <i>Croqui sobreposto a Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba</i>	113
FIGURA X – <i>Detalhes do Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso e da Parte do governo de S. Paulo e parte dos dominios da Coroa de Castella 17--</i>	117
FIGURA XI - <i>Territórios entre os rios Beni e Mamoré e Citaltepeque, Zubango</i>	127
FIGURA XII - <i>Croqui sobreposto ao Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço</i>	132
FIGURA XIII – <i>Detalhe Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndyos Chyquytos y S. Cruz</i>	134
FIGURA XIV - <i>Detalhe Parte do gouerno de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha</i>	135
FIGURA XV - <i>Detalhes Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço e CIERA, Miguel. Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay: exactissime nune primum describuntur, facto inito a nova Colonia ad ostium usque fluminis iauru ube, ex pactis finuim regundorum Carta VIII, 1758</i>	137

FIGURA XVI Destaque sobreposto ao mapa de DANIEL, Omar. <i>Mapa das rotas das monções e das bandeiras seiscentistas, atualizada por georreferenciamento, a partir da prancha de Sérgio Buarque de Holanda</i>	142
FIGURA XVII <i>Detalhe do Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha</i>	143
FIGURA XVIII - <i>Detalhe editado da Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha ca 1740.</i>	146
FIGURA XIX - <i>Detalhe Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha ca 1740</i>	153
FIGURA XX - <i>Croqui localização sesmarias (1726-1728)</i>	159
FIGURA XXI - <i>Detalhe: Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha</i>	163
FIGURA XXII – <i>Detalhe Territórios entre as capitanias de S. Paulo e Mato Grosso</i> ..	229
FIGURA XXIII - <i>Territórios entre as capitanias de S. Paulo e Mato Grosso</i>	249
FIGURA XXIV - <i>Detalhe Territórios entre as capitanias de S. Paulo e Mato Grosso</i> ..	250
FIGURA XXV - <i>Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso</i>	253
FIGURA XXVI - <i>Mapa da bacia hidrográfica dos rios Guaporé e Mamoré, com a localização das missões da Sociedade de Jesus</i>	256
FIGURA XXVII - <i>Territórios do Norte e do Centro do Brasil</i>	267
FIGURA XXVIII - <i>Detalhe Territórios do Norte e do Centro do Brasil</i>	268

Índice de tabelas

Tabela I – Preços registrados por Gervásio Rebelo em 1726.....	151
Tabela II - Preços de mercadorias nas minas do Mato Grosso e nas minas do Cuiabá c. 1738.....	251

Introdução

Ao desenvolver pesquisas sobre a história das conquistas portuguesas, no centro da América do Sul investigamos, ao mesmo tempo, aspectos de uma pequena e uma gigantesca espacialização da sociedade colonial.

Desde o princípio da conquista mais sistemática, em 1718, e durante toda a primeira metade do século, a sociedade colonial das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, no *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá¹, fundada em 1727, não passou de dez mil habitantes, número minúsculo em relação aos povos indígenas que habitavam os territórios que cercavam os ambientes rurais, as minas, os povoados e os arraiais portugueses². Uma *pequena* população - formada por mineradores, sertanistas, senhores de engenho, comerciantes, fazendeiros, roceiros, artesãos, funcionários régios, brancos, negros, ameríndios e mestiços, senhores, escravos, livres pobres, homens e mulheres - que espacializava uma parcela da sociedade colonial muito distante do litoral Atlântico, conquistando territórios nas fronteiras com os domínios hispânicos. As mesmas conquistas que permitiram ao império português reivindicar a incorporação aos seus domínios na América de uma *gigantesca* extensão territorial, que embora muito parcialmente conquistada, fora legitimada nas relações diplomáticas europeias como possessões portuguesas, por meio do Tratado de Madri, em 1750³.

Em uma perspectiva estrita ao aspecto econômico, os territórios que formariam em 1748 a capitania de Mato Grosso, se comparados aos das capitanias de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, colocava-os em uma condição “periférica”, muito pouco significativa nos índices da economia colonial, o que pode servir como justificativa para muitos

¹ As duas espacialidades, minas do Cuiabá e minas do Mato Grosso, integraram o *termo* da Vila do Cuiabá até a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748 (efetivada em 1751) e da Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, já na segunda metade do século XVIII.

² ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de, A terra da conquista: história de Mato-Grosso Colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 25.

³ Aspecto enfatizado por vários autores. BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972, p. 183. DAVIDSON, David M. “How the brazilian west was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of Califórnia, 1973, pp. 61-106. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987. CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Edufmt, 2004.

historiadores da economia percebê-los como de *pequena* importância. Por outro lado, ao problematizarmos os indícios do processo de espacialização das conquistas portuguesas nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, percebemos como eles expressam uma *gigantesca* urdidura de relações sociais, em meio a qual pretendemos desentrelaçar algumas tramas.

A espacialização de uma *pequenez gigantesca*. Assim podemos pensar a formação de ambientes coloniais no centro da América do Sul.

A trajetória da pesquisa que desenvolvemos para escrevermos esta tese teve origem ainda na graduação em História, na Universidade Federal de Mato Grosso, onde iniciamos nossas pesquisas sobre as conquistas portuguesas nas minas de Cuiabá e Mato Grosso. No mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, demos continuidade à pesquisa. Concentramo-nos em estudar a formação de ambientes rurais, uma vez que havia uma lacuna na historiografia de Mato Grosso sobre o tema. Procurei naquele momento, descrever e caracterizar esses ambientes, e ainda articulá-los a aspectos fundamentais da colonização, tais como: a geopolítica portuguesa, a administração colonial e a dinâmica das relações econômicas⁴.

Nossa trajetória, desde o princípio, pautou-se por um duplo desafio. Por um lado contribuir para a problematização das imagens que atribuíram características que parecem inquebrantáveis sobre as conquistas portuguesas no centro da América do Sul. Por outro, construir uma interpretação que relacione a espacialização das conquistas com características mais gerais da economia e da sociedade coloniais. Não apenas para inseri-las em um quadro geral, mas para confrontar, a partir dos indícios documentais, o resultado de nossas pesquisas com as perspectivas que pretendem explicar a reprodução da economia colonial.

O título desta tese – *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira*

⁴ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2008.

metade do século XVIII) – expressa a postura teórica e metodológica que assumimos para enfrentarmos o desafio.

De modo mais imediato podemos dizer que a escolha do título foi inspirada no tratamento metodológico que demos aos documentos cartográficos, sendo referência a um seminal e inspirador texto de John Brian Harley, *Deconstructing the map*⁵ - no qual o autor incorpora à história da cartografia reflexões da filosofia e da crítica literária - e, em paralelo, fazemos alusão à obra de Jaime Cortesão, *História do Brasil nos Velhos Mapas*⁶, na qual o autor procura aliar a análise dos mapas ao estudo da formação territorial do Brasil. As abordagens de Cortesão e Harley são de todo diversas. No entanto, nosso posicionamento é de que tão imprescindível quanto *desconstruir* o discurso que orienta a construção do mapa, é perceber como a retórica do mapa oferece indícios sobre a forma como as relações sociais espacializaram-se nos territórios representados. Consideração que vale não apenas para os mapas propriamente ditos, mas para toda a diversidade de documentos que analisamos – relatos, crônicas, anais, correspondências, cartas e requerimentos de sesmarias – que construíram uma “cartografia da conquista”.

Além do sentido imediato, falar em *desconstruir mapas* é uma referência ao intento de problematizarmos algumas interpretações sobre as conquistas portuguesas nos territórios ao centro da América do Sul, que construíram ou apropriaram-se de “imagens” que – como mapas - orientam o trabalho dos historiadores e tornam-se referências persuasivas, constantes, e pouco questionadas sobre as características da sociedade e da economia das minas do Cuiabá e do Mato Grosso. Desconstruir as interpretações e imagens, desvendando ou expondo alguns aspectos da sua elaboração, é um tarefa nenhum pouco simples, e a fizemos de modo muito parcial, escolhendo apenas alguns aspectos significativos para a construção do nosso objeto.

Revelar espacializações denota o objetivo de investigar as características da *espacialização economia colonial no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII* – nosso subtítulo. Não foi nossa

⁵ HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Cartographica*. v.26, nº 2, 1989, pp. 01-20.

⁶ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

pretensão reconstruir de modo exaustivo a territorialização das conquistas, apontando localizações dos povoados, arraiais, rios navegados, áreas de exploração entre outros. Nossa estratégia foi fixar-se na análise de algumas questões potencialmente reveladoras da dinâmica das relações econômicas que se espacializam nos ambientes coloniais. Qual a relação entre as formas de representar o espaço das conquistas e as práticas de exploração econômica do território? Como a formação de ambientes rurais e urbanos articula-se às práticas administrativas da Coroa portuguesa? Como a reprodução de atividades econômicas em uma região de mineração e de fronteira, pode revelar características gerais da espacialização da economia colonial na primeira metade do século XVIII? Orientados por estas questões dividimos a tese em seis capítulos.

No primeiro capítulo *Cartografias do sertão: interpretações e imagens*, apresentamos documentos classificados como “mapas sertanistas”. Percebemos que a crítica documental destes mapas não poderia prescindir da discussão sobre as interpretações consagradas, não apenas sobre os “mapas sertanistas” em si, mas ainda sobre o contexto no qual emergiram. Destacamos as perspectivas de Jaime Cortesão e de Sérgio Buarque de Holanda. As interpretações dos autores superpuseram aos documentos camadas de significados, que muitas vezes escapam aos indícios documentais, mas que vêm sendo apropriadas pelos historiadores, geógrafos e arquitetos que estudam a cartografia, sem questionamentos sobre seus pressupostos. Neste capítulo procuramos investigar o modo como, tanto Jaime Cortesão quanto Sergio Buarque de Holanda, utilizaram-se da “cartografia sertanista” para alicerçar suas perspectivas sobre a história do Brasil. No entanto, os autores não foram os inventores das imagens que atribuem determinadas características às conquistas portuguesas nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, como a de um “sertão”, marcado pelo isolamento, pobreza, desarticulação entre as atividades econômicas, decadência, ausência de vida rural e urbana. Muitas destas características emergiram no discurso de políticos e estudiosos do século XIX e começo do século XX. Aspecto que também exploramos no capítulo. Mais do que simplesmente uma questão de interpretação no âmbito do espaço acadêmico, as imagens serviram e

continuam servindo, para justificar discursos e práticas políticas que espacializaram-se e espacializam-se nos territórios dos atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No segundo capítulo, *Desconstruindo mapas, revelando espacializações: questões de método*, definimos a postura teórica e metodológica em relação aos documentos que constituem a “cartografia da conquista”⁷. Procuramos nos apropriar das discussões mais recentes no campo da Nova História da Cartografia, para nos posicionarmos em relação aos debates atuais da produção de conhecimento histórico sobre a espacialização das conquistas portuguesas no Brasil colonial.

No terceiro capítulo, *Desconstruindo mapas sertanistas, redefinindo a cartografia da conquista*, analisamos a cartografia definida como “sertanista”, no contexto das conquistas portuguesas no centro da América do Sul. Demonstramos como o discurso representado nos mapas e relatos sertanistas, expressam relações sociais muito distintas de muitas imagens construídas pelos intérpretes do “sertanismo”. Neste capítulo redefinimos a cartografia “sertanista”, como uma *cartografia do sertanismo*, que emerge no âmbito da cartografia das conquistas europeias da Época Moderna.

O quarto capítulo é um ponto de inflexão em nossa tese. É um capítulo descritivo, onde reconstruímos a formação de ambientes rurais nas minas do Cuiabá, na primeira década de colonização, expondo características que não se conformam ao quadro das interpretações mais gerais sobre a formação da economia colonial na região. No final do capítulo lançamos questões que foram discutidas nos dois últimos capítulos da tese, nos quais as evidências empíricas serão retomadas em favor de uma interpretação mais abrangente de como as atividades econômicas espacializadas no centro da América do Sul articulam-se a dinâmicas políticas e econômicas mais amplas.

No capítulo quinto discutiremos os meandros das práticas administrativas na legitimação da posse da terra. De início não era nossa intenção escrever um

⁷ De início não era nosso objetivo um capítulo específico sobre as questões de ordem metodológica que envolvem a crítica documental dos mapas, contudo, nossas dificuldades na elaboração do texto fizeram com que preferíssemos “recortar” a discussão para um capítulo a parte, mesmo que menor e com um mote mais restrito que os demais.

capítulo sobre a relação entre a espacialização das conquistas portuguesas e as práticas administrativas, uma vez que já o havíamos feito em nossa dissertação de mestrado. Contudo, as novas leituras e reflexões nos fizeram revisar, atualizar, amadurecer e redimensionar nossa perspectiva sobre a questão, e a pertinência da discussão para o corpo da tese impôs-se ao nosso receio de sermos repetitivos.

No sexto capítulo, *A economia colonial na primeira metade do século XVIII e as metamorfoses do capital mercantil no centro da América do Sul*, nosso objetivo foi analisar como as atividades econômicas reproduzidas nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso articulavam-se as transformações na economia do período em diversas escalas, tendo em vista as seguintes questões: a emergência de grupos mercantis residentes no Brasil colonial; a relação entre práticas mercantis e a espacialização de atividades econômicas; as características das trocas inter-regionais; as articulações entre os interesses da coroa portuguesa e a reprodução do capital mercantil; o caráter supostamente “aristocrático” da reprodução econômica e social dos grupos mercantis; as relações entre o mercado interno, os grupos mercantis “residentes” e a dinâmica do capital mercantil.

Escolhemos partir do texto ao contexto, do micro ao macro. Mesmo com todas as limitações de ordem teórico-metodológica e de conhecimento empírico e bibliográfico, procuramos “jogar com as escalas”, ressignificar as interpretações gerais a partir de problematizações de aspectos particulares⁸. Tivemos a pretensão de entrelaçar perspectivas da História Econômica, História Agrária, História da Cartografia e da Micro História, mobilizadas em função dessas problematizações.

As discussões sobre obras de diversos autores, nossos posicionamentos, as hipóteses que defendemos são desenvolvidas e apresentadas de forma exaustiva ao longo dos capítulos. Procuramos ainda

⁸ REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

que cada capítulo ao mesmo tempo que estivesse articulado ao todo da tese, tivesse também uma lógica interna que permitisse sua leitura em separado⁹.

Esperamos que esta tese propicie ao leitor o acompanhamento da trajetória que nos permitiu o desvendamento de diversas características da espacialização da economia colonial da primeira metade do século XVIII, no centro da América do Sul.

⁹ Para facilitar a leitura, atualizamos a ortografia dos documentos citados e traduzimos, de forma literal, as citações em inglês.

Capítulo 1

Cartografias do sertão: interpretações e imagens

Nenhum dos documentos cartográficos que apresentaremos neste capítulo é desconhecido de historiadores e estudiosos da cartografia do Brasil colonial. São manuscritos disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional (Brasil) e, apesar de relativamente conhecidos, e referenciados por vários autores acreditamos que as possibilidades de análise desse material estão longe de estarem esgotadas. Elas se tornam mais evidentes quando recorremos à contribuição do campo de pesquisa que se convencionou chamar de Nova História da Cartografia. Os trabalhos de John Brian Harley, Dennis Wood, John Fels, Christian Jacob e Matthew Edney, são referências para esse campo de estudo. Partindo de orientações teórico-metodológicas diversas, os autores empregam na História da Cartografia conceitos, noções, abordagens que emergiram na filosofia, na crítica literária, nas ciências humanas e sociais, e que foram incorporadas à análise da documentação cartográfica¹⁰. Em um conhecido ensaio, *Deconstructing the map*, Harley afirma:

My basic argument in this essay is that we should encourage an epistemological shift in the way we interpret the nature of cartography. For historians of cartography, I believe a major roadblock to understanding is that we still accept uncritically the broad consensus, with relatively few dissenting voices, of what cartographers tell us maps are supposed to be. In particular, we often tend to work from the premise that mappers engage in an unquestionably 'scientific' or 'objective' form of knowledge creation. Of course, cartographers believe they have to say this to remain credible but historians do not have that obligation. It is better for us to begin from the premise that cartography is seldom what cartographers say it is¹¹. (grifos nossos).

Há muito de provocativo na citação de Harley, particularmente nos trechos sublinhados. Ainda que a ironia seja justificável tendo em vista o duro embate travado por Harley com a cartografia norte americana e europeia, não

¹⁰ No próximo capítulo dialogaremos com alguns autores da Nova História da Cartografia.

¹¹ HARLEY, John B. "Deconstructing the map". *Cartographica*. V.26, n° 2, 1989, pp. 1-20, p. 1. Tradução literal: "Meu argumento básico neste ensaio é que devemos incentivar uma mudança epistemológica na forma de interpretar a natureza da cartografia. Para os historiadores da cartografia, acredito que um grande obstáculo para a compreensão é que nós ainda aceitamos acriticamente o amplo consenso, com relativamente poucas as vozes discordantes, sobre o que cartógrafos dizem-nos que os mapas supostamente são. Em particular, muitas vezes tendemos a trabalhar a partir da premissa de que os desenhistas de mapas se envolvem em uma forma, sem dúvida, 'científica' ou 'objetiva' de criação de conhecimento. Claro, cartógrafos acreditam que eles têm que dizer isso para manter a credibilidade, mas os historiadores não têm essa obrigação. É melhor para nós começar a partir da premissa de que a cartografia raramente é o que cartógrafos dizem que é".

devemos ser levados a atribuir rótulos e generalizações¹². Contudo, o “basic argument” de Harley permanece válido: o dever de incentivar uma mudança epistemológica na forma como interpretamos a natureza dos mapas. Nesse sentido, revisitaremos alguns mapas que na Biblioteca Nacional integram uma coleção denominada *mapas sertanistas*.

A classificação *mapas sertanistas* parece óbvia e pouco discutível para pesquisadores acostumados a empregar o termo *sertão* para designar tudo que diz respeito às conquistas portuguesas em territórios distantes do litoral do Brasil, mas tal obviedade encobre uma série de aspectos que merecem ser problematizadas¹³.

Neste capítulo exporemos de modo breve e descritivo alguns mapas sertanistas que representam territórios ao centro da América do Sul e discutiremos interpretações e imagens construídas pelo discurso histórico que orientaram e orientam a leitura e análise desses mapas. Acreditamos que tal exercício é fundamental para explorarmos tanto a “natureza dos mapas”, quanto para problematizarmos sua naturalização por enunciados amplamente aceitos.

Um dos vários documentos disponíveis na Biblioteca Nacional do Brasil, foi denominado de *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá*, e tem

¹² Em primeiro lugar o próprio pioneirismo de Harley pode ser questionado. Matthew Edney aponta que embora os estudos de Harley em conjunto com David Woodward (1987) e, particularmente, os ensaios e artigos do primeiro tenham marcado uma inflexão nos estudos em História da Cartografia, outros autores foram fundamentais para a introdução da Cartografia no campo da História, como Arthur Robinson e trabalhos anteriores de David Woodward. Embora a argumentação de Edney seja coerente, achamos que a procura de uma “fundação” para a Nova História da Cartografia, diz menos respeito às mudanças ocorridas no interior do campo e mais às transformações que as ciências humanas e sociais passaram a partir de meados da década de 60 do século XX, e que apenas tardia e paulatinamente foram incorporadas pelos historiadores da cartografia. Não há dúvida, contudo, que Robinson e Woodward foram autores que fizeram parte do movimento que inseriu a cartografia como objeto do campo da História. EDNEY, Matthew. “Putting ‘cartography’ in the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the creation of a discipline”. *Cartographic Perspectives*. v. 51, 2005, p. 14-29. No caso específico dos da cartografia portuguesa em relação à América, as afirmações de Harley merecem relativização ainda maior uma vez que os estudos que procuram renovar as perspectivas de análises são realizados tanto por geógrafos e arquitetos quanto por historiadores, talvez, inclusive mais tardiamente pelos últimos. Como exemplo podemos citar diversos trabalhos do geógrafo português João Carlos Garcia e da arquiteta brasileira Beatriz P. S. Bueno.

¹³ No dicionário de Raphael Bluteau, *sertão* significa “região apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico* (...)Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, v. 7, p. 613.

55 x 104 cm¹⁴ (Figura I). Levando em conta a forma como as redes fluviais estão representadas podemos dividir o mapa em duas metades. Na parte direita um caudaloso rio ergue-se como um galho espesso e os demais rios, como galhos menores, unem-se ao principal. Os traços, em tinta ferrogálica, demonstram que os riscos que representam os rios são mais fortes próximos ao *galho* principal e enfraquecem-se na medida em que se distanciam dele. O rio que orienta a localização dos demais é o chamado Rio Grande (que seria o equivalente ao Paraná¹⁵), ao nordeste o limite é o rio Piracicaba, ao sudeste o rio Tibagi, a sudoeste o rio “Himinhema”(Ivinhema) e a noroeste o rio “Auacuriu” (Sucuriú).

Na outra metade do mapa, do lado esquerdo, não há o equivalente a um veio principal. Há sim, uma base estreita a partir da qual se abrem os rios. A aparência não é de um tronco de árvore, mas de um arbusto, onde a partir de uma base os ramos abrem-se como em um leque. Na base o topônimo é *Paraguay*. A base, contudo, não é ponto de convergência entre os *ramos*. As marcas da tinta demonstram que os traços que marcavam os rios eram bastante descontínuos, e tanto o início quanto o fim da maioria deles não é definido. Mesmo na convergência dos rios, logo acima da base, os traços não se unem, ou seja, não foi estabelecido um ponto de convergência a partir do qual a rede hidrográfica seria representada.

O segundo mapa (Figura II), *Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba* não é datado, mas certamente é da década de vinte do século XVIII, talvez anterior a 1723, uma vez que não representa o varadouro de Camapuã, que passou a partir dessa data a ser parte do principal caminho para as minas do Cuiabá.

O título do mapa, atribuído pelo próprio autor, revela seu objetivo, que não é uma topografia exata e exaustiva, ao mesmo tempo em que define o destino do itinerário: “até as novas minas”. Mas não há referência da origem.

¹⁴ “Delas [cartas sertanistas] a mais importante é que chamamos ‘Mapa das regiões das monções de S. Paulo a Cuiabá’”. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 232.

¹⁵ Tal “equivalência” (como outras que estabeleceremos) embora útil para fins heurísticos é, em certa medida, relativa e anacrônica. Relativa, pois embora o rio Grande corresponda no trecho representado ao atual rio Paraná, seus traçados nem sempre são correspondentes. Anacrônico, pois o topônimo rio Grande, tinha significado particular para os coevos.

Enquanto no primeiro mapa as ligações até as minas partiam de São Paulo, esse, que tem a dimensão de 55x65 cm, é bem mais amplo, representando em relação ao primeiro, região bem mais ao sul do Estado do Brasil. Enquanto no topo e à direita do mapa é representado o rio Tietê, quase em convergência com o mapa anterior, ao sul, o limite é *Buenos Ayres*.

A larga foz do rio da Prata (não há denominação no mapa) parece ser o ponto de partida para traçar o veio fluvial principal. De sua foz que aparenta um tronco, para insistirmos na analogia, abre-se uma forquilha, onde para o norte segue o rio denominado, mais uma vez de “rio Grande”, e a oeste segue o mesmo rio até ser interrompido quase na borda do papel. Ainda na costa, acima da foz do Prata, há a foz de outro “rio Grande”, que terra adentro mostra-se caudaloso e indefinido, e mais acima a ilha de Santa Catarina.

Na *Idea da tophografia...* os traços não são firmes e contínuos, mas muitas vezes interrompidos e retomados, há várias correções e rabiscos, no entanto a grafia mostra que todos foram feitos pelo mesmo autor. O que poderia demonstrar tratar-se de um rascunho, ou *borrão*, de uma etapa na produção de um mapa melhor acabado. Contudo, tendo em vista que não encontramos outro mapa com estas características e que a cartografia que analisamos não parecia primar pelo *acabamento*, não seria absurdo supor estarmos diante de um mapa pronto.

FIGURA I

Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca 1720. Desenho a tinta ferrogálica: 55x104,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

Apesar das diferenças há um padrão entre os dois mapas: a forma de representar os rios, tanto os afluentes do rio Grande, que são traços que como galhos unem-se ao tronco, quanto o “arbusto” formado pelos rios da metade esquerda do mapa. A diferença fundamental é que as duas metades estão unidas pelo veio que da foz com o Atlântico adentra ao centro da América do Sul.

O terceiro mapa (Figura III) catalogado com o título de *Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço*, é o que representa mais especificamente a região mais central da América do Sul.

O pequeno mapa, de 31x43 cm, desenhado também em tinta ferrogálica, tem na maior parte da sua composição traços grossos e escuros, e é desenhado em sobreposição a outro mapa, em tinta mais clara que representa rios da Bacia do São Francisco. Há também correções e anotações feitas posteriormente, em cor mais clara, por outra pessoa. O mapa mostra uma ruptura importante em relação aos anteriores quanto à escala e a forma de representar os rios.

FIGURA III

Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço ca.1720 Desenho a tinta ferrogálica ; : 31x43,5 cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O que os traços rústicos desses mapas podem revelar sobre a história das conquistas portuguesas no interior do continente americano? Utilizar a documentação cartográfica da primeira metade do século XVIII para o estudo histórico da formação de ambientes coloniais é um desafio em diversos aspectos. Não somos, contudo, os primeiros a enfrenta-lo. Mais do que simplesmente elencar referências bibliográficas, nosso objetivo é discutir como essas interpretações construíram pressupostos amplamente aceitos sobre a cartografia e a história dessas conquistas.

Mapas sertanistas e seus intérpretes

Há muitas definições sobre o que significam os verbos cartografar e mapear. Representar o espaço, tentar apreendê-lo, fazê-lo compreensível, percorrível, imaginado, inteligível, por meio de sinais, desenhos, gráficos, palavras, textos verbais e não verbais. Tais práticas são entendidas aqui como parte de uma percepção bastante ampla, e substancialmente metafórica, do que significa cartografar e mapear espaços. Os mapas oriundos dessa “cartografia”, por sua vez, tornam-se lentes a partir das quais se lê o espaço, e a partir das leituras são atribuídos significados, constituídas perspectivas, elaborados projetos, enfim, leituras que mediam a relação entre as representações e as práticas sociais, práticas estas que se espacializam, que se edificam, materializam-se.

Poderíamos afirmar que a “cartografia do sertão” é a construção de representações *sobre* o espaço *do sertão*, e especificamente o das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, mas entendemos essa cartografia como mais do que isto. Com efeito, cremos, em “mapas” que *criaram* o sertão. “Criação” não implica em não mediação entre a materialidade do espaço representado e os “mapas”, mas implica a elaboração de imagens que deformam, silenciam, enfatizam, classificam, julgam, atribuem, manipulam, ignoram e reinventam os espaços figurados.

Aos mapas históricos foram sendo superpostas *camadas de historicidade*, que criaram lentes e filtros que intermediam a relação entre olhar do observador e a materialidade do documento. As interpretações que

cristalizaram determinados pressupostos em relação aos documentos, acabam por constituírem-se elas mesmas em *mapas* que orientam, localizam, atribuem lugares, e espacializam sentidos aos territórios. Destacamos dois “cartógrafos do sertão” que são, particularmente, influentes na produção de discurso histórico sobre a história e a cartografia dos territórios interiores dos domínios portugueses na América: Sergio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão.

Embora muitos outros pudessem ser citados, acreditamos que os trabalhos desses dois autores oferecem sínteses que aglutinaram, incorporaram, ou superaram perspectivas anteriores, ou seja, suas obras constituem-se elas mesmas em *mapas* que permanecem atualíssimos. Mais do que apenas procurar mostrar equívocos nesses *mapas*, ou buscar atualizá-los, corrigi-los, faz-se relevante explorar os significados de suas indicações, a historicidade de sua produção e a forma como se articulam as diversas temporalidades na produção do discurso histórico¹⁶. Não temos aqui espaço - nem o acúmulo de estudos necessário - para fazê-lo amiúde, contudo, algumas considerações são basilares para a construção de nosso objeto de estudo. De antemão, nunca é demais dizer que não é nossa intenção descartar tais *mapas* como fonte de referência e orientação, pretendemos apenas questionar os caminhos traçados, a toponímia utilizada, as escalas e símbolos.

Os documentos cartográficos que apresentamos no princípio do capítulo foram “descobertos” por Jaime Cortesão no acervo da Biblioteca Nacional. O próprio autor caracterizou os mapas como “sertanistas”. A classificação de

¹⁶ Nos alicerçamos na definição de historiografia de Michel de Certeau, ou seja, como uma “operação” que articula o lugar social do autor, os procedimentos metodológicos e as características da narrativa histórica. CERTEAU, M. de. “A operação historiográfica”. In CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. E também nos fundamentamos nas discussões de José Jobson de Andrade Arruda. O autor afirma que “a realização efetiva da reflexão historiográfica torna imprescindível a distinção entre a historiografia, entendida na sua primeira acepção, isto é, a arte de produzir obras históricas, e a historiografia, na sua dimensão mais refinada que é a de ser uma análise crítica das obras de história produzidas pelos historiadores e dos próprios historiadores em sua imersão histórica. Vale dizer, pensar as obras que são produzidas não em si mesmas, nos objetos sobre os quais se debruçaram, mas naquilo que são capazes de expressar o entorno problematizado das múltiplas temporalidades que nela se entrecruzam, expondo o tempo a partir de que falam seus atores e agentes, bem como os universos sociais, a ambientação cultural e as motivações dos seus construtores”. ARRUDA, José J. de A. “Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas”. *Saeculum*, v. 16, 2007, pp. 25-31, p. 29. A “aplicação” da perspectiva apresentada por Arruda, nos exigiria um trabalho específico sobre cada autor, o que fizemos foram algumas incursões pela historiografia – “em sua dimensão mais refinada” – e não um trabalho “historiográfico”, no sentido mais amplo do termo.

“mapas sertanistas” viria da carta enviada por Diogo Soares, em 1730, a D. João V, na qual afirma que

tenho já junto uma grande cópia de Notícias, vários roteiros e Mapas dos melhores sertanistas de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas alturas e longitudes¹⁷. (grifos nossos)

Embora Diogo Soares tenha feito referência a mapas “dos” sertanistas e não propriamente “mapas sertanistas”, Cortesão utilizou o termo para classificação. O autor afirma que “dentro dessa classificação cabem, é certo, bandeirantes propriamente ditos, isto é, sertanistas de São Paulo (...) luso-brasileiros de outras capitanias, reinóis de há muito residentes no Brasil” e até mesmo “servidores oficiais, civis ou militares, a quem o discorrer (...) por extensos territórios, prestasse uma consciência aguda do espaço e a possibilidade de o representar”¹⁸. Os textos mais recentes retificam as afirmações de Cortesão¹⁹.

No discurso histórico de Jaime Cortesão a cartografia sertanista integra ao mesmo tempo o enredo das conquistas portuguesas e da construção do Estado Nacional brasileiro. Desde quando se exilou no Brasil, no princípio da década de 1940, Jaime Cortesão integrou-se ao ambiente acadêmico brasileiro, colaborou para jornais e trabalhou na edição de livros e logo passou a manter relações regulares de trabalho com o Ministério dos Assuntos Exteriores²⁰. No Itamaray, entre 1944 e 1950, Cortesão ministrou cursos de

¹⁷ Carta de Diogo Soares A D. João V apud TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981, p. 28. É preciso ponderar que na carta Diogo Soares faz referência aos “mapas dos sertanistas” e não “mapas sertanistas”.

¹⁸ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2009, p. 231. Jaime Cortesão preocupa-se em especificar entre os mapas sertanistas quais seriam de autoria de bandeirantes paulistas, com base na análise das técnicas utilizadas em sua produção.

¹⁹ Segundo Antônio Gilberto Costa, por exemplo, “a produção cartográfica relacionada com a conquista desses sertões, de meados do século XVII até o final do primeiro quartel do século XVIII, apesar de pequena, concentrou-se no registro dos caminhos para as minas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás”. COSTA, Antônio Gilberto. “Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império”, In COSTA, Antônio Gilberto (org). *Roteiro prático de cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 83-223, p. 116.

²⁰ OLIVEIRA, Francisco Roque de. “História da cartografia brasileira e mapoteca segundo Jaime Cortesão: o concurso do Itamaraty de 1944”. *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, 2010, p. 1.

História da Cartografia e História Territorial do Brasil e trabalhou na organização da Mapoteca do Itamaraty²¹. Em uma versão taquigráfica de seu curso de 1944 de História da Cartografia, afirma que

Há que ligar a história da cartografia à história da política em geral e então os meus condiscípulos verão e verão constantemente através de um livro de imagens aparecer pouco a pouco a história do Brasil, e toda a epopeia da sua ocupação. Depois surgiram as capitânias em meio de tribos primitivas; logo apareceram as primeiras metrópoles; e a marcha do Brasil na ocupação do território. Ergueu-se pouco a pouco, a ossatura do gigante²².

Obviamente que o discurso nacionalista de Cortesão em seus cursos no Itamaraty, não pode ser desvinculado dos interesses políticos do Estado Novo varguista, tanto do ponto de vista das relações internacionais quanto em relação à imagem de país e de povo brasileiro reconstruído pelo discurso oficial - inclusive em relação aos materiais didáticos para o ensino de história²³. A forma como Cortesão apresentava os personagens deixava claro que além fazer aparecer “a história do Brasil”, seu curso visava também ressaltar e promover condutas e uma moral exemplares²⁴.

Embora alguns termos utilizados por Cortesão estejam em desuso por historiadores e cartógrafos, os autores mais recentes não hesitam em aceitar

²¹ MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Apresentação”. In CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Op. cit., p. 13. Suas duas principais obras desse período *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* e *a História do Brasil nos velhos mapas*, foram resultantes dos cursos que ministrou, embora a segunda delas tenha sido publicada apenas na década de 1970, após a morte do autor.

²² BNP/E25/88. [Jaime Cortesão], [História da Cartografia IV], 1944; [Rio de Janeiro], 190 f. dact. apud OLIVEIRA, Francisco Roque de. Op. cit., 18.

²³ “O tratamento dispensado pelos programas e pelos livros didáticos a temas que enfatizavam a formação do sentimento nacional e aos heróis que construíram a nação é sintomático da importância do assunto. Ao lado da unidade geográfica, construída pelos conquistadores portugueses em diferentes momentos, em diversas regiões da faixa litorânea e pelos bandeirantes, que levaram o poder colonial português para as regiões do interior, impunha-se a formação de uma “população diferente, mesclada, fruto de três elementos diversos que se aceitaram e se confundiram”, como ensinavam os livros didáticos”. ABUD, Katia Maria. “Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n° 36, 1998, pp. 103-114.

²⁴ Como por exemplo, quando Cortesão caracteriza Alexandre de Gusmão como “um estadista, dotado de excepcionalíssimas virtudes e talentos, que pôs a serviço da definição geográfica do Brasil”. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 7. Ou ainda quando define o padre Diogo Soares como “homem nacional”, que “participava igualmente das artes de engenharia e ansiava por colaborar por modo mais completo na formação do Estado do Brasil”. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 21.

uma linearidade entre os limites que foram estabelecidos pelos portugueses e os contornos atuais do Brasil. Essa “ossatura” de que fala Cortesão, é também a ossatura de um *corpus* que o próprio Cortesão ajudou a construir: a imagem da longevidade e a legitimidade histórica da suposta unidade territorial brasileira. Episódios posteriores ao período colonial que colocaram territórios de fronteira em litígio com repúblicas vizinhas – Paraguai, Uruguai, Bolívia – e ainda os conflitos internos durante o período posterior a independência do Brasil – são minimizados pelo discurso que construiu um sentido único e teleológico para a história territorial do Brasil. Obviamente que tal percepção era mais que oportuna aos interesses pragmáticos do Estado Novo brasileiro.

Qualquer perspectiva muito determinista, contudo, pode mais ofuscar do que tornar clara relação entre Cortesão e o governo federal, pois mesmo no interior dos ministérios de Vargas, havia uma diversidade de posições que impossibilitam uma percepção de unidade de pensamento²⁵.

Para termos uma ideia do entremeado de teias nas quais o autor estava envolvido: Cortesão veio de Portugal para o Brasil por questões políticas, por se opor ao Estado Novo português. No Brasil foi convidado por Oswaldo Aranha – então Ministro das Relações Exteriores – que tinha posições simpáticas ao governo estadunidense e opunha-se àqueles que apoiavam o alinhamento do Brasil com a Alemanha na segunda guerra mundial. Depois desse período de guerra, já na década de 1950, Cortesão retorna a Portugal e apoia Humberto Delgado para a presidência, este último, por sua vez, também tinha posições políticas que foram cunhadas no tempo em que passou nos EUA. O nacionalismo brasileiro pós-guerra foi simpático a Humberto Delgado, como podemos ver folheando o jornal nacionalista carioca, *O semanário*²⁶.

Por outro lado, como nos mostra Francisco de Oliveira Roque, a fundamentação teórica de Cortesão era “geografia política da escola alemã”. Na narrativa de Cortesão, fica clara a perspectiva da sociedade – tanto a portuguesa como a brasileira – como uma unidade, a centralidade do Estado e

²⁵ CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo: novas histórias”. In FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

²⁶ Em uma mesma página do periódico, em 1959, há uma homenagem a Oswaldo Aranha e uma matéria sobre a Associação Humberto Delgado. “Oswaldo Aranha, sexagésimo quinto ano”; “Visamos apenas à prática do bem e da verdade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro. nº 148. Ano IV. 26/02 a 04/03, 1959, p. 12.

de seus agentes, sobretudo os intelectuais, que ao serviço do Estado promovem o *bem comum*. Podemos questionar se tal percepção seria um alinhamento às perspectivas corporativas de sociedade da primeira metade do século XX (que em seu limite levaram aos regimes totalitários, mas que também serviram de base ao Estado Novo brasileiro²⁷), ou se remontaria às raízes do pensamento político ibérico moderno²⁸. Se no interior do governo Vargas, as contradições impedem qualquer relação muito determinista entre uma suposta ideologia de Estado e o pensamento de Cortesão, a questão fica ainda mais intrincada quando percebemos as ligações que Cortesão tinha com inimigos políticos de Vargas, como Júlio de Mesquita. Muitos dos escritos de Cortesão sobre “as bandeiras paulistas” que comporiam o livro *História no Brasil nos Velhos Mapas*, foram publicados concomitantemente no jornal *A manhã* e no *Estado de São Paulo*, este último jornal, de Mesquita Filho.

Convém lembrar que Cortesão começou a ministrar cursos no Itamaraty já no fim do Estado Novo e lá permaneceu até 1955, ou seja, passou pelo governo Dutra e pelo segundo governo Vargas, em um ambiente de liberdade que certamente não encontraria em período anterior²⁹. Em 1953 a publicação da primeira edição de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* foi recomendada para publicação pelo próprio presidente Vargas³⁰. Já em 1954, nas “Comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo”, Cortesão ficou incumbido de organizar a exposição “São Paulo no quadro da História do Brasil” e publicou no jornal *O Estado de São Paulo* uma série de artigos sob o título de *Ensaio Paulistas*³¹. Como explicar a harmoniosa relação de Cortesão com lados opostos da luta política no cenário nacional? A explicação talvez

²⁷ CAPELATO, Maria Helena. *Op. cit.* e CAMARGO, Aspásia. “A invenção do Estado Novo”, In CAMARGO, Aspásia e outros. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, pp. 19-37.

²⁸ Para Richard Morse o surgimento na “Ibero-América” de governos denominados de “populistas” remontam a tradição ibérica, pouco afeita ao discurso liberal e democrático que fundamentou o sistema político na “Anglo-América”. MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 95. Para o autor as duas tradições inserem no lado Ibérico “uma orientação para o bem-estar comum à luz do direito natural” e do lado Anglo “outra que chamava atenção para o espaço político da pessoa privada”. MORSE, Richard M. *Op. cit.*, p. 63.

²⁹ O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, foi expropriado da família Mesquita entre 1940 e 1950.

³⁰ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 6.

³¹ LOSEFO, Silvio L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 182.

possa ser encontrada a partir do sugestivo título da exposição organizada por Cortesão. Diferentemente da década de 1930, marcada por conflitos entre a esfera federal e os interesses políticos de São Paulo, a década de 1940 e 1950 apresenta um *quadro* completamente diverso³². Parece que o discurso de Cortesão que por um lado não despreza a contribuição do “bandeirante paulista” para a configuração territorial do país e por outro ressalta a importância do projeto político português para sua consolidação, pode ter convergido na síntese histórica que legitimava um posicionamento político, que embora a memória não tenha se importado em reafirmar e legitimar³³, foi de singular importância para a emergência de determinados discursos sobre a história do Brasil. A trajetória de Cortesão no Brasil, portanto, desafia a memória e discursos históricos simplistas sobre a política paulista e brasileira.

Para Cortesão, no que diz respeito estritamente à história da produção de mapas para fins diplomáticos, os mapas de “sertanistas” e “bandeirantes” seriam importantes referências aos cartógrafos portugueses, para o período que o autor denominou como “antecedentes próximos do Tratado de Madri”³⁴. No discurso genealógico de Cortesão as cartas sertanistas serviram de base para a produção de mapas feita pelos “padres matemáticos” – Domingos Capacci e Diogo Soares - em um momento de “renascimento da cartografia em Portugal”³⁵, que por sua vez constituiu-se em um conhecimento fundamental e secreto, muito importante para as negociações do Tratado de Madri e para a confecção do Mapa das Côrtes, que por sua vez serviu de base para os tratado de limites, que como vimos seriam o momento crucial na formação territorial do Brasil.

³² Mesmo admitindo a força de setores opositores a Vargas, foi com o apoio de Adhemar de Barros, governador de São Paulo, que Getúlio conseguiu eleger-se presidente da república em 1950, com 64,3% dos votos do eleitorado paulista, enquanto o índice nacional foi de 48,7%. GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressiva em Santos*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 144.

³³ Lembrando que em São Paulo todos os anos comemora-se com feriado estadual a Revolta Constitucionalista de 1932.

³⁴ CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.

³⁵ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. 176.

Cortesão não se contentou em abordar a utilidade cartografia *sertanista* para o projeto territorial português e brasileiro. Ele demonstrou especial interesse nesses mapas,

Não foi sem emoção que demos com esse tesouro e nos debruçamos e estudamos aqueles traçados. Caracterizados quase sempre pelo seu primitivismo, o grupo dessas cartas que abrange a zona das *monções*, isto é, das expedições exploradoras e colonizadoras, que em épocas regulares partiam de São Paulo para Cuiabá, sobressai pelos traços vigorosos e rápidos e prima entre outros pela rudeza, a segurança, e, se nos é permitido em caso tal, pelo poder de síntese³⁶.
(grifos nossos)

A percepção de Cortesão de que os mapas *sertanistas* são marcados pelo “primitivismo, ou melhor, o arcaísmo índio do traçado”³⁷, esta alicerçada pela perspectiva de etnólogos do século XIX e antropólogos das primeiras décadas do século XX. O autor aponta que “devemos considerar que esses traços fundamentais são comuns a outros povos primitivos (...) cujos conhecimentos geográficos guiaram muitas vezes os exploradores noutras regiões dos outros continentes”. Após citar vários exemplos de expedições guiadas por traçados “primitivos” em diversos continentes, Cortesão cita a obra *Maps of primitive Peoples*³⁸. Cortesão conclui que duas são as “faculdades máximas” dos “povos primitivos”: “a *visão telescópica*” e a “extraordinária memória visual”. Cortesão pontilha exemplos da colaboração dos índios desde sua utilização como guias, sua contribuição na elaboração de mapas, indo do século XVI e XVII até chegar aos relatos de Von den Steinen, já no final do século XIX e de Koch-Grünberg no princípio do século XX. A fundamentação teórica no discurso etnológico e antropológico – sobretudo alemães – e os exemplos citados serviram para afirmar uma analogia inequívoca entre a geografia dos índios e a cartografia *sertanista*, em particular a “sertanista-bandeirante”. Para o autor “o irrecusável parentesco com a cartografia primitiva

³⁶ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. 232.

³⁷ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Op. cit., p. 233.

³⁸ De autoria de B. P. Adler “discípulo de Ratzel”, publicado em 1910, autor que, nas palavras de Cortesão, estudou os “mapas desses povos, quer traçados na areia, quer com tinta ou sangue, em madeira, papel ou couro; quer esculpidos em relevo e tecidos com varas e fibras vegetais”. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Op. cit., p. 233.

do aborígene que (...) desfaz todas as dúvidas”³⁹. No esforço de contabilizar em pormenores “o tesouro” que encontrou, acrescenta,

A tal ponto que essa profunda afinidade nos surgiu desde logo como um critério seguro para distinguir, dentre as cartas de sertanistas, as que são de bandeirantes. Colocando, lado a lado, as cartas que estamos referindo e certos mapas de índios, recolhidos por Von den Steinen, no alto Xingu, entre os aborígenes, cuja cultura estava no estágio de primitivismo puro, a semelhança é flagrantíssima. Umas e outras denunciam o mesmo fundo cultural, numa arte ao mesmo tempo simples, rude e vigorosa de exprimir os factos geográficos, na sua essencialidade utilitária. Ao invés, os mapas que podemos chamar de sertanistas ou ainda de cartografia sábia, denunciam a primeira vista uma arte e cultura plástica muito mais evoluídas⁴⁰. (grifos nossos)

As cartas “bandeirantes” seriam, portanto, mais próximas da cartografia indígena do que outros mapas “sertanistas”. Mas como explicar o fato dos portugueses terem utilizado de técnicas indígenas na produção de mapas? Para o autor apesar das diferenças profundas entre “o português de Quinhentos” e os índios, sobretudo, em relação à “idade cultural”, os “dois em certos aspectos se assemelham e essas coincidências foram, desde os primeiros tempos, base de entendimento, e logo, fusão harmônica de raça até de culturas”. Cortesão retoma a tese de Gilberto Freyre – sobre as relações entre escravos e portugueses⁴¹ –, cita Hegel⁴² e o historiador Edgard Prestage⁴³, para defender que “ao lado da tolerância ética e democrática que aproximou o português dos outros povos, influenciou profundamente na sua atitude com as raças indígenas e os escravos negros a diferença na formação e

³⁹ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 233.

⁴⁰ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 233.

⁴¹ O texto de Freyre citado por Cortesão é *Interpretação do Brasil*. Segundo Cortesão “Admite Gilberto Freyre que as rebeliões dos escravos negros ‘não tenham sido em nenhum tempo tão numerosas ou violentas no Brasil como em outras regiões da América, talvez porque o tratamento dado pelos portugueses, e mais tarde pelos brasileiros, provocasse menos o desejo de rebelião por parte dos oprimidos’. E acrescenta por forma mais terminante: ‘E outra não é a conclusão dos historiadores e sociólogos brasileiros que melhor têm estudado a história social da região agrária e escravocrata, pelos meios mais objetivos e imparciais de estudo’”. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 94.

⁴² A obra citada, com título da tradução em espanhol é *Lecciones sobre la filosofia de la Historia Universal*. “Os portugueses foram mais humanos que os holandeses, os espanhóis e os ingleses”. HEGEL apud CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 95.

⁴³ “Os senhores [portugueses] tratavam os cativos, como outros quaisquer servidores, ensinando os ofícios aos mais moços, dando-lhes liberdade e casando-os com mulheres portuguesas. (...). A escravidão raramente assumia entre o duro aspecto que teve, quando praticada pelas raças norte-europeias”. PRESTAGE, Edgard, apud CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 95.

caráter, mais humano e compassivo, que o distingue dos espanhóis”⁴⁴. O autor destaca ainda as qualidades do português como “povo construtor de Estado”, e insere a história das “bandeiras” na epopeia portuguesa:

Ninguém como Júlio de Mesquita Filho fez justiça a essas qualidades. Segundo ele, “o tipo humano que a assombrosa epopeia [dos portugueses] cria é idêntico a si mesmo, quer surja nos mares da Índia, da China e do Japão, quer emergja das sombrias florestas que das praias de S. Vicente galgam a serra do Mar para estender-se interminavelmente pelo planalto central a dentro”. E o sociólogo das bandeiras define como virtualidades expansionistas do português o seu grande poder de adaptação biogenético, e, mais que tudo, “o instinto político que o levava em todas as latitudes a imprimir seus feitos e gestos um cunho nitidamente construtivo”⁴⁵.

A cartografia sertanista resultaria, portanto, das virtudes do colonizador e no fato de que os “portugueses e tupis acertavam o passo”⁴⁶. Muitas práticas indígenas foram simplesmente incorporadas pelos colonizadores, como por exemplo, “a agricultura de mandioca e do milho; a técnica da pesca e a seleção das espécies comestíveis; os tecidos de algodão; a rede; o fumo; o mate; o cacau e a utilização da borracha”, acrescenta ainda “vários métodos de proteção, defesa e subsistência durante as marchas a pé, uma técnica própria de construção naval e navegação fluvial; vastos conhecimentos geográficos do território; e traçados cartográficos, que embora representassem uma arte de primitivos, auxiliaram poderosamente a expansão portuguesa no continente”⁴⁷. As bandeiras, seriam, portanto uma especificidade dentro de um quadro geral, um exemplo do “êxito de certos cruzamentos” ocorridos no processo expansionista luso.

As questões que envolvem a cartografia sertanista e a “geografia dos índios” são ao mesmo tempo os pontos que aproximam e os que distanciam a perspectiva de Cortesão das formulações de Sergio Buarque de Holanda. Aliás, Cortesão cita o “notabilíssimo estudo” onde Holanda destaca a importância da cultura indígena para a compreensão da expansão territorial

⁴⁴ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 95.

⁴⁵ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 104. A obra citada de Mesquita é *Ensaio Sul Americanos*, de 1946.

⁴⁶ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 105.

⁴⁷ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 69-70.

paulista: o artigo *Índios e mamelucos na expansão paulista*, de 1949⁴⁸. No artigo Holanda defende a assimilação por parte dos colonizadores paulistas de práticas ameríndias. Aspecto reiterado em trabalhos posteriores. A respeito da relação entre a cartografia sertanista e “os moradores primitivos da terra”, a percepção de Holanda é quase idêntica a de Cortesão⁴⁹. Para Holanda,

Alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de um amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa. Os toscos desenhos e os nomes estropiados desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica. Recordam-nos, entretanto, a singular importância dessas estradas para a região da Piratininga, cujos destinos aparecem assim representados como em um panorama simbólico. Neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores das terras⁵⁰. (grifos nossos)

Jaime Cortesão ao citar o renomado historiador afirma que “convém esclarecer que Sérgio Buarque de Holanda e o autor desta obra escreveram quase que simultaneamente e independentemente um do outro sobre o mesmo tema”⁵¹. O modo como ambos chegaram a conclusões parecidas sobre as características da cartografia indígena, tem relação com a aproximação de Holanda com a antropologia alemã. Segundo Mariana Françoze, Sergio

⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. *Anais do Museu Paulista*. n. 13, 1949.

⁴⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. *Op. cit.* Segundo Cortesão “Com razão e lucidez escreve Sergio Buarque de Holanda a propósito destas convenções: ‘Ao lado do detalhe preciso ou pictoresco, exagerado aqui e ali pela surpresa, há em alguns desses desenhos indício de um aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa a utilidade. Para tanto é indispensável a existência humana duma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda correntes a cerca da *mentalidade primitiva*.’ E referindo-se a um dos mapas obtidos por Von den Steinen, acrescenta: ‘O desenho chega a libertar-se, muitas vezes, da pura imagem visual. Na queda de água, representada por um meio de um círculo, no Rio Batovi, designado com uma linha quebrada, que não pretende reproduzir todas as sinuosidades do curso, mas tão-somente indicar sua irregularidade extrema e com isso acautelar o viajante inexperiente, atingem-se sem mais rodeios as finalidades informativas e rememorativas requeridas de tais processos’”. CORTESÃO, Jaime. *História da Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 56-64.

⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 23.

⁵¹ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 105. A autor acrescenta que “todas a fontes utilizadas por nós e os respectivos conceitos vinham sendo citados e expostos, desde 1944, no nosso curso de *História da Cartografia do Brasil*, dado no Itamaraty naquele ano, e em artigos sucessivos, publicados sob o título comum de ‘Introdução à história das bandeiras’, durante os anos de 1947-1948, nos jornais *A Manhã*, no Rio, e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo”.

Buarque de Holanda, ao trabalhar como diretor do Museu Paulista, manteve contato “frequente com etnólogos”, assim como “teve acesso a livros e artigos que compunham o conjunto de conhecimento etnológico alemão”⁵². É a partir dos resultados das pesquisas desses etnólogos que Holanda estabelece a relação de analogia entre a cartografia sertanista e o conhecimento geográfico indígena. Assim como Cortesão, ele relaciona o nomadismo com “senso de orientação quase miraculoso” dos índios, e acrescenta,

Disso há exemplo na extraordinária habilidade cartográfica de que frequentemente são dotados. Von den Steinen descreve-nos como um capitão suíá desenhou na areia (...) parte do curso do Alto Xingu (...). dessa capacidade de representação gráfica entre os índios também faz menção Theodor Koch-Grünberg, que viu um taulipangue desenhar o curso completo do Cuquenau com seus setenta afluentes (...). Outro etnólogo, Fritz Krause, conseguiu informar-se minuciosamente da localização das tribos da zona do Tapirapé, graças a simples croquis geográficos de um carajá (...) ⁵³.

Françozo pondera, entretanto, que a interpretação de Sergio Buarque de Holanda diferia da perspectiva dos etnólogos alemães que “previam a destruição dos povos indígenas” em contato com “os brancos”. De fato, em *Caminhos e Fronteiras* quando analisa as práticas de caça e pesca, ele afirma que a “solidariedade cultural que logo se estabeleceu entre o invasor e a raça subjugada”⁵⁴. Para Françozo, o motivo de Holanda encontrar no trabalho de etnólogos alemães, a principal base empírica para sustentar seus argumentos, reside “numa diferença fundamental entre esses dois tipos de fonte, diferença esta que diz respeito à natureza mesma desses textos”. Enquanto no primeiro tipo “o olhar desses escritores estava embasado em noções de humanidade, verdade, bem e mal próprias do período moderno” no segundo “esses cientistas vieram à América do Sul buscar dados e informações entre algumas sociedades indígenas, pois estavam preocupados em entender questões, postas para a ciência daquele período, sobre as diferenças e as similaridades

⁵² FRANCOZO, Mariana. “Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em Caminhos e fronteiras”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007, pp. 137-152.

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 23.

⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 60-61.

entre os grupos humanos (...) assim como sobre o modo de vida (...)”⁵⁵. Não desconsiderando as afirmações da autora, pensamos que as questões que o levam a se apropriar do conhecimento dos etnólogos estão ligadas às estratégias narrativas elaboradas por Holanda, desde seus primeiros trabalhos⁵⁶. Na etnologia alemã, o autor encontrou os “exemplos” que precisava para, por analogia, sustentar suas próprias concepções, da mesma forma como fazia com os documentos do período colonial. Para entrar nessa trama na qual Holanda habilmente amarrou testemunhos coloniais, trabalhos de etnólogos e diversas outras fontes, para sustentar uma determinada perspectiva sobre a cartografia sertanista, é necessário fazermos algumas considerações sobre aspectos não tão pontuais de sua obra.

Em suas diversas obras Sergio Buarque de Holanda inseriu o sertanismo em determinadas perspectivas sobre a História do Brasil, que foram nuançadas ao passar das décadas. Como apontou Fernando Novais, se enfatizarmos a variedade de “temas e monumentos na obra do historiador” iremos destacar a diversidade de sua obra e procurar por “passagens” de um para outro momento. Mas “talvez seja importante reler o conjunto do ponto de vista da sua unidade (...) entender porque nos sentimos ‘desterrados em nossa própria terra’, isto é, sondar as estruturas mais profundas de nosso modo de ser, para visualizar as possibilidades de modernização que nos reserva o futuro”. Era esta para Novais a “persistente e quase obsessiva indagação”⁵⁷ de Sergio Buarque de Holanda, desde a primeira edição de *Raízes do Brasil*. O autor encontra no Planalto da Piratininga uma chave interpretativa para problematizar a formação histórica do Brasil, “ali nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional (...) pela primeira vez a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra uma voz articulada”. Para Holanda

⁵⁵ FRANCOZO, Mariana. *Op. cit.*, p. 147.

⁵⁶ Ver PESAVENTO, Sandra J. “Cartografias do sertão. Palimpsestos na escrita da História”. In PESAVENTO, Sandra J (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 17-79.

⁵⁷ NOVAIS, Fernando. *Prefácio*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 7.

A expansão dos pionners paulistas, entre os quais se destacam figuras monumentais, como a desse extraordinário Antonio Raposo Tavares, não tinha suas raízes do outro lado do oceano, podia dispensar o estímulo da metrópole, e fazia-se frequentemente contra a vontade e contra os interesses imediatos desta. (grifos nossos).⁵⁸

A proximidade entre as perspectivas de Cortesão e Holanda vão dissipando-se na medida em que as características da cartografia sertanista e, obviamente, do próprio sertanismo, vão sendo relacionadas com contextos mais amplos. Para utilizarmos a analogia do mapa, apesar da representação topográfica do sertanismo serem parecidas entre os autores, em mapas de outras escalas o sertanismo ocupa lugares distintos.

Antes que se faça qualquer conclusão apressada sobre a relação entre portugueses e sertanistas, advogando por uma radical ruptura entre o legado português e o paulista, é necessário apontar que o autor em *Raízes do Brasil*, ao utilizar as palavras sublinhadas impede qualquer raciocínio que generalize as relações entre paulistas e portugueses. O que existe é uma ênfase na inflexão histórica que a expansão paulista significaria para a história do Brasil e para a construção contraditória da identidade nacional. Poderíamos apressadamente lançar a obra em sua imersão no tempo histórico, das primeiras décadas de 1930, relacionar a citação com o discurso de São Paulo como “locomotiva da nação” e ainda com a legitimidade da Revolta Constitucionalista de 1932. Mas tais acontecimentos e perspectivas, embora contemporâneas de Holanda, parecem não ter sido àquelas que afetaram particularmente a sua obra. Embora nascido em São Paulo, Sergio Buarque mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar Direito na tradicional Faculdade de Direito, onde se formou em 1925. Ao longo de toda a década de 1920, integrou o movimento modernista paulista e foi seu representante no Rio de Janeiro⁵⁹. Parecem emergirem desse contexto cultural e literário – que também é político – as questões que marcariam a sua obra. Ao analisar as correspondências, na década de 1920, entre Sergio Buarque de Holanda e autores modernistas – entre os quais Mario de Andrade – e artigos publicados em revistas, Júlia S. Mattos afirma que “o jovem [Holanda] imerso nos caminhos da literatura

⁵⁸ HOLANDA, Sergio B de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, 1995, p. 102.

⁵⁹ CANDIDO, Antonio & CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: modernismo*. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 13.

apresentava em sua correspondência e artigos suas primeiras inquietações de historiador, as raízes de nossos hábitos, costumes e cultura”. A autora conclui que “podemos perceber como a proposta modernista, de romper com os velhos padrões importados, permaneceu no pensamento buarquiano e adentrou sua primeira obra”⁶⁰.

A história de São Paulo torna-se o mote de suas pesquisas, pois o autor percebe São Paulo como “polo modernizador do Brasil [que] e precisa por isso ser apanhado em sua especificidade” e os “tempos coloniais” seriam “privilegiados para descobrir as raízes mais profundas dessa peculiaridade”⁶¹. Os seus posteriores estudos mais focados na cultura material e o viés antropológico de suas análises não excluem a possibilidade de pensarmos certos aspectos que percorrem toda a obra de Holanda e que vão fornecer subsídios, construir quadros, nuançar e enfatizar perspectivas que orientam a relação do autor com a documentação histórica. Em um trabalho minucioso sobre as obras *Raízes do Brasil* e *Caminhos e Fronteiras*, João Kennedy Eugênio identifica a continuidade de um “organicismo”:

O livro do historiador consumado [*Caminhos e fronteiras*], pleno de erudição disciplinada, que efetuou a passagem do ensaísmo para a pesquisa histórica, na verdade, continua sob vários aspectos o debate travado em *Raízes do Brasil* – continuidade orgânica – e organicismo do ensaio. Em *Raízes do Brasil* a concepção “orgânica” deparava com sério obstáculo: os brasileiros teimavam em agir de forma não adaptativa, menosprezavam a tradição histórica (...). Já em *Caminhos e fronteiras*, se as marcas do organicismo são menos visíveis, o organicismo lá é inteiro (sem matriz rival), amplo e sereno. Desviando o olhar da história do Brasil como um todo, Sergio Buarque vê a realização do crescimento orgânico e da adaptação da sociedade brasileira do latifúndio monocultor e escravista. Nesse livro Sergio Buarque de Holanda faz história de inspiração antropológica e isto já revela um traço do organicismo (...). Em *Caminhos e fronteiras* a pesquisa disciplina e a narrativa histórica são guiadas pela imaginação orgânica: os tópicos característicos (crescimento orgânico, adaptação à realidade, singularidade cultural) estão em toda a parte e os capítulos compõem um tácito argumento organicista. Mais que apenas um erudito livro de história, *Caminhos e*

⁶⁰ MATOS, Júlia S. “Cartas Trocadas; Sergio Buarque de Holanda e os bastidores da revista *Klaxon*”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v. 7, n. 2, pp. 1-15, p. 10.

⁶¹ NOVAIS, Fernando. *Prefácio*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 7.

fronteiras é uma intervenção velada no debate sobre a história do Brasil e as vias de acesso à modernidade⁶².

A continuidade da perspectiva organicista acaba por conferir aos documentos sertanistas, uma “função” no interior do discurso de Holanda, discurso este que - seguindo Eugênio – é marcado por noções tácitas de “forma”, de “ritmo espontâneo” e de “disciplina espontânea”.

Mas se não existe uma ruptura com o organicismo na dita “passagem” entre ensaísmo e pesquisa histórica na abordagem de Sergio Buarque de Holanda, há outras descontinuidades que são reveladoras de mudanças de perspectivas do autor. Eugênio analisa, por exemplo, como da edição de *Raízes do Brasil*, de 1948, foram suprimidos vários trechos nos quais fazia crítica duras “ao mito do progresso”, ao “marxismo” e a possibilidade efetiva de revoluções sociais. Tal mudança pode ser explicada pela relação conflituosa de Sergio Buarque com o Estado Novo brasileiro e pelo contexto posterior a segunda guerra mundial⁶³.

Distante da perspectiva dos que definiam as bandeiras como uma expansão a serviço da construção territorial do Estado, Holanda percebe o movimento das bandeiras como uma espécie de elo perdido no desenvolvimento do país. No interior da expansão sertanista as monções seriam o elemento dinâmico um “empreendimento capitalista (...) no sentido mais lato e naturalmente menos rigoroso”⁶⁴.

No entanto, a racionalidade nas relações de comércio monçoeiras não se entendiam aos outros aspectos da sociedade que se expandia com o sertanismo: a agricultura irregular abandonada, os traçados urbanos espontâneos, efêmeros ou inexistentes. Nas técnicas agrícolas, de navegação,

⁶² EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. O organicismo em *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras*, de Sergio Buarque de Holanda. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010, p. 442.

⁶³ “Ao ver o Estado Novo utilizar o discurso organicista, Sérgio mudou de ânimo: decidiu revisar *Raízes do Brasil*. Foi, talvez, o primeiro choque entre os vários que o fizeram revisar o ensaio, atenuando a visão organicista e realçando o viés progressista, que surge em parte para compensar a ideia de desenvolvimento orgânico. Não é à toa que, em 1945, Sergio Buarque participará ativamente da luta da Associação Brasileira de Escritores contra a censura e o Estado Novo. Some-se a isto o final da Segunda Guerra e a revelação dos horrores nazistas e teremos indícios dos motivos que levaram à revisão de *Raízes do Brasil*”. EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. *Op. cit.*, p. 323.

⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 150.

de caça, de pesca, de representação cartográfica do espaço, todos esses elementos das bandeiras eram tributários da “tradição indígena”.

A relação entre os sertanistas e os índios resultaria no “retrocesso a condições mais primitivas” e “era manifesto nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada”, mas o autor ressalta que essa marca “não é um traço negativo”, mas “elemento fecundo e positivo capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra”⁶⁵. Em sua perspectiva, o grande feito das monções não foi inculcar uma lógica capitalista à expansão colonial, mas desempenhar uma “função histórica” e os “esforços daqueles desbravadores” significou “uma parcela de maior importância (...) para a unidade de nosso país”⁶⁶. Assim como em Cortesão, ele estabelece uma linearidade entre conquistas coloniais e as fronteiras do Brasil. Mas não há em sua obra um caráter nacional, estatal dessas conquistas. O historiador percebe na relação entre índios e portugueses a aclimação com o meio, como a condição sem a qual “não poderíamos conceber facilmente muito daqueles sertanejos audazes, que chegaram a aclamar um rei de sua casta e dos quais dizia certo governador português formavam uma república per si, desdenhosos das leis humanas e divinas”⁶⁷.

Postas estas questões, uma leitura simplista poderia nos levar a crer que o autor defende a ausência do caráter português na expansão paulista, mas sua posição é mais densa e situada entre dois extremos, como deixou claro em publicação de 1946. Holanda afirmou “não pensar em tudo” como o etnólogo e historiador alemão George Friedrici para quem “os descobridores, exploradores, conquistadores do interior do Brasil não foram os portugueses, mas os brasileiros mestiços, mamelucos. E também, unidos a eles, os primitivos indígenas da terra”. Por outro lado aponta que “não hesitaria em subscrever pontos de vista como os recentemente sustentados pelo sr. Julio de Mesquita Filho, de que o movimento das bandeiras se enquadra em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na Ásia, na África, e na América (...)”. Mas Holanda faz uma reserva importante para concordar com

⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Op. cit., p. 21.

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Op. cit., p. 151.

⁶⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Op. cit., p. 21.

Mesquita Filho, “a de que os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem”⁶⁸.

A afirmação de Holanda contribui para a sustentação da afirmação de Chiara Vangelista de que o autor objetivou de que “à família patriarcal do Nordeste de Gilberto Freyre, mas também ao senhor da terra do Sul de Francisco de Oliveira Viana, SBH contrapõe um luso-paulista que conquista a terra (...)”⁶⁹. Há que se perceber, contudo, algumas nuances insinuadas por Holanda, desde a primeira edição de *Raízes do Brasil*. Afirmar que as bandeiras paulistas não atendiam interesses imediatos da metrópole, não significa pensar a completa dissociação entre esses interesses a expansão sertanista. Defender que a plasticidade da cultura portuguesa facilitou a aproximação com a cultura indígena, verificável na cultura material, não denota a não dominação europeia do território, por meio da ação dos sertanistas. Em sua obra póstuma – *O extremo oeste* – Sérgio Buarque é bem mais enfático, e podemos perceber claramente quais são os enunciados que o autor confronta. De um lado critica a perspectiva defendida por Cortesão – citando inclusive a *História do Brasil nos Velhos Mapas* – e com um tom acima do irônico, afirma que

Se deveu o Brasil sua extensão atual e sua unidade a uma política de comprovada sabedoria, capaz de pesar o imponderável, calcular o incalculável, fabricando o futuro sob medida, a medida de seus próprios interesses, todo o mérito pelos resultados obtidos é atribuível a política de Lisboa, que, segundo essas especulações, já os tinha previsto e sempre pelejou por alcançá-los. Não será menor, todavia, o mérito dos que no Brasil se tornaram agentes, talvez involuntários, de tão insigne programa. Isto é: não sai diminuída a glória dos sertanistas que trilharam, sem o perceber, caminhos já traçados do além-mar. Do mesmo modo as ações humanas não perdem sua dignidade se a vontade que as anima conflui com o querer de Deus, pois é o contrário é o que parece certo⁷⁰. (grifos nossos)

⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A língua geral de São Paulo* apud EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. Op. cit. p. 359.

⁶⁹ VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira”. In PESAVENTO, Sandra J (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 107-142, p. 137-138.

⁷⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado e de Cultura, 1986, p. 90. Talvez Sergio Buarque ainda tivesse em mente o texto de Cortesão para o *IV Centenário da Cidade de São Paulo*. Segundo Cortesão “Martim Afonso ergue-se no átrio da colonização portuguesa do Brasil, como o homem que relançou as grandes possibilidades da fundação de Piratininga (...). Toda a história da metrópole da expansão geográfica brasileira estava em germe na consciência geopolítica do fundador”. CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil* apud LOSEFO,

As palavras voltam-se nomeadamente para Cortesão e para “autores hispano-americanos”, como Efraim Cardozo e Juan Baptista Albert. Holanda aponta que não apenas aos lusos e aos brasileiros servia tal teoria, mas também aos espanhóis e às repúblicas sul-americanas para mostrar que o “engrandecimento territorial do Brasil (...) não dependeu, senão excepcionalmente, de virtudes guerreiras superiores”⁷¹.

No trecho que sublinhamos há um ponto de convergência entre Holanda e os autores por ele criticados: a ideia de que a extensão e a unidade territorial do Brasil teriam sido delineadas pela expansão do sertanismo. A discordância está na atribuição do feito. Em um ou outro caso o que está em jogo não são apenas as interpretações divergentes sobre a documentação do período colonial. O que está em questão é a avaliação histórica do lugar do Estado na construção territorial do país, e do lugar daqueles agentes sociais que conquistaram os territórios indígenas, “aclimatando-se”, ou no limite, renegando suas origens culturais para assimilar a cultura material indígena como sua própria.

A documentação composta por mapas e relatos sertanistas, portanto, serviram para compor quadros em alguns pontos completamente distintos, mas partindo de alguns pressupostos similares. Obviamente que as considerações que fizemos não desmerecem as teses desenvolvidas por Cortesão e Holanda, mas dão mais historicidade a elas e mostram a necessidade de voltarmos nosso olhar para os documentos de modo diverso, problematizando pressupostos amplamente aceitos. Além disso, acreditamos que uma análise mais detida da documentação, tanto mapas quanto relatos, correspondências, cartas de sesmarias, podem servir para elucidar aspectos ofuscados pelas perspectivas acima apontadas, como a relação entre ameríndios e sertanistas, a relação de ambos com o poder da Coroa portuguesa e as relações de fronteira entre espanhóis e portugueses.

Silvio L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro. Op. cit.*, p. 182.

⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste. Op. cit.*, p. 93.

A construção das imagens sobre a paisagem colonial do centro da América do Sul, contudo, não pode ser atribuída exclusivamente a este ou àquele autor. Jaime Cortesão e, principalmente Sergio Buarque de Holanda, utilizaram-se de símbolos amplamente aceitos para construírem seus “mapas”. Buscaram suas referências em um *lugar comum*⁷². A imagem de um “sertão” onde a ausência de relações sociais regulares, de vida urbana e principalmente de ambientes rurais fixos, fora construída ainda em meados do século XIX. Explorar esses símbolos é explorar os mecanismos que constroem os filtros que mediam a relação dos historiadores com a documentação.

A paisagem colonial e o centro da América do Sul: a construção de um “sertão”

Em artigo intitulado *Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil*, Dora C. Shellard afirma que uma das imagens que orienta o trabalho dos historiadores que tratam do Brasil colonial, é a imagem de uma “natureza virgem, de terras desabitadas, vazias da ação humana no Brasil de outrora”, e acrescenta que “embora muitos já tenham criticado essa visão e apontado o descaso para com as populações indígenas, ela não foi superada. O discurso crítico foi ineficaz na substituição desse cenário por outro mais próximo do real”.

A autora nomeia os modeladores desta paisagem, afirmando que “ainda nos pautamos sem remendos em Caio Prado Júnior ou em Capistrano de Abreu, criadores desse modelo de descrição da paisagem do Brasil colonial, para descrever o processo de avanço da ocupação portuguesa”⁷³. Destacamos um aspecto da crítica de Shellard, particularmente significativo para nossa análise,

⁷² Na acepção do termo definida por Myrian R. D’Allones, “a de significaram mais que simples clichês e banalidades; de serem lugares do “comum”, ou seja, um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva”. D’ALLONES apud BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo, Ed. Unesp, 2007, p. 41.

⁷³ SHELLARD, Dora Corrêa. “Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil”. *Revista Brasileira de História*. v. 26, nº 51, 2006, pp. 63-97, p.64.

Capistrano de Abreu e Caio Prado Júnior utilizam predominantemente fonte do século XIX. (...) Além disso, estes viajantes de onde os historiadores recuperam a paisagem colonial, por questões metodológicas que se impõe até hoje, separavam a descrição da natureza das formas de ocupação humana⁷⁴.

Será possível estender as observações que Dora Shellard faz sobre o silêncio em relação à presença indígena na paisagem colonial à imagem de “sertão” atribuída às minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII? Iremos explorar em particular a forma como as atividades rurais foram caracterizadas.

A análise de Shellard é inspiradora em muitos aspectos⁷⁵, em particular na percepção sobre a relação entre as categorias de *tempo* e *espaço* operacionalizadas nos escritos do século XIX, e sua marca na produção histórica, inclusive na mais contemporânea. Distanciamo-nos, contudo, da análise da autora quando esta atribuiu a Capistrano de Abreu e a Caio Prado Junior a criação de um “modelo de descrição”. Ao menos no caso do silêncio em torno da existência e da importância de ambientes rurais em Mato Grosso, não procuraremos autores que criaram “um modelo”, mas *representações* que se cristalizaram e foram ressignificadas por diversos autores.

Não empreendemos uma busca incessante “pelas raízes” da ausência da ruralidade nos discursos, podemos, contudo, a partir da leitura de referências bibliográficas e da documentação, encontrar em meados do século XIX, uma imagem que abriga muitas das *representações* existentes nas interpretações ulteriores. Destacamos os *Anais de Mato Grosso* de Henrique Beaupaire-Rohan⁷⁶, escrito em meados do século XIX. Tendo como base relatos de cronistas e documentos do Conselho Ultramarino, o autor afirma que “era tal o afã com que os primeiros colonos se entregavam aos trabalhos nas lavras, que nem sequer tratavam de prover aos meios de subsistência”, e acrescenta que “a lavoura desprezada e as poucas plantações que haviam

⁷⁴ SHELLARD, Dora Corrêa. *Op. cit.* p. 69.

⁷⁵ Como quando afirma que “este esforço justifica-se pragmaticamente, pois são essas concepções equivocadas sobre a realidade paisagística brasileira pretérita que povoam o imaginário de muitos que têm tomado decisões quanto às políticas relacionadas ao meio ambiente, ao índio e a questão da terra”. SHELLARD, Dora Corrêa. “Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil”. *Op. cit.* p.66.

⁷⁶ BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Anais de Mato Grosso*. Publicações Avulsas nº 20. Cuiabá: IHGMT, 2001.

pereciam já por falta de trato, já pelo rigor das estações. Nem lançaram mão da pesca, sendo aliás tão piscoso o rio”⁷⁷.

Em 1843 Henrique de Beaurepaire-Rohan, então jovem engenheiro militar de trinta e um anos, “foi designado para servir na comissão militar para a exploração e levantamento do baixo Paraguai, quando teve a oportunidade de conhecer Mato Grosso e onde permaneceu por quase três anos” e teve segundo Costa e Silva, uma relação próxima com Augusto João Manuel Leverger⁷⁸, chegando justamente no mesmo ano que o último aceitou o cargo de cônsul para tratar de assuntos de fronteira e sobre a navegação do rio Paraguai, assunto que se tornaria obstinação para Leverger e outros membros da elite política e econômica de Mato Grosso. Mas a ausência de rotas de navegação que pudessem escoar a produção não era o único entrave apontado. Tanto a população indígena como livres pobres eram vistos como empecilho para o desenvolvimento.

Em recente e importante contribuição, Ana Carolina da Silva Borges mostra que a nova concepção de *trabalho* criada no contexto europeu e que circulava no discurso de viajantes e autoridades (e embasava atitudes, políticas, leis) desqualificava as práticas rurais reproduzidas pelos agricultores pobres do *Pantanal*, não vistas como *trabalho*, pois não geravam lucro que pudesse ser reinvestido na produção nem excedente que pudesse ser comercializado externamente e assim produzir riqueza para a província, além do fato de terras que poderiam gerar riqueza não estarem sendo exploradas *racionalmente*⁷⁹. Apesar de Borges centrar sua análise no período posterior a 1870, é evidente nos relatórios e discursos dos presidentes de província, desde pelo menos a década de 1840, que esta concepção servia aos mandatários locais para justificar práticas de invasão dos territórios indígenas e criticarem as práticas rurais, deslegitimando o acesso dos ribeirinhos à terra, e justificando, por exemplo, a necessidade de colonização estrangeira.

⁷⁷ BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Op. cit.*, p. 17.

⁷⁸ COSTA E SILVA, Paulo Pitaluga. “Apresentação” In BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. *Anais de Mato Grosso*. Publicações avulsas, n° 20, Cuiabá: IHGMT, 2001, p. 7. Augusto João Manuel Leverger tornar-se-ia presidente de província de Mato Grosso por vários mandatos, herói na Guerra do Paraguai e barão de Melgaço.

⁷⁹ BORGES, Ana Carolina da S. *Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930)*. Cuiabá: Carlini Caniato/Edufimt, 2010.

Não nos parece que Beaurepaire-Rohan, ficaria isento destes valores que depreciavam as práticas rurais de forma generalizada. A falta de *racionalidade* na exploração dos recursos naturais, o “desprezo pela lavoura”, a “falta de trato”, ou seja, de *trabalho*, apontados pelo autor dos *Anais*, correspondem mais aos problemas que surgiam no enquadramento de Mato Grosso ao *idealismo do progresso* do que de sua análise da documentação do período colonial.

Tal concepção tornar-se-ia ainda mais perceptível, com a intensificação das relações comerciais entre Mato Grosso e outras províncias e países graças a reabertura em 1870 da navegação com a bacia do Prata, com a utilização de embarcações a vapor. Lilya da S. G. Galletti, assim resumiu a forma como o espaço mato-grossense foi configurado pela literatura de viagens de meados do XIX e início do XX:

um lugar longínquo, perdido no tempo e no espaço. Um território gigantesco, a desafiar uma população diminuta, composta por uma maioria de mestiços e indolentes, cujos hábitos e atitudes os colocavam nos limites da barbárie, e de um expressivo contingente de selvagens, vivendo ainda na infância da humanidade, um depósito de riquezas naturais abundantes e inesgotáveis que prometiam um futuro fabuloso tão logo pudessem ser exploradas pelas maravilhas da técnica, do capital e do trabalho disciplinado oriundos do mundo europeu⁸⁰.

Não podemos perder de vista, a própria autora aponta, que a percepção de um espaço vazio e não explorado fomentou muitas políticas públicas posteriores em relação ao território mato-grossense⁸¹; como exemplo, podemos citar a Marcha para o Oeste (no governo Vargas) e o Projeto de Integração Nacional (PIN), durante a ditadura militar.

Já no princípio do século XX, com o crescimento econômico e de importância política do estado de São Paulo no contexto nacional, a construção do “mito do bandeirante” e da “raça de gigantes” tinha na expansão territorial atribuída aos paulistas aspecto fundamental⁸². Segundo Raquel Glezer houve

⁸⁰ GALETTI, Lilya da S. G. . “O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização”. In: Universidade Federal de Goiás- UFG. (Org.). *Relações cidades-campo*. Goiânia: EdUFG, 2000, v. 1, pp. 21-52.

⁸¹ GALETTI, Lilya da S. G. *Op. cit.*, p. 52.

⁸² SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930), São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 126-133.

“a transposição do bandeirante do século XVII para o paulista do século XX, dando sentido de continuidade e qualidade aos habitantes do Estado”, ou seja, “da mesma forma que o bandeirante desbravara os sertões brasileiros conquistando-os para Portugal e criando o Brasil geograficamente, o paulista, isto é, o Estado de São Paulo, melhor dizendo, a oligarquia paulista, construía o progresso do Brasil”⁸³.

No que diz respeito à formação de ambientes rurais nas áreas de conquista e do “desbravamento dos sertões”, em particular nas minas do Cuiabá, à imagem construída no século XIX se superpuseram outras representações, em particular, a da ação *bandeirante* no território. Visto como o agente único responsável pela expansão territorial, suas características principais eram: “aventureiro, no bom sentido do termo, audacioso e corajoso”⁸⁴. Estas características não “compactuariam” com o desenvolvimento de uma agricultura nas áreas de expansão das atividades sertanistas. Como afirmou um dos principais autores paulistas deste período, Washington Luís, “a agricultura, tarda na retribuição ao trabalho, não se compactua com o desejo febril de enriquecer rapidamente; definhava, estiolava-se, e recebia golpe de morte com a descoberta das minas de ouro”⁸⁵.

A valorização do passado *bandeirante*, não foi exclusividade dos paulistas. Em Mato Grosso, os membros do IHGMT, exaltavam os heróis da colonização e, ufanistas, construíram a imagem de um período de prosperidade e uma “idade de ouro” no princípio da colonização. Em Mato Grosso do princípio do século XX, as *representações* sobre o isolamento e bandeirantismo assumiam o caráter das disputas de poder entre os *nortistas* (a elite de Cuiabá e municípios próximos) e os *sulistas* (do atual Mato Grosso do Sul). Segundo a autora os intelectuais nortistas conferem “aos descendentes das famílias mais antigas e tradicionais (...) um atávico pelo progresso, o mesmo que havia feito

⁸³ GLEZER, Raquel apud BLAJ, Ilana. *Na trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002, p. 53-54.

⁸⁴ Imagem que se projetava também à elite paulista do início do período republicano. BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 48.

⁸⁵ LUIS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo César de Meneses. 2ª. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife/Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1938, p. 22.

de São Paulo a “locomotiva do Brasil” distingui-os como os verdadeiros faróis da civilização, no grande sertão do Oeste brasileiro”⁸⁶.

Entre os membros do IHGMT, destacamos Virgílio Corrêa Filho (que também era membro do IHGB). O autor escreveu uma imensa quantidade de textos e produziu obras que abriram caminhos em vários temas da produção histórica de Mato Grosso, inclusive, sobre a história e a geografia do *Pantanal*. No livro *Os Pantanaís Matogrossenses*, Corrêa Filho destaca a atividade da pecuária no século XVIII,

Se já pelo século XVIII, a pecuária cuiabana excedia as solicitações do mercado regional, daí por diante, à medida que esmoreciam as minas de ouro, pelo esgotamento das aluviões empiricamente lavradas, maiores esforços desviados da mineração evanescente, iriam aplicar-se na lavoura e criação de gado, ainda que escasseassem consumidores⁸⁷.

Vemos que a relação estabelecida entre mineração e o setor agrário é a mesma em Corrêa Filho e em Washington Luis, ou seja, a abundância do ouro impede o desenvolvimento da agricultura. Apenas quando há decadência da mineração, o que segundo Corrêa Filho ocorre rapidamente, que se aplicariam “esforços” em desenvolver a agricultura e a pecuária. A respeito da criação de gado no *Pantanal*, Corrêa Filho destaca a “seleção natural” que formara “uma variedade bovina pantaneira”⁸⁸. Assim como o *Pantanal* fora responsável pela criação do “boi pantaneiro”, o mesmo transformou o *Pantanal*. Uma relação de adaptabilidade mútua entre o gado e o ambiente⁸⁹.

A contribuição de Corrêa Filho para uma história social dos ambientes rurais é muito significativa. O autor mostrou uma diversidade de agentes sociais e descreveu ricamente as paisagens pantaneiras. Todavia, faremos três

⁸⁶ GALETTI, Lylia da S. G. *Op. cit.*, p. 50.

⁸⁷ CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Matogrossenses*. Devassamento e Ocupação. IBGE. Rio de Janeiro, 1946, p. 102.

⁸⁸ CORREA FILHO, V. Mato Grosso. IHGB, Rio de de Janeiro, p. 197.

⁸⁹ “O gado, porém, à procura de água e pastagem, experimentava cautelosamente, passo a passo, em suas contínuas avançadas, a consistência do terreno, que aos poucos se consolidou pela espremedura a que submeteram milhares de cascos. E na atualidade, cursos d’água, de que não podiam aproximar-se os viajantes, (...), já permitam a travessia em condições favoráveis, iniciada pelos bovinos. As suas patas incumbiram-se de transformar a lama em camada coesa, que suporta pesos, outrora incompatíveis, por demasiados, com a minguada resistência. E assim transforma-se progressivamente, o Pantanal”. CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1955, p. 10-11.

apontamentos sobre o *Pantanal* de Corrêa Filho. O primeiro: a harmonia dos grupos sociais entre si (mesmo na inserção do índio no trabalho, o conflito é minimizado em favor do destaque à sua aptidão ao trabalho pastoril)⁹⁰. O segundo: a harmonia com o ambiente natural. Assim como o gado, também as pessoas aparecem na obra de Corrêa Filho como adaptadas aos ritmos do *Pantanal*, como parte do ambiente, ou na forma denominada pelo autor como “aspectos humanos”. Corrêa Filho, criou, ao seu modo, a imagem do “ribeirinho” do *Pantanal*, homem “modesto” que vive de forma relativamente independente das grandes fazendas. A imagem, como o nome sugere, constrói uma relação de imbricação do homem com o rio. Em suas descrições Corrêa Filho circunscreve o campo de ação dos ribeirinhos ao rio e às suas margens. Terceiro, a centralidade das grandes fazendas de gado na paisagem pantaneira. A questão da centralidade do latifúndio pastoril remete-nos a análise da interpretação de um autor, que embora seja pouco citado, traz em suas obras, enunciados presentes (de forma explícita ou tácita) em estudos de vários outros autores e em discursos não acadêmicos. Trata-se de Oliveira Viana⁹¹.

Em *Populações meridionais do Brasil* o autor construiu uma interpretação que buscava dar conta de aspectos sociais, políticos, econômicos, psicológicos, culturais. As influências de teorias raciais, da antropologia e da psicologia social nortearam sua perspectiva sobre o “mundo sertanejo”. Viana acoplou ao conjunto de representações existentes no século XIX as teorias raciais, então bastante em voga. Para ele “na

⁹⁰ CORRÊA FILHO, *Pantanaís Matogrossenses*. Segundo ele o indígena “revelou-se afeiçoado às tarefas pastorícias, que não lhe contrariavam o gosto inato de contínuas excursões, em que se estadeava qualidades admiráveis para o cabal desempenho de seus encargos (...) equivalente perícia revelava nos trabalhos curraleiros, de leiteação e amansamento de animais, no manejo da enxada e machado”. (...) “bororo do São Lourenço ou do Paraguai, guató(...) todas as tribos revelavam análogas aptidões, que facilitaram a expansão pastoril pelos campos outrora por elas senhoreados”, p. 123-124.

⁹¹ Em estudo minucioso sobre a obra do autor, Maria Stella M. Bresciani insere a obra de Oliveira Viana entre os trabalhos fundamentais para a construção da identidade nacional brasileira. Para a autora, no “emaranhado de opiniões a proclamarem o pioneirismo de suas avaliações sobre o Brasil, e falando a mesma coisa de modo diverso, forma-se o lugar-comum: a imagem de um país desconhecido consigo mesmo”. A autora aproxima a temática tratada por Oliveira Viana de autores como Gilberto Freyre, Oswald de Andrade, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo, Ed. Unesp, 2007, p. 47-48. As ligações de Oliveira Viana com a “ideologia” do Estado Novo varguista e a adoção de teorias que defendiam a raça e o ambiente como definidores das características da sociedade, acabaram por estigmatizar o autor e relega-lo ao esquecimento. Suas ideias, contudo, recompõe-se e dialogam com obras de autores consagrados pela memória, como os anteriormente citados.

sociedade colonial, o desejo de enriquecer, de ascender, de melhorar, de gozar os finos prazeres da civilização só pode realmente existir no homem de raça branca”. Quanto ao negro e o índio “na sua generalidade, não sentem, senão excepcionalmente, nos seus exemplares mais elevados, a vontade de alcançar essas situações sociais”⁹².

O ponto nevrálgico da tese de Viana é a compreensão de que o latifúndio, em torno do qual o restante da sociedade gravita, é responsável pela simplificação das relações sociais e entrave ao desenvolvimento humano, a civilidade e a solidariedade. O fato de partir de tal caracterização não impediu que o autor visualizasse grupos sociais que se reproduziam de forma mais ou menos independente dos grandes domínios. As relações que estes grupos e os latifundiários estabeleciam foram assim definidas por Viana: “entre essa classe (proletariado do campo) e a aristocracia senhorial as relações de interdependência e solidariedade não tem nem permanência, nem estabilidade. São frágeis e frouxas. Não se constituem solidamente”⁹³.

Mesmo visualizando este grupo, ou “classe” como prefere o autor, sua imagem é opaca, quase escondida pelos conceitos correlatos às abordagens teóricas generalizantes. Por mais “antiquadas” que possam parecer as formulações de Viana diante das discussões hodiernas (não apenas em relação à historiografia, mas ao discurso científico de uma forma geral), suas marcas estão presentes no discurso de muitos historiadores, muitas vezes de forma não consciente. Não é difícil identificar que muitos autores tomam como pressuposto a inexistência de relações sociais regulares, de racionalidade na produção, de organização do trabalho, de vinculação regular ao mercado, reproduzindo, com eufemismos ou ressignificações, a afirmação de Oliveira Viana de que “nos três primeiros séculos, todos os documentos e testemunhas, atestam a desocupação, a ociosidade e a vagabundagem do baixo povo rural”⁹⁴.

Em meados do século XX, o historiador paulista Sergio Buarque de Holanda escreveu duas obras basilares da historiografia brasileira que tratam da conquista e da colonização “dos sertões” da capitania de São Paulo, os livros *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*. Tanto Dora Shellard no que diz respeito à construção da paisagem do Brasil colonial quanto para Ilana Blaj sobre a construção das imagens da capitania de São Paulo, encontraram em

⁹² OLIVEIRA VIANA, Francisco José. “Populações meridionais do Brasil” in SANTIAGO, Silvio (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 1011.

⁹³ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Op. cit.* p. 1023.

⁹⁴ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Op. cit.* p. 1062.

Holanda um ponto de inflexão. Shellard lamenta: “ignoramos os passos iniciados por Sérgio Buarque de Holanda, o qual, dede a edição de *Monções* (1945), apresenta um cenário diverso, uma outra visão de fronteira”⁹⁵. Para Blaj, Holanda rompe com a percepção linear e evolutiva do passado colonial paulista e ao invés de defender a superioridade do branco, Holanda chama atenção para a importância do saber indígena e da incorporação deste saber pelo paulista. A expansão territorial deixa de ser percebida como inata aos paulistas, e passa a ser vinculada aos aspectos da vida material e a necessidade de um “equilíbrio vital”⁹⁶.

São conhecidas as afirmações de Buarque de Holanda sobre a inexistência de produção regular de gêneros alimentícios na região das minas do Cuiabá. No entanto o que nos interessa destacar é como o autor caracteriza a vida rural nos “sertões”. De acordo com Holanda,

Em nenhum caso parece lícito dizer que as ferramentas chegaram a alterar de modo substancial os usos da terra. Em realidade o sistema de lavoura dos índios revela quase sempre, singular perseverança assegurando-se vitória plena, a ponto de ser adotado pelos adventícios. Os quais, após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro ignorantes nos hábitos de seus ancestrais, ao contrário da raça subjugada, que se mostrou de um conservantismo a toda prova.⁹⁷

Como já vimos na primeira parte deste capítulo, para o autor há uma ruptura completa entre a vida rural europeia e a americana, uma subversão da colonização: os hábitos dos colonizados se impondo diante dos colonizadores. Algo que só é possível pela característica específica da colonização dos “sertões”. O *sertão* reproduzido por Holanda exerce sobre os corpos uma ação anti-disciplinadora, impõe um modo de vida improvisado, inconstante, onde atividades que exigem sedentarismo e regularidade, como a agricultura, não exercem papel importante, não explicam as características da sociedade. O que fornece identidade a esta população de “nômades”, “aventureiros” é a mineração, que supostamente era uma atividade caracterizada pela inconstância, pela mobilidade e pela irracionalidade. Holanda afirma “os benefícios mais seguros, embora também mais trabalhosos

⁹⁵ SHELLARD, Dora. *Op. cit.* p. 67.

⁹⁶ BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 69-72.

⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª Edição. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975, p. 168.

da lavoura, foram logo abandonados pelos do reluzente metal das minas”⁹⁸. O autor chega a dizer que “os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável à dos índios coletores e caçadores, existência que só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante”⁹⁹.

Mais uma vez não são os indícios documentais, embora Sérgio Buarque de Holanda cite vários documentos, que permitem chegar a estas conclusões, mas teorizações que se impõem aos documentos. A imagem de *sertão* é reveladora de pressupostos que extrapolam a análise documental, imagem que parece inquebrantável, e ainda hoje naturalizada na produção historiográfica do *litoral*.

De qualquer forma, embora a sua visão em relação à ruralidade nas minas do Cuiabá não apontasse para mudanças significativas, os temas tratados por Sérgio Buarque de Holanda abriram caminho para uma percepção mais complexa sobre a relação entre os paulistas e a conquista das minas do Cuiabá do que a visão reproduzida pelo IHGSP.

Assim como Shellard, Blaj afirma que “poucos autores trilharam os caminhos abertos” por Holanda, segundo a autora “devido às discussões candentes a cerca do subdesenvolvimento brasileiro, às práticas sociopolíticas encetadas pelo nacional-desenvolvimentismo e ao primado da sociologia e da história econômica”¹⁰⁰. De fato, o contexto político e econômico das décadas seguintes orientou os trabalhos dos pesquisadores, no sentido de compreender as raízes do “subdesenvolvimento”, do “atraso” e dos “entraves” ao “progresso” do país.

Em termos de historiografia econômica, dois dos principais autores brasileiros, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, ambicionaram construir uma visão de conjunto da história do Brasil. Em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*, Caio Prado Júnior apontou características gerais da

⁹⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 138. Trabalhos mais recentes, como o de Laura de Mello e Souza reforçam a perspectiva, enfatizando o caráter improvisado da vida cotidiana, a reprodução de hábitos indígenas, o plantio irregular de roças de subsistência, entre outros aspectos. SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In NOVAIS, Fernando (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: o cotidiano e a vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 41-81.

⁹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, p. 149.

¹⁰⁰ BLAJ, Ilana. *Op. cit.*, p. 72.

história colonial do Brasil. Para o autor, o “sentido da colonização” está na vinculação ao capitalismo comercial europeu¹⁰¹. Para Prado Júnior as atividades econômicas que explicam o *sentido* são aquelas assentadas no latifúndio e na escravidão, base da estrutura social da colônia. Nas áreas de mineração, as minas substituíam as lavouras açucareiras, mas a base de exploração do trabalho era o mesmo¹⁰².

O autor não ignorou a existência de produção rural fora dos grandes domínios, no entanto, para Prado Júnior, essas atividades nunca constituíram parte relevante da formação da economia colonial. O que importa para Prado Júnior são as atividades voltadas para o mercado externo, as demais são espasmódicas em relação à principal, “trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras”, acrescenta “não tem vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência”, e ratifica “numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios”¹⁰³.

Não apenas do ponto de vista econômico, a “agricultura de subsistência”, principalmente a praticada por livres pobres, é posta à margem da sociedade colonial, mas também do ponto de vista “moral” estes foram inferiorizados a partir de critérios “raciais” e étnicos. Neste ponto a análise de Caio Prado Júnior deve uma inquestionável e fundamental influência (não explicitada pelo autor) à Oliveira Viana¹⁰⁴.

¹⁰¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 31.

¹⁰² PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, p. 123.

¹⁰³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, p. 124.

¹⁰⁴ “A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categoria inferiores da colonização. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas para um teor de vida material e moral mais elevado. Ou então, brancos degenerados e decadentes”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Op. cit.*, p. 161. Outro autor que podemos citar é Nelson Werneck Sodré. O autor, em *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*, objetivou demonstrar as dimensões mais gerais a respeito da organização social do “regime pastoril”, assim como evidenciar sua precariedade econômica no período colonial. A visão unilateral de desenvolvimento econômico-social marcou a obra do autor. Sobre Cuiabá colonial, Sodré afirma que “estava fixada a cidade. Sua população aumentava sem cessar. Tudo contra eles lutava, entretanto. Os alimentos andavam escassos. Só se cuidava da mineração”. Após o declínio desta atividade, segundo o autor houve não só um processo de

Para Furtado a exploração das minas foi efêmera e a organização social não se tornou complexa suficiente para a manutenção de uma economia ativa. O baixo progresso técnico e mental dos colonizadores do sertão são as grandes causas de sua involução¹⁰⁵. Embora utilizando a concepção weberiana de *racionalidade*, é notório na citação acima, o alinhamento com a tese de Viana em relação à involução da sociedade (e outros aspectos que destacamos deste autor) e também com Sérgio Buarque de Holanda, no que tange às características da agricultura.

As matrizes teóricas da historiografia brasileira, até meados do século XX, construíram imagens sobre as minas do Cuiabá e particularmente sobre a reprodução de ambientes rurais, nas quais a análise documental foi desprivilegiada em favor de juízos de valor e de elucubrações de aspectos teóricos pré-concebidos. Obviamente que até dias atuais as imagens construídas sobre as minas do Cuiabá modificaram-se, mas alguns aspectos parecem inquebrantáveis e reforçados em trabalhos acadêmicos posteriores. Expor esses aspectos foi o primeiro passo para avançarmos na análise documental, o segundo será a discussão de fundamentos teóricos e metodológicos. Tarefa que desenvolveremos no próximo capítulo.

estagnação da expansão como também “marcaria uma pausa no desenvolvimento humano no oeste” Para Sodré, no “oeste não havia conflitos de terras, que são agudos e insistentes nas zonas agrícolas e mistas. Aqui, a terra era mera referência. Desestimavam-na. Tinham-na em pouca conta, em verdade desvalia”. Vemos que são retomados por Sodré, os princípios de Oliveira Viana sobre o trabalho pastoril, além de reproduzir, como Celso Furtado, a tese do retardo social em relação aos primeiros tempos de colonização européia. Para Sodré “Nomadismo e pobreza, pobreza e nomadismo – é o leit motiv dessa história monótona”. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990 p. 45; 67; 71; 87; 91; 97.

¹⁰⁵ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 91.

Capítulo 2

***Descontruindo mapas, revelando espacializações:
questões de método***

O jornal *Folha de São Paulo*, em 10 de outubro de 2011, apresenta a matéria *A história com mapas digitais*, originalmente publicado pelo *The New York Times*. O texto aborda, como novidade, “agora os historiadores contam com uma ferramenta nova”, o uso do *Geographic Information Systems* (GIS) em estudos históricos. A assim denominada “humanidades espaciais” surge como uma “nova área de estudo” que “mapeia o passado”. O texto expõe algumas pesquisas - como a da geógrafa Anne Kelly Knowles e sua equipe sobre a batalha de Gettysburg, durante a Guerra da Secessão, a pesquisa de Geoff Cunfer sobre o *Dust Bowl* (tempestades de areia que ocorreram nos EUA na década de 1930) - e o relato do historiador David Bodenhamer.

“(…). O mapeamento de informações espaciais permite que você veja padrões e informações que são literalmente invisíveis”, disse Anne Kelly Knowles, geógrafa do Middlebury College, no Vermont. Acrescenta camadas de informações a um mapa, que podem ser tiradas ou acrescentadas de várias maneiras. Com o clicar de um mouse é possível ver o mesmo lugar ao longo do tempo. (...) O Geographic Information Systems, ou GIS, permitiu que Knowles e seus colegas recriassem uma versão digital do campo de batalha original (...) Knowles explicou: “a única maneira que eu conhecia de responder à pergunta” sobre o que Lee viu “foi recriar o terreno digitalmente, usando o GIS, e então perguntar ao programa GIS: ‘O que dá para ver desde uma determinada posição na paisagem digital e o que não dá?’.” (...) David Bodenhamer, historiador da Universidade de Indiana disse que a “virada espacial permite perguntas novas: por que algo aconteceu aqui e não em outro lugar? O que há de especial aqui?”.¹⁰⁶ (Grifos nossos)

A reportagem e o relato dos pesquisadores apontam para uma perspectiva de uso de mapas como mecanismos que permitem “ver” e “recriar” espaços, responder questões bastante objetivas. As publicações acadêmicas têm uma definição muito mais bem apurada das “humanidades espaciais”, contudo, o fato da perspectiva acima delineada estar nas páginas de jornais de amplíssima circulação no Brasil e no mundo não pode ser negligenciado.

No caso do Brasil, o jornal *Folha de São Paulo* possui um público leitor formado principalmente por segmentos sociais com renda e nível de

¹⁰⁶ COHEN, Patrícia. “A história com mapas digitais”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 10 out. 2011. Caderno New York Times, p.5. Agradeço o professor José Jobson por ter não apenas indicado a matéria como me presenteado com o jornal, que por coincidência fora publicado no mesmo dia do exame de qualificação desta tese.

escolaridade elevadas se comparados à média da população¹⁰⁷. Não é difícil supor que grande parte desses leitores tenha acesso a ferramentas digitais de construção de mapas, desde aparelhos de *GPS* a *softwares* como *Google Maps* e o *Google Earth*, o que certamente fortalece a legitimidade entre os leitores da perspectiva esboçada sobre as humanidades espaciais. Inserir variáveis e “perguntar ao GIS” sobre questões ligadas a aspectos históricos e sociais e obter respostas parece mais que natural para leitores acostumados a terem suas rotas de viagem traçadas em poucos segundos com informações sobre trânsito, condições das vias, preços de pedágios, opções de transporte público e etc. Ou ainda que podem com o “clique de um mouse” percorrer virtualmente as ruas de cidades localizadas a milhares de quilômetros de distância.

No livro *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*¹⁰⁸ recentemente lançado como resultado de um congresso realizado na Universidade de Indiana, em 2008, os organizadores da coletânea - entre eles o citado David Bodenhamer – apontam que “the power of GIS for the humanities lies in its ability to integrate information from a common location, regardless of format, and to visualize the results in combinations of transparent layers on a map of the geography shared by the data”¹⁰⁹.

As ferramentas digitais, sem dúvida alguma, ampliam as possibilidades de manipular dados, associá-los e espacializá-los e seu uso nas universidades norte-americanas criaram não apenas as chamadas humanidades espaciais, mas também um campo de pesquisa denominado de história espacial. A

¹⁰⁷ O jornal vangloria-se do fato de seus leitores estarem no “topo da pirâmide social”. Segundo pesquisa feita pelo próprio jornal “o leitor da Folha nas versões papel e digital está no topo da pirâmide social. No caso do impresso, 41% fazem parte da classe A, contra 3% na população em geral. Três quartos fizeram faculdade e 24% também a pós-graduação; no país são 13% e 2%, respectivamente. Dentre os leitores digitais, a fatia com graduação é o dobro da dos internautas. A renda e a posição social também são mais altas”. “Leitor da Folha é ultraqualificado, mostra pesquisa”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 out. 2011. Painel do Leitor. End. Eletrônico: <http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>.

¹⁰⁸ BODENHAMER, David J., CORRIGAN, John e HARRIS, Trevor M (Ed.). *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

¹⁰⁹ Tradução literal “o poder de GIS para as humanidades reside na sua capacidade de integrar informações de um mesmo local, independentemente do formato, e visualizar os resultados em combinações de camadas transparentes sobre um mapa geográfico de dados compartilhados”. BODENHAMER, David J., CORRIGAN, John e HARRIS, Trevor M (Ed.). *Op. cit.*, p. vii.

principal característica da *Spatial History*, segundo Richard White¹¹⁰, é a utilização de ferramentas digitais para criação de imagens que representam a experiência espacial. Para o autor, historiadores que se preocuparam com a questão do espaço, como Henri Levebvre, dedicaram-se muito mais atenção à linguagem da espacialidade do à experiência espacial¹¹¹. Mais do que questões epistemológicas é a metodologia de trabalho adotada no Laboratório de História Espacial, dirigido por White, que apresenta ruptura com as práticas convencionais de produção de conhecimento em história, aproximando as práticas de pesquisa àquelas próprias das ciências exatas e biológicas e, ademais, os resultados das pesquisas são fundamentalmente imagens e não narrativas verbais¹¹².

Em relação aos estudos realizados no Brasil, o uso de tecnologias como os GIS, ou em português os SIG (Sistemas de Informação Geográfica), tem ampliado as possibilidades no campo da Cartografia Histórica, permitindo, por exemplo, que pesquisadores brasileiros elaborem ou reelaborem mapas das conquistas coloniais portuguesas na América¹¹³.

Exemplos dessa perspectiva integram o livro *História de Minas Gerais: as minas setecentistas*, particularmente os textos de Maria E. L. de Resende, Fernanda B. do Amaral, Renato Pinto Venâncio e Friedrich R. Renger¹¹⁴. Maria Efigênia Lage de Resende procura examinar “os caminhos do ouro e os interditos fiscais” no “processo de territorialização das Minas Gerais, no percurso do Setecentismo”. Entre os documentos que a autora utiliza destaca-se o manuscrito intitulado *Das Villas*, que segundo a autora seria “de autoria do governador geral do Estado do Brasil, Luís Cesar de Meneses (8/9/1705 a 03/5/1710)”. Ao citar trechos do documento Resende afirma:

¹¹⁰ WHITE, Richard. “What is Spatial History”. Spatial History Lab. Stanford University, 2010, p. 1-6.

¹¹¹ WHITE, Richard. Op. cit., p. 4.

¹¹² WHITE, Richard. Op. cit., p. 4.

¹¹³ O desenvolvimento desses trabalhos nos últimos anos oportunizou a aproximação entre os estudiosos brasileiros – sobretudo do campo cartografia histórica - com as humanidades espaciais e a história espacial. Como exemplo podemos citar a realização em junho de 2012, na Universidade de São Paulo, do evento *Humanidades Espaciais. Jornadas: GIS aplicado às pesquisas históricas*. Entre os conferencistas esteve presente Zephyr Frank, pesquisador do Laboratório de História Espacial da Universidade de Stanford.

¹¹⁴ RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007. O livro recebeu o prêmio Jabuti – principal prêmio da literatura brasileira – na categoria Ciências Humanas.

Os que já moravam nas Minas desprezando as leis, por mais graves que fossem as suas penas, eram práticos no couro dos matos e hábeis em transitar por veredas incógnitas, pelas quais podiam buscar, em qualquer ponto, o Caminho Geral do Sertão. De forma objetiva, o autor registra a facilidade de evasão do ouro, pelo caminho referido, porque saídos dos matos, os contrabandistas, “animados com o pouco volume que faz o ouro”, conseguem de disfarçar nas praças a que chegam “depois de misturados entre os povos delas”¹¹⁵. (Grifo nosso)

Em uma revista que tem se tornado referência para os estudos em história da cartografia e de cartografia histórica no Brasil, *Os Anais do Museu Paulista*, foram publicados alguns artigos na mesma direção. Nesses trabalhos encontramos uma análise que pretende, por vezes, de modo mais preciso e objetivo possível, representar o real processo histórico de territorialização do espaço e por outras, inclusive, demonstrar e/ou corrigir distorções, erros e ainda *desfazer silêncios* de mapas antigos¹¹⁶.

Em um texto produzido por pesquisadores do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) os autores apresentam uma série de mapas utilizando “de imagens de satélite como suporte para evidenciar a expansão histórico-cartográfica das fronteiras paulistas entre o descobrimento do Brasil e sua independência”. Entre outros mapas há “um exercício de transposição das rotas das bandeiras, das monções e dos tropeiros conforme o célebre *Mapa das Bandeiras* elaborado por Affonso Taunay, em 1921”, nesse mapa segundo os autores “os caminhos para o interior seguidos pelos pioneiros paulistas, tanto em rios (monções) quanto no terreno (bandeiras e tropeirismos), foram recuperados a partir de devotado trabalho de pesquisa”¹¹⁷.

O que apresentamos no parágrafo acima, e no trecho anteriormente citado do texto de Rezende, ocorre em vários outros textos: os autores incorporam o discurso da documentação como detentor de informações

¹¹⁵ RESENDE, Maria E. L. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes” In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *Op. cit.*, p. 45.

¹¹⁶ ROSSETO, Pedro Francisco. “Reconstituição do traçado da ‘estrada dos Goiaes’ no trecho da atual mancha urbana de Campinas”. *Anais do Museu Paulista*, v. 14, n° 2, p. 141-191. São Paulo, 2006. MARTINI, Paulo e outros. “Sensoriamento remoto como suporte para estudos cartográficos sobre o território da América Portuguesa entre 1500 e 1822”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 1. p. 51-68, São Paulo, 2009. CINTRA, Jorge Pimentel. “O mapa das cortes: perspectivas cartográficas”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n. 2. p. 39-61.

¹¹⁷ MARTINI, Paulo e outros. *Op. cit.*, p. 61.

objetivas que registram a realidade e encaixam essas informações em imagens cristalizadas sobre as conquistas portuguesas no interior da América, que se tornam, por meio da tecnologia, *persuasivamente reais*.

Não questionamos a pertinência dos mapas produzidos pela equipe do INPE para os estudos históricos sobre o Brasil colonial, nem a contribuição dos pesquisadores que se utilizam do SIG para elaborar mapas a partir de dados históricos. Problematicamos a metodologia do uso desses mapas como documentos, ou seja, o que procuramos questionar são as perspectivas de ordem teórica e metodológica que orientam os pesquisadores em História no trabalho tanto com *velhos mapas*, quanto com a espacialização de dados históricos em mapas recentes¹¹⁸. No último parágrafo do pequeno texto onde Richard White define o campo da Spatial History, há uma significativa ponderação,

One of the important points that I want to make about visualizations, spatial relations, and spatial history is something that I did not fully understand until I started doing this work and which I have had a hard time communicating fully to my colleagues: visualization and spatial history are not about producing illustrations or maps to communicate things that you have discovered by other means. **It is a means of doing research; it generates questions** that might otherwise go unasked, it reveals historical relations that might otherwise go unnoticed, and it undermines, or substantiates, stories upon which we build our own versions of the past¹¹⁹. (Negrito do autor, grifos nossos).

Se levarmos as afirmações de White ao seu extremo, percebemos que o que fazem os “historiadores espaciais” ao produzir imagens, não é produzir

¹¹⁸ Sobre a questão, afirma Jeremy Black: “se um dos propósitos da cartografia histórica é fixar generalizações precisamente no espaço, então ainda acontece que as habilidades de pesquisa histórica são frequentemente necessárias para fazê-lo antes que qualquer espécie de mapeamento se possa realizar. Em segundo lugar, é necessário reconstruir e compreender as geografias passadas como referências as atividades do período; os significados da localização, distância, proximidade, espaço e território explicam o contexto espacial de um dado assunto e período e não podem ser presumidos em termos modernos”. BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Tradução de Cleide Rapuci. Bauru, SP: Edusc, 2005. p. 410.

¹¹⁹ Tradução literal: Um dos pontos importantes que gostaria de estabelecer sobre as visualizações, as relações espaciais e a história espacial é algo que eu não entendia completamente até que eu comecei a fazer este trabalho e que tive dificuldade em comunicar plenamente aos meus colegas: visualização e história espacial não se trata da produção de ilustrações ou mapas para comunicar coisas que você descobriu por outros meios. **É um meio de fazer a pesquisa**, que gera perguntas, que poderiam ir sem ser convidado, ele revela as relações históricas que poderiam passar despercebidos, e que põe em causa, ou substancia, histórias sobre a qual construímos nossas próprias versões do passado.

conhecimento histórico, mas produzir sistematização de informações históricas por meio de imagens. Imagens que serão objeto de questões e que a partir dessas questões podem revelar relações históricas, e colocar em cheque interpretações cristalizadas. As imagens, mesmo que usem de todo o aparato tecnológico e de uma metodologia de coleta e espacialização dos dados afinados com questões históricas, não produzem o conhecimento histórico¹²⁰. A problematização histórica, a crítica documental e a elaboração da narrativa, ainda compõe o cerne do ofício do historiador.

No artigo *Cartography, ethics and social theory*, John Brian Harley, expôs - há mais de vinte anos - questões relevantes sobre o uso do SIG na produção cartográfica:

Are the mechanics of the new technology so preoccupying that cartographers have lost interest in the *meaning* of what they represent? And in its social consequences? And in the evidence that maps themselves can be said to embody a social structure? If material efficiency is allowed to dominate the design and construction of maps, we can see why the ethical issues tend to pass unnoticed. The technology of Geographic Information Systems (GIS) becomes the message, not just the new *form* or medium of our knowledge. The crisis of representation is now the crisis of the machine. This is not the first time this has happened in the history of cartography. As Roger Chartier puts it, form produces meaning: "Both the manipulation of the reader and the appropriation of a text's meaning always depend on its material forms, which are invested with an 'expressive Function'." At present it is one material form — the all persuasive technology — that is increasingly dominating the discourse of cartography¹²¹. (Grifos nossos, itálicos do autor)

¹²⁰ Difícil não fazer analogia neste ponto com a também norte-americana *Nova História da Economia*, ou *Cliometria*, que emergiu em meados da década de 1950 e propunha a aplicação de metodologias da economia neoclássica aos estudos históricos. Também impulsionados pelo advento da computação na sistematização de dados, os *cliometristas* utilizavam de padrões estatísticos e índices econômicos como principais fontes de explicação histórica, convertendo-se muito mais em um campo da economia aplicada, do que necessariamente um domínio historiográfico. ROJAS, Angela M. "Cliometrics: A Market Account of a Scientific Community (1957-2006)". *Lect. Econ.*, v. 66 n. 1., pp. 47-82, p. 54-55.

¹²¹ HARLEY, John Brian. "Cartography, ethics and social theory". In *Cartographica*. v. 27, n° 3, p. 1-13, 1990. Tradução literal: São os mecanismos da nova tecnologia tão inquietantes que os cartógrafos perderam o interesse no *sentido* que eles representam? E em suas conseqüências sociais? E na evidência de que os mapas, podemos dizer, incorporam uma estrutura social? Se à eficiência material é permitida dominar a concepção e construção de mapas, podemos ver por que as questões éticas tendem a passar despercebidas. A tecnologia de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) se torna a mensagem, não apenas a nova *forma* ou meio de nosso conhecimento. A crise de representação é agora a crise da máquina. Esta não é a primeira vez que isso aconteceu na história da cartografia. Como Roger Chartier coloca, forma produz o sentido: "Tanto a manipulação do leitor e a apropriação do significado de um texto depende sempre das suas formas materiais, que são investidas de uma 'função expressiva'. Atualmente, é uma forma material – a tão persuasiva tecnologia - que está cada vez mais

A reflexão sobre a relação entre *formas materiais* e *produção de sentido*, e destas com a sociedade, implica em questionar o “poder” do SIG na reconstrução espacial do passado¹²². Harley aponta um aspecto que uma vez negligenciado, retira do mapa sua historicidade. A afirmação de Harley de que com o GIS a “forma material” de discurso cartográfico impõe uma persuasão tecnológica às práticas de representação espacial, torna-se ainda mais relevante quando percebemos que essas formas materiais ganharam nos últimos vinte anos cada vez mais espaço de legitimidade social e acadêmica¹²³.

Não apenas David Harley, mas diversos autores da chamada Nova História da Cartografia (NHC)¹²⁴, como Dennis Wood, John Fels, Jeremy

dominando o discurso de cartografia”. Sobre questões éticas no uso do SIG, ver AITKEN, Stuart C e MICHEL, Suzane M. “Who Contrives the ‘Real’ in GIS? Geographic Information, Planning and Critical Theory”. *Cartography And Geographic Information Systems*, v. 22 n.1, 1995, pp. 17-29. Para os autores é preciso partir da “premise that GIS and planning are social constructions then we are better placed to understand their role in societal processes” [premissa alternativa que SIG e planejamento são construções sociais, então estamos em melhor posição para compreender seu papel nos processos sociais] e propõem “post-positivist ethic which merges the academic and professional world with the world of everyday experience” [uma ética pós-positivista, que funde o mundo acadêmico e profissional com o mundo da experiência cotidiana](p. 17). Tradução literal.

¹²² Outro aspecto de pode ser questionado é a própria novidade dos enunciados que são utilizados para reforçar a autoridade do SIG, já que a percepção da existência de técnicas matemáticas que permitiriam uma reconstrução objetiva do espaço representado remete-nos ao século XVI. Sobre o *discurso* do mapa como espelho da realidade, como instrumento capaz de cientificamente e com exatidão representar o real, ele surgiu, segundo Harley e Zandvliet, no século XVI. HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. “Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography”. *Cartographica*. v. 29, nº 2, 1992, pp. 10-19. Sobre a utilização do GIS, os pesquisadores já recorrem a essa ferramenta desde o final da década de 1980, sem mencionar a utilização de cálculos numéricos feitos por computador na confecção e mapas desde 1950. BLACK, Jeremy. Mapas e História: construindo imagens do passado. Tradução de Cleide Rapuci. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 387-412. Já em 1989, o principal autor da chamada Nova História da Cartografia, criticava o discurso dos cartógrafos que “que até agora ofereceram pouco além da iconografia irreal de uma geografia humana positivista, e reduzem a esperança através da “intensificação” do computador de que nos ajudarão a experienciar as lutas humanas do passado, ou a percepção dos lugares onde foi vivido”. HARLEY, John Brian. “Historical Geography and the Cartographic Illusion”. *Journal of Historical Geography*. v. 15, 1989, p. 87, p. 412, apud BLACK, Jeremy. *Op. cit.*, p. 412.

¹²³ Não deixa de ser irônico o fato de Harley ter buscado referências nas ciências humanas e sociais – além da filosofia – para desconstruir os enunciados que seus colegas empregavam para defender o poder do SIG na representação da realidade, e nos últimos anos esses mesmos enunciados estarem ganhando corpo e introduzindo-se na História, de modo indiferente às contribuições de historiadores citados por Harley, como Roger Chartier.

¹²⁴ No decurso do texto ficaram claras as contribuições da NHC. Sobre a definição de NHC, e da denominada Cartografia Crítica, ver CRAMPTON, Jeremy e KRYGIER, John. “An introduction to critical Cartography”. *ACME: An International E-journal for Critical Geographies*, v. 4, n. 1, p. 11-33, 2006. e EDNEY, Matthew H. Putting “Cartography” into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline”. *Cartographic Perspectives* 51, 14-29, 2005. Edney, destaca que apesar das evidentes contribuições da Nova História da Cartografia a partir de meados da década de 1980, é importante a percepção sobre a contribuição de autores como Arthur H. Robinson, que ainda na década de 1950 inseriu a cartografia como objeto de estudos históricos e Woodward que

Crampton, Christian Jacob, Matthew Edney entre outros, destacam a impossibilidade de pensar o mapa como detentor de informações objetivas e desinteressadas, algo que pode parecer óbvio, mas que, como vimos, é ignorado por muitos pesquisadores.

Pelo que apresentamos até aqui, percebemos que existe uma distância e uma tensão entre os estudos de Cartografia Histórica que se utilizam da tecnologia para criar mapas históricos e a Nova História da Cartografia que emerge como essencialmente crítica ao *poder* dos mapas.

Assim como colocamos em questão os métodos da Cartografia Histórica, do mesmo modo podemos questionar se a demasiada ênfase da NHC nas relações de poder no seu efeito de produzir sentido sobre a realidade externa aos mapas, não acaba por reduzir ou eliminar a possibilidade de estudar como as diversas sociedades espacializam essas mesmas relações de poder nos diversos ambientes sociais.

Embora nossa pesquisa não se filie a nenhum dos dois campos de pesquisa, aproveita-se de ambos para a construção de nosso objeto, uma vez que os mapas históricos são documentação privilegiada e a reconstrução de aspectos da espacialização é fundamental. É pertinente, portanto, definirmos a metodologia que utilizaremos para a crítica documental dos mapas e para a percepção das espacializações. Para tanto partiremos de algumas aproximações.

Mapas como imagens que imprimem sentidos e movimentos

antes dos trabalhos em coautoria com Brian Harley desenvolveu, desde o final da década de 1960 uma série de trabalhos que abriram caminho para pesquisas históricas sobre a produção de mapas. Já Crampton e Krygier analisam a contribuição de autores como Harley, Wood, Fels, Woodward entre outros, mas destacam, como Edney, trabalhos anteriores. Os autores apontam a contribuição das preocupações teóricas dos geógrafos no período pós-guerra para as ulteriores formulações teóricas da NHC, como por exemplo do geógrafo marxista francês Yves Lacoste. Não seria arbitrariedade alguma inserir os trabalhos de Jaime Cortesão como parte do contexto anterior a NHC, de inserção dos estudos sobre os *velhos mapas* às pesquisas históricas. Para Cortesão, “os velhos mapas (...) têm a sua história. De simples reflexo ou efeito do passado passam com frequência a ser título, base e causa nos problemas da formação territorial”. CORTESÃO, Jaime. História do Brasil nos Velhos Mapas. V. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009, p. 22.

Em princípio é interessante rompermos com a ideia da existência de um espaço, ou uma *matéria*, da qual o mapa faz apenas *representação*, ou converte-se apenas em *imagem* de referência a um uma realidade exterior. A aproximação com algumas concepções da fenomenologia pode contribuir para tal ruptura. Henry Bergson, no clássico *Matéria e Memória*, discute as relações entre o *espírito* e a *matéria* objetivando ultrapassar a polarização existente na filosofia entre idealismo e materialismo. Para resolver o problema imposto pela aparente antinomia, Bergson afirma que “é para o terreno da memória que nos vemos transportados. Isso era de se esperar, pois a lembrança – (...) – representa precisamente o ponto de interseção entre o espírito e a matéria”¹²⁵. Para o autor a memória deve ser percebida como resultado de uma relação psicofisiológica entre o cérebro, como materialidade física, e as percepções psicológicas.

É preciso ater-se a um ponto central no texto de Bergson. O autor não define a matéria como uma realidade bruta e absoluta. Bergson afirma: “chamo de matéria o conjunto de imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo”¹²⁶, ou seja, “os objetos que cercam meu corpo refletem a ação possível do meu corpo sobre eles”¹²⁷. De acordo em esta percepção de Bergson podemos definir a primeira característica que atribuímos à produção cartográfica: a cartografia como um conjunto de imagens.

A imagem não é imediatamente perceptível, ou seja, há uma característica em toda a imagem que justifica que ela “não pareça em si o que é para mim”. Uma imagem é “solidária à totalidade das outras imagens, continua-se nas que a seguem, assim como prolongava aquelas que a precedem”¹²⁸. Portanto, as imagens não servem apenas e fundamentalmente para ler o mundo, mas, sobretudo, para dar movimento a ele. Produzir o mapa, portanto, não é construir uma representação (em Bergson a representação é apenas subjetiva¹²⁹), pois como afirma Bergson “o espírito retira da matéria as

¹²⁵ BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 5.

¹²⁶ BERGSON, Henri. *Op. cit.*, p. 17.

¹²⁷ BERGSON, Henri. *Op. cit.*, p. 15-16.

¹²⁸ BERGSON, Henri. *Op. cit.*, p. 33.

¹²⁹ Bem diversa, portanto, da percepção de Roger Chartier sobre as representações sociais, para quem as mesmas estão na articulação entre “estrutura cultural” e “estrutura social”.

percepções que serão seu alimento, e as devolve a ela na forma de movimento, em que imprimiu sua liberdade”¹³⁰. A imagem poderia ser convertida em representação desde que eu “pudesse isolá-la, se pudesse, sobretudo, isolar seu invólucro. A representação está justamente aí, mas sempre virtual, neutralizada, no momento em que passaria ao ato, pela obrigação de prolongar-se e de perder-se em outra coisa”. E acrescenta: “o que é preciso para obter essa conversão não é iluminar o objeto, mas ao contrário obscurecer certos lados dele, diminuí-lo da maior parte de si mesmo, de modo que o resíduo, em vez de permanecer inserido no ambiente como uma *coisa*, destaca-se como um *quadro*”¹³¹.

Apesar de inexplorada pelos historiadores da cartografia, a obra de Bergson pode oferecer opções metodológicas, em vários aspectos. A apropriação das concepções de Bergson - de que enquanto “imagem” o mapa é tão “representação” e tão “matéria” como qualquer outra “coisa”, “objeto” ou “ato”; de que as falhas, distorções, imperfeições, desproporções, presentes no mapa, devem ser percebidas no contexto do movimento no qual o mapa, como “conjunto de imagens”, se realiza e se recompõe; de que cada sinal, risco, topônimo, anotação que se materializa no papel, cria uma realidade, ressignifica o espaço, reordena lugares, reproduz e retroalimenta um movimento – implica em uma metodologia que analise o mapa *por dentro* e *por fora*, que não procure corrigi-lo, ou completá-lo, mas que analise o “movimento” pelos “resíduos” imperceptíveis à primeira vista. Ao mesmo tempo em que torna-se relevante como cada resíduo encadeia-se em uma lógica de sentidos que constroem o mundo como “imagem” e consequentemente impulsionam e justificam práticas, sentimentos, espacializações.

Embora não utilizem Bergson para fundamentar-se, autores da história da cartografia têm se aproximado de perspectivas fenomenológicas, argumentado a indissociabilidade entre imaginação e realidade na produção de mapas¹³². Tal percepção, em princípio, evitaria muito dos equívocos e

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre prática e representações. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p. 67.

¹³⁰ BERGSON, Henri. Op. cit., p. 291.

¹³¹ BERGSON, Henri. Op. cit., p. 33-34.

¹³² Um texto que discute a questão em nível teórico: WRIGHT, Jonh. “The place of the imagination in Geography”. *Annals of the Association of American Geographers*, V. 37, N. 1

anacronismos na classificação e análise de mapas históricos. A afirmação de Bachelard de que “uma gaveta vazia é inimaginável. Pode ser apenas *pensada*. E para nós, que temos de descrever o que se imagina antes do que se verifica, todos os armários estão cheios”, é expressiva da perspectiva de que o mapa esta prenhe de sentidos e significados a serem decifrados. Não são poucos os autores que ignoram os *resíduos* presentes nos mapas, seus significados para os leitores coevos, a temporalidade que tais imagens colocam em movimento e as espacializações às quais as imagens articulam-se.

Essa primeira aproximação de definição sobre a cartografia como **imagens que imprimem sentidos e movimentos**, carece, contudo, da percepção sobre *modus operandi* do movimento. Na fenomenologia bergsoniana, os sentidos são constructos de um conjunto de relações psicofisiológicas que ligam o mundo ao cérebro (e ao corpo) dando movimento a ambos. Não estava entre as preocupações de Bergson explorar as relações sociais que condicionam o processo que transforma as *imagens* em *coisas* e vice-versa.

Mapas como discurso retórico expressivo das relações força

Em um artigo muito referenciado, Denis Wood e John Fels, chamaram a atenção para o mapa como uma construção textual. Fundamentados nas obras de Barthes, os autores analisaram um mapa da Carolina do Norte, demonstrando os interesses que norteavam sua produção. Longe de expressar a realidade em si, o objetivo da confecção do mapa é construir um conjunto de imagens que cria uma realidade dada a ler com a finalidade de atingir determinados objetivos. Ou seja, o mapa é feito de *signos* e *desígnios*¹³³. Distanciamo-nos, portanto, da interpretação fenomenológica (levando a diante

(Mar., 1947) p. 1-15. Um texto que faz uma discussão bibliográfica interessante sobre a relação entre imaginação e cartografia: LOPÉZ, Henrique D. e CARETTA, Miguel Nicolás. “Imaginación y cartografía: un estudio sobre el proceso del descubrimiento americano”. *Cuicuilco*. V. 15, n. 43, mai-ago, 2008, pp. 111-136. Os autores apontam que “El mapa brinda una imagen que despierta y altera los sentidos y contribuye a la conformación de un concepto de lo que expone; deja de ser un testimonio netamente geográfico y se convierte en un documento que desvela las cualidades de la sociedad que lo crea, sus actitudes, valores y sentimientos”. p. 136.

¹³³ WOOD, Denis and FELS, John. “Designs on signs / myth and meaning in maps”. *Cartographica*. v. 23 nº 3, 1986 pp 54–103.

sua contribuição) para fazermos, uma segunda aproximação: **os mapas constituem-se em retórica no âmbito das relações de força**¹³⁴.

Harley aprofunda-se nas implicações da definição do mapa como *texto*. Mas, diferentemente de Wood e Fels, a inspiração das formulações de Harley são os trabalhos de Michel Foucault e Jacques Derrida. Em particular as análises de Foucault sobre as relações entre saber e poder e a noção de *desconstrução* de Derrida. Para Harley:

From Foucault's writings, the key revelation has been the omnipresence of power in all knowledge, even though that power is invisible or implied, including the particular knowledge encoded in maps and atlases. Derrida's notion of the rhetoricity of all texts has been no less a challenge. It demands a search for metaphor and rhetoric in maps where previously scholars had found only measurement and topography¹³⁵.

Harley estabelece uma distinção entre poder externo e interno da cartografia. O autor define poder externo como o “poder que é exercido na cartografia”, onde muitas vezes cartógrafos respondem deliberadamente a demandas externas. O “poder é ainda exercido com a cartografia”, com a utilização de mapas para controle da população, do comércio, da administração pública etc. Para Harley, “in all these cases maps are linked to what Foucault

¹³⁴ Perceber os mapas como *retórica*, ou como *discurso* não significa rendermo-nos aos significados que os contemporâneos atribuíam a suas próprias práticas, o que fica bastante claro nos escritos de Foucault em *Arqueologia do Saber* e em *Vigiar e Punir*. Sobre a relação estabelecida por Foucault entre saber e poder em *Vigiar e Punir* e a distância desta de um método fenomenológico, Paul Veyne afirma “Longe de nos convidar a julgar as coisas a partir das palavras, Foucault mostra, pelo contrário, que elas nos enganam, que nos fazem acreditar na existência de coisas, de objetos naturais, governados ou Estado, enquanto estas coisas não passam de correlato das práticas correspondentes, pois a semântica é a encarnação da ilusão idealista”. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, p. 19. Ver também OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Foucault revoluciona a História? Considerações sobre a obra Vigiar e Punir e a produção de conhecimento em História”. *Outros Tempos*. v. 7. n. 9, 2010.

¹³⁵ Tradução literal “Dos escritos de Foucault, a revelação-chave tem sido a onipresença do poder em todo o conhecimento, mesmo que esse poder seja invisível ou implícito, incluindo o conhecimento particular codificado em mapas e atlas. A noção de Derrida da retoricidade de todos os textos tem sido nada menos que um desafio. Exige uma busca por metáforas e de retórica em mapas onde anteriormente estudiosos haviam encontrado apenas medição e topografia”. HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Op. cit.* p. 1.

called the exercise of 'juridical power.' The map becomes a 'juridical territory': it facilitates surveillance and control"¹³⁶.

É preciso que nos atentemos para o fato que essas assertivas de Wood e Fels e de Harley, foram construídas a partir de análises e reflexões sobre mapas contemporâneos, ou mapas eruditos produzidos a mando de governantes, ou voltados para o comércio, não sendo possível aplicar indistintamente os conceitos instrumentalizados por esses autores a qualquer material cartográfico. Muito da contribuição de Foucault, por exemplo, no trabalho de Harley, não se aplica a sociedades anteriores ao século XIX¹³⁷.

Obviamente que a confecção e o uso de mapas são mediadas *por* e expressam as relações de poder. Não se trata, contudo, de reduzir a manifestação do poder nos mapas à intencionalidade ou à prática consciente do autor em manipular dados ou cumprir ordens com interesses expressos. Harley não sugere “that power is deliberately or centrally exercised. It is a local knowledge which at the same time is universal. It usually passes unnoticed. The map is a silent arbiter of power”¹³⁸.

As concepções de Harley, não têm sido incorporadas, ao menos não em sua *radicalidade*, pelos historiadores brasileiros e portugueses, que estudam a cartografia das conquistas portuguesas na América. O que de modo algum implica em afirmar que as concepções que a partir da década de 1980 transformaram de modo profundo os problemas no campo História da Cartografia não tenham ressonância nas pesquisas mais recentes. Em um artigo publicado na revista brasileira *Vária História*, Matthew Edney, aponta uma tendência,

¹³⁶ Tradução literal: “em todos esses casos os mapas estão ligadas ao que Foucault chamou o exercício de ‘poder jurídico’. O mapa torna-se um ‘território jurídico’: facilita a vigilância e o controle”. HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Op. cit.* p. 11-12.

¹³⁷ Como na afirmação, “cartographers manufacture power: they create a spatial panopticon. It is a power embedded in the map text” Tradução literal: “cartógrafos fabricam poder: eles criam um panóptico espacial. É um poder incorporado à textualidade do mapa”. HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Op. cit.* p. 13. A percepção panóptica do espaço emerge apenas no final do século XVIII, cristalizada no trabalho do filósofo e jurista Jeremy Bentham.

¹³⁸ Tradução literal: “que o poder é exercido de forma deliberada ou centralizada. É um conhecimento local, que ao mesmo tempo é universal. Ele geralmente passa despercebido. O mapa é um árbitro silencioso do poder”. HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Op. cit.* p. 13.

No que diz a esse respeito, esse estudo demonstra que alguns conceitos subjacentes a algumas abordagens tradicionais à História da Cartografia precisam ser extensivamente e ativamente repensados. Em particular, nós devemos organizar nossas narrativas históricas e cartobibliográficas não sobre as regiões e os lugares mapeados, mas no contexto em que os mapas foram produzidos e utilizados. Afinal, o objetivo da “nova História da Cartografia”, defendida por Brian Harley e David Woodward, entre outros, é situar os mapas dentro de seus contextos apropriados de fabricação e uso. Dessa maneira, podemos entender os mapas coloniais das colônias e os mapas imperiais dos impérios, e suas possíveis interseções. Nós podemos então ver como os mapas da era imperial eram seletivamente apropriados para servirem como ícones nacionalistas e anti-coloniais. E podemos também ver com precisão como mapas eram utilizados como ferramentas de autoridade do Estado, ou como instrumentos de resistência. Mais importante, dessa forma, os mapas deixam de ser reflexos da sociedade e da cultura que os produziu, mas podem ser vistos claramente como contribuindo à constituição dessas sociedades e dessas culturas¹³⁹.

Tal perspectiva tem sido particularmente sensível às pesquisas mais recentes sobre a cartografia do Brasil colonial. A citação de Edney é basilar para o desenrolar de nosso constructo teórico, e voltaremos a ela no final de nosso capítulo. A percepção de que o estudo dos mapas deve basear-se no contexto e nos interesses que norteiam sua produção e sua circulação, ou em seus usos, tem sido evidente em trabalhos de historiadores, geógrafos e arquitetos, brasileiros e portugueses, e têm trazido contribuições muito significativas. Como exemplo, podemos citar os diversos trabalhos sobre a utilização de mapas para os interesses diplomáticos das coroas espanhola e portuguesa, assim como para a geografia política, e na criação de identidades territoriais, de autores como André Ferrand de Almeida¹⁴⁰, Mario Clemente

¹³⁹ EDNEY, Matthew. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Varia Historia*, v. 23, nº 37, 2007. pp.30-50, p. 49-50.

¹⁴⁰ No texto *Entre a Guerra e a Diplomacia: os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul (1702-1807)* André Ferrand de Almeida propõem “em lugar de uma história do constante aperfeiçoamento dos conhecimentos cartográficos (...), explicar a utilização dos mapas no contexto do conflito, seja durante a guerra, seja para preparar as negociações diplomáticas, ou ainda como forma de propaganda”. Outra característica dos trabalhos de Almeida é a análise minuciosa dos mapas, de sua circulação (e das restrições à circulação) e as implicações geopolíticas que a aceitação e recusa de certos mapas por parte da diplomacia. ALMEIDA, André Ferrand Almeida. “Entre a Guerra e a Diplomacia”: os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul (1702-1807). In: GARCIA, João Carlos (coord). *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. No artigo *A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)*, por exemplo, Almeida, discute como apesar da carta elaborada por Fonseca ser mais minuciosa que qualquer carta anterior e muitas ulteriores, a mesma não foi considerada válida para as autoridades portuguesas que negociavam os tratados diplomáticos, tendo em vista que os resultados das investigações de Fonseca contrariavam os interesses da

Ferreira¹⁴¹, Iris Kantor¹⁴², Renata Araújo¹⁴³, Júnia Furtado¹⁴⁴, entre outros. São, contudo, os trabalhos da arquiteta Beatriz P. S. Bueno sobre as técnicas utilizadas na confecção de mapas por engenheiros militares portugueses, que mais se aproximam das concepções da NHC¹⁴⁵. Ademais, como apontaram Héctor Mendonza e João Carlos Garcia, “só nos últimos anos tem vindo a

diplomacia lusa. ALMEIDA, André Ferrand. “A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n.º. ser. v.17. n. 2. p. 189-214 jul.-dez., 2009. Em outro artigo *O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla*, Almeida mostra a intrincada história da publicação (1775) republicação (em ao menos mais três versões), circulação, usos e interpretações do mapa que dá título ao artigo, em meio as negociações entre portugueses e espanhóis. Para os espanhóis, em princípio o mapa (que era, sobretudo, um mapa que detalhava os territórios espanhóis e suas fronteiras com os territórios portugueses, uma vez que territórios interiores do Brasil colonial não eram objetos de representação minuciosa) expressava contrariedade em relação aos interesses da diplomacia de Castela, tanto que a venda desse mapa fora proibida em 1789, o que não impediu sua circulação. Apenas em 1802 o mapa foi “definitivamente reabilitado”, por parecer do experiente cartográfico de expedições demarcadoras Francisco Requeña. O artigo, mostra, portanto, a complexa rede de relações que legitimam a autoridade dos mapas. ALMEIDA, André Ferrand de. “O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla”. *Anais do Museu Paulista*. vol.17, n.2, pp. 79-89, 2009.

¹⁴¹ FERREIRA, Mario Clemente. “O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia”. *Varia História*, v. 37, 2007, p. 51-69. FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Os trabalhos demarcadores das Partidas Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. FERREIRA, Mario Clemente. “Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação”. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005.

¹⁴² KANTOR, Iris e outros. Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria* (Madrid), v. 12, 2010, p. 110-123. KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, n.º 2, 2009, pp. 39-51. KANTOR, Iris. “Usos diplomáticos da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas”. *Varia História*, v. 37, 2007, p. 70-80.

¹⁴³ ARAÚJO, Renata. “Os mapas do Mato Grosso: o território como projeto”. *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, 2010.

¹⁴⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”. *Anais do Museu Paulista*. v. 17, n. 2, 2009, pp. 155-187.

¹⁴⁵ “Produtos da ação humana, mapas têm, como documentos históricos, uma natureza social e são, ao mesmo tempo, imagens (representação gráfica) e texto (discurso), desenhos e desígnios (neologismos do séc. XVI, não por acaso originários de uma mesma raiz etimológica). Para além de duplos da realidade, documentos exclusivamente derivados da ciência e da arte de um dado período, os mapas são uma construção social do mundo expressa por meio da cartografia. (...) Para além dos signos e símbolos – linhas, cores, códigos e convenções de representação – que nos obrigam, de partida, a desconstruir a gramática que orienta a leitura e a tradução do texto do mapa (gramática esta compreensível através dos tratados de desenho cartográfico da época), cumpre-nos interpretar sua dimensão simbólica, relacionando um artefato cartográfico a outras séries documentais. A estratégia interpretativa deve entender mapa e contexto em estreita relação dialética, indagando sobre o cartógrafo e o contexto de produção, sobre o mapa em meio a outros mapas e outros textos, bem como sobre os desígnios que orientaram sua feitura, formato, circulação e consumo”. BUENO, Beatriz P. S. “Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2. jul.-dez., 2009, pp. 111-153. p. 113. No trecho citado podemos perceber marcas das concepções de autores como Harley, Wood e Fels e Christian Jacob.

acontecer uma modificação no estudo dos mapas antigos, com a incorporação de análises sociais e culturais, coincidente com as modificações teóricas nas Ciências Sociais e Humanas”¹⁴⁶.

A incorporação das reflexões da História Cultural e da metodologia da História da Arte são tendências recorrentes em pesquisas recentes, como nos trabalhos de Maria de Fátima Costa¹⁴⁷, Glória Kok¹⁴⁸, e Maria Beatriz P. Bueno¹⁴⁹. A pesquisa recente de Carla Lois sobre os mapas que representavam o continente americano no princípio da Época Moderna (*modernidade temprana*) incorpora tanto os autores da chamada NHC como autores caros aos historiadores da cultura, como Roger Chartier e o crítico literário Edward Said. Ao definir “o que é um mapa” a autora afirma,

Optamos por posicionarnos en la discusión sobre que es el mapa asumiendo que su cualidad distintiva es una función de significación que carga las tintas sobre la capacidad de representar relaciones en forma analógica y no un tipo excluyente de entidad física. Sin embargo, esto no supone que el mapa es sólo una imagen mental, sin materialidad: la representación cartográfica tiene su propia materialidad, sus modos de articular la imagen con un medio y con un cuerpo, con un soporte y con un sujeto. Ampliaremos, entonces, que

¹⁴⁶ MENDOZA, Héctor V. e GARCIA, João Carlos. “A história da cartografia nos países ibero-americanos”. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n° 7-8-9, p. 7-29, 2005/2006/-2007, p. 15.

¹⁴⁷ COSTA, Maria de Fátima. “De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico”. *Revista do IEB*. v. 45, 2007, pp. 21-36. COSTA, Maria de Fátima. “Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2, 2009, pp. 189-214. A apropriação de métodos da História da Arte, não significa que a autora perceba a cartografia como obra de arte feita em um estúdio, mas sim que métodos de confecção, detalhes das obras, significados de imagens representadas, sejam abordados como aspectos reveladores e significativos dos mapas. Em relação às aquarelas que acompanhavam os mapas de Miguel Ciera, por exemplo, a autora afirma “se olharmos as aquarelas isoladamente, podemos inclusive tomá-las como representações da paisagem, com conotações românticas, evocando um sentimento de solidão, que parece acentuado pela leveza do traço e pelas tonalidades das cores usadas. Mas esta linha de interpretação é extemporânea. Nestas folhas, águas e montanhas parecem querer existir por si mesmas, sob um céu que enuncia ventos e chuvas – tal como descrito no Diário; e, no atlas, estão estreitamente vinculadas a uma carta geográfica específica. Isto é, a paisagem só ganha significado quando contraposta à carta dos rios com a qual dialoga”. COSTA, Maria de Fátima. “Miguel Ciera...” *Op. cit.* p. 212.

¹⁴⁸ KOK, Glória. “Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2, 2009, p. 91-109.

¹⁴⁹ Em artigo já citado, a autora incorpora discute as “dimensões hermenêuticas da cartografia” e recomenda “para investigar os significados intrínsecos ao mapas” a “metodologia de Erwin Panofsky para a análise iconográfica e iniconológica das fontes visuais”. BUENO, Maria Beatriz P. “Do borrão às aguadas...” *Op. cit.* p. 115.

lo que nos interesa de la imagen cartográfica es su dimensión representacional en los términos que propone Edward Said¹⁵⁰.

A percepção da autora, embasada na obra de Said, de que “é possível abordar a experiência cultural intrínseca aos processos de exploração e conquista modernos em termos da invenção de uma geografia imaginária” merece ter suas implicações debatidas, pois, mais do que expressar uma interpretação particular, a ideia de que os mapas devem ser analisados como objetos exteriores aos territórios representados, é uma tendência (como vimos com Edney) que vêm tomando corpo. Segundo Said,

Tomando o final do século XVIII como um ponto de partida muito grosseiramente definido, o orientalismo pode ser discutido e analisado como instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o oriente. Descobri que nesse caso é útil empregar a noção de discurso de Michel Foucault, tal como é descrita por ele na Arqueologia do saber e em Vigiar e punir, para identificar o orientalismo. (...) Além do mais, o orientalismo tinha uma posição de tal autoridade que eu acredito que ninguém que escrevesse, pensasse ou atuasse sobre o Oriente podia fazê-lo sem levar em conta as limitações ao pensamento e de ação. Isso não quer dizer que orientalismo determine de modo unilateral o que pode ser dito sobre o Oriente, mas que ele é toda a rede de interesses que inevitavelmente faz valer o seu prestígio (...) toda vez que aquela entidade peculiar, o “Oriente”, esteja em questão¹⁵¹.

É importante entendermos em Said a distinção estabelecida entre o orientalismo e o Oriente. O autor afirma que “seria um erro concluir que o Oriente era *essencialmente* uma ideia, ou uma criação sem qualquer realidade correspondente”, e acrescenta que “existiam - e existem – culturas e nações localizadas no Leste e suas vidas, histórias e costumes têm uma realidade crua obviamente maior que qualquer coisa que pudesse ser dita a respeito no Ocidente”¹⁵². Portanto, para Said o orientalismo é um discurso “exterior” ao Oriente e “tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o

¹⁵⁰ LOIS, Carla. *Plus Ultra Equinoctialiem*: El ‘descubrimiento’ del Hemisfério Sur en Mapas y Libros de Ciencia en el renacimiento. Tese de Doutorado. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2008, p. 59-60.

¹⁵¹ SAID, Edward W. *Orientalismo*: oriente como invenção do ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 15.

¹⁵² SAID, Edward W. *Op. cit.* p. 17.

orientalista, poeta ou erudito, faz com que o Oriente fale, descreve o Oriente, torna seus mistérios simples por e para o Ocidente. Ele nunca se preocupa com o Oriente, a não ser como causa primeira do que ele diz”¹⁵³. A exterioridade do discurso em relação ao espaço ao qual se faz referência não implica em desinteresse em relação ao espaço, mas ao contrário, o orientalismo afasta a “realidade” do Oriente do discurso que pretende torná-lo inteligível para o Ocidente, e ao mesmo tempo governável, colonizável.

O saber exterior, portanto, por meio da autoridade que exerce sobre o espaço que representa, interioriza-se nesse mesmo espaço, por meio da política externa, das relações econômicas, dos conflitos armados, da ingerência ocidental sobre conflitos orientais, no julgamento dos costumes e assim por diante.

Afirmar, portanto que a cartografia da época moderna integrou o processo de *invenção* da América por parte dos europeus significa que os conhecimentos dos ameríndios sobre o território foram ignorados pela cartografia europeia, ou, como afirmou Padron, os mesmos foram privados de sua representação territorial e da autoridade que seus conhecimentos tinham sobre o espaço. A relação, portanto, entre o mapa - como retórica resultante das relações de força – e o território é uma relação de exterioridade e autoridade que se espacializa no território por meio de relações de poder que tais mapas justificam, autorizam, representam, impulsionam.

Um aspecto importante da percepção do mapa como um texto retórico é a diversificação e ampliação daquilo que podemos entender enquanto *mapa*. Ou seja, se a imagem do mapa tem uma textualidade que constrói discursos, os discursos ou narrativas também por meio da sua textualidade verbal constroem imagens que podem ser lidas e analisadas como mapas, o que amplia sobremaneira a diversidade de documentos que constituem a cartografia de um determinado espaço.

Mapas como indícios de espacializações

¹⁵³ SAID, Edward W. *Op. cit.* p. 17.

Existe um aspecto da retórica que os mapas constituem que não pode ser perdido de vista. Os mapas e sua retórica funcionam como mediação em um processo de comunicação social. Como afirma Christian Jacob,

The map is an instrument of communication; this seems to be one of its essential features. There is always an enunciator and a receiver – the informed individual who is in possession of knowledge about space, about itineraries, about the wealth of a remote country, and the user who needs this information. Communication of cartographical knowledge is ruled by a history (...) the map is never an isolated object independent of desire to communicate, of the transmission of knowledge, and of a semiotic intent in the broad sense of the term¹⁵⁴.

Os mapas muitas vezes servem como instrumento, ou como guia em deslocamentos no espaço, podem servir ainda para fornecer informações úteis aos seus “usuários”. Informações que precisaram ser espacializadas no mapa por *mapmakers* e antes disso precisaram ser de algum modo produzidas. Para que essas informações sejam de fato úteis para o usuário que percorre os caminhos representados é preciso que a retórica do mapa não abdique do conhecimento sobre aquele espaço, de informações que possibilitem o efeito de verossimilhança entre o mapa e o espaço representado.

Obviamente que se pensarmos essa relação de “comunicação social” em um ambiente de conquista e colonização na Época Moderna, as questões são diversas daquelas que podemos formular a partir das situações típicas do cotidiano contemporâneo. Serge Gruzinski no livro *A colonização do imaginário* analisa uma série de expressões pictóricas indígenas no contexto das conquistas espanholas no México entre os séculos XVI e XVIII. Para o autor, as consequências das conquistas espanholas foram muito impactantes em relação aos saberes tradicionais indígenas, desencadeando uma “revolução

¹⁵⁴ Tradução literal: “O mapa é um instrumento de comunicação, o que parece ser uma de suas características essenciais. Há sempre um enunciador e um receptor - o indivíduo informado que está de posse do conhecimento sobre o espaço, sobre itinerários, sobre a riqueza de um país remoto, e o usuário que necessita dessas informações. A comunicação do conhecimento cartográfico é governado por uma história (...) o mapa não é um objeto isolado independente do desejo de se comunicar, da transmissão de conhecimento, e de uma intenção semiótica no sentido amplo do termo”. JACOB, Christian. *The sovereign map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Tradução Tom Conley. Chicago: University of Chicago Press, 2006, p. 100-101.

nos modos de expressão e comunicação”¹⁵⁵. Contudo, tal processo não significou a substituição pura e simples de um sistema de representações por outro, mas oportunizou uma série de adaptações, ajustes e sincretismos. Em relação aos mapas indígenas coloniais do século XVI, o autor aponta que os mesmos “mostraram-se permeáveis às novas realidades”. Apesar da inclusão de “signos novos, que a penetração colonial tornara indispensáveis: igrejas (...) o esquema quadriculado dos *pueblos*, *estancias* e *haciendas*, *corrales*, rodas-d’água, carros de boi etc”, estes mesmos signos “respeitam cânones da iconografia indígena”¹⁵⁶. Apontar a permeabilidade da cultura indígena e sua capacidade de “ajuste” não significa relativizar a dominação colonial. Gruzinski afirma que as pinturas “cumpram tarefas mais materiais” e “passaram rapidamente a ser utilizadas para registrar as transformações econômicas, comerciais e financeiras introduzidas pelos invasores”¹⁵⁷.

A pesquisa de Gruzinski permite-nos – além de estabelecermos comparações com o caso mexicano – perceber os limites das perspectivas que destituem os índios americanos da representação sobre o espaço, assim como o limite daquelas que atribuem aos índios determinadas características da cartografia colonial. Certamente, por mais que o contexto da conquista e de “ocidentalização” presuma dominação (política, econômica e cultural), o processo de transformações nas expressões pictóricas dos índios não foi “produto de um enfrentamento abstrato entre grandes entidades que por comodidade chamamos de culturas”, mas antes disso “resultados concretos de práticas tão diversas quanto a pintura de glifos, o registro por escrito, o desenho cartográfico e a criação plástica”¹⁵⁸. Ao analisar os mapas indígenas que representam espaços coloniais, explorar os signos, os detalhes, o autor demonstra como documentos a princípio compostos de traços e desenhos difíceis de decifrar podem tornar-se referências para problematizar aspectos bem mais amplos das relações coloniais.

¹⁵⁵ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 112.

¹⁵⁶ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. Op. cit., p. 71.

¹⁵⁷ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. Op. cit., p. 50.

¹⁵⁸ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. Op. cit., p. 112.

Outro entre os aspectos importantes relacionados a definição do mapa mediação em um processo de comunicação social é a relação entre os diversos conhecimentos que entrecruzam-se na produção cartográfica. Neil Safier e Júnia Furtado abordam a relação entre um roteiro de autoria dos irmãos Nunes – “cristãos-novos [que] no século XVIII, buscaram a expansão das fronteiras no interior do Brasil como ponto de refúgio, espaço de emigração e fonte de enriquecimento” – e a *Carta de 1748* de Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville¹⁵⁹.

Se pensarmos a cartografia europeia do século XVIII indiferente aos conhecimentos daqueles que *praticam* o espaço representado, por qual motivo um de seus representantes mais ilustres embasaria seus estudos para a produção de um mapa com enorme repercussão acadêmica e diplomática em relatos de exploradores do território? Cedidos por Luiz da Cunha a D’Anville o relato dos irmãos Nunes serviu como mapa para a representação de um extenso território interior dos domínios portugueses na América. Contudo,

A linguagem cartográfica, ao se tornar cada vez mais esquemática na forma de legendas universalmente apreendidas, eliminava determinadas informações contidas no texto e, de certa forma, apagava do espaço do mapa vivências experimentadas (...) Ali, o caminho, reto e certo, se apresenta como algo dado e invariável e permite enaltecer o conhecimento do próprio cartógrafo que, apropriando-se de um saber popular eterniza-se num conhecimento erudito, que passa a ser reconhecido mundialmente como de sua própria lavra¹⁶⁰. (grifos nossos)

Parece, portanto, que a relação entre os mapas e os territórios é ainda mais densa do que o que deslumbramos até aqui. Assim como são cheias de zonas sombrias as relações que os mapas mantêm entre si. Utilizar de relatos – que também são mapas – produzidos de forma não erudita, mas com a autoridade de serem produzidos por homens que *viveram* o espaço, confere por sua vez autoridade ao discurso cartográfico erudito em sua pretensão de representar o espaço com a maior verossimilhança possível. Nos meandros da

¹⁵⁹ SAFIER, Neil e FURTADO, Júnia. “O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil”. PAIVA, Eduardo F. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 263-277. O roteiro, segundo os autores, teria chegado às mãos de D’Anville por intermédio de D. Luís da Cunha.

¹⁶⁰ SAFIER, Neil e FURTADO, Júnia. *Op. cit.*, p. 275.

construção de seus textos, os *fazedores de mapas*¹⁶¹ - tanto os Nunes como D'Anville – deixam escapar outras vozes e deixam-nos frestas que nos permite vislumbrar, mesmo que de forma desfocada e desforme, a espacialização das conquistas portuguesas nos interiores da América.

A cartografia, por mais que por um lado não possa ser vista como um discurso neutro e objetivo, por outro não é uma obra de ficção sobre um espaço imaginado que se torna real por meio de um discurso retórico convincente¹⁶².

Neste ponto de nossa discussão é relevante a questão colocada por Jeremy Crampton: “what is the relationship between the map and the territory if it is not the territory itself and yet is of it?”, como bem aponta o autor, “this is a key component to one of the abiding questions of the twentieth century: what is the nature of language (and symbol systems in general) and how does it represent?”¹⁶³.

Existe, portanto, uma correspondência entre o mapa e o território por ele representado, além das que já exploramos em nossas aproximações anteriores. Pensamos em mapas como constituídos por um conjunto de imagens, com textualidade que revela uma retórica que confere autoridade sobre o espaço, e utilização como instrumento de comunicação que espacializa as relações sociais. Mas poderiam esses mapas se constituir em documentação referencial sobre os territórios que representam?

Tal questão não é apenas válida para os mapas, mas para toda a gama de documentos que constroem a cartografia, ou seja que constroem discursos sobre o espaço. A consciência cada vez maior por parte dos historiadores da narratividade presente no discurso histórico e das relações de poder inerentes à produção desse mesmo discurso tem levado muitos a interpretar como

¹⁶¹ Tradução literal para o termo em inglês *mapmakers*.

¹⁶² Como nos lembra Carlo Ginzburg, a capacidade de apresentar provas aos argumentos era aspecto central da retórica aristotélica. GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

¹⁶³ Tradução literal: “qual é a relação entre o mapa e o território senão não for o território em si também o do mapa?”, “Este é um componente chave para uma das perguntas constantes do século XX: o que é a natureza da linguagem (e dos sistemas de símbolos em geral) e como ela representa?”. CRAMPTON, Jeremy W. “Maps as social constructions: power, communication and visualization”. *Progress in Human Geography*, n. 25, 2001, pp. 691-710, p. 696.

inatingível a pretensão de analisar os documentos à procura de indícios da vida material, das práticas sociais e etc.

A pergunta nos leva a uma questão de fundo debatida por historiadores, filósofos da história e ainda críticos literários, sobre os limites da construção de conhecimento histórico. A questão é: seria possível aos historiadores elaborar uma crítica documental capaz de reconstruir aspectos que escapem da trama de sentidos e significados elaborada nos e pelos documentos, ou a história consiste apenas em um gênero narrativo que utiliza os documentos como artifício? Seria despropositado discutirmos a questão nesta tese, não fossem suas implicações para a crítica da documentação cartográfica (em seu sentido amplo). De qualquer modo o que faremos são considerações bastante pontuais.

A crônica de Barbosa de Sá, referência em quase todos os trabalhos que tratam do período colonial em Mato Grosso, pode servir de base para nossa argumentação. Em um trecho a respeito das atividades agrícolas,

(...) carecia o milho que se plantava na terra e antes de nascer o comiam os ratos depois de nascido o que escapava dos ratos o destruíam os gafanhotos o que chegava a espigar brotava o sabugo sem grão e algum que granava o comiam os pássaros que era necessário colhe-lo verde: o que acontecia aos feijões e a tudo o mais que se plantava na terra¹⁶⁴. (Grifo nosso)

As passagens das crônicas de Barbosa de Sá foram e são utilizadas para atestar aspectos sociais e econômicos das primeiras décadas da colonização portuguesa em Mato Grosso. As imagens construídas por ele remetem a um universo simbólico bastante amplo que mistura às passagens bíblicas as experiências vividas pelo autor¹⁶⁵. Além disso, a ênfase que

¹⁶⁴ SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretaria de Educação e Cultura, 1975, p. 18.

¹⁶⁵ É preciso salientar que relato de Barbosa de Sá não fora feito a partir de sua experiência pessoal, já que Sá não encontrava-se nas minas do Cuiabá nesses primeiros anos, mesmo assim o relato de Sá foi construído com base em testemunhos de moradores mais antigos e de leitura da documentação local. Grande parte das suas crônicas foram aceitas pela elite colonial de Mato Grosso como versão oficial dos “primeiros tempos”, tanto que sua *Relação...* integrou, décadas mais tarde, com algumas modificações, os Anais da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. ROSA, Carlos A. “Mínima história dos Anais”. In *Annaes do Senado da Camara do Cuyaba: 1719-1830*. Transcrição de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007, p. 25.

Barbosa de Sá atribui às pragas, à fome e às doenças está profundamente ligada com aspectos negativos que este atribui ao período em que esteve em Cuiabá, o capitão general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses. Período no qual os impostos sobre cargas de secos e molhados, sobre os escravos que entravam nas minas, assim como os quintos e dízimos passaram a ser cobrados com mais firmeza e regularidade.

Há duas posturas imediatamente postas para os historiadores que se defrontam com a narrativa de Sá. Uma é ignorar as relações de poder e tomar sua crônica como testemunho da situação de Cuiabá e Mato Grosso no princípio da colonização. Outra é ignorá-la uma vez que a dimensão literária do texto anularia qualquer possibilidade de tomá-lo como referência.

Para Paul Ricoeur, o vínculo existente entre história e narrativa é um “vínculo indireto”¹⁶⁶. O autor deixa clara sua posição, mantendo distância dos autores “narrativistas” que reduzem a história à narrativa. Segundo Ricoeur,

...para alcançar o plano da explicação propriamente histórica, o modelo narrativista se diversificou a ponto de se desintegrar. Essa aventura conduz ao limiar da dificuldade maior: uma tese narrativista, refinada a ponto de tornar-se antinarrativista tinha alguma possibilidade de substituir o modelo negativo? É preciso responder francamente pela negativa. Subsiste uma separação entre a explicação narrativa e a explicação histórica, que é própria investigação. Esta separação exclui que se considere, com Gallie, a história como uma espécie de gênero ‘story’¹⁶⁷. (Grifos nossos)

Para Ricoeur “o historiador não é um simples narrador”¹⁶⁸. O autor chama a atenção, no entanto, para “exigência de uma dialética de um novo gênero entre a investigação histórica e a competência narrativa”¹⁶⁹. Nesse aspecto as análises de Michel de Certeau e Roger Chartier compartilham em grande medida dos resultados das reflexões de Ricoeur.

Certeau em *A escrita da história* chama atenção para o fato de que os historiadores não são livres para escrever os “discursos históricos”. O lugar social do historiador define de forma articulada com a sociedade as regras de

¹⁶⁶ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo 1. Campinas: Papirus, 1994, p. 257.

¹⁶⁷ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Op. cit., p. 275.

¹⁶⁸ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Op. cit., p. 266.

¹⁶⁹ RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Op. cit., p. 255.

sua profissão¹⁷⁰. Em relação à escrita da história, Certeau aponta que “alguns traços, que se referem, inicialmente, ao seu conteúdo, vão particularizar o funcionamento da historiografia como *mista*”. Este caráter *misto* resulta da articulação do “discurso histórico” com a “narração” e o “discurso lógico”. Deste modo a história como “discurso misto (...) é feito de dois, situado entre dois”¹⁷¹.

Em *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*, Roger Chartier reconhece o caráter narrativo da história, e partilha das críticas ao objetivismo científico afirmando que “não é mais possível pensar o saber histórico, instalado na ordem do verdadeiro, nas categorias do ‘paradigma galileano’ matemático e dedutivo”. Todavia, o autor aponta que,

Graças às suas técnicas próprias, a disciplina (história) é apta a fazer com que se reconheçam falsificações como tais, portanto, a denunciar falsários. É retornando a seus desvios e suas perversões que a história demonstra que o conhecimento que produz inscreve-se na ordem de um saber controlável e verificável, logo, está armada para resistir como a “máquina contra a guerra cética” que recusa à história toda possibilidade de dizer a realidade que foi e separar o verdadeiro do falso¹⁷². (Grifos nossos)

Para Chartier, “o caminho é então forçosamente estreito para quem pretende recusar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir apenas de um modelo de conhecimento do mundo físico”¹⁷³.

Nossa observação a respeito desse aspecto não significa que defendamos a tese de que se pode na documentação isolar aspectos subjetivos e aspectos objetivos. Como aponta Carlo Ginzburg, os elementos narrativos são indissociáveis dos indícios, sinais, que os documentos deixam sobre o passado.

Não lemos os documentos como testemunho fiel, ou como afirma Ginzburg, “como janelas escancaradas”, mas também, não podemos admitir

¹⁷⁰ CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 76.

¹⁷¹ CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 100.

¹⁷² CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 99.

¹⁷³ CHARTIER, Roger. *A beira da falésia... Op. cit.*, p. 99.

que a percepção da dimensão narrativa implique em ler os documentos como “muros que obstruem a visão”. Os documentos podem ser analisados como “espelhos deformantes”¹⁷⁴.

Privilegiar os aspectos materiais e visíveis do espaço, não quer dizer que esses aspectos não possam ser reconstruídos como resultado de uma leitura crítica dos documentos, levando em conta que as *imagens* e as *relações de poder* territorializam-se na documentação.

Em um texto intitulado *As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas*, Carlo Ginzburg enfrenta questão próxima a que apresentamos em relação à narrativa de Barbosa de Sá. O historiador italiano analisa uma passagem de um livro do padre jesuíta Le Gobien, escrito em 1700, sobre uma revolta ocorrida nas Ilhas Marianas em 1685.

Le Gobien jamais esteve nas ilhas Marianas e construiu um relato que servia aos seus interesses. Elaborou um discurso atribuído ao líder indígena, Hurao, que fazia uma dura crítica à civilização europeia. Segundo Ginzburg “Le Gobien atribuiu a Hurao as ideias sobre liberdade e a simplicidade originais que havia encontrado em Montaigne porque elas lhe permitiam escrever um fragmento retórico eficaz”. O autor acrescenta que “penso, no entanto, que Le Gobien, graças ao discurso de Hurao, conseguiu expressar a profunda ambiguidade que ele compartilhava com a ordem religiosa de que fazia parte, em relação à civilização europeia”¹⁷⁵.

Assim como Le Gobien usou Hurao como personagem para expressar seu posicionamento nas relações de poder no interior da ordem jesuítica, Barbosa de Sá procurou legitimar por valores religiosos - em um jogo de malfeitos humanos e castigos divinos - a insatisfação do grupo social do qual fazia parte em relação aos tributos cobrados pela coroa portuguesa. Na

¹⁷⁴ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p. 45. “A ideia de que as fontes, se dignas de fé, oferecem um acesso imediato à realidade ou, pelo menos, a um aspecto da realidade, me parece (...) rudimentar. As fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo Mas a construção, (...), não é incompatível com a prova; a projeção de desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível”.

¹⁷⁵ GINZBURG, Carlo. “As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas”. *Relações de força: história, retórica prova*. Op. cit., p. 95.

sequência da narrativa, Sá aponta que após a partida do capitão-general em 1728, “melhorou tudo cessarão as excomunhões execuções lagrimas e gemidos pragas, fomes, enredos e mecellaneas (sic) apareceu logo ouro produziram os mantimentos melhoraram os enfermos”¹⁷⁶.

Seria o quadro nefasto pintado por Sá, uma criação de sua imaginação ou da imaginação dos testemunhos que o mesmo consultou? Como qualquer outro documento, é impossível dissociar a imaginação da construção discursiva sobre os espaços. No entanto a imaginação não tem qualquer relação dicotômica com o que poderíamos chamar de materialmente visível. Seria possível, no entanto, que parcialidades desse *materialmente visível* fossem apreendidas a partir de documentos como o escrito por Barbosa de Sá?¹⁷⁷

Na análise sobre o fragmento de texto de Le Gobien, Ginzburg afirma que “com frequência, os textos são considerados como universos autônomos ou, então, ligados a realidades extraliterárias por um nexos, em ultima análise interminável”. Ginzburg por outro lado procurou “demonstrar a tese oposta, isto é: que uma maior consciência da dimensão literária de um texto pode reforçar as ambições referenciais”¹⁷⁸. É em uma nota de rodapé do discurso de Le Gobien que Ginzburg encontra “por baixo da polida superfície de Le Gobien”, uma “voz dissonante, não domesticada: uma voz estranha, que provém de uma realidade fora do texto”. Na nota Le Gobien “fazia pouco da crença [dos indígenas] de que ‘ratos, moscas e mosquitos, de todo tipo tinham sido trazidos pelas naves que chegavam às ilhas’”¹⁷⁹.

Na narrativa de Sá, os ratos, assim como gafanhotos e pássaros eram “pragas” (tantas vezes citadas na Bíblia) trazidas não por seres humanos sejam eles quais forem, mas enviadas por Deus, manifestando a sentença divina (no

¹⁷⁶ Além desta passagem há outras bastantes curiosas que mostram o quanto Barbosa de Sá utiliza-se de recursos discursivos que exploram de forma positiva ou negativa a relação entre ações humanas e respostas divinas, algumas passagens chegam a ser verdadeiras fábulas SÁ, José Barbosa de. *Op. cit.*

¹⁷⁷ Carlos Alberto Rosa é autor de um artigo inspirador que utiliza o relato de Barbosa de Sá para discutir aspectos relacionados a produção rural nas Minas do Cuiabá. ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação* de Barbosa de Sá”. *Revista do IHGMT*, v.58, Cuiabá, 2000.

¹⁷⁸ GINZBURG, Carlo. “As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas”. *Op. cit.*, p. 80.

¹⁷⁹ GINZBURG, Carlo. “As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas”. *Op. cit.*, p. 98.

juízo de Sá) em relação à administração metropolitana nas minas do Cuiabá. Segundo Ginzburg

Analisar as estratégias de um autor por trás das muralhas de proteção de um único texto poderia ser, num certo sentido, tranquilizador. Numa perspectiva do gênero, falar de realidades situadas fora do texto seria ingenuidade positivista. Mas os textos têm fendas. Da fissura que indiquei, sai algo de inesperado: o exército de ratos que invadem o mundo, a outra face da civilização¹⁸⁰. (grifos nossos)

Não são apenas ratos que escapam pelas fissuras da narrativa de Sá. Há outros documentos que mostram uma longa estiagem entre os anos de 1726 e 1728, o que por si só implica em queda da produção agrícola e de extração de ouro, uma vez que em algumas minas era quase impossível minerar sem canais de água. Mas de qualquer modo as diferentes formas como os testemunhos inserem esse período em uma *narrativa da conquista*, possibilita-nos perceber como as relações de poder perpassam a documentação e constroem imagens heterogêneas sobre os espaços. Mesmo assim, é possível e legítimo explorar os indícios nesses documentos e procurar desvendar características da economia e da sociedade, compreender as formas de acesso a terra, e a articulação da conquista da terra para atividades econômicas com outras práticas de conquista, como as práticas discursivas, por exemplo.

Expostas as questões, podemos problematizar a afirmação feita por Edney de que as narrativas históricas não devem ser organizadas a partir das regiões e lugares mapeados e questionar o pressuposto da exterioridade do mapa em relação aos territórios representados. As inscrições nos mapas classificados como “sertanistas” que expomos no capítulo anterior, por exemplo, localizam e adjetivam os acidentes geográficos, as povoações indígenas, os caminhos. Constroem, ao seu modo, narrativas sobre o espaço que não são exteriores ao território e muito menos simples reflexos deste. Esses mapas estabelecem relações de comunicação e circulam informações e interesses diversos ao mesmo tempo em que fazem circular “vozes”

¹⁸⁰ GINZBURG, Carlo. “As vozes do outro: uma revolta indígena nas ilhas Marianas”. *Op. cit.*, p. 98-99.

insuspeitas. Explorar esses mapas é também explorar índices da espacialização da conquista, da efetiva territorialização de ambientes coloniais, de práticas sociais, de atividades econômicas. Tendo como orientação a discussão teórica e metodológica que fizemos neste capítulo, iremos, no capítulo seguinte, analisar a documentação da cartografia “sertanista”, tanto os mapas quanto os relatos.

Capítulo 3

Desconstruindo mapas sertanistas, redefinindo a cartografia da conquista

O objetivo deste capítulo é explorar como a cartografia “sertanista” – relatos e mapas - constroem imagens e se constituem em narrativas que podem servir de base para perceber e reconstruir aspectos das conquistas portuguesas no centro da América do Sul que foram negligenciados ou silenciados por outras interpretações. Embora não seja nosso objetivo o estudo dos mapas *em si*, ao estudá-los de modo mais detido percebemos a necessidade de rediscutir sua definição, os pressupostos que os classificaram e seu lugar na produção cartográfica da Época Moderna. Pretendemos demonstrar que tal redefinição contribui para a percepção das relações sociais que se espacializaram nos ambientes coloniais.

Desconstruindo o Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá

No primeiro capítulo desta tese, apresentamos o *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá* (Figura I). Ao observar o mapa, Mario Clemente Ferreira retificou que o mesmo seria obra de “um bandeirante anónimo (...) [que] traçou um esboço sem qualquer rigor científico onde representou os principais rios, indicou algumas distâncias em léguas e localizou as minas”. Para Ferreira, o principal objetivo do autor foi destacar os caminhos que levavam às minas, “para isso, assinalou uma das primitivas rotas do caminho fluvial que ligava esta cidade e o porto de Araritaguaba àquela região aurífera, ou seja, o célebre percurso das monções, expedições de carácter comercial e povoador”¹⁸¹. Vemos, portanto, que trabalhos mais recentes reforçam as interpretações de Jaime Cortesão e de Sergio Buarque de Holanda que expomos em nosso primeiro capítulo.

Tomando como ponto de partida para nossa análise das definições que fizemos no capítulo anterior, podemos lançar algumas questões ao *Mapa da região das Monções*. Quais são as imagens que esse mapa coloca em movimento ao representar rios, distâncias, localizações? O mapa não possui qualquer padronização em sua construção textual? Não existe comunicação

¹⁸¹ FERREIRA, Mario C. “Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII”. *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa, 2007, p. 2.

entre padrões eruditos de representação cartográfica e a confecção de mapas “sertanistas”? Seria mesmo o objetivo do mapa representar o “célebre percurso das monções”? O que o mapa revela sobre a espacialização da conquista portuguesa nos interiores da América? Para responder estas e outras questões, formulamos uma transcrição em forma de croqui¹⁸² que sobrepomos ao traçado do mapa original (Figura VII). Ao espacializarmos as transcrições, imediatamente percebemos uma minúcia insuspeita a primeira vista. Mas antes de explorar o mapa *por dentro*, exploraremos sua comunicação com outros mapas.

O *Plano Hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso* (Figura IV) é um mapa inacabado. Não apenas pelo fato da legenda do mapa estar em branco (abaixo da rosa-dos-ventos), mas ainda devido ao traçado de alguns rios não terem sido completados, assim como algumas inscrições aparecerem duas vezes no mapa e há também muitas rasuras. Notamos ainda, que ao ser dobrado ao meio a tinta de um lado do mapa marcou o outro, com mais densidade nos desenhos em aquarela.

As inscrições de rios, topônimos, vilas, e informações sobre caminhos, são claramente feitas com base em outros mapas, particularmente o *Mapa da região das monções...* (Figura I) e a *Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba* (Figura II).

Em relação ao *Mapa da região das monções...* vejamos os detalhes (Figura V). Comparando os dois mapas, parece que o autor do *Plano Hidrográfico*, tinha uma tarefa relativamente fácil. Ou seja, apenas substituir sinais rústicos por inscrições mais “sofisticadas”. Onde havia apenas algumas árvores desenhadas de modo bem simples, e com a indicação de ser um caminho de “matto”, o autor inseriu a representação de uma floresta densa com inúmeras arvorezinhas, também feitas cada uma delas, com poucos riscos, sem muito acabamento se vistas de perto, mas que à distância compõe um conjunto harmônico. Técnica infinitamente utilizada, reproduzida, por exemplo,

¹⁸² Para melhor visualização deixamos toda a escrita na horizontal. Os topônimos foram transcritos da mesma forma que estão grafados no original, apenas os trechos com observações foram atualizados. Seguimos esta mesma orientação em todos os croquis.

por Diogo Soares e Domingos Capacci no conhecido conjunto de mapas *Carta da Costa do Brazil*¹⁸³.

FIGURA IV

Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso, 17--. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado ; : 42,5 x 59,5cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

¹⁸³ Ver por exemplo Carta 9a. da Costa do Brazil Ao Meridiano do Rio de Janeiro Desde a Barra de Santos athe a da Marambaya". Autores: Diogo Soares e Domingos Capacci. Data: [c. 1737]. Dimensão: 18,8 x 31,7 cm. Cartografia Manuscrita do Brasil – n. 1142. Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa, apud BUENO, Beatriz P. S. "Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. n°. ser. v.17. n. 2. p. 111-153 jul.-dez., 2009, p. 127.

FIGURA V

Detalhes do *Mapa da região das monções...* Op. cit. (esquerda). Detalhes do *Plano Hidrográfico*. Op. cit. (direita)

Nas indicações de vilas, substituiu-se o círculo pela representação de igrejas, como também era a regra geral¹⁸⁴. O autor procurou uma padronização ortográfica, não inscrevendo ao lado do nome em português os nomes de origem indígenas atribuídos aos rios Pardo e Verde, por exemplo. Nos caminhos, que no *Mapa da região das monções* aparecem apenas com indicações de distância, o autor do *Plano Hidrográfico* riscou linhas tracejadas, também forma comum de representá-los.

Mas a tarefa do autor era bem mais complexa que apenas trocar sinais. Para os *mapmakers* “sertanistas”, a indicação de coordenadas geográficas, pontos cardeais, as escalas, eram características ausentes. Tal ausência, porém, não pode ser explicada apenas pela *falta*, mas pela *existência* de técnicas que permitem representar territórios, apontar distâncias, localizações, sem uma suposta precisão matemática, mas com a pretensão de fidelidade ao espaço de referência.

As *operações* que possibilitam a emergência de uma cartografia “sertanista” são bastante diversas das que estão nos manuais europeus, ou mesmo das formas eruditas não científicas. Ou seja, quando o mapa é inscrito no papel são materializadas relações sociais que possibilitaram sua produção, uma vez essas relações sendo bastante diferentes é impossível a simples *tradução* do produto final. Optar por representar uma “lógica geométrica” do espaço não estava no horizonte daqueles que confeccionavam os mapas sertanistas. Tampouco os que utilizavam essa lógica, como os padres matemáticos e os engenheiros militares, poderiam aplicá-las a tais mapas. Estamos convencidos de que assim como os autores dos mapas “sertanistas” não dominavam os códigos eruditos europeus, os matemáticos e engenheiros militares tinham dificuldades em decodificar a rústica cartografia. É fato que estes mapas serviram de base para a produção de mapas “científicos”, mas apenas na medida em que tais mapas inseriram-se nas *operações* postas em práticas com a mobilização de saberes eruditos.

¹⁸⁴ Aos poucos, porém percebemos acompanhando a feitura posterior de mapas, que a representação de vilas ganha traços cada vez simples, convertendo-se algumas vezes em figuras geométricas com uma cruz sobre elas, assumindo posteriormente apenas a forma geométrica, e justamente de um círculo.

Há, contudo um aspecto curioso na comparação entre o *Plano Hidrográfico* e o *Mapa da região das Monções*. Nenhum dos dois mapas teve título atribuído pelo próprio autor e embora os mapas procurem representar a mesma região, na mesma escala, foram denominados de forma completamente distintas. Dos mapas que apresentamos no primeiro capítulo, o único que apresenta título inscrito pelo seu autor é o *Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba*, que utilizava um modo de representar o espaço muito próximo do que foi utilizado pelo autor do *Mapa da região das monções*. Parece que a elaboração de uma topografia, mais do que apenas representar um ou vários percursos fluviais (vários percursos terrestres também foram representados, além de vilas e povoações), era o objetivo dos *mapmakers*.

De qualquer modo, *O mapa da região das Monções* tornou-se uma espécie de mito de origem do percurso monçoeiro, que foi ressignificado ao longo do tempo e cristalizou-se no mapa *Rotas Sertanistas* apresentado por Sergio Buarque de Holanda, no livro *Monções*, de 1945. O mapa de Holanda tornou-se referência para reproduções didáticas e para história e a geografia do sertanismo e das monções¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Recentemente Maria do Carmo Brasil e Omar Daniel apresentaram uma versão deste mapa “atualizada por georeferenciamento”. DANIEL, Omar e BRAZIL, Maria do Carmo. “Sobre a rota das monções. Navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda” *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 169, 2008, pp. 209-226.

FIGURA VIII

Comparando o mapa de Holanda com o *Mapa das Monções* percebemos que há semelhanças que vão além dos caminhos representados. Nos dois mapas os nomes dos rios são inscritos seguindo o curso dos mesmos, e os topônimos de povoações e vilas são inscritos seguindo a mesma orientação e com um círculo marcando a localização. Obviamente que tal semelhança não se deve a uma aproximação entre os dois mapas, mas a filiação de ambos em padrões comuns de representação. Nenhum dos dois mapas possui escala ou indicações de latitude e longitude. Contudo, em relação ao mapa do autor de *Monções*, o *mapa da região das Monções* é muito mais rico de informações e signos. Para apreender essa riqueza no croqui (Figura VII), utilizamos cores para classificar as diferentes características do mapa e elaboramos uma legenda¹⁸⁶.

Em vermelho destacamos as referências às distâncias. São utilizadas duas formas distintas para medi-las: uma por meio de unidades de tempo - dias e meses - e outra por unidade de medida - a légua. A última é usada unicamente para medir distâncias no percurso fluvial, e aparece na carta apenas nos rios mais conhecidos pelos sertanistas. Aparece uma vez, medindo a confluência entre o Tietê e o Pinheiros, três vezes no rio Tietê, marcando tanto distâncias como localização de cachoeiras, e outra vez no rio Grande (atual Paraná).

Já as medições por dias estão em todo o mapa, tanto nos caminhos de terra, quanto nos percursos fluviais. Quanto aos caminhos de terra, a única referência aos mesmos é a quantidade de dias gastos para percorrê-los. Da direita para a esquerda, o primeiro caminho assinalado é o de São Paulo até as minas de Paranapanema. Há dois caminhos entre “as duas metades do mapa”,

¹⁸⁶ Claro que nossos croquis não estão livres de críticas quanto à violência aos sentidos do mapa original. Agrupamos em marrom, vermelho, verde, azul, negritamos... aspectos que para os autores dos mapas, talvez não fizesse sentido estarem juntos, *defendendo as mesmas cores*. Mas não é isso exatamente que nós historiadores fazemos com os documentos? Como afirma Michel de Certeau os trabalhos que “aceitam passivamente os objetos distribuídos pelos produtores” assumem forma “romanesca e legendária”. Para Certeau, o historiador redistribui os dados para transformá-los em produtos. Os arquivos já marcam esta distribuição agrupando diferentes documentos em grupos e em séries. Ele extrai o documento de um espaço e o faz funcionar de forma diferenciada em outro lugar, para Certeau “um trabalho ‘científico’ é definido quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar pelo ‘estabelecimento das fontes’ – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras”. CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1982, p. 80-83.

um acima, onde abandonando o rio Pardo persegue-se o Taquari, e outro abaixo que do rio “Huminhema” (atual Ivinhema) alcançava o rio “Botetei” (atual Miranda).

Quanto às medições por dias nos caminhos fluviais são duas referências claras ao longo do rio Paraná que apontam as distâncias entre as barras dos rios Paranapanema e Tietê e entre as barras dos rios Pardo e Verde. Há ainda outro caminho ao norte das Minas de Cuiabá. A “Chapada”, provavelmente faça referência ao topônimo Chapada que identificava onde hoje se localiza a Chapada dos Guimarães, uma vez que em todo o mapa apenas topônimos aparecem com início em letras maiúsculas. O caminho cuja distância é de 12 a 14 dias é ao que tudo indica a distância entre as áreas de exploração aurífera e a Chapada.

O conhecimento sobre as distâncias – em dias, meses e léguas – era fundamental para o planejamento das expedições, a preparação das provisões, dos locais de pousio. Tais informações só eram possíveis a partir da vivência dos sujeitos nos espaços representados. Inscrever unidades de medida ao longo do mapa significa muito mais que simplesmente apontar distâncias. As formas de medir demonstram mais que a tentativa de percorrer caminhos com menos riscos, com mais precisão. Denotam a espacialização de uma temporalidade europeia associada à conquista e de práticas sociais que produzem o território.

Outra observação que podemos fazer em relação às distâncias, é que elas eram medidas em relação ao *tempo praticado* no espaço. Mesmo as distâncias em léguas, não podem ser simplesmente convertidas em unidades de medidas atuais. As distâncias percorridas levam em conta fatores como os desvios a serem feitos, a sinuosidade dos rios, o que explica, por exemplo, as discrepâncias entre as distâncias discriminadas pelos exploradores, daquelas apontadas por mapas atuais georeferenciados¹⁸⁷.

Tomando a primeira definição que atribuímos à cartografia no capítulo anterior – a de imagens que imprimem sentidos e movimentos – percebemos

¹⁸⁷ Enquanto a distância estimada por georeferenciamento entre Porto Feliz e a foz do rio Tietê é de 620 quilômetros, a distância apontando por Taunay com base nos relatos seria de aproximadamente 1003 quilômetros. DANIEL, Omar e BRAZIL, Maria do Carmo. *Op. cit.* p. 223.

que o *Mapa das Monções* espacializa unidades de medida no papel que são resultados de práticas anteriores de exploração do espaço e impulsionam práticas ulteriores de intensificação e de diversificação dessa exploração. Analisar, portanto, os mecanismos que possibilitam a emergência de uma cartografia “sertanista”, é mergulhar no *modus operandi* das práticas econômicas e sociais que espacializaram-se permitindo a conquista dos territórios ao centro da América do Sul. A forma peculiar como o tempo espacializa-se no decorrer do processo de conquista têm relação, portanto, com o modo como as “coisas” são incorporadas enquanto “imagens”.

Longe de expressar a realidade em si, o objetivo da confecção do mapa é construir um conjunto de imagens que cria uma realidade dada a ler com a finalidade de atingir determinados objetivos. Ou seja, como vimos em nossa segunda definição no capítulo anterior, o mapa constitui-se em uma retórica e é feito de *signos* e *desígnios*¹⁸⁸. Iremos explorar a retórica do mapa com base em aspectos aparentemente “neutros”, ligados ao que denominamos - com uma boa dose de anacronismo e na falta de termos melhores - de *relevo* e de *acidentes geográficos*.

Em marron no croqui, estão as referências ao *relevo*. Os traços e localização dos mesmos respeitam o mapa original. Percebemos que na parte direita do mapa, na margem ocidental do rio Paraná até rio Tietê, não existe a preocupação em representar regiões de “chapadas”. A única referência é um morro cuidadosamente representado de forma diferenciada dos demais: o morro de “Vuiticatu”, referência recorrente em outras representações cartográficas, tanto “sertanistas” quanto eruditas.

Já na margem esquerda do Paraná, há vários riscos em curva que simbolizam regiões de morros e serras. Primeiramente entre os rios Pardo, Verde e “Aucariu”, depois entre os caminhos de terra que ligam as duas redes fluviais, e enfim ao norte das cabeceiras dos rios Cuiabá, “Dos Porrudos” (atual São Lourenço), “Botetei” (atual Miranda) e Taquari.

Em verde no mapa, as referências a características do ambiente e acidentes geográficos. Na ligação entre o rio Tietê e o rio Paraná, há sete

¹⁸⁸ WOOD, Denis and FELS, John. “Designs on signs / myth and meaning in maps”. *Cartographica* . v. 23 nº 3, 1986 pp 54–103.

indicações. Cinco dizem respeito a quedas d'água, que no mapa além da descrição são indicadas por vários pontos próximos uns aos outros em torno ou dentro do canal do rio. Da direita para a esquerda, duas têm localização em léguas, em uma os pontos marcam a existência da cachoeira, em outra além dos pontos há a indicação de “outra cachoeira”. Os relatos daqueles que integraram expedições exploratórias, abordam a existência de várias quedas d'água entre Jundiá e a barra do rio Sorocaba. Cruzando os relatos, contudo, parece ser possível identificar à quais cachoeiras o mapa faz referência. Sobre a primeira cachoeira, os relatos de Cabral Camelo e Manuel de Barros apontam:

Partidos desta Capela (em Ararituaba), e passadas duas voltas deste rio, se dá em uma cachoeira chamada Cangoeira (....) está se tomará a mão direita, e por entre uma ilha, e logo se irá passando à esquerda navegando por más correntezas, que estão aparecendo. Mas abaixo de duas voltas, e meia do rio estão outras correntezas, estas se tomaram a mão direita, e acabado o coto, que faz o rio, se passará logo à esquerda a tomar o juromerim, ou sumidouro, e tomado este se navegará a direita a embocar por um canal manso, e quieto, que logo se encontra¹⁸⁹. (grifos e parêntese nossos)

Depois de passar algumas Itaipavas cheguei no quarto dia a um salto a que chamam de Jurumirim, que na língua da terra quer dizer boca pequena; e na verdade assim o é, porque o rio se mete nele e sai por um canal tão estreito, que parece um funil: este salto, que consta de várias cachoeiras e itaipavas, será de distância de meia légua: aqui se passam por terra as cargas às cabeças dos negros, e as canoas em parte vão a sirga, e em parte por terra, e por cima de inumeráveis pedras¹⁹⁰. (grifos nossos)

A relação entre os relatos denominados de “sertanistas” ou “monçoeiros” e os mapas merecem estudos mais aprofundados, uma vez que – como veremos – há muitas referências coincidentes entre as essas tipologias documentais. Poderíamos, inclusive, questionar se os mapas não teriam sido

¹⁸⁹ BARROS, Manoel. “Notícia 7ª prática e o roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e travessia, que se costumam fazer por mar, e terra”. In TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, pp. 149-169.

¹⁹⁰ CAMELO, João A. Cabral. “Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goyases na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no anno de 1727”. RIHGB, v.4 n. 13. p. 487-500, 1842, p. 488.

feitos a partir dos relatos. A datação de alguns mapas e relatos foram feitas unicamente a partir das informações neles contidas, sendo possível, portanto que um mapa tenha sido feito na década de 1730, com informações de relatos de anos anteriores. Segundo Thereza M. Presotti, o roteiro de Barros teria sido escrito nos primeiros anos da década de 1720. Já o relato de Camelo é datado, pelo próprio autor, que em 1734 relatou a experiência da viagem que fez as minas de Cuiabá em 1727 e seu retorno em 1730¹⁹¹.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelas expedições sertanistas há infinitas referências e as cachoeiras eram certamente uma das recorrentes. Contudo, tanto os relatos como os mapas demonstram que não era o imprevisto que dominava o cotidiano dessas viagens. Havia uma perspectiva dos problemas e uma prática comum para enfrentá-los. Após passar por Jurumirim, há mais uma vez várias cachoeiras até a barra com o rio Sorocaba. É a conjunção dos relatos que permite supor qual cachoeira era referida.

Prosseguiu-se a viagem pelo Tietê, e nos dias seguintes até a Cachoeira Pirapora, onde se descarregaram as canoas e levaram com grande trabalho, passando-se as cargas às costas dos negros, Havendo-se já passado nos dois dias antecedentes algumas Cachoeiras e correntes com grande risco e trabalho, por serem cada uma delas um perigo continuado, aonde mesmo os pilotos, ou práticos perdem a cor e o ânimo por correrem ali as águas com tanta força e violência, que se não salva nada do que cai nelas, sem que se aproveite o saber nadar pelas pedras despedaçarem tudo em um instante¹⁹².

(...) e daí o rio manso até Piraporá (...) a cachoeira é grande, nela se descarrega as canoas, e se levam à sirga e se embicam a mão esquerda sirgando-as até se tornarem a meter no canal, e tendo o rio água à beira rio é boa sirga¹⁹³.

¹⁹¹ PRESOTTI, Thereza M. B. *Na trilha das águas. Índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e do Mato Grosso* (século XVIII). Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 141; 164.

¹⁹² REBELO, Gervásio Leite (1727). “Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas”, in TAUNAY, Affonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. pp. 103-129, p. 104.

¹⁹³ BARROS, Manoel. Op. cit. p. 150.

O primeiro relato citado foi escrito pelo secretário do governador Rodrigo César de Meneses, Gervásio Leite Rebelo, e relatou a viagem feita pelo governador às minas do Cuiabá, realizada em 1726. Após ultrapassar as duas cachoeiras, há referência no mapa a outros dois “saltos”, já próximos a barra com o rio Paraná. Primeiro a indicação do salto chamado de “Aviandava”, e outro de “Itapeira”. Na viagem que empreendeu às minas de Cuiabá, em 1727, Cabral Camelo relatou sua passagem pelos varadouros que contornam ambos os saltos:

(...) se passam com bastante risco e perigo muitas itaypavas e cachoeiras: o primeiro salto dos três que nele se topam, chamado Panhandabá, e um despenhadeiro bastante alto, nele se varam as canoas por terra pela parte direita, e com elas as cargas em distância de um quarto de légua, pouco menos. O segundo salto, a que chamam Araracanguaba, é menos alto, e se passa pelo lado esquerdo na mesma distância. O terceiro, que está perto da barra, em que entra o Tietê no Rio Grande, chama-se Itapyra: é o mais alto de todos; nele se varam por terras as canoas pela parte direita em pouco mais distância nas cachoeiras que há entre estes três saltos: umas se passam a sirga, em outras se descarrega, e a maior parte a remo (...)¹⁹⁴.

Em “Avanhandava”, segundo Barros, havia, depois de ultrapassar os maiores percalços um local de pousio. Seis dias depois Barros chega ao varadouro de “Itapeira” onde,

logo a mão direita se descarregam as canoas e se levam as cargas às costas dos negros, passando as canoas às mãos roçando o barranco até as meterem na boca do varadouro (...) aqui há um bom areal, onde se tornam a carregar as canoas, e é excelente paragem para pousar¹⁹⁵.

A altura do último grande salto antes da barra do Rio Paraná, é atribuída pelo autor do mapa: “altura de um grande pinheiro”. Ao entrar no Rio Grande acima há referência a “Horrenda Cachoeira de Urubuponga” e abaixo, há meia légua, o “Redemoinho Espantoso”. A utilização dos adjetivos “horrenda” e “espantoso” parecem não ser escolhidas aleatoriamente. Em pelo menos outros dois mapas a cachoeira de “Urubuponga” é referenciada como

¹⁹⁴ CAMELO, João A. Cabral. *Op. cit.* p. 488-489.

¹⁹⁵ BARROS, Manoel. *Op. cit.*, p. 156.

“horrenda”¹⁹⁶. Apesar de ficar rio Paraná acima, a cachoeira de “Urubuponga” poderia ser percurso da viagem às minas do Cuiabá. Em um roteiro intitulado *Carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas minas*, cujo autor é desconhecido, há referência à cachoeira:

(...) descarreguei uma de vossas canoas e navegai para a barra deste rio para cima até entrades à direita por um emparedado de pedras; entrando navegai até veres um grande salto (...) chama-se Urubupunguá: nele se despenha, e precipita a água por mais de vinte passos com tanto estrondo que se ouve no último salto do Tietê: ide até onde pudes chegar sem risco bem provido de anzóis e linhas que vos não faltará peixe¹⁹⁷. (grifos nossos)

Quanto ao “redemoinho espantoso”, encontramos-lo em outro mapa¹⁹⁸, assim como no relato de Camelo e na *Carta escrita do Cuiabá...*, onde adjetivo é substituído por um topônimo *Jupiá*¹⁹⁹:

Pelo Rio Grande abaixo se gastam quatro ou cinco dias; no segundo se passa pelo Jupιά, que é canal muito estreito cercado de pedraria, que terá pouco mais de cem palmos de largura, que o rio comumente e aonde menos um quarto; neste Jupιά se passam as canoas à cirga, presas com cordas pela proa e pela popa por medo dos redemoinhos que faz a água, em que é fácil submergir-se, como dizem aconteceu a toda uma tropa de sertanistas antigos²⁰⁰.

(...) por aqui estão os célebres redemoinhos em que o por-lhe a proa em cima é ir ao fundo, e ocasião houve em que uma tropa toda de sertanistas antigas se soverteu. Para passares seguro tanto que avistes o rio Guacuri vindo pela parte esquerda e ver da direita duas pedras que têm a forma de ilhas, onde o rio estreita, e onde é preciso que venhais sempre chegados, e roçando as canoas com as mesmas pedras, e tanto que alargar o rio vereis logo para a parte direita os

¹⁹⁶ *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha* ca 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm - Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso* 17---. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado ; : 42,5 x 59,5cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil), Rio de Janeiro. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

¹⁹⁷ *Notícia 8ª Prática*. Exposta na cópia de uma carta escrita do Cuiabá aos novos pretendentes daquelas Minas”. In TAUNAY, Affonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. pp. 170-193, p. 182.

¹⁹⁸ *Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso* 17---. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado. Dimensão: 42,5 x 59,5cm. Acervo da Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

¹⁹⁹ Assim como aparece no mapa *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha* ca 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm. Rio de Janeiro: Coleção Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

²⁰⁰ CAMELO, João A. Cabral. *Op. cit.* p. 489.

ditos redemoinhos, chamados Jupiá de que ireis já livre e navegando sempre pela parte esquerda²⁰¹. (grifos nossos)

Também Barros e Rebelo narram a passagem pelo dito redemoinho. Rebelo narra que a após seguir viagem pelo Rio Grande “passou com grande susto e trabalho os caldeirões e redemoinhos, que faz por entre as pedras este caudaloso rio, passando por várias ilhas, coroas e areais se foi dormir á barra do rio Apeú”²⁰². Barros relata que “se entra no Rio Grande, e se vai por ele abaixo, e cedo se chega a uns Redemoinhos, passando primeiro um emparedado de lajes que faz o rio (...) está depois logo uma cachoeira com seus redemoinhos, e se chama lupiassú”²⁰³.

Os obstáculos, contudo, não aparecem na retórica desta cartografia como limites impostos ao conhecimento do mundo ou à exploração, mas antes *um meio* para cumprir um desígnio. Na retórica, os signos atribuídos aos obstáculos povoam de medo as mentes dos que pretendem arriscar-se para explorar os interiores, e cobrem de glória e admiração àqueles que *venceram* tais obstáculos, assim como retifica na memória os que morreram ou sofreram muitas perdas materiais e/ou de vidas, nos caminhos.

No texto da *cartografia sertanista*, a forma como as adversidades eram representadas criavam uma epopeia sem a necessidade de vangloriar feitos de heróis singulares. Os rabiscos em forma de círculos concêntricos, os pontos que simbolizavam cachoeiras imensas, por si só heroizam coletivamente aqueles que se atreveram a passar por elas²⁰⁴. Seria a produção histórica ulterior, e não os relatos de viagem ou a cartografia, a nomear os heróis. Para os coevos eram certamente os rios, as cachoeiras, os redemoinhos, os ameríndios, as paragens, e o *sertanista* no coletivo, os principais personagens da trama da exploração dos espaços.

José Jobson de Andrade Arruda a respeito do sertanismo, ainda em relação ao século XVII, afirma que,

²⁰¹ Notícia 8ª Prática, *Op. cit.* p. 182.

²⁰² REBELO, Gervásio Leite. *Op. cit.*, p. 106.

²⁰³ BARROS, Manoel. *Op. cit.*, p. 157.

²⁰⁴ Talvez pudéssemos filiar a narrativa que valoriza os feitos dos sertanistas ao mesmo escopo da literatura portuguesa moderna. Seu maior representante Luís Vaz de Camões, ao escrever *Os Lusíadas*, construiu uma narrativa que heroizava o conquistador português em sua coletividade.

As expedições tornaram-se empreendimentos de vulto. Estruturadas em forma de companhias, com lugares-tenentes e capelães, contando com a participação de brancos, mamelucos, índios agregados ou aliados, transformaram-se em verdadeiras armações, porque se destinavam a obter lucros e reparti-los entre seus componentes²⁰⁵.

Existia, portanto, uma diversificação social significativa no interior das expedições, e nas narrativas sertanistas é bastante claro que os “sertanistas” eram senhores de escravos e administradores de índios, que organizavam as expedições com uma orientação mercantil. A textualidade do mapa e dos relatos legitima o lugar social dessa elite e reivindica para a mesma a valorização de seus feitos.

No rio Verde que, segundo Barros, fazia parte do caminho percorrido às minas do Cuiabá até 1722, há referência, no fim da jornada por seu leito, à existência de um lago. Em direção noroeste ao lago há referência à “outras vertentes do Paraguay” (o que mostra que o autor do mapa tinha referência da existência de rios e córregos entre o rio Verde e o rio Taquari e “Botetei”), para finalmente chegarem ao Cuiabá. Este caminho não foi utilizado por nenhum dos autores dos relatos que pesquisamos, já que todos tomavam o rio Pardo e dele seguiam pelo varadouro de Camapuã e depois para o rio Coxim e Taquari. No entanto o relato de Manoel de Barros faz referência ao caminho pelo rio Verde:

Todos os sertanistas que iam para o sertão de Cuiabá, (...), que tomavam o rio Verde, porque estes costumavam andar escoteiros pelo sertão, e sem mais provimento que o de pólvora e chumbo, e de roupa pouco mais trazem, também outros navegavam sim o rio Pardo, mas chegando as paragens de Nhanduí, Caijurú, e Capão dos Porcos, deixavam as canoas e marchavam por Cuiabá por terra, e de volta, já com seu gentio tornavam nas mesmas canoas para o rio Grande, e nunca se animaram a subir às cabeceiras do rio Pardo (...)²⁰⁶. (grifos nossos)

²⁰⁵ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011, p. 88. Sobre o caráter mercantil das expedições sertanistas, trataremos no capítulo quarto e sexto.

²⁰⁶ BARROS, Manoel. *Op. cit.*, p. 160.

Além de apontar o caminho pelo rio Verde, Manoel de Barros aponta o caminho que percorre parcialmente o rio Pardo, abandonando-o muito antes de atingir sua cabeceira. Há outras indicações em verde no croqui de outro caminho, que de São Paulo, percorria-se até as minas de Paranapanema e de lá até as minas do Cuiabá pelo rio Ivinhema. Os primeiros são desenhos em forma de árvore, bastante rústicos, que indicam a presença de vegetação mais espessa, seguindo a indicação de distância de “um mês de mato”. Há referência também ao morro de “Voiticatu” e seguindo a jornada no rio “Capitindiba” há referência há uma “anbarradeira” (assim como no rio Tietê entre as duas cachoeiras já abordadas há referência a “inbarradeira”), que ao que tudo indica refere-se a trechos em que há risco de encalhar as canas. No rio Ivinhema, há duas anotações. Uma que se incorpora ao topônimo, “que não bole” (que não move) e uma anotação feita posteriormente: “Por ser (...) corrente e não bolir as canoas por elas devagar, e só por ela muito veloz”. Não encontramos relatos do período que demonstrem tal dificuldade de navegar no rio Ivinhema, mas novamente o *Plano hidrográfico* (Figura V) demonstra que a navegação no rio Ivinhema inicia-se bem depois da barra com o “rio Grande”, e é interrompida bem antes de atingir sua cabeceira.

A multiplicidade de caminhos que habita os mapas e relatos constroem um discurso sobre o espaço radicalmente diverso daquele expresso pela produção histórica sobre as ligações entre São Paulo e Cuiabá, via caminho das monções. Aliás, como vimos, o percurso monçoeiro e toda a estruturação comercial e produtiva em torno do mesmo não estava no horizonte dos coevos. A percepção da cartografia como texto (e vice-versa), permite, portanto, a desconstrução de outros textos que pretenderam “aprisionar” os signos e os desígnios inerentes aos mapas em esquemas interpretativos predeterminados.

Outro aspecto da espacialização de uma sociedade colonial no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII, que os mapas oferecem indícios, é a conexão das novas conquistas a amplas redes urbanas²⁰⁷.

²⁰⁷ O uso das expressões *urbano* e *redes urbanas* pode causar estranhamento ao leitor habituado com as representações e interpretações que reproduzem a imagem de *sertão* que expomos no primeiro capítulo desde tese. Esperamos que os usos das expressões justifiquem-se ao longo deste e dos próximos capítulos. Assim Laurent Vidal resume a percepção da vila colonial portuguesa como um ambiente urbano: “Evidentemente, pode-se discutir o caráter

Em azul escuro no croqui do *Mapa das Monções...* (Figura VII) estão representadas as aglomerações urbanas, que no mapa são grafados na horizontal, quase de forma reta. Próximo ao topônimo há um círculo. As vilas de São Paulo, Jundiá, Santana do Parnaíba e Sorocaba, além do povoado de Nossa Senhora de Nazaré possuem um círculo acima de seus nomes. Já próximo o rio Cuiabá, a referência às “Minas”, embora em linha reta, não possui o círculo. O mesmo ocorre no *Plano Hidrográfico...* (Figura IV), onde as vilas acima citadas são representadas pelo desenho de uma igreja, enquanto não há referência a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mas apenas às “Minas novas do Cuyaba descobertas por Pascoal Moreira”.

urbano de uma vila. (...). Entretanto, é no ambiente urbano das vilas que se estrutura a sociedade colonial por meio da identificação entre a nobreza e o povo. (...) A nobreza da vila é constituída pelos chefes de famílias de boa reputação, economicamente independentes e proprietários de escravos (os homens bons). São eles que elegem, entre si, os oficiais municipais que vão compor o senado da câmara. Mas uma vila é também – e sobretudo – a base fundamental para a centralização administrativa. Ela se constitui na sede administrativa de um território mais vasto (o termo), que pode abrigar várias outras aglomerações (ranchos, arraiais...) (...) Ela está, igualmente, em contato regular com a capital da capitania à qual pertence, bem como com Lisboa (...). É na vila que se encontram os representantes da Coroa (...) Trata-se, na verdade, de uma malha dupla que se organiza a partir de uma vila: administrativa, através da presença dos oficiais metropolitanos, coloniais e municipais; e territorial, com a organização das redes de comunicação que vinculam a vila a seu concelho e ao restante da colônia. VIDAL, Laurent. “Sob a máscara do colonial. Nascimento e ‘decadência’ de uma *vila* no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII”. *História* (São Paulo). n° 28, v. 1, 2009, pp. 243-288, p. 253-254.

FIGURA VIII

Detalhe Plano Hidrográfico... Op. cit.

Abaixo da inscrição toponímica escreveu-se: “Há hoje de presentes nestas minas de três a quatro mil pessoas e continuam ainda em ir tanta quantidade de gente que despovoam muitas partes pelas notícias das grandezas que há nelas”. Apesar da volumosa aglomeração apontada pelo autor, as minas não são representadas pelo desenho de uma Igreja, como as vilas de São Paulo, o que demonstra, mais uma vez que o mapa é certamente anterior, ou feito a partir de “notícias” anteriores, à fundação de vila nas minas do Cuiabá.

Haveria de três a quatro mil pessoas em Cuiabá, antes da vinda da comitiva de Rodrigo César de Meneses? O número coincidiria com a estimativa de Charles Boxer, de sete mil habitantes após a vinda da dita comitiva de aproximadamente três mil pessoas. Charles Boxer, contudo não cita sua fonte²⁰⁸. Tal estimativa, contudo é reafirmada por Jovam Vilela, que se ampara

²⁰⁸ BOXER, Charles. *A idade de ouro no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969, p. 271.

em Taunay, que por sua vez também não cita documentação que atestaria a existência desses quatro mil habitantes²⁰⁹.

Outra aproximação feita a partir de estimativas da exportação de ouro e do imposto da capitação foi elaborada por Elmar Arruda, e estima cerca de mil habitantes antes da fundação da vila. Dado que foi utilizado por Carlos Alberto Rosa, que argumenta que tendo em vista as estimativas para a segunda metade do século XVIII, o número de sete mil seria insustentável. Um documento utilizado por Carlos Rosa para legitimar a estimativa de 4000 mil habitantes, é o relato de Gervásio Rebelo que aponta a existência de 148 domicílios na vila do Cuiabá. Os quais, para Carlos Rosa, “à média de 6,4 pessoas por fogo, somariam 949 moradores. Como em 1727 no *termo* da vila viviam 4000 mil pessoas, o índice do urbano era 23,7%”²¹⁰. São indícios frágeis que sustentam quaisquer dessas estimativas para o ano de 1727 e seria pouco prudente utilizar a inscrição do mapa para propor uma estimativa mais segura.

De qualquer forma, o detalhe do documento acima, embora obviamente questionável quanto sua precisão, uma vez que todo o mapa muito provavelmente fora elaborado com base em notícias de colonos e autoridades régias e em inscrições contidas em outros mapas, é uma referência clara à ideia que os observadores coevos tinham da população das *Minas do Cuiabá* anteriormente à fundação da Vila Real.

Outro mapa revela uma rede urbana²¹¹ em escala bem mais ampla. Na *Idea da topographia* (Figura II), há referência, em São Paulo, apenas a vila

²⁰⁹ SILVA, Jovam Vilela da. Mistura de cores (política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso – século XVIII). Cuiabá, Ed. UFMT, 1995, p. 47.

²¹⁰ ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista” in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de, A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 26.

²¹¹ Uma bibliografia de referência para a utilização da noção de redes urbanas no espaço colonial português é a tese de Claudia Damasceno Fonseca, defendida em França no ano de 2001 e recentemente publicada em português. FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. No artigo *Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas* a autora retoma temas trabalhados em sua tese e elabora uma discussão sobre a noção de rede urbana e sua pertinência para os estudos da territorialização das conquistas portuguesas. Fonseca afirma que “uma das abordagens essenciais para o desenvolvimento da história da cidade colonial consiste em estudar as relações existentes no interior das redes urbanas”. A autora chama atenção ainda para “a importância da análise das questões fundiárias para um melhor entendimento dos processos de gênese das povoações coloniais e das possibilidades reais de controle da forma urbana pelas autoridades locais”. FONSECA, Claudia Damasceno.

capital. O foco do autor são os ambientes urbanos e/ou portos, ao sul: a ilha de Santa Catarina, Maldonado, Montevideu, Colônia de Sacramento, Buenos Aires. Em Cuiabá, o então provavelmente arraial era identificado como “Novas Minas”. Apenas junto à “Nova Colônia” (Sacramento) e à “Buenos Ayres”, há um desenho bastante rudimentar de uma construção sobre o topônimo.

FIGURA IX

Tendo em vista que os mapas tinham por objetivo demonstrar caminhos que levavam às “Novas Minas”, é plausível supor que a representação de ambientes urbanos e seus caminhos entre si e com as minas do Cuiabá, indicassem a interligação de Cuiabá, a partir desses caminhos, com uma vasta rede urbana, o que implica, em perceber além das distâncias continentais que separavam a parte mais central da América do Sul das vilas, arraiais e portos do litoral Atlântico e do planalto da capitania de São Paulo, que havia mais do que riscos toscos em cartas rudimentares que ligavam a espacialização da conquista nas minas do Cuiabá, a dinâmicas bem mais amplas.

Em um estudo de cartografia histórica sobre a urbanização nas Minas Gerais colonial, a arquiteta Fernanda Moraes aponta “o seu impacto na estrutura econômica e territorial da Colônia, com o descolamento do eixo econômico-administrativo para o Centro-Sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna”²¹². Moraes acrescenta ainda que,

As vias de penetração da colônia, embora partissem relativamente autônomos da costa, foram convergindo nos sertões mineiros, materializadas em grandes eixos macrorregionais: com o Nordeste, (...) Em São Paulo, (...), com o Rio de Janeiro; e mais tarde, com o Centro-Oeste (...). Esses caminhos constituíram grandes fios estruturadores, urdiduras de uma economia e de uma organização territorial macro e microrregional, que foram fundamentais para que o território brasileiro alcançasse sua conformação final, expandindo-lhe até as fronteiras²¹³.

A afirmação da autora de que todos os caminhos foram convergindo para as Gerais, demonstra a percepção das Minas Gerais como centro dinamizador da economia colonial no século XVIII, e que, portanto, todos os caminhos levariam a elas. Não analisaremos essa tradição da produção histórica mineira, que os trabalhos mais contemporâneos de seus historiadores

²¹² MORAES, Fernanda B. de. “De arraiais vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007, pp. 55-85, p. 65.

²¹³ MORAES, Fernanda B. de. *Op. cit.*, p. 76.

só tendem a reforçar²¹⁴. Interessa-nos, particularmente, o trecho sublinhado da citação, ou seja, podemos analisar os caminhos como “fios estruturadores”, nos quais se articulam o micro e o macro, além inclusive do âmbito regional, delimitado pela autora.

Sobre as relações econômicas que urdiram as redes que ligavam Cuiabá a outros ambientes urbanos, trataremos nos próximos capítulos desta tese. Neste momento nos interessa evidenciar a espacialização de uma *vida urbana* nas Minas do Cuiabá. A esse respeito, as pesquisas do historiador Carlos Alberto Rosa são basilares.

Carlos Rosa edifica sua tese com vasta documentação, relacionando o específico e o geral, os contextos que explicam e os pormenores que revelam, para reconstruir a existência de uma vida urbana em Cuiabá, com as implicações teóricas, metodológicas e de confronto com a bibliografia especializada que tal percepção possa incitar²¹⁵.

Carlos Rosa insere o urbano colonial das Minas de Cuiabá, em contextos amplos como desdobramento dos “séculos de experiência ultramarina” acumulados pela coroa portuguesa, nos lembrando da espacialização em Cuiabá das “instituições fundamentais”, evocadas por Charles Boxer: as câmaras e as irmandades. Mas é na exploração dos pormenores que o historiador nos descortina a vida urbana do Arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, fundado em 1722 e posteriormente elevado a Vila Real. Segundo o autor,

Na margem direita começou a edificação do arraial, com igreja dedicada ao Bom Jesus. O responsável pela construção da igreja foi o paulistano Jacinto Barbosa Lopes. Esse Jacinto construíra igreja-Matriz na vila do Carmo (hoje Mariana), nas Gerais. Lá fê-la voltada para o ribeirão do Carmo, entre dois afluentes dele. Aqui, ergueu a igreja voltada para o Prainha, entre dois afluentes (...). A recorrência morfológica não era casual. Como não foi casual o ordenamento do arraial. Em fins de 1721 o bispo do Rio nomeou Vigário da Vara (juiz eclesiástico) para o Cuiabá. Em 1723 criou freguesia ou comarca

²¹⁴ No último capítulo desta tese nos posicionaremos diante da percepção de que o descobrimento das minas Gerais desencadeou as transformações econômicas da primeira metade do século XVIII.

²¹⁵ ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

eclesiástica no Cuiabá, sediada na Igreja do Bom Jesus, elevada a Matriz. Em junho o rei mandou “fundar vila” no Cuiabá²¹⁶.

Carlos Rosa aponta ainda que “livros foram presentes na vila desde o começo (...). Em 1734 em meio a uns bens penhorados, figuravam ‘estantes’”²¹⁷. Acrescenta que “a música, cantada e instrumental, ficou registrada desde 1726”, assim como “danças são referidas desde 1729”. A justiça laica esteve presente “desde 1727 com juízes ordinários, desde 1730 com ouvidores e juízes de fora”.

Ou seja, desde os inícios da vila havia uma “mediação escriturária” que passava pela edificação de práticas urbanas. O autor afirma que essa *vida urbana* “por sua vez, intimamente ligada à vida rural fixa, à mineração aluvial menos fixa, à pesca, à coleta sazonal, às monções fluviais, e às tropas dos ‘caminhos de terra’”. Em suma “os movimentos da vila articulavam-se com os movimentos do seu *termo*”. Termo “que se estendia das cabeceiras do Arinos ao Paraná, do Guaporé ao Araguaia. A norte e a nordeste as fronteiras do *termo* eram vagas”²¹⁸.

Portanto, Carlos Rosa constrói sua tese em contraposição às concepções alicerçadas em imagens pouco fundamentadas de um *sertão isolado*, de uma colonização *espontânea, não-racional, casual, improvisada*, ou ainda de um propósito meramente fiscal para a fundação da Vila Real.

Nos mapas “sertanistas” são relativamente recorrentes as referências aos índios. Na *Idea da topografia...* há três referências em vermelho no croqui (Figura IX): “Serra dos Chiponens”, “Reino do Gentio Guaiaa” e “Caiapous Índios infames”. Sobre os primeiros, pelo topônimo poderíamos por aproximação afirmar que se tratariam dos chamados “Cochiponés”, que viviam entre os “rios Chipos” (Coxipó-Mirim e Coxipó-Açu)²¹⁹. No entanto, a forma como os rios estão dispostos dificulta qualquer tentativa de localização. Uma

²¹⁶ ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista” in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de, A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 18.

²¹⁷ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. *Op. cit.* p. 30.

²¹⁸ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. *Op. cit.* p. 30-33.

²¹⁹ CAMPOS, Antonio Pires de. “Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos”. In TAUNAY, Afonso de. *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, pp. 181-200, p. 193.

comparação com forma como redes fluviais são representadas em mapas atuais revela-se pouco útil para uma localização aproximada. O mais provável é que o mapa faça referência genérica aos incontáveis ameríndios que habitavam as cabeceiras dos rios da bacia do Alto Paraguai, dezenas de léguas distantes do arraial do Cuiabá e eram alvos das incursões dos sertanistas. A segunda referência, ao “gentio Guaiaa”, faz menção às cabeceiras de rios que correspondem à região onde foram descobertas as *Minas dos Goiazes*.

A terceira referência, aos índios Caiapós entre os dois grandes circuitos fluviais, chama a atenção para a “infâmia” desses ameríndios. Não sabemos se seria a primeira referência cartográfica a assim assinalar os Caiapó, mas tal caracterização é recorrente na cartografia ulterior, mesmo que não corresponda espacialmente a mesma localização.

FIGURA X

Detalhe *Plano Hidrográfico...* Op. cit. (esquerda) Detalhe *Parte do governo de S. Paulo e parte dos dominios da Coroa de Castella* 17--. Desenho a tinta ferrogálica : 55 X 104,5cm. Coleção Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (direita)

Os relatos de Antonio Pires de Campos e Antonio Cabral Camelo reforçam esta *imagem* dos Caiapó. Segundo Pires de Campos

Este gentio (Caiapó) é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado do Maranhão chamam *principal*, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batatas, milho e outros legumes, mas os trajes destes bárbaros é viverem nus, tanto homens quanto mulheres, e o eu maior exercício é serem

corsários de outros gentios de várias nações e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos: as armas de que usam são arcos muito grandes e flechas (...). Este gentio não usa por guerra como fazem os outros, tudo levam de traição e rapina, e nas suas campinas cursam muita terra de outros gentios a quem causam muitos descômodos com as suas traições; este próprio gentil chega a fazer dano ao rio chamado Tacoari²²⁰. (grifos nossos)

A narrativa, particularmente nos trechos sublinhados, revela aspectos da urdidura da *imagem* dos Caiapó. O gosto pela carne humana é de forma recorrente relatada em relação há vários povos ameríndios, por autoridades metropolitanas, exploradores, clérigos, cronistas, que na maioria das vezes não presenciaram a dita “degustação” e muitas vezes em relação a povos que sequer reproduziam rituais antropofágicos. Portanto, os apontamentos sobre o “gosto pela carne humana” ou, em outros relatos, sobre ameríndios que se achavam “matando e sustentando-se de carne humana” não vinham da observação dos conquistadores do cotidiano dos ameríndios, mas das *representações* que transformavam rituais ameríndios em coisas outras para os adventícios²²¹.

O suposto canibalismo reforça a imagem de bestialidade dos Caiapó, em uma retórica que legitima e impulsiona práticas de conquista. Outros trechos, contudo, revelam como são lidas determinadas características destes, ou seja, como o processo que como vimos em Bergson, transforma *imagens* em *coisas*. Suas táticas de ataque (que não eram segundo os relatos, o conflito aberto, ataques frontais, o sobreaviso do combate), eram ao que parece, alvo de imagens negativas não apenas em relação aos conquistadores, mas também entre outros povos indígenas. Camelo relata que “é sem duvida digno de admiração que não tenham estes dado em tão fácil meio de acabar com os brancos, com era espera-los neste pequeno riacho (Camapuam), cercado todo de matos, e embaraçado de paus” e ao invés disso ao Caiapó praticam “outras

²²⁰ CAMPOS, Antonio Pires de. *Op. cit.*, p. 181-182.

²²¹ Como afirma Bachelard, existe “uma gaveta vazia é inimaginável. Pode ser apenas pensada. E para nós, que temos de descrever o que se imagina antes do que se verifica, todos os armários estão cheios”. BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 21.

traças, como são as de nos cercarem de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que, impedida a fuga, nos abrasemos”²²².

No relato de Camelo podemos perceber a amplitude do campo de ação dos Caiapós. Os primeiros registros da presença dos mesmos no relato são já salto do “Itapuirá” (ver figura VII) onde “dizem que vem muitas vezes o gentio *Cayapó* em suas jangadas. Este é o gentio que usa de porrete, ou bilro, é o mais traidor de todos”. Na barra do rio Verde com o Rio Grande, Camelo relata que “assistem comumente os Cayapós, não obstante me afirmarem que andaram sempre a corso, e assim é preciso que por todo o Rio Grande se acautelem deles as tropas”²²³.

Nos caminhos que interligam a ampla rede urbana colonial espacializada na cartografia, e nos seus *hinterlands* espacializaram-se ambientes rurais, invadindo territórios de incontáveis povos ameríndios. Se as referências aos ambientes urbanos são recorrentes nos mapas sertanistas que citamos até aqui, há por outro lado, uma relativa ausência de representações dos ambientes rurais.

A retórica da *cartografia da conquista* constituía-se, portanto como um discurso que de forma deliberada ou não, justificava, autorizava e impulsionava práticas sociais. Como afirma Denis Wood e John Fels, “poder é a capacidade de realizar trabalho”²²⁴. A cartografia sertanista – relatos e mapas - pelo que podemos perceber, ultrapassava em muito o trabalho de orientação a partir da mobilização de conhecimentos sobre os ambientes e os seus “usuários”. Cumpria dupla, tripla, múltiplas jornadas, servindo a interesses do mais diversos: daqueles que exploravam a mão-obra-indígena; dos que desejavam encontrar novas minas de ouro; de pessoas que pretendiam estabelecer-se em paragens ao longo dos caminhos; dos comerciantes em reduzir os custos e garantir a segurança possível; dos confeccionadores dos mapas em oferecer a outros exploradores, a autoridades portuguesas e mesmo ao rei, a materialização de preciosos conhecimentos em troca de mercês, de gratidão, de dinheiro; da coroa portuguesa em conhecer e estender seus domínios; de

²²² CAMELO, Antonio Cabral. *Op. cit.*, p. 489.

²²³ CAMELO, Antonio Cabral. *Op. cit.*, p. 489.

²²⁴ WOOD, Denis e FELLS, John. *The power of maps*. Nova York: Guilford Press, 1992. p. 1.

outras coroas em obter informações estratégicas; dos comógrafos, engenheiros e matemáticos interessados em elaborar seus próprios mapas.

Redefinindo a cartografia sertanista

Pelo que apresentamos até aqui, parece insustentável a interpretação de que os mapas sertanistas teriam suas técnicas de confecção advindas de práticas ameríndias de representação do espaço. Tendo em vista a forma como analisamos tal cartografia classificada como “sertanista”, poderíamos nos atrever a redefini-la? Quais critérios poderíamos utilizar para classificá-los ou reclassificá-los?

Matthew Edney no já citado artigo *A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755*²²⁵, problematiza a questão da classificação. Para o autor “são inúmeras as possibilidades de classificação dos mapas das colônias europeias nas Américas: por região, por época, por arquivo, por função”. Edney defende que os mapas devem ser classificados por sua *função*. O autor argumenta

Com essa classificação podemos ser precisos em nossas investigações de como os mapas contribuíram, material e intelectualmente, com o imperialismo europeu no hemisfério oeste. Um elemento chave para explorar cada tipo cartográfico é descobrir como os mapas circulavam entre os que os produziam e os que os utilizavam nas colônias, tanto de um lado do Atlântico, quanto do outro lado em seus países mãe e, algumas vezes, entre os dois. Uma vez estabelecidos os padrões sociais e geográficos de circulação, podemos então dizer algo sobre os tipos de pessoas que consumiam cada tipo de mapa e por que. Em outras palavras, o estudo dos mapas como artefatos – como coisas feitas para serem movidas no espaço, guardadas e usadas – tem pequena ligação imediata com os lugares mapeados, mas tem muito a ver com as pessoas que os criavam e consumiam²²⁶. (grifos nossos)

²²⁵ EDNEY, Matthew. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, nº 37, 2007, pp. 30-50. Em diálogo com o primeiro trecho que sublinhamos da citação, podemos afirmar que em relação aos mapas sertanistas, como vimos no primeiro capítulo, Jaime Cortesão lançara há mais de sessenta anos as bases para uma história da cartografia problematizando as funções dos mapas e não necessariamente sua capacidade de representar com precisão os territórios.

²²⁶ EDNEY, Matthew. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Op. cit.*, p. 31.

Para Edney o argumento acima citado coloca “um desafio para a abordagem tradicional da História da Cartografia, na qual os mapas são estudados de acordo com as regiões que eles representam e não no contexto em que eles são feitos e usados”²²⁷. Estaríamos de acordo com Edney, se o autor não generalizasse o que chamou de “pequena ligação imediata” do mapa com os lugares mapeados.

Os mapas que expusemos guardam especificidades quanto aos seus padrões de consumo e circulação em relação aos mapas eruditos encomendados por soberanos para fins geopolíticos, ou produzidos com interesses claramente comerciais, utilizados, editados, publicados e consumidos por pessoas que partilhavam de determinadas concepções sobre os territórios representados.

Na *genealogia* da ciência cartográfica, em analogia com a cartografia *científica* do século XVIII, a cartografia reconhecida como “sertanista” apresenta uma série de características que a afastam do discurso científico, entre elas a não utilização de coordenadas geográficas, ausência de padrões de representação, a não preocupação com a exatidão na localização e etc. Seria, portanto, a imprecisão nos traços, os espaços em branco, a desproporcionalidade, a falta de escala, a inobservância da latitude e da longitude, a ausência de rigor científico e da padronização toponímica características específicas da rústica cartografia da conquista?

Uma resposta positiva a esta pergunta implicaria em um julgamento anacrônico e descontextualizado. Em Portugal, no século XVIII, mesmo a cartografia erudita dos séculos XVI e XVII era questionada quanto sua cientificidade. A partir meados do século XVII, franceses e holandeses consolidaram-se na vanguarda da produção de mapas na Europa, utilizando-se de códigos e representações que ainda são predominantes na cartografia hodierna. No entanto, apenas em fins do século XVII essas técnicas começariam a penetrar com evidência em solo português, consolidando-se apenas no reinado de D. João V. Foi em 1722 que Manoel Azevedo Fortes lançou em Portugal sua primeira obra de instrução cartográfica, baseado em

²²⁷ EDNEY, Matthew. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Op. cit.*, p. 31

manuais franceses do final do século XVII²²⁸. As técnicas, contudo, não se consolidariam na representação de ambientes coloniais portugueses, antes de 1740.

Se entendermos a ciência cartográfica como aquela que representa o território com a máxima precisão possível utilizando de instrumentos de medição e cálculos matemáticos, obviamente que não poderíamos atribuir nada de científico aos mapas que analisamos. Mas se por ciência entendermos a “possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações destinadas à produção de objetos determinados”²²⁹, podemos perceber que as regras do discurso cartográfico erudito, tinha suas ressonâncias na cartografia não erudita das conquistas portuguesas.

Segundo Mario Clemente Ferreira “na cartografia sertanista, a preocupação relativa às indicações práticas das distâncias (em léguas ou dias de viagem), da sinalização de acidentes naturais (morros, serras, ilhas) e das informações sobre o povoamento indígena e o traçado de caminhos sobrepõe-se ao rigor científico, o qual, aliás, está quase ausente destes mapas”²³⁰. Não discordamos de Ferreira, mas poderíamos questionar se esse “quase” não revelaria aspectos fundamentais sobre a construção textual dos mapas sertanistas.

Cada vez mais a História da Cartográfica aproxima-se da História da Arte²³¹, e bem sabemos são os detalhes muitas vezes que possibilitam a identificação de características importantes de uma produção artística²³². O *quase* também é mais um detalhe. Quase ausência significa *presença*.

Um sinal do diálogo com os padrões eruditos europeus está na forma como os topônimos estão dispostos nos mapas que apresentamos. Os nomes

²²⁸ BUENO, Beatriz P. S. “Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII”. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, nº 7-8-9, p. 61-96, 2005/2006/-2007, p. 79-81.

²²⁹ FOUCAULT apud CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 109.

²³⁰ FERREIRA, Mario C. “Cartografar o sertão...” Op. cit. p. 3. (grifos nossos)

²³¹ GARCIA, João Carlos. “História da Cartografia nos países ibero-americanos”. *Terra Brasilis* nº 7-8-9, Rio de Janeiro, 2005-2006-2007, pp. 7-29, p. 17.

²³² Como podemos inferir nas instigantes análises de Carlo Ginzburg. GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e GINZBURG, Carlo. “Além do exotismo: Picasso e Warburg”. In: GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. pp. 118-136.

dos rios seguem o curso destes enquanto os nomes de ambientes urbanos estão horizontalmente dispostos, inclusive, no caso do primeiro mapa, com pequenos círculos acima dos topônimos.

Mesmo no último mapa que apresentamos no primeiro capítulo (Figura III), onde as informações parecem estar dispostas sem rigor algum, há uma “correção” que reinsere as mesmas informações anteriores apenas com a mudança de orientação e poucas alterações toponímicas. Sendo possível, portanto, ao leitor de qualquer um dos três mapas primeiro mapas que apresentamos (Figura I,II e III) ter uma visão integral dos mesmos sem necessidade de mover-se ou revirar o papel demasiadamente.

Voltamos à questão de fundo exposta por Jaime Cortesão, para explorarmos a relação entre os conhecimentos e técnicas ameríndias de representação cartográfica. Mas ao invés de nos perguntarmos se os mapas classificados como “sertanistas” têm características científicas ou ameríndias, poderíamos questionar ainda se os mapas pretensamente científicos, não tinham elementos que advém de conhecimentos não científicos sobre os territórios representados.

Cortesão explora as possibilidades de comunicação entre as informações e representações cartográficas ameríndias e a confecção de mapas europeus no século XVIII. Entre os muitos exemplos, Cortesão aponta que “nas cartas dos demarcadores de limites estabelecidos pelos Tratados de 1750 e 1777 (...) encontram-se, com frequência, longos traçados de rios, feitos exclusiva e declaradamente por informações indígenas”²³³.

Portanto, os “vestígios indígenas” encontram-se tanto na produção cartográfica não erudita produzida no contexto da exploração do território, quanto na cartografia erudita, mesmo aquela considerada pelos cartógrafos coevos como *mais científica*²³⁴. A utilização de conhecimentos indígenas não

²³³ CORTESÃO, Jaime. *Op. cit.*, p. 69-70.

²³⁴ Em um texto recente, Glória Kok demonstra ainda a utilização de símbolos da cartografia ameríndia em mapas de engenheiros militares. KOK, Glória. “Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2, 2009, p. 91-109.

significa, portanto, assimilação, mas uma apropriação²³⁵ de elementos da cultura ameríndia, utilizados, inclusive, e principalmente, para exercer a dominação sobre os territórios indígenas.

John Manuel Monteiro afirma que a relação entre paulistas e ameríndios levou a descontinuidades e rupturas aos padrões tradicionais²³⁶. Defendemos o argumento de que a cartografia denominada como “sertanista” significava, igualmente, uma descontinuidade em relação ao modo de representar o espaço. Assim como as ferramentas inseridas nas lavouras, as representações que os conquistadores sobrepuseram aos traços ameríndios significou a imposição de uma lógica exterior ao modo como os indígenas percebiam o espaço. Mas ao interiorizarem-se e relacionarem-se com os padrões europeus transformavam-se em algo novo e *mestiço*, fruto das relações entre diferentes “modos de expressão e comunicação” para citarmos Serge Gruzinski²³⁷.

Como apontamos no capítulo anterior, a pesquisa de Serge Gruzinski analisa uma série de mapas feitos por ameríndios do México, no século XVI²³⁸. Embora relativamente distantes, no tempo e no espaço, o estudo de Gruzinski é revelador de aspectos da “ocidentalização” das representações do espaço, que podem também serem percebidas no caso da interiorização das conquistas portuguesas no século XVIII.

Gruzinski mostra como os mapas de ameríndios do México eram ricos em simbologia e havia um complexo e ordenado sistema de glifos para representar o espaço mapeado. Os mapas eram “pinturas”, com código

²³⁵ Sobre o conceito de apropriação ver CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre prática e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p. 27.

²³⁶ MONTEIRO, John Manuel. *Op. cit.*, p. 172. “A organização do trabalho colonial, ao impor mudanças radicais à divisão do trabalho indígena, também contribuiu para o processo de transformação da população nativa. Nas unidades coloniais, os índios mantinham roças para o seu próprio sustento, o que podia possibilitar a manutenção de um elo entre formas pré-coloniais e coloniais de organização da produção. Mas as exigências da economia colonial muitas vezes alteraram a divisão do trabalho a ponto de romper definitivamente os padrões tradicionais da agricultura de subsistência. (...) Mais ainda a utilização de ferramentas européias aprofundava esta ruptura. O testemunho de Jerônimo de Brito, senhor de um prestigioso plantel de escravos índios, é sugestivo nesta trajetória. Determinando a liberdade para todos os índios, este doou a cada homem uma foice uma enxada e um machado “para fazerem suas roças e sustentarem (...)”.

²³⁷ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 273.

²³⁸ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

estilístico, utilização cuidadosa das cores e mesmo depois do início da colonização espanhola, muitas representações de ambientes coloniais eram feitas a partir da atualização dos glifos²³⁹. Contudo o processo de colonização alteraria profundamente as formas tradicionais de representação do espaço,

Mapas indígenas abandonam a cor, deixam de lado a precisão dos traços e o acabamento dos contornos e curvas, reduzindo-se um desenho grosseiro, econômico ao extremo (...) Estes mapas, não são, entretanto, esboços de “pinturas” mais elaboradas. São a versão indígena de mapas espanhóis feitos na mesma época e que possuem o aspecto indefinível de rascunhos apressados, em que vagas ondulações marcam o relevo, o ziguezague rápido da pena indica um rio e alguns riscos assinalam a existência de um pueblo. Traços imprecisos, esquematismo elementar e, quando a cor aparece, borrões nos levam para bem longe da sofisticação caligrafada nas “pinturas” pré-hispânicas e remetem ao croqui. Mais pessoal, mais subjetivo, portador de uma informação sumária e unívoca, traçado com a pena e não mais com o pincel, o croqui espanhol constitui uma forma de abstração da realidade que recorre a um conjunto de convenções menos estandardizadas e bem menos fáceis de identificar do que as do mapa indígena²⁴⁰.

A incorporação das técnicas rudimentares dos colonizadores, embora tenha tido “profundo efeito de desagregação das formas indígenas”, não significou o fim da “cartografia propriamente indígena”, mas “o uso conjugado dos dois códigos”²⁴¹.

Há muitas distâncias entre os modos de representar o espaço das conquistas portuguesas do centro da América do Sul, e no México central. Também as relações sociais são bem diversas. No México são ameríndios que

²³⁹ GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. *Op. cit.*, p. 50.

²⁴⁰ GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. *Op. cit.*, p. 74-75. Em outro trecho, Gruzinski sintetiza: “Técnicamente, a prática do croqui à espanhola supõe o perfeito domínio da escrita alfabética e assimilação de convenções pictóricas que só existiam em estado empírico e implícito, aliadas a uma dose considerável de improvisação e de subjetividade. O croqui pertence a uma sociedade e a uma cultura que toleram, até certo ponto, a manipulação dos códigos pelo indivíduo, ao passo que a tradição indígena parece impor com maior rigidez a uniformidade de suas convenções. Se assim for, o acesso dos pintores indígenas ao croqui corresponderia a uma transformação profunda da relação consigo mesmo e com a sociedade”. GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. *Op. cit.*, p. 76.

²⁴¹ Para Gruzinski, no entanto “os dois modos estão bem longe de ter o mesmo peso: a ocidentalização do espaço já era algo praticamente definitivo, enquanto a linguagem antiga tendia a se corromper, e as pictografias desaparecem da maioria dos mapas feitos após 1620, ou pelo menos daqueles que foram feitos a pedido das autoridades espanholas. Sintoma de perda de uma técnica e de um saber, que é preciso assinalar, sem contudo deixar de nuançar. Apesar deste desaparecimento paulatino, mantém-se uma cartografia propriamente indígena até o fim da época colonial, fundada em adequações, empréstimos e ajustes concebidos e postos em prática nas últimas décadas do século XVI”. GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. *Op. cit.*, p. 78

incorporam as técnicas europeias de representação, no caso do Brasil colonial, não há qualquer indício de que os índios teriam participado ativamente da produção dos rústicos mapas das conquistas portuguesas da primeira metade do século XVIII. A aproximação possível de fazermos é que tanto o croqui indígena à espanhola quanto os mapas que analisamos, emergem das necessidades da conquista europeia na América, da imposição de uma lógica europeia de representação do espaço, mesmo que informações e mesmo símbolos indígenas sejam espacializados no mapa. No caso colonial português e dos mapas específicos que analisamos, a ruptura com o modo ameríndio de representação do espaço ainda é mais evidente, pois são os adventícios que traçam os mapas, que dominam a escrita alfabética, os padrões de medida do espaço e do tempo.

Do ponto de vista da morfologia, os mapas não eruditos das conquistas portuguesas são mais próximos dos esboços de mapas portugueses do século XVIII, do que dos mapas indígenas influenciados pelo croqui espanhol (Figura XI) . Como vimos no primeiro capítulo, os argumentos tanto de Jaime Cortesão, quanto de Sergio Buarque de Holanda, para filiar a cartografia denominada como “sertanista” ou “bandeirante”, ao modo “indígena” de representar o espaço, não possuem qualquer evidência documental. Existem evidências, fartas, de contatos entre exploradores e ameríndios onde os últimos forneciam aos primeiros, informações sobre o território, mas tais indícios não podem servir para afirmar que se trata de uma cartografia oriunda da assimilação de técnicas indígenas.

Tal percepção não significa a exclusão dos ameríndios das relações sociais que possibilitaram o surgimento dos mapas “sertanistas”. Os conhecimentos ameríndios sobre os espaços representados, a toponímia e a localização de rios, morros, aldeias, foram muitas vezes apropriados pelos fazedores de mapas e relatos.

FIGURA XI

Territórios entre os rios Beni e Mamoré – [Entre 1750 e 1769]. - Escala indeterminada – 1 mapa : ms. ; 43x31 cm. apud GARCIA, João Carlos (coord) *Cartografia Pública na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: BPMP, 2011.

Citaltepeque, Zubango, 1606. Estado do México. (México, AGN), apud GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário. *Op. cit.*, figura 10.

A rústica cartografia das conquistas portuguesas no contexto das explorações sertanistas parece ter sido produzida nos interstícios dos padrões normativos de dominação europeia da América, resultado da intensa circulação entre padrões eruditos e não eruditos europeus, apropriando-se de informações de exploradores dos territórios e de seus contatos com povos ameríndios. Não podemos equivaler à cartografia não erudita das conquistas portuguesas a cartografia erudita europeia, embora ambas integrem a lógica da expansão europeia da Época Moderna. Os conhecimentos mobilizados em uma e outra, contudo, não podem ser hierarquizados, uma vez que são resultados de *operações* diversas.

Podemos, portanto, abandonar a classificação dos mapas que analisamos como “mapas sertanistas” ou “bandeirantes”, assim como a classificação foi atribuída por Jaime Cortesão. Não temos documentos para precisar a autoria das cartas, nem ao menos sabemos se foram feitas a próprio punho pelos conquistadores, ou se foram feitas por fazedores de mapas a partir de informações fornecidas pelos exploradores e especializadas no papel. É mais prudente tratarmos esses mapas, não como mapas “sertanistas”, mas como *mapas do sertanismo* que representam o avanço das explorações dos súditos portugueses no interior da América.

Os rústicos mapas que representaram as conquistas portuguesas no interior da América expressam uma lógica que as integra a uma cartografia típica da Época Moderna? A definição da rústica cartografia das conquistas portuguesas como cartografia típica da Época Moderna, se torna problemática quando nos defrontamos com autores que a definem, como a passagem de uma “racionalização ética do espaço” para uma “racionalização geométrica do espaço”²⁴².

Segundo Brian Harley e Kees Zandvliet, a cartografia holandesa do século XVI marca, no discurso genealógico da ciência cartográfica contemporânea, a oposição da cartografia como arte e a cartografia como ciência. Harley e Zandvliet discordam da polarização, que segundo eles, seria

²⁴² MIGNOLO, Walter, apud PADRON, Ricardo. “Mapping Plus Ultra: cartography, space, and Hispanic Modernity”. PADRON, Ricardo. “Mapping Plus Ultra: cartography, space, and Hispanic Modernity”. *Representations*, n. 79, 2002, pp. 28-60.

atribuída por cartógrafos do século XIX. Para os autores, no século XVI surge o discurso do mapa como espelho da realidade, que influenciaria toda a cartografia ulterior²⁴³.

Contudo, a questão não se resume a pretensões no campo da cartografia. Como afirma Carla Lois a metáfora do espelho e a renovação científica não podem ser entendidas fora dos processos de expansão europeia, que também necessitaram, produziram e aperfeiçoaram instrumentos de medição²⁴⁴. Tal aspecto prático dos mapas a partir da Época Moderna foi ressaltado por Jerry Brotton, no livro *Trading territories: mapping the early modern word*²⁴⁵. Um trecho do livro Brotton destaca o lugar do mapa na exploração de territórios pela Coroa portuguesa, em particular no contexto da conquista da costa africana,

Affonso's contract with Gomes²⁴⁶ united maritime discovery and territorial mapping with the new mechanisms of long-distance trade and exchange required to extract maximum financial benefit from the new commercial possibilities created by Portuguese dealings with West Africa, and in particular the lucrative trade with the ports and islands of Guinea. (...) The maps and charts which facilitated this diversification in mechanisms of both trade and merchandise accrued a new social and political status as prized objects in their own right, startlingly vivid material objects which were symptomatic of the impact these new techniques of long-distance travel and commercial acquisition had on the growing prosperity and political importance of both the Portuguese crown and its merchants. The map was therefore situated at the nexus of these new forms of travel, exchange and acquisition (...).²⁴⁷

²⁴³ HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. "Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography". *Cartographica*. v. 29, nº 2, 1992, pp. 10-19, p. 10.

²⁴⁴ LOIS, Carla. *Plus Ultra Equinoctialiem*: El 'descubrimiento' del Hemisfério Sur en Mapas y Libros de Ciencia en el renacimiento. Tese de Doutorado. Universidade de Buenos Aires, 2008, p. 84.

²⁴⁵ BROTTON, Jerry. *Trading territories*. Mapping the early modern word. Londres: Reaktion Books, 1997.

²⁴⁶ O contrato a que Brotton faz referência foi a concessão do monopólio de exploração do Golfo da Guiné a Fernão Gomes, em 1469.

²⁴⁷ BROTTON, Jerry. *Trading territories*. Mapping the early modern word. Londres: Reaktion Books, 1997, p. 159. Tradução literal: o contrato de Affonso com Gomes uniu descoberta marítima e mapeamento territorial com os novos mecanismos de comércio de longa distância e trocas, necessários para extrair benefício financeiro máximo de novas possibilidades comerciais criadas por relações portuguesas com África Ocidental, e em particular o lucrativo comércio com os portos e ilhas de Guiné. (...) Os mapas e cartas, que facilitaram esta diversificação dos mecanismos de comércio e de negociações, adquiriram um novo status social e político como objetos valiosos em direito próprio, objetos materiais surpreendentemente vivos que eram sintomáticos do impacto que essas novas técnicas de viagens de longa distância e aquisição comercial tiveram sobre a crescente prosperidade e

Poderíamos afirmar que a cartografia do sertanismo também situava-se “at the nexus of these new forms of travel, exchange and acquisition”. Não nos parece absurdo afirmar ainda que quando as necessidades dos *jogos das trocas*, para utilizarmos as palavras de Fernand Braudel²⁴⁸, passaram a requisitar representações cartográficas que atendessem entre outras necessidades as da economia que então se expandia, conhecimentos dominados não apenas por ameríndios, mas por povos que os europeus mantinham contato, pareceram sem dúvida eficazes, para a produção de mapas. Os conhecimentos da *geografia* indígena, assim como a de outros povos não europeus atendiam *a priori* a fins práticos imediatos dos interesses europeus, entre os séculos XVI e XVIII. Parecia haver, portanto, “conexões subterrâneas”²⁴⁹ entre a cartografia que emergia na Europa Moderna, com a cartografia rústica, elementar, tosca, que desenvolvia-se a partir da expansão da exploração europeia no mundo.

O valor social do mapa na Época Moderna não era medido pela sua aproximação ou distância da exatidão na representação da realidade exterior ao mapa, mas como afirma Brotton, “primarily through the sheer diversity of situations within they came to give meaning to the social lives of those people who increasingly used them within the worlds of trade, commerce, arte, diplomacy and imperial administration”²⁵⁰. Partindo dessa afirmação de Brotton, podemos avaliar importância dos mapas sertanistas no âmbito de uma cartografia das conquistas europeias.

Os mapas rústicos do sertanismo tinham circulação relativamente restrita entre os exploradores dos territórios representados e as autoridades metropolitanas que recolhiam notícias das expedições exploratórias. Mais

importância política da coroa portuguesa e seus comerciantes. O mapa foi, portanto, situado no nexo destas novas formas de intercâmbio, viagens e aquisição”.

²⁴⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. v. 2. O jogo das trocas. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

²⁴⁹ GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o sabá*. Tradução Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 246. GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

²⁵⁰ BROTTON, Jerry. *Op. cit.* p. 25-26. Tradução literal: “principalmente através da diversidade de situações no âmbito das quais veio para dar sentidos à vida social das pessoas, e cada vez mais utilizados, no mundo de negócios, do comércio, arte, da diplomacia e da administração imperial”.

restrita ainda na Europa, tanto que não figuravam conhecimentos desses mapas na tradição cartográfica europeia em relação aos territórios ao centro da América do Sul, durante toda a primeira metade do século XVIII.

Basta ver os detalhes de mapas que circulavam no meio acadêmico e comercial europeu desde os princípios do século XVI ao século XVIII. A representação da lagoa de Xarayes, no centro da América do Sul, emergiu na modernidade *temprana* e permaneceu em muitos mapas e narrativas até fins do século XVIII. Como afirma Maria de Fátima Costa²⁵¹ “como os seus semelhantes, dos lagos do Eldorado, do Paititi e do Eupana, o de Xarayes é um mito que teve longa vida”. Seu surgimento ocorrera “nos primeiros anos de 1600, quando Antonio de Herrera lhe deu identificação espacial, e já no final da década de 1620 ganhou contornos cartográficos graças ao empenho dos neerlandeses, que nas páginas de seus preciosos *Atlas* fizeram a *Laguna de los Xarayes* ter fisionomia própria”²⁵².

Tal percepção de que os mapas holandeses (os mesmos que como apontaram Harley e Zandvliet, figuram no discurso genealógico da cartografia como marcos do surgimento da ciência cartográfica moderna) e depois franceses (que passaram a vanguarda da produção cartográfica no século XVII e XVIII, como o famoso mapa de Guillaume Delisle²⁵³), representavam o centro da América do Sul a partir de narrativas “míticas”, revela o significado da cartografia do sertanismo para a redefinição das representações que circulavam na Europa sobre a América do Sul, e reforça o argumento de Harley sobre a impertinência de uma definição de cartografia científica como sendo aquela que mais se aproxima de uma pretensa realidade, distanciando-se da arte e da imaginação²⁵⁴.

A ruptura com as representações do mar de Xarayes emergiram na rústica cartografia das conquistas já na década de 1720 do século XVIII. Há um

²⁵¹ BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972, p. 25.

²⁵² COSTA, Maria de Fátima. “De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico”. *Revista do IEB*. 45 set 2007, p. 21-36.

²⁵³ DELISLE, Guillaume. *L’Amerique Meridionale*, 1703. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (Catálogos-Virtual).

²⁵⁴ Sobre o lugar da “imaginação” na formulação de mapas, mesmo os mais contemporâneos, ver WRIGHT, Jonh. The place of the imagination in Geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, n. 1, 1947, p. 1-15.

Ao invés da representação dos rios em leque como nos dois primeiros mapas citados no princípio do capítulo, neste é estendida uma linha longa e, embora não haja topônimo, trata-se do rio Paraguai, onde tanto o Taquari quanto o Botetei (atual Miranda) fazem barra, e ao norte, subindo o Paraguai há uma forquilha, onde à esquerda tem sequência o rio Paraguai e à direita surge o rio dos Porrudos, onde rio acima faz barra à direita o rio Pequiri e a esquerda, mais acima, com outro rio sem topônimo, mas que provavelmente é o rio Cuiabá, e a parte representada por elevações de relevo, no alto no mapa, poderiam ser, portanto as minas do Cuiabá.

Chama atenção a representação que o autor faz das lagoas na parte oriental do rio Paraguai. Do norte para o sul as lagoas de Gaiba, “Marionã” (Manioré) e aos lagos de “Bueponhaiuhy” e “Bucaituba” (que podem corresponder seguindo os mapas atuais respectivamente a Baía Vermelha e a lagoa Cáceres) assinalam que o território bastante próximo das missões jesuíticas era não apenas percorrido, mas também inscrito na rústica cartografia da conquista.

No mapa aparece, ainda, a oeste do Paraguai a seguinte anotação: “também foi, era, uma aldeia de serranos que o gentio matou os padres estando a missa”. É possível, cotejando com outros mapas, inclusive da cartografia espanhola, perceber que tal “observação” incorporou-se a memória cartográfica, tendo efeito de topônimo. Mais uma vez a memória marcando, como vimos anteriormente, a cartografia da conquista. Em um mapa espanhol intitulado *Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndios Chyquytos y S. Cruz*, datado já da segunda metade do século XVIII (1778) há referência a “Estancia donde los Gaycurus mataron o P. Antonio Guaep”, localizada justamente entre os rios Taquari e o “Rios dos Porrudos”²⁵⁵.

²⁵⁵ *Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndios Chyquytos y S. Cruz: (...) Op. cit.*

FIGURA XIII

Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndios Chyquytos y S. Cruz: Sacado por orñ. de el sor. Govor. Dn. Tomas de Lezo. Desenho a tinta ferrogálica ; 27 x 42,5cm. [ca.1778]. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

A “Estancia”, contudo, não margeia o rio Paraguai. No mapa, com escala em léguas espanholas, o local encontra-se cerca de duzentos quilômetros a oeste do Rio Paraguai, já bem próximo das missões, o que é indício de que os portugueses conheciam e tinham *notícias*, de territórios muito além das margens orientais do rio Paraguai. Outro mapa datado como anterior a 1740, possui bastantes coincidências com o *Mapa Rudimentar* e tantas com as cartas e relatos do sertanismo. Jaime Cortesão, por isso classificou-a como um “mapa sertanista”²⁵⁶.

²⁵⁶ CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2009, p. 226-227.

centro da América do Sul. O topônimo *Pantanal* merece atenção, pois mostra como em suas narrativas os colonos luso-americanos “parecem ignorar a tradição precedente tão imbricada no imaginário ocidental, pelas narrativas espanholas e pelas cartas geográficas universais. Nos seus caminhos nomeiam uma nova geografia”²⁵⁷. Portanto, não trata-se de uma cartografia *real* que se impõe a uma cartografia *mítica*, mas uma cartografia das conquistas portuguesas que se contrapõe a cartografia das expedições exploratórias espanholas.

Mas não é apenas em relação aos *Pantanaes* que a cartografia do sertanismo é inaugural, mas o próprio curso do rio Paraguai e a delimitação de fronteiras entre territorialidades portuguesas e espanholas foram construídas a partir do diálogo não apenas com a cartografia, mas com todo o conjunto de práticas de conquista de territórios ameríndios e em litígio com a coroa espanhola. É impressionante, por exemplo a semelhança dos *perfis esquemáticos* do *Mapa Rudimentar* e de um mapa do demarcador de limites, engenheiro, astrônomo e cosmógrafo Miguel de Ciera, mapa que integrava o “belo atlas, com o qual presenteou o rei D. José I, em 1758”²⁵⁸.

²⁵⁷ COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes*. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997, p. 171.

²⁵⁸ COSTA, Maria de Fátima. “Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760)”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2, 2009, pp. 189-214.

FIGURA XV

Detalhes: *Mapa rudimentar. Op. cit.* (esquerda) e CIERA, Miguel. *Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay: exactissime nunc primum describuntur, facto initio a nova Colonia ad ostium usque fluminis iacru ubi, ex pactis finium regundorum Carta VIII, 1758.* Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Apesar do título do mapa declarar em latim tratar-se da “primeira descrição exata dos rios da Argentina, Paraná e Paraguai”, percebemos que a cartografia sertanista, a partir de por volta de 1720, construiu uma tradição na representação do centro da América do Sul, que apenas em 1758 seria apropriada pelo discurso que enunciava a exatidão do padrão científico europeu, servindo claramente para fins de legitimação das conquistas territoriais empreendidas durante a primeira metade do século XVIII.

Fizemos essas observações para defender que para classificarmos e/ou redefinirmos mapas, e os mapas do sertanismo em específico, temos que avaliar não apenas as suas funções, como apontou Edney, mas ainda suas

relações de produção, que no caso da rústica cartografia das conquistas portuguesas assumem complexidade particular, em uma relação não apenas de exterioridade e distância dos territórios representados (em relação aos quais segundo Edney, os mapas, via de regra, teriam apenas relações indiretas).

Foi justamente a relação que a cartografia do sertanismo mantinha com os territórios que representava que conferiu às suas rústicas técnicas, valor social inestimável. Não, obviamente, por serem de fato “espelhos da realidade”, mas por mobilizarem um conhecimento útil e significativo para a exploração econômica e elaboração de estratégias políticas e geopolíticas, enfim, para a espacialização de conquistas portuguesas no centro da América do Sul. Não concordamos com Edney²⁵⁹, portanto, que relacionar mapas com territórios, signifique a aceitação de uma abordagem retrógrada em História da Cartografia.

Como já apontamos no capítulo anterior, embora com contornos bem delineados e com fundamentação teórica bastante sofisticada, afirmações como as de Matthew Edney e de outros autores, que reforçam a exterioridade do discurso dos mapas em relação aos territórios, são bastante perigosas, e em muitos aspectos. Em primeiro lugar retiram de sujeitos sociais o lugar que os mesmos tiveram na produção do espaço, em suas diferentes dimensões. Em segundo, criam a falsa impressão de que os territórios americanos poderiam ser representados por europeus a despeito dos relatos, crônicas, notícias que construíram imagens sobre esses espaços, escritos por pessoas (ou com referências a relatos de pessoas) que os percorreram. Em terceiro, não levarem em conta como os discursos presentes nos mapas espacializavam-se, impulsionando e justificando práticas de conquista nos territórios representados. Por fim, perde-se a percepção sobre a circularidade de conhecimentos locais que habitam, de forma mais ou menos tácita, os mapas.

Ou seja, se a análise da função de um mapa pronto e de sua circulação é fundamental para sua definição, o é também o estudo das relações sociais e as *operações* que permitiram o nascimento do mapa, cuja “genética” esconde heranças insuspeitas a primeira vista.

²⁵⁹ EDNEY, Matthew. “A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755”. *Op. cit.*, p. 49-50.

A cartografia do sertanismo – relatos e mapas – integravam, portanto, a cartografia da Época Moderna, expressavam, à sua forma, os desígnios da desterritorialização e reterretorialização de espaços, integrando-os aos jogos das trocas da economia em escala mundial, espacializando práticas de exploração de pessoas e de recursos naturais. Confeccionados com a mobilização de conhecimentos empíricos, convertiam-se em mapas instrumentalizáveis em diversos níveis, que não visavam à exatidão matemática, mas nutriam-se de legitimidade e autoridade nas *operações* que transformavam as *coisas* vistas em *imagens* identificáveis e verossímeis aos seus utilizadores. Tal característica conferiu-lhe valor e *status* não apenas junto aos exploradores imediatos (paulistas, portugueses, comerciantes, aprisionadores de ameríndios, fazendeiros, mineradores e etc), mas também à coroa portuguesa e aos cartógrafos eruditos.

Capítulo 4

A espacialização da ruralidade nas Minas do Cuiabá

Neste capítulo construímos nossa análise em escala reduzida, procurando “ver de perto” a formação de ambientes coloniais nos primeiros anos de colonização portuguesa nos territórios que formavam a região das Minas do Cuiabá. Acreditamos que as minudências que destacaremos servem para desconstruir “mapas” que em outras escalas representaram o lugar dessa espacialidade na economia colonial.

Embora no topônimo a palavra “minas” possa denotar explorações auríferas, a área que na documentação aparece circunscrita às Minas do Cuiabá e posteriormente como *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, é muito mais ampla do que as imediações das áreas de exploração aurífera.

Os territórios à margem oeste do Rio Paraná, faziam parte da territorialidade, ou para utilizarmos um termo da época, do *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Na região entre a barra dos rios Pardo e o rio Taquari (Figura XVI), formaram-se ambientes rurais em locais que se tornaram caminhos regulares entre as espacialidades coloniais no centro da América do Sul outras espacialidades da capitania de São Paulo e que consequentemente interligavam-nas a outros caminhos.

FIGURA XVI

Destaque sobreposto ao DANIEL, Omar. *Mapa das rotas das monções e das bandeiras seiscentistas, atualizada por georreferenciamento, a partir da prancha de Sérgio Buarque de Holanda*, em 1945. apud BRAZIL, Maria do Carmo DANIEL, Omar. "Sobre a rota das monções. Navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda". RIHGB, Rio de Janeiro, a. 169 (438):209-226, jan./mar. 2008.

Nos capítulos anteriores pudemos perceber que na cartografia classificada como “sertanista”, é representada uma ampla rede urbana. Nos *hinterlands* dessa rede espacializaram-se diversos ambientes coloniais. Não há muitos indícios nesses mapas sobre a formação de ambientes rurais no imenso território habitado por inúmeros povos ameríndios que em poucos anos nas primeiras décadas do século XVIII foi incorporado aos domínios portugueses na América. Há ao menos, um mapa, contudo, que faz referência às roças do rio Pardo. Trata-se do já citado *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha*, datado de 1740²⁶⁰. Destacamos o detalhe do mapa:

FIGURA XVII

Detalhe do *Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha* ca 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm - Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção : Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

²⁶⁰ Há catalogado na Biblioteca Nacional, outro mapa com o título de *Parte do governo de S. Paulo e parte dos dominios da Coroa de Castella*, sem datação exata, que parece ser um rascunho para a elaboração do mapa supracitado, que igualmente faz referência às mesmas roças do rio Pardo.

Como podemos visualizar, na margem esquerda do Rio Pardo, é representada a presença de ambientes rurais com a figura de uma edificação. No trecho, ao todo, são cinco dessas pequenas casas. Nas proximidades de três delas são discriminados os proprietários das roças. Dos dois proprietários, encontramos na documentação apenas referência o Luís Rodrigues. O relato de Cabral Camelo aponta sobre o curso do rio Pardo e do Rio Taquari:

Por todo este grande rio costumam andar os Cayapós; (...) no pequeno riacho de Camapoam, uma légua pouco mais ou menos de seu nascimento, em sítio em que estão duas roças povoadas, e se gastam nesta paragem quinze ou vinte dias; é porém precisa toda a vigilância nela porque os Cayapós não perdem toda a boa ocasião que se lhe oferece: com o efeito experimentaram uns de São Paulo, que foram na mesma tropa, por nomes Luiz Rodrigues Villares e Gregório de Castro, que no meio da fileira de negros que lhe conduziam as cargas, e seriam sessenta ou mais, lhes ataram três ou quatro, retirando-se tão velozmente, que quando os mais levaram as espingardas à cara, já não os viram. Estes dois pobres roceiros vivem como em um presídio, com as armas sempre nas mãos (...) colhem contudo bastante milho e feijão, e o vendem muito bem (...) e as galinhas, porcos e cabras (...). A roça de cima tem já seu canavial e bananal, e está cercada toda de uma boa estacada (...).²⁶¹ (grifos nossos)

(...). Abaixo das itaipavas há duas roças, que se lançaram no ano em que eu passeis aquelas minas; mas como até aqui chegam os Caiapós, não foram de muita dura: pelo Taquari abaixo se gastam dez ou onze dias, tem vários sangradouros, que formam grandes lagoas (...) Este Rio Taquari até o meio tem alguns matos, o mais tudo são campos; dizem que de uma e outra parte há gentios; mas supõe-se que são restos de algumas nações que os sertanistas conquistaram. Deste vi só três bugres, que traziam em sua companhia um Sargento-mor Paulista e eram agigantados.²⁶² (grifos nossos)

Nas duas citações, as referências aos Cayapós marcam a tensão entre o *tempo* da sociedade colonial e o *tempo* das sociedades ameríndias. O posicionamento do autor é claro no sentido de mostrar como o *tempo* do colonizador se impõe e se torna legítimo na luta dos colonizadores para vencer as adversidades do meio natural e os limites impostos pelos povos que habitavam ou percorriam esses espaços. Enquanto a população colonial emerge como parte de um processo de expansão os índios aparecem como

²⁶¹ CAMELO, Antonio Cabral. *Op. cit.*, p. 491.

²⁶² CAMELO, João Antonio Cabral. *Op. cit.*, p. 493.

“restos de algumas nações”. Embora a narrativa de Cabral Camelo, possa expressar muito do significado da espacialização das conquistas, o sentido da espacialização de ambientes rurais ultrapassa, contudo, os limites de sua narrativa.

Outros documentos, como as cartas de sesmarias, mostram que Luiz Rodrigues Villares e Gregório de Castro, com seus mais de 60 escravos, parecem não pretender (ou não apenas) aventurar-se em busca de descobertas de ouro. Parece-nos que ambos, já tinham outros meios de obtê-lo, de forma líquida e certa.

Luiz Rodrigues Villares, desde ao menos 1722, em sociedade com um Antonio Lopes, explorava a criação de gado nos campos de Curitiba, onde requereu em 1725, e obteve, sesmarias de uma légua e meia em quadra²⁶³. Já em 1727 o mesmo Luiz Rodrigues requereu ao todo três léguas em quadra, em duas sesmarias justamente localizadas no “sítio de Camapuã” e “no Porto Geral do Taquari”²⁶⁴ (ver Figura XVI).

Lembrando que de acordo as normas estabelecidas para concessão de sesmarias, a máxima extensão seria de uma légua em quadra para criação de gado e meia légua em quadra para a agricultura, as sesmarias de Camapuã e Taquari extrapolavam em muito a legislação. Fato de modo algum incomum no Brasil colonial. Nas cartas de sesmarias que pesquisamos referentes à capitania de São Paulo, são muitas as cartas em caminhos para regiões mineiras, e em campos de criação de gado que ultrapassam largamente os limites estabelecidos. Como aponta Márcia Motta,

a despeito das tentativas de limitar a expansão e controlá-la via procedimentos régios, havia casos em que o documento de sesmarias servia para assegurar a incorporação de enormes limites territoriais nas mãos de um potentado, em retribuição aos serviços prestados à coroa. Se os pedidos não feriam o que estava escrito em lei, na prática eles ocultavam o assenhoreamento de enormes extensões de terras para uma mesma família. No entanto, mesmo nesses casos, a posição da coroa não foi única. Interesses comuns entre sesmeiros e a coroa poderiam denotar o “fechar os olhos” para flagrantes usurpações de terra²⁶⁵.

²⁶³ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 1. APESP, f. 58.

²⁶⁴ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 137-138.

²⁶⁵ MOTTA, Márcia Maria M. “Poder e domínio: a concessão de sesmarias em fins de setecentos”. In: MONTEIRO, Rodrigo B. e VAINFAS, Ronaldo. *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 356.

A última carta referida aponta Luiz Rodrigues como “morador e mercador na cidade de São Paulo, ora assistente nestas minas do Cuiabá” e “que ele suplicante se achava com posses de fabricar pelo tempo vindouro uma fazenda de gado vacuum e cavalar no sertão do Cuiabá na paragem chamada porto geral do Taquari”, seu objetivo seria produzir “mantimentos” uma vez que de acordo com a carta “os mineiros mais carecem deles por ser deserta e de evidentes riscos”. Já na primeira carta, concedida no mesmo dia, a narrativa aponta que Luiz Rodrigues,

agora assistente nestas minas do Cuiabá, que o suplicante com grande trabalho e despesas de sua fazenda povoara as terras de que estava de posse na barra de *Camapuam Guasú* caminho destas minas da parte que se segue grande utilidade aos mineiros, e viandantes que a elas passavam, por acharem naquela paragem mantimentos, e lhe ficar a viagem mais breve por um varadouro novo a que o dito suplicante tinha dado princípio, e porque no estabelecimento da dita fazenda tinha o suplicante feito uma considerável despesa e experimentado com a vizinhança do gentio bárbaro da nação Cayapó, grande perda pelos escravos que lhe havia mortos como era notório e porque do aumento da dita sua fazenda se seguia conveniência a fazenda real, e ao bem comum, e o suplicante se achava com posses de cultivar as ditas terras de baixo do mesmo risco, em que este agora se conservava se fabricar pelo campo vindouro uma fazenda de gado vacuum e cavalar na mesma paragem.²⁶⁶ (grifos nossos)

Já o Gregório de Castro apontado por Camelo é o mesmo que na cidade de São Paulo, de acordo com Maria A. M. Borrego “constava como proprietário de loja e mercador. Todavia, sabe-se também que ele tinha negócios em Cuiabá, pois foi de lá que regressara com caixotes de ouro na monção de 1729”²⁶⁷. A autora aponta ainda que o mesmo é citado em vários documentos “sempre envolvido com loja, fazendas e atividades em Cuiabá, Goiás e Rio de Janeiro”²⁶⁸.

Outra carta concedida na região beneficiou a Manoel Veloso, com uma légua e meia de terras em quadra. A concessão é justificada pelo fato de que,

²⁶⁶ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 137-138.

²⁶⁷ BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006, p. 95.

²⁶⁸ BORREGO, Maria A. M. *Op. cit.* p. 116.

ele suplicante se achava com posses de fabricar uma fazenda de gado vacum e cavalar com roças de mantimentos donde se utilize atenção aos mineiros que concorrem para estas minas de Cuiabá melhor passadio e maior aumento às rendas reais a qual dita fazenda quer o suplicante situar sobre o rio Camapuam correndo por ele abaixo da parte direita principiando donde faz barra o Camapuam Guassú confrontando com a terra de Luiz Rodrigues Villares²⁶⁹.

Não eram poucas as posses com as quais Manoel Veloso “se achava”. Borrego estuda com minúcias a trajetória de Manoel Veloso, e cita documentação na qual o mesmo é mencionado como “homem de negócio dos mais honrados e bem procedidos desta cidade” (São Paulo)²⁷⁰. Seu inventário, em 1752, aponta um patrimônio líquido de 10:875:\$371²⁷¹. Manoel Veloso, por sua vez era sogro do dito Gregório de Castro, com quem, segundo Borrego, “aparece muitas vezes como parceiro de negócios”²⁷². O nome de Luiz Rodrigues Villares aparece uma única vez na tese de Borrego, como marido de Ângela de Faria, filha de Manoel Veloso e, portanto, concunhado de Gregório²⁷³.

Mas o que queremos problematizar não são os laços familiares entre homens de negócio, algo que a produção histórica mais recente destaca em muitas pesquisas, mas o *sentido* da espacialização de ambientes rurais nos territórios pertencentes ao *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. É preciso que não percamos de vista que a acumulação de capital por agentes mercantis não implica somente em relações de reciprocidades baseadas em redes de clientes e parentes. Embora estudar essas relações seja fundamental para compreendermos o *modus operandi* da reprodução daquilo que João Fragoso chamou com muita propriedade de “hierarquia excludente”²⁷⁴, é preciso ter em mente que as relações sociais que permitem a estruturação das redes mercantis espacializam-se. Apenas esse pequeno número de agentes sociais tomaram posse de cerca de 60 km² de terras no *termo* de Cuiabá, onde possuíam volumosa escravatura, plantavam roças e ampliavam cada vez mais

²⁶⁹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 142.

²⁷⁰ BORREGO, Maria A. M. *Op. cit.* p. 116.

²⁷¹ BORREGO, Maria A. M. *Op. cit.* p. 208.

²⁷² BORREGO, Maria A. M. *Op. cit.* p. 256.

²⁷³ BORREGO, Maria A. M. *Op. cit.* p. 262.

²⁷⁴ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998, p. 12.

a criação de gado. Mas esses não eram os únicos a receber sesmarias entre o rio Camapuã e o Taquari.

Domingos Gomes Belliago que também “fabricara um sítio nas margens do rio Taquari”, onde possuía roças e criava gado, recebeu em uma única carta sesmaria de três léguas em quadra²⁷⁵. A carta aponta que o mesmo “se achava situado na mesma paragem com gado vacuum, que conduzira de povoado em canoas com grande trabalho e despesa de sua fazenda”, e ainda “mandara vir por serranias gado para meter na dita povoação”. No relato de Barbosa de Sá para o ano de 1729, Domingos Gomes, era um dos “homens mais ricos e de mais nome” da Vila Real²⁷⁶.

O mesmo Domingos receberia mais três cartas de sesmarias, nas minas de Goiás, cerca de dez anos depois. Em 1739, então mestre de campo nas minas de Goiás, iria receber por sesmaria, três léguas de terra “em um sítio chamado Alagoa, em meio caminho da Meia-Ponte para o Tocantins que a houvera por título de compra (....) e tinha povoado com gados, escravos e roças”²⁷⁷.

Outra carta aponta que Belliago, mestre de campo e “cavaleiro professo na ordem de Cristo” e os “reverendos José de Frias Vasconcelos e Antonio de Moraes Pimentel, eram senhores e possuidores de uma fazenda de gado, roça e engenho de cana nas cabeceiras do rio Paraná (...) por título de compra”²⁷⁸.

E por fim, uma carta em que Domingos Belliago, juntamente com Antônio de Souza Bastos, recebe sesmaria de “umas fazendas”, também nas minas de Goiás “onde acharam capacidade de mandarem povoar e, com efeito, tinham quatro fazendas já povoadas e levantando currais para povoarem no tempo vindouro”. Além das quatro fazendas “com bastante gados, cavalos e pessoas”, os sócios pedem mais duas, no que são atendidos pelo governador

²⁷⁵ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 133.

²⁷⁶ BARBOSA DE SÁ, José. “Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus principios até os presentes tempos”. *Annaes da Biblioteca Nacional*. v. 23, 1901, pp. 4-77, p. 25-26.

²⁷⁷ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 9. APESP, f. 37.

²⁷⁸ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 9. APESP, f. 40.

de São Paulo. A carta não cita a quantidade em léguas, mas trata-se claramente de uma imensa extensão de terras²⁷⁹.

João de Araújo Cabral, que viera de Itu, recebeu duas sesmarias no rio Taquari²⁸⁰. Entre todos os que exploravam as terras na região, foi ele o primeiro a ter suas terras legitimadas por carta de sesmarias, cerca de um ano antes dos demais. Na carta, assim era legitimada a posse da terra de Cabral:

nesta minas do Cuiabá que sendo o suplicante um dos primeiros povoadores delas, para seu sustento, e da sua família fizera sítio e lançara roças na paragem chamada barra do Queixiyen [Coxim], que faz (...) descarregadouro de Taquari Guassû que tinha servido de grande utilidade aos passageiros para as ditas minas assim nas invernadas como se proverem de mantimentos cuja terra tinha princípio²⁸¹.

Observando-se as narrativas sobre as viagens de São Paulo a Cuiabá, percebemos quão estratégica era a localização dessas terras. Os relatos de Cabral Camelo, Gervásio Rebelo, e um relato anônimo com o título de *Notícia 8ª prática*²⁸² evidenciam a presença das roças de João de Araújo.

Corre este rio [Coxim] a maior parte entre brenhas muito altas e quase sempre entre morros; é arrebatadíssimo, e tem três saltos perigosíssimos. No primeiro se passa pela direita, no segundo pela esquerda, e no terceiro à direita: logo baixo deste salto entra no Quexeim pela parte esquerda o Taquari-mirim, e ainda à vista deste deságua o mesmo Quexeim o Taquari-assú, entre os quais há uma roça povoada, e defronte dela é que o Taquari é que o Taquari e Quexeim fazem barra²⁸³.

Passaram-se também umas escaramuças de caldeirões redemoinhos, correntezas e águas tão atrapalhadas, que a todos no seu cuidado e se veio ao varadouro que tem uma ilha da parte direita e da esquerda uma rocha e como os canais estavam tapados se levaram as canoas dentro da ilha passando-se algumas cargas às costas: passando tudo da outra parte e carregadas de novo as canoas se saiu viagem e se passou ao por do sol pela barra do

²⁷⁹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 9. APESP, f. 41.

²⁸⁰ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 117; 118.

²⁸¹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 117.

²⁸² Segundo Thereza Martha B. Presotti, o roteiro é de 1726. PRESOTTI, Thereza Martha B. "Os índios e a natureza na conquista colonial do centro da América do sul: a Capitania de Mato Grosso (século XVIII)". In: *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: CHAM-Centro de História do Além-Mar/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 1-24, p. 8.

²⁸³ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 492.

Taquari-mirim e se chegou a noite a roça de João de Araújo. Nestes dois dias andariam 36 léguas²⁸⁴.

(...) Saído deste salto vos achareis vos achareis em bom rio, e a pouco espaço vereis da parte esquerda a barra do rio: Taquari-mirim, e logo, o sítio de João de Araújo, e pouco abaixo o Taquari-assú, que vem de parte direita. Até aqui cursa o gentio Caiapó²⁸⁵.

O abastecimento aos conquistadores, portanto, não era tão inconstante como a imagem construída na produção histórica e na memória em relação ao “sertão” das minas do Cuiabá. E a racionalidade que orientava os empreendimentos era segundo os indícios indicam orientada por uma lógica mercantil que visava os altos lucros que poderiam ser obtidos com a venda de “mantimentos” aos que percorriam o caminho que levava às minas de Cuiabá. Uma relação dos preços das mercadorias nos dá uma perspectiva do lucro que tais roças realizavam.

TABELA I
Preço registrados por Gervásio Leite Rebelo em 1726

Gênero	Preço em oitavas de ouro		
	Prox. do rio Pardo	Varadouro de Camapuã	Arraial do Sr. Bom Jesus do Cuiabá.
Milho (alqueire)	12	9	14
Farinha de Milho	-	-	20
Feijão (alqueire)	12	16	20
Galinha (unidade)	-	3	3
Toucinho (arroba)	-	32	-
Aguardente (frasco)	-	15	-
Ovos (dúzia)	-	-	1½

Fonte: REBELO, Gervásio, *Op. cit.* p. 121-123.

Segundo Luna e Klein um alqueire de milho ou de feijão equivaliam, no século XVIII a pouco mais de 30 kg²⁸⁶. Portanto se pensarmos em termos atuais, uma saca de milho de 60 kg, custaria no varadouro de Camapuã 18

²⁸⁴ REBELO, Gervásio Leite. *Op. cit.*, p. 111.

²⁸⁵ NOTÍCIA 8ª PRÁTICA. *Op. cit.*, p. 188.

²⁸⁶ LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. “Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico”. *Boletim de História Demográfica*, ano 8, no. 21, março de 2001, p. 4.

oitavas de ouro. Tomando valor da oitava em 1.500 réis, seriam 27.000 mil réis por saca. Portanto, cerca de quinze sacas de milho, ou trinta alqueires, era mais que suficiente para comprar um escravo de alto valor.

Se por um lado todas as cartas de sesmarias, assim como os relatos, apontam para formação de unidades produtivas escravistas voltadas para o abastecimento, há também outro aspecto comum a todas essas cartas: a expansão das unidades produtivas e a diversificação da exploração. Além das roças as cartas demonstram que havia o interesse em explorar a criação de gado em partes cada vez mais próximas da região conhecida como *Campos da Vacaria*, ao sul dos rios Taquari-açu, Taquari-mirim e Coxim. A segunda carta de sesmarias passada a João de Araújo (três dias após a primeira) denota esse aspecto,

fizera sítio e lançara roças na paragem chamada barra Guexiyem, que faz (...) de sangradouro de Taquari Guassú, que tinha servido de grande conveniência (...) aos passageiros para as ditas minas assim nas invernadas que faziam naquela altura, como para se proverem de mantimentos (...) conveniente aos viandantes mas também a fazenda real e da outra parte do rio defronte do mesmo sítio do suplicante (...) feito e cultivado, se achavam campos devolutos com capacidade de criar gados, e o suplicante queria meter neles gados vacuns e formar fazenda de que se seguia conveniência aos dízimos reais, aos passageiros e mineiros passageiros daquele rio (...) ²⁸⁷

A utilização das cartas de sesmarias para a expansão de posses é recorrente na documentação de sesmarias no Brasil colonial. Como aponta a historiadora Márcia Motta, “os que tinham assenhoreado enorme extensão de terras (...) se sentiam em crédito com a coroa. Não somente eles haviam cultivado ao menos parte daquelas terras, como se submeteram ao poder, ansiosos por receber a mercê que confirmaria seu direito a terra”²⁸⁸.

A inserção de gado aproximava cada vez mais as fazendas dos territórios dos ameríndios Guaikuru, como podemos inferir do *detalhe* do mapa abaixo representado.

²⁸⁷ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 118.

²⁸⁸ MOTTA, Márcia Maria M. “Poder e domínio: a concessão de sesmarias em fins de setecentos”. In: MONTEIRO, Rodrigo B. e VAINFAS, Ronaldo. Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna. São Paulo: Alameda, 2009, p. 365.

FIGURA XIX

Detalhe Parte do governo de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha ca 1740. Op. cit.

Aproximação que não provocou apenas conflitos, mas também relações de comércio de gado entre os Guaykuru e os colonos.

As relações que os Mbayá-Guaykurú mantiveram com os espanhóis, com os demais povos ameríndios e posteriormente com os portugueses, revelam aspectos singulares da sociedade colonial engendrada no centro da América do Sul. Os Mbayá-Guaykurú após a conquista da província dos Itatins tornaram-se senhores de um vasto território no vale do Paraguai, configurando-

se em uma conquista ameríndia entre as conquistas ibéricas, subjugando vários povos e aliando-se com outros.

Com o domínio absoluto sobre a região, os Guaykuru renomearam a geografia do país. Nas “terras mbaianica”, por exemplo, os rios *Corrientes* e *Piray* passaram a se *Apa* e *Aquidabam*; o distrito que correspondia *Pitun*, *Piray Itati*, passou a ser *Agaguizo*; o monte de *San Fernando* ganhou o nome de *Itapucú-Guazú*; o rio *Guasarapo* tornou-se *Guache*²⁸⁹.

A renomeação dos topônimos “evidencia a verdadeira supremacia destes índios sobre os territórios ocupados”. Os Guaykuru tornaram-se ainda detentores de um imenso plantel de gado e de cavalos, fato que foi fundamental para que estes pudessem subjugar outros povos ameríndios e também e impor-se aos conquistadores espanhóis e portugueses. Segundo Costa, “durante quase dois séculos estes índios foram senhores absolutos do território compreendido entre o Apa e o Mbotetey”²⁹⁰.

Camelo aponta em seu relato que em 1730 índios Guaykuru “se achavam (...) nas nossas rancharias, vendendo vacas, carneiros e alguns cavalos”²⁹¹. Apenas em 1737, com o término abertura do caminho por terra entre Cuiabá e Goiás que as Minas do Cuiabá teriam outra fonte mais segura e constante de onde introduzir gado, cavalos e muares nos ambientes rurais.

Outro aspecto relevante e recorrente na documentação que analisamos sobre os ambientes rurais entre o rio Pardo e Paraguai é que os mesmos não apenas espacializavam a exploração de gado, ou de plantio e colheita de mantimentos, mas também havia sítios “povoados”. Aspecto recorrente que sublinhamos em vários documentos citados. Por povoação entende-se não apenas a existência de senhores e escravos, mas também outras famílias de

²⁸⁹ COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997, p. 37.

²⁹⁰ COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII*. Op. cit., p. 37-38.

²⁹¹ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 494.

agregados, camaradas e livres pobres, que de forma pouco visível nos documentos territorializavam suas práticas nos ambientes rurais²⁹².

Parece que apesar da ênfase no discurso em relação à *infâmia* dos *corsários* Kayapó, que afugentariam além de portugueses outros povos ameríndios, os quais *por gosto* devorariam, as terras entre os rios Pardo e Taquari, foram conquistadas por vassalos do rei português. A desterritorialização de incontáveis povos ameríndios, *justa* para os sertanistas e para o poder real, fora certamente mais abrupta e traumática do que a *jugo* que estes poderiam estar submetidos pelos *infames* Kayapó, os *carniceiros* Payagoá, e ainda os Guaikuru que fariam “cruel guerra com outros gentios”²⁹³.

O trecho da citação já citado de Cabral Camelo que aponta a existência no rio Taquari de “restos de algumas nações que os sertanistas conquistaram”, é mais que indiciário das práticas de conquista. Por volta de dez anos após início da exploração sistemática das *Minas do Cuiabá*, o processo de conquista já havia desterritorializado e reterritorializado milhares de ameríndios, destruído aldeias inteiras e territorializado ambientes coloniais.

Depois da passagem ao rio Taquari, as demais menções são em relação aos Payagoá e Guaykuru, mas não se referem aos territórios dos mesmos, mas sim às relações conflituosas entre estes ameríndios e os colonos. A última referência feita por Camelo sobre essa *presença* foi no rio dos Porrudos (São Lourenço). Segundo Camelo entre a barra do rio São Lourenço como na do rio Paraguai “iam muitos Cuyabanos a salgar peixe para venderem”, no entanto “dois ou três meses antes que eu chegasse deram os Payaguás em uma tropa de vinte e tantos, que estavam pescando na barra deste rio, e os mataram, escapando só dois ou três”²⁹⁴.

Obviamente, que havia ameríndios e de inúmeros povos, entre a barra do rio Cuiabá e a vila que deste rio emprestou o nome, no entanto, na narrativa de Camelo não mais havia lugar para os *restos de nações*. Já no relato de Antonio Pires de Campos que teve como tema o “gentio bárbaro que há na

²⁹² Assim como a expressão “roças despovoadas” não implica que as roças foram abandonadas, ou que não mais existem. Não é difícil inferir, na leitura da documentação, que se trata de ambientes rurais que não possuem, ou não mais possuem uma “povoação”.

²⁹³ CAMPOS, Antonio Pires de. *Op. cit.*, p. 85.

²⁹⁴ CAMELO, João Cabral. *Op. cit.*, p. 497.

derrota da viagem das *Minas do Cuiabá*”, são citados inúmeros povos e suas divisões, a maioria, no entanto, são mencionados após e anteriormente à verbos conjugados no passado: “habitavam”, “viviam”, “tinham”, “usavam”, “andavam”. Não há, contudo, na narrativa de Pires de Campos sobre a presença de “gentios” entre a barra do Cuiabá e a Vila Real, nada violento ou conflituoso entre ameríndios e *brancos*.

No relato de Cabral Camelo, assim como em outros testemunhos, há muitas referências, às roças e fazendas que espacializaram-se no centro da América do Sul desde os primeiros descobertos de ouro. Em outro trecho das suas *Notícias*, Camelo relata,

Da barra deste rio (Cuiabá) serão vinte ou vinte dois dias de viagem. Ao quarto ou quinto dia se chega ao Arraial Velho, ou registro, que vem a ser uma roça com muito bom bananal: dia e meio acima desta roça está outra também povoada, e desta até os Morrinhos, que serão sete ou oito dias de viagem, a outras duas que dão bastante milho e feijão; porém, dos Morrinhos até a vila, que são seis ou sete dias, quase todo este rio esta cercado de roças e fazendas, como também quatro ou cinco acima da mesma vila, e em tôdas se plantam milho e feijão, em dois meses do ano março e setembro; dão também excelentes mandiocas, de que se faz farinha; há nelas muitas e melhores bananas que as destas minas, e as suas bananas são mais suaves e de melhor gosto: tem já muitas melancias, e quase todo o ano, só os melões não produzem em tanta abundância; as batatas são singulares e não menos o são os fumos para o tabaco e pito²⁹⁵.

No fragmento acima poderíamos destacar, mais uma vez, como o relato de Camelo reproduz e constrói imagens que tem como objetivo organizar temporalmente o espaço. No entanto iremos evidenciar outro ponto, mais palpável, mas não menos interessante. Segundo Camelo em todas as roças e fazendas à beira do percurso indicado planta-se milho e feijão duas vezes ao ano, março e setembro. Este plantio, nestes meses, é possibilitado por características do “meio físico”.

A plantação duas vezes ao ano, março e setembro, era possível, graças à possibilidade de ocupar grandes áreas para o plantio, pois era necessário um conjunto de ambientes com características diferenciadas. Devemos lembrar que nesta época em Mato Grosso, assim como em muitas áreas de floresta

²⁹⁵ CAMELO, João Antonio Cabral. Op. cit., p. 497.

tropical do mundo, o plantio era feito por meio de roças coivaradas em que, devido à relativa abundância da terra e a pouca fertilidade, havia longos períodos em que o solo permanecia em “descanso”, exceto nas roças de beira rio onde uma vez desmatada a margem, as águas encarregavam-se de renovar anualmente a fertilidade do solo.

O plantio em março se dava justamente à beira dos rios, aproveitando o adubo natural deixado pelas águas da vazante. A plantação em setembro, logo nas primeiras chuvas, era feita em partes mais altas, para que, quando o milho e o feijão pudessem ser colhidos por volta de fevereiro não estivessem sob as águas. Portanto além de estar estrategicamente na rota das embarcações, a ocupação das beiras dos rios justifica-se ainda pela fertilidade dos solos e pela possibilidade de plantio em épocas diferenciadas.

Além dos relatos e correspondências, as cartas de concessão de sesmarias são documentos muito relevantes para a percepção da espacialização de ambientes rurais. Rodrigo César de Meneses, concedeu, entre 1726 e 1728, 36 cartas de sesmarias a 38 requerentes.

Sobre essa cartas Otávio Canavarros afirmou que comparando-se os nomes do beneficiados com “patentes de ordenanças e provisões de nomeações” constatou-se “uma certa reincidência de nomes”²⁹⁶. Sobre a localização Canavarros aponta que “se procurava ocupar, basicamente, a baixada cuiabana e seu caminho fluvial (Capamuã, Taquari e Alto e Baixo-Cuiabá), com uma extensão muito importante em direção à Chapada”²⁹⁷.

Quanto à localização das terras concedidas por sesmarias, há muitos limites para uma aproximação. Na documentação muitas vezes a referência à localização é apenas o fato de estar rio acima ou rio abaixo em relação à Vila do Cuiabá, ou a margem de um ou outro rio. São citados vizinhos que por sua

²⁹⁶ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 95.

²⁹⁷ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.* p. 95. Aspectos que foram reafirmados por Nauk Maria de Jesus: “a distribuição de sesmarias, entre o final do ano de 1726 e início de 1728, também fez parte da estratégia adotada pela Coroa portuguesa, que objetivava promover o assentamento da população e o desenvolvimento da produção local. Alguns dos beneficiados, como José Paes Falcão e Luiz Rodrigues Vilares, receberam mais de uma sesmaria. O ouvidor adjunto Lanhãs Peixoto e o secretário do governo Gervásio Leite também foram contemplados com essas concessões. A reincidência de nomes na lista sugere a existência de um grupo especial de pessoas que faziam parte dos poderosos locais”. JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos. Op. cit.* p. 88.

vez não possuem cartas de sesmarias. São citadas cachoeiras e ribeirões sem topônimos, e algumas vezes com topônimos difíceis de precisar, pela homonímia em relação a outros, ou mesmo por não serem recorrentes na documentação. Todas essas dificuldades encerram a pretensão de qualquer modo ilusória de *espelhar* o processo de espacialização de ambientes rurais. Outra questão importante é que mesmo que fosse possível localizar com alguma exatidão as cartas de sesmarias, o que seria possível apenas com um árduo trabalho arqueológico, tal empresa apenas ofereceria indícios sobre a formação de ambientes rurais nesses *primeiros tempos*, pois não havia em relação a muitas terras a legitimação da posse por carta de sesmarias.

Representamos no croqui as cartas concedidas em territórios ao norte da barra do rio Cuiabá com o rio Paraguai. Ao todo foram concedidas entre 1726 e 1727, 36 cartas de sesmarias a 38 colonos. Dessas, 7 foram concedidas, como já vimos, em territórios que não estão circunscritos ao recorte, e estão localizadas no rio Taquari e em Camapuã.

Apesar das muitas ressalvas que fizemos, por meio do croqui é possível elaborar uma percepção da forma como as sesmarias estão dispostas em parte da região das *Minas do Cuiabá*.

FIGURA XX

Croqui Sesmarias Minas do Cuiabá - 1726 - 1728. Mapa base: IBGE. Mapa Físico do Estado de Mato Grosso, 2010 (modificado, editado, alterado, adaptado)

As cartas de sesmarias da primeira metade do século XVIII são imprecisas em relação a uma série de aspectos, mas algumas informações estão presentes em quase todas as cartas: a localização (mesmo que por vezes vaga e inexata), a extensão, as atividades produtivas e o fato das terras serem ou não “devolutas”, ou seja, inexploradas.

Primeiramente podemos problematizar o caráter distributivo das concessões de sesmarias. No croqui acima, as figuras geométricas da cor laranja indicam terras, nas quais os colonos já desenvolvem atividades produtivas. Das 36 cartas, 21 sesmarias já estavam sendo exploradas, ao menos parcialmente. Das 14 restantes, 10 citam vizinhos que já exploram terras na localidade. Ou seja, ao menos 86% das cartas de sesmarias concederam terras em locais onde já havia exploração de atividades rurais.

Quanto à localização das terras de sesmarias, algumas se situam nos caminhos que levam às minas do Cuiabá, mas o maior número de concessões é referente à terras situadas no rio Cuiabá, acima da Vila Real, no rio Coxipó-Açu e ainda na região da Chapada. Portanto, as terras onde há mais densidade de ocupação por ambientes rurais de acordo com os relatos e correspondências – ou seja, entre a barra do rio Cuiabá e a Vila Real – não é onde há a maior quantidade de terras concedidas por sesmarias.

Podemos perceber diferenças nas características das espacialidades rurais em relação a sua localização.

As sesmarias do rio Cuiabá abaixo são ao todo cinco, nenhuma delas muito próximo ao ambiente urbano da vila. Uma delas foi requerida em 13 de janeiro de 1727, por Anselmo Gomes Ribeiro (8) que adquirira as terras por compra, mas argumentava não mais possuir o documento que comprovaria a venda, e por este motivo requeria a sesmaria²⁹⁸. Cita quatro vizinhos, entre eles três que não constam na documentação de sesmarias em tempo algum, e um outro, Antonio Borralho de Almeida.

O sobredito Antonio Borralho (21), não satisfeito com a demarcação das terras de Anselmo Gomes, não demoraria a protestar, alegando que formara “sítio, roças neste rio Cuiabá abaixo” além de ser “um dos primeiros moradores

²⁹⁸ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 108-109.

do rio Cuiabá abaixo”, e aponta “ tinha mais uma beirada de matos, as quais cercavam suas roças que possuindo-as em boa fé não pedira delas sesmaria”²⁹⁹. Contudo, “tinha de presente notícia que Anselmo Gomes Ribeiro alcançara sesmaria da dita beira de terras sem prejuízo de terceiro, o suplicante se achava prejudicado por lhe pertencerem as ditas terras pelas razões alegadas”. Na carta de concessão a Borralho lê-se: “que se havia feito a vistoria de uma e outra banda do dito rio, mandando recolher a carta de sesmaria passada a Anselmo Gomes Ribeiro para que em tempo nenhum pudesse prejudicar ao suplicante”³⁰⁰. A carta cita mais três vizinhos, entre eles dois não foram citados por Anselmo. Havia, portanto ao menos sete propriedades vizinhas e muito provavelmente com limites incertos na “dita paragem”. Muito provável, tanto Anselmo quanto Borralho tenham se utilizado de uma expediente comum em requerimentos de sesmarias: tentar expandir ao máximo o limite de suas terras³⁰¹.

O fato de Borralho apontar que as terras que estavam em litígio eram “beiradas de matos” que cercavam as roças mostra-nos um pouco sobre a paisagem rural e as práticas de exploração da terra. Certamente essas terras seriam preferenciais àquelas que estavam completamente inexploradas. Ocupar terras, onde já fora realizada o plantio e posteriormente, foram deixadas em descanso ou abandonadas, poupavam esforços dos colonos em abrir novas terras. Com esse objetivo que outro requerente (6) pedira terras no rio Cuiabá-abaiixo entre dois sítios, próximos ao Aricá, “aonde se achava o dito pedaço de mato devoluto que só tinha uma capoeira”³⁰² já deixada havia mais de um ano”³⁰³.

Também entre dois sítios, outro requerente, Domingos Leme da Silva (16) que por sua vez “possuía um sítio nas margens do Cuiabá rio abaixo”, alega que “se achava com gente bastante para fábrica do tal sítio e queria haver por carta de sesmaria para mais legitimamente o possuir”³⁰⁴. Domingos

²⁹⁹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 120.

³⁰⁰ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 120.

³⁰¹ MOTTA, Márcia Maria M. “Poder e domínio: a concessão de sesmarias em fins de setecentos”. *Op. cit.*, p. 352.

³⁰² Capoeira era como (e ainda é) denominava-se a vegetação formada em terras que já haviam sido exploradas em atividades agrícolas ou pastoris.

³⁰³ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 108.

³⁰⁴ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 117.

Leme declara que possuía um sítio que “de testada pelo rio mil e trezentas braças ou o que na verdade se achar”, mas pede concessão de uma légua de terras em quadra, e alega que “desta mercê se fazia digno o suplicante por ser um dos primeiros descobridores destas minas em cuja diligência experimentara consideráveis perdas”. Mais uma vez, assim como no requerimento de Luiz Rodrigues Villares, de forma mais singela, Domingos Leme evoca a os danos que experimentara na conquista dos territórios para legitimar seu requerimento, e de certa forma impor ao poder real o reconhecimento por seus serviços. Mas o que nos interessa neste momento é chamar a atenção para o fato que em todas das terras aqui citadas no rio Cuiabá abaixo, havia indícios de questões litigiosas entre limites de terras, como no caso do requerimento de Miguel Antonio Sobral (14) que relata que as terras que pedia por sesmaria “tinha povoado com roçado e casas e algumas plantas, e para evitar contendas a todo o tempo as queria por sesmarias, para seguramente continuar suas lavouras e por se achar com posse para as poder fabricar”³⁰⁵.

Já as terras rio Cuiabá acima, ao noroeste da vila do Cuiabá, concentram-se nas margens do rio Cuiabá e do Coxipó-açu. Ao todo são 18 concessões, ou seja, quase 50% do total. Também são citados além dos requerentes, 10 outros vizinhos de 21 dos presentes em todas as cartas. A localização das 18 sesmarias, não por acaso, corresponde justamente aos locais de expansão recente de atividades sertanistas, como a exploração e mineração de ouro, aprisionamento de ameríndios e plantio de roças.

Nas últimas páginas de seu relato, Camelo aponta que havia “fora da vila”, três arraiais: Ribeirão, distante meia légua, Conceição há uma légua e Jacey há três léguas, onde “em todos e nas suas vizinhanças se tem achado muitas e boas manchas de ouro, como também nas da vila; mas duraram pouco tempo, nestas se achavam folhetas e quase todo ouro era grosso”. Já nas lavras do rio Coxipó-açu “que distam do Jacey três ou quatro léguas, assistem hoje alguns mineiros com lavras, e lhe chamam de *Forfillas*”. Afirmar ainda que “da outra parte do rio Cuiabá, em distância de nove ou dez léguas, há outras lavras, que chamam os *Cocaes*; e que são uns ribeirões ou córregos,

³⁰⁵ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 115.

que mostram algumas faisqueiras de ouro”. Segundo Camelo, “adiante dos Cocaes dizem que ainda há algum gentio”³⁰⁶.

Em outro detalhe do mapa anteriormente citado, é possível perceber indícios da expansão das lavras e da presença ameríndia.

FIGURA XXI

Detalhe: Parte do governo de Sam Paulo e parte dos domínios da Coroa de Espanha. *Op. cit.*

A forma como a rede fluvial está disposta, dificulta qualquer localização, mesmo que não muito aproximada. Mas podemos fazer mais que apontarmos “erros” na confecção do mapa. No detalhe acima, percebemos que além da Vila do Cuiabá, simbolizada por uma Igreja com algumas casas defronte, há quatro outros núcleos populacionais representados por edificações. O primeiro à direita da vila é assinalado apenas como “Arraial”, é provavelmente o arraial do Coxipó, nas margens do rio Coxipó-mirim. À esquerda da vila estão outros três, que são apenas referenciados como “Minas”, dos quais apenas o último é sinalizado por duas moradias, enquanto os outros dois apenas com uma.

Os indícios apontam que a expansão sistemática da exploração das minas rio Cuiabá acima iniciou-se há pouco mais ou menos de um ano antes

³⁰⁶ Camelo. *Op. cit.* p. 501.

da chegada de Rodrigo César de Meneses e se consolidou entre 1726 e 1728. O governador escreve ao rei em março de 1727 apontando “novo descobrimento de ouro em distância de três dias destas minas, e afora mando examinar com vagar se tem conta que pelas boas disposições do terreno seguram os sertanistas mineiros (...) achando-se pedaços de outro de setecentas e quatrocentas oitavas”³⁰⁷.

Em uma carta de sesmarias que concedia terras a Raimundo Leitão (25)³⁰⁸, o mesmo apontou ser “morador rio acima e primeiro povoador daquele sertão em cujas terras se situara no mês de junho do ano passado em cujo tempo não havia povoadores em distância de meio dia de viagem para rio abaixo”, cujas terras tinha “bastante vizinhança de gentio bárbaro e sem embargo de tantos contratempos fizera o suplicante roça não só por utilidade sua mas também para aumentar a real fazenda como se mostrava dos dízimos”. Assim como o capitão Francisco Pereira Gomes (24)³⁰⁹ que afirma ser “assistente nestas minas (e) por não ter terras capazes de cultivar para sustento da sua pessoa e escravos deu princípio ano passado a reduzir a cultura uns pedaços de mato no Coxipó Assú (...)”³¹⁰. O reverendo José Barros Penteado (12;29) “dera princípio a cultivar terras da outra parte do dito rio da banda do sul, principiando a medição de uma árvore aonde ronha a medição de Francisco Vieira Barreto”³¹¹. Já Francisco Vieira Barreto (2) afirma ter feito roça “nas cabeceiras do Rio Coxipó Guassú” e “se achar no que está plantado possuindo pela parte de cima exmo. Padre José de Barros”³¹².

Outros requerentes como José Paes Falcão (15;32)³¹³ que “se achava nas ditas minas com posses”, procuraram terras para plantar roças nas cabeceiras do Coxipó. Na primeira carta concedida ao dito José Paes em março de 1727, consta que “como no Coxipó Assu se achava uma sorte de terras que poderia ter mil braças que por toda a parte dividia a roça de Francisco Vieira Barreto e (...) estavam devolutas e as queria o suplicante”. Em

³⁰⁷ CARTA de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-03-1727. AHU-Mato Grosso, cx. 1, doc. 9.

³⁰⁸ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 124.

³⁰⁹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 123.

³¹⁰ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 123.

³¹¹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 128.

³¹² Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 102-103.

³¹³ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 116-135.

outra carta de concessão de terras ao já capitão José Paes Falcão e ao sargento mor Thomé de Lara Falcão, a narrativa que se desenrola distancia-se da formalidade do documento de sesmarias e aproxima-se mais uma vez do relato das práticas de conquista. Em fevereiro de 1728:

(...) o sargento mor Thomé de Lara Falcão e o capitão José Paes Falcão, que eles tinham fábricas, e gente para botarem sua roças e por não terem terras próprias, mandaram por seus escravos e carijós buscar terras capazes para fazerem suas lavouras, as quais acharam junto ao morro, que está de frente ao rio Coxipó, com capacidade e suficiência e nas quais começaram trabalhar de sorte, que hoje tinham plantado roça e nas ditas terras sem contradição de pessoa alguma e só agora se intrometiam o alferes Francisco da Rosa e (...) Jose Pinheiro a inquistar e perturbar aos suplicantes na pacífica posse que estavam somente com o pretexto de com licença dos administradores que os suplicantes mandaram com seus escravos para plantarem nas ditas terras algum mantimento para comerem enquanto estivessem naquela paragem fazendo bateias, como constava da justificação junta (...) e por evitarem semelhantes perturbações visto estarem de posse dos matos e estarem bastantes escravos, e carijós queriam possuir as ditas terras concedendo-lhes uma légua de terra em quadra por carta de data de terra de sesmaria, começando a medir a testada da paragem em que está a roça dos suplicantes correndo para o nascente (...)³¹⁴.

No primeiro trecho da citação, a prática de mandar escravos e índios administrados à procura de boas terras para as roças é recorrente em outras cartas e nos relatos e nas crônicas. O interessante é percebermos que a dinâmica da conquista das minas do Cuiabá engendrava a formação de ambientes rurais fixos, os quais eram objeto inclusive de muitos litígios. Essas terras eram estratégicas para a exploração do ouro, para a expansão as atividades econômicas. Obviamente que havia terras que eram abandonadas, em função de esgotamento de algumas minas, ou ainda com a mudança de itinerários, que poderiam tornar relativamente isoladas, terras antes percorridas por colonos. Mas o que fica bastante claro nas cartas é que as terras tinham muito mais valor do que comumente se supõe.

Quando Camelo chegou a Cuiabá em 1727 registrou que roças eram vendidas a “três ou quatro mil oitavas”! Os preços exorbitantes deveram-se certamente a alta demanda devido a vinda da comitiva do governador de São Paulo. Dois anos mais tarde o preço era bem mais baixo “cinquenta e cem”.

³¹⁴ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 123.

Contudo, parece claro que as terras não apenas adquiriram valor de uso, mas também valor de troca e constituíam-se em motivos de disputas.

As terras do rio Cuiabá acima e do rio Coxipó-açu concedidas por sesmarias eram exploradas e disputadas por homens que possuíam escravos, muitos índios administrados e posses (o que não quer dizer que apenas esse grupo social possuía roças na região). Das 18 cartas, em 15 foram declaradas posses de escravos para justificar a ocupação das terras. A quantidade de escravos poucas vezes é citada. Manoel da Silva Oliveira (13) declarou possuir “sete peças escravas”³¹⁵. Lucas de Bairro Paiva (26), “se achava com mais de dez negros e camaradas”³¹⁶. O padre José de Barros Penteado (29) pedira terras, segundo ele para “se poder sustentar nelas e a vinte e cinco peças entre escravos e gentios de sua administração”³¹⁷. Outros, porém declaram apenas possuir escravos sem apontar a quantidade. Martinho Delgado de Camargo (19) requere a posse de terras devolutas para nelas “se situar com bastantes escravos e famílias”³¹⁸. Em outros casos a presença de escravos é tácita, como na carta de Domingos Leme (16), em que afirma que “se achava com gente bastante para a fábrica do tal sítio”³¹⁹. Além de seus próprios escravos os “sertanistas mineiros”, na expressão de Rodrigo César, poderiam usar escravos de outros senhores, tirando em 1727 “cada negro de jornal uma oitava”³²⁰. Já segundo Camelo “os negros bons dão doze vinténs, e meia oitava por dia, outros meia pataca, alguns menos, e outros nada”. A presença de “camaradas” e “famílias” (que compreendia todos os membros submetidos ao patriarca, da sua esposa e filhos aos seus escravos) é recorrente na documentação, o que mostra que além do trabalho compulsório também homens livres formavam a população rural.

Na primeira metade do século XVIII a legislação não normatizara as informações que os requerentes deveriam prestar para receber sesmarias. Nas cartas desse período elaboravam-se, como vimos, narrativas que justificavam e legitimavam a posse. Ser “primeiro morador”, “povoador”, ter “perdido gentes e

³¹⁵ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 114.

³¹⁶ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 125.

³¹⁷ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 128.

³¹⁸ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 119.

³¹⁹ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 117.

³²⁰ CARTA de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-3-1727. AHU-Mato Grosso, cx. 1, doc. 9.

fazendas”, era mais que suficiente para fazê-lo, não sendo necessário enumerar outros enunciados, como “se achar com posses” e etc. Mas no caso dos requerentes recém deslocados para as minas, ou que procuravam reterritorializar suas práticas em espaços nos quais eram adventícios, era comum a alusão a possuir “gente bastante”, “escravos e carijós” e etc.

A presença de escravos negros em grande parte das cartas mostra como nas atividades sertanistas, no centro da América do Sul, a utilização “peças” africanas era fundamental para as engrenagens da empresa sertanista, não apenas para a exploração de ouro, mas também nos conflitos contra os ameríndios. Se o plantio de roças e a exploração aurífera como atividades se articulavam, especializando-se tanto nos territórios ameríndios como também nas linhas da documentação de sesmarias, outra prática, igualmente importante, era quase sempre silenciada nas cartas: o aprisionamento de ameríndios.

Estaria a atividade de aprisionamento e venda de índios arrefecendo-se com a consolidação da conquista? Os conflitos com ameríndios, pelo que podemos perceber, continuaram intensos. Nos últimos trechos do seu relato, Rebelo narra que “porque achando-se elas (estas Minas) cercadas de várias nações de gentio, que nos deixavam alargar pelo centro do sertão matando e sustentando-se de carne humana, procurou reconduzi-los e metê-los de paz sua S.^a Ex.^a” Primeiramente tentara o governador persuadi-los com “mimos de fumo, facas e outras semelhantes drogas, de não pouco estimação para eles: mas estes não só recusaram nossa amizade, mas responderam que eram homens, e que só à força de armas seriam mortos ou conquistados”. Depois da “insolente resposta” Rodrigo César “mandou (...) por logo pronto um cabo com bastantes soldados sertanistas com ordem positiva, que os atacassem em qualquer parte, que os achassem: assim se fez e sem embargo de uma vigorosa resistência”. O resultado: “mataram os nossos uma grande parte deles e trouxeram prisioneiro o resto com toda a sua família. Espera-se que os mais cabos, que S.^a Exc.^a mandou a diferentes partes consigam a mesma felicidade”.

Mas uma vez a alusão ao consumo de carne humana, reforça a legitimidade da luta contra os ameríndios. Somada a isso, a “insolência” após

a tentativa por parte do governador de fazer “amizade” com índios, permitiu-o romper a fronteira entre as relações “pacíficas” e legitimar a morte e o aprisionamento. Outros prisioneiros e suas famílias certamente seriam também “trazidos” pelos cabos sertanistas. Mas embora o discurso de Rebelo chegue ao fim com a palavra “felicidade”, talvez a maior delas para os sertanistas fora silenciada por Rebelo. Já o governador Rodrigo César de Meneses ao escrever ao rei D. João V, em 17 de março de 1727, é mais específico quanto ao mesmo episódio, apontando que após a recusa dos “mimos” e o desafio que os ameríndios impuseram aos colonizadores, “fiz marchar o cabo que havia escolhido e lhe dei as ordens que havia executar o que fez atacando-os vigorosamente”, e que os índios só desistiram ao “verem mortos quarenta e tantos dos seus, se rederam e foram trazidos a minha presença, que mandei repartir com igualdade, assim pelo cabo como pelos mais companheiros (...) ficando gentios administrados os dos brancos” e concluiu “espero que as outras tropas (...) tenham o mesmo sucesso”. Após repartidos os ameríndios porém aos “administradores” não estava encerrado o ciclo. Barbosa de Sá afirma que parte do “povo” em 1727 “botaram-se para o sertão do gentio Bororo outros para os Parecis, que então se descobriram de onde traziam indivíduos de uma e outra nação que vendiam como escravos”³²¹. Nota-se que não apenas os ameríndios considerados “bravios” eram aprisionados, mas também povos descritos como “pacíficos” como no caso dos Paresí³²².

As sesmarias concedidas rio Cuiabá-acima e Coxipó-açu, provieram portanto da expansão das atividades sertanistas, que passaram a articular cada vez mais o trabalho de livres e cativos indígenas ao trabalho dos escravos africanos. Articular também as atividades agrárias e o poder edificado nos ambientes urbanos.

As demais sesmarias concedidas por Rodrigo César localizam-se na região da *Chapada*, atual Chapada dos Guimarães. Apenas quatro

³²¹ BAROSA DE SÁ, José. “Relação das povoações do Cuyabá e Mato grosso de seus princípios até os presentes tempos”. *Annaes da Biblioteca Nacional*. v. 23, 1901, pp. 4-77, p. 21.

³²² Sobre os Paresí: CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2003. PRESOTTI, Thereza Martha. *Na Trilha das Águas: Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul, sertões e minas do Cuiabá e mato Grosso, século XVIII (1718-1752)*. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008, p. 92-96; 225-231.

concessões. A primeira delas, e a primeira de todas as cartas concedidas nas *Minas do Cuiabá*, anterior a chegada de Rodrigo César de Meneses a Vila Real, foi concedida ao então tenente-coronel Antonio de Almeida Lara (1)³²³. Na carta, a informação que “havia seis anos que lho suplicante se achava situado e afazendado nas chapadas distante das minas tantos dois dias de jornada” e lá “fundou fazendas de roças canaviais e criações e se achava com mais de trinta escravos com (...) a dita fazenda que lhe tinha custado o cabedal naquele sertão a fabricá-la” e a ainda “que tudo era em utilidade das mesmas Minas pelas estar socorrendo com mantimentos e porque se acha sem títulos e para a conservação da dita fazenda e poder aumentá-la lhe era necessário uma légua de terra em quadra”³²⁴.

As terras da Chapada converteram-se, portanto, desde 1721, em local para produção que abastecia o mercado das Minas do Cuiabá, particularmente em seu núcleo urbano principal. Outro potentado local que recebera sesmarias na *Chapada* foi o superintendente geral das minas, Antônio Álvares Lanhas Peixoto (5)³²⁵, além do secretário de governo de Rodrigo César de Meneses, Gervásio Leite Rebelo (3)³²⁶, este último jamais exploraria efetivamente as terras. Além desses, Plácido de Moraes (4)³²⁷, fora o único a receber terras na Chapada com menos de uma légua em quadra. Além destes, no entanto, certamente havia outros que exploravam as terras da Chapada como se pode supor na declaração de que lá “se achavam alguns moradores situados”³²⁸.

Dividimos, portanto as sesmarias concedidas por Rodrigo César em quatro grupos. O primeiro compreende a região entre Camapuã e Taquari, com roças e fazendas que fundamentalmente abasteciam os “viandantes” e onde dava-se início, em meados da década de 20, à expansão da criação de gado nas terras vizinhas ao domínios dos Guaykuru. Um segundo, nas terras entre às margens do rio Cuiabá abaixo à Vila Real, onde espacializavam-se roças que abasteciam os viajantes, os moradores da vila e onde se expandiam, a partir de 1727, os engenhos de cana. Um terceiro, de posses exploradas no

³²³ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 75-76.

³²⁴ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 75-76.

³²⁵ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 105.

³²⁶ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 102-103.

³²⁷ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 104.

³²⁸ Registro de uma patente de Brigadeiro destas Minas de Antonio de Almeida Lara, 30-12-1726. Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP.

contexto da expansão das atividades sertanistas no rio Cuiabá-acima e no Coxipó-açu, que em grande parte subsidiavam a exploração de ouro e o aprisionamento de ameríndios. E finalmente um quarto, na *Chapada*, voltado basicamente para o abastecimento do mercado local, cujo principal núcleo era a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, mas onde espacializavam-se práticas de exploração cuja expansão exigia ampliação do mercado consumidor. Apesar da diferenciação, relativamente arbitrária, todas essas espacialidades rurais estavam articuladas entre si, inclusive com homens que circulavam por elas como proprietários, exploradores ou autoridades régias.

Não se tratava, portanto, de um processo de distribuição de terras por um lado, e nem de um processo apenas de legitimação de terras já exploradas, mas sim da imbricação entre a formação de ambientes rurais (antes não inscritos nas formalidades das malhas do sistema administrativo português) e os mecanismos escriturários do poder metropolitano que se edificavam no ambiente urbano da Vila do Cuiabá e espacializavam-se nas áreas de conquista e colonização. Imbricação, que em última instância, retroalimentava o processo de desterritorialização das terras indígenas e a formação de ambientes coloniais.

Ao longo deste capítulo reconstruímos algumas características da formação da ruralidade nas Minas do Cuiabá, o que torna possível a construção de uma imagem bastante diversa daquela cristalizada pelas interpretações que expomos ainda no primeiro capítulo da tese. No entanto, ao longo do capítulo expomos elementos que insinuam articulações entre a espacialização desses ambientes e dinâmicas políticas e econômicas mais amplas, que escapam do recorte espacial restrito que estabelecemos neste capítulo.

Um conjunto de questões que surgem quando pensamos essas “articulações” diz respeito à relação entre a formação de ambientes rurais e as diferentes esferas de poder no âmbito da administração portuguesa. Como caracterizar a relação entre as práticas administrativas e a formação de ambientes rurais? Como pensar a articulação entre as práticas de conquista “sertanistas” e a geopolítica portuguesa em relação aos territórios ao centro da América do Sul? Houve com a intensificação da colonização uma transição de

práticas “sertanistas” de conquista, para uma colonização mais alicerçada nos poderes institucionalmente constituídos pela administração metropolitana? Além dessas uma questão nos parece particularmente significativa: um estudo sobre as características das relações entre administração portuguesa e a formação de ambientes rurais nas minas de Cuiabá e do Mato Grosso, podem servir para problematizar interpretações que a produção histórica mais recente têm elaborado sobre a administração portuguesa?

Outro conjunto de questões surge quando procuramos articular a espacialização das atividades rurais com a dinâmica da economia colonial. É possível insistir na caracterização dessas atividades rurais como de subsistência, subsidiárias à mineração? Uma vez que essas atividades estão articuladas a redes de interesses econômicos que ultrapassam os limites da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, como caracterizar estas articulações? É possível perceber a formação de ambientes rurais nas minas do Cuiabá como parte de um contexto econômico, mais amplo, de expansão das atividades rurais nos interiores dos territórios portugueses na América? As características ímpares do território que formaria a capitania de Mato Grosso – ao mesmo tempo de mineração e de fronteira – teria alguma influência decisiva na reprodução de determinadas atividades econômicas? E por fim, uma questão análoga a que fizemos ao conjunto anterior de questões: poderia um estudo sobre a dinâmica da economia colonial no centro da América do Sul, possibilitar rever as interpretações sobre a reprodução da economia colonial na primeira metade do século XVIII?

São estes dois conjuntos de questões que pretendemos abordar nos dois últimos capítulos da tese.

Capítulo 5

O sistema administrativo português e a conquista da terra nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso

Para a discussão conceitual sobre administração portuguesa na América a maioria dos historiadores brasileiros (embora se reconheçam contribuições anteriores) elege como ponto de origem o debate em torno de duas correntes interpretativas distintas, contraditórias e, em alguns pontos, até mesmo contrárias: por um lado, a imagem – construída na análise de Caio Prado Junior – de uma administração “confusa”, “desorganizada”, “negligente”, “incapaz”, “inerte”, “imoral” (entre outros adjetivos). Administração que era resultado de uma leitura mesquinha, por Portugal, do objetivo primordial da Colônia: enriquecer a metrópole;³²⁹ por outro, a imagem – construída por Raimundo Faoro – de uma monarquia patrimonialista, não menos ávida por extração de riqueza, na qual o “rei se eleva sobre os seus súditos, senhor da riqueza territorial (...) capaz de gerir as maiores propriedades do país, dirigir o comércio, conduzir a economia como se fosse a sua empresa”. A administração reflete tal princípio, cujo cerne é o “sistema patrimonial”, que “prende os servidores em uma rede patriarcal nas qual eles representam a extensão da casa do soberano”³³⁰.

Apesar da reconhecida a relevância das interpretações de Prado Jr e Faoro, não são esses autores que embasam as perspectivas mais recentemente delineadas sobre o tema. A principal marca dos trabalhos mais recentes, a despeito de interpretações divergentes, é a mudança de escala nos estudos sobre a administração. Um deslocamento das concepções a respeito da administração portuguesa baseadas em pouca documentação e em aportes teóricos generalizantes para os estudos dos meandros das práticas administrativas, biografias dos administradores reinóis, das trajetórias dos oficiais das câmaras e

³²⁹ Particularmente em relação ao século XVIII, o autor afirma que, como raras exceções, “um objetivo fiscal, nada mais do que isto, é o que anima a metrópole na colonização do Brasil”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 337.

³³⁰ FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. v. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 25. Basicamente, tal rede patriarcal era fundada, em parte, no investimento de recursos particulares (de que a Coroa não dispunha); e o rei, por seu turno, sempre “atento e vigilante”, concedia privilégios, graças, mercês, conseguindo assim manter os representantes das oligarquias locais como súditos, vassalos e servidores da Coroa. Faoro estava muito preocupado em demonstrar que o existente em termos de governo e administração estava “longe do feudalismo, da aristocracia territorial, dos monarcas latifundiários”, e para ele a centralização do poder era um aspecto fundamental para construir essa distância; Como aponta Laura de Mello e Souza, tais análises têm em comum aspectos fundamentais como “o anticlericalismo, a identificação mecânica entre Igreja e atraso e, noutro pólo, a valorização permanente, nas comparações, da América inglesa e da Inglaterra como metrópole ideal. SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.p. 35.

assim por diante. Diante da exploração de documentos como atas de câmaras, correspondências entre autoridades, entre outros, as perspectivas generalizantes e em muito simplificadoras das práticas administrativas, dificilmente podem continuar a serem sustentadas sem significativas revisões.

Um autor que tem servido de referência a grande parte dos historiadores que optaram por estudar os meandros das práticas administrativas é Antonio Manuel Hespanha. Para Hespanha, o que existe em Portugal no Antigo Regime, é uma “monarquia corporativa”³³¹, que perdura pelo menos até a legislação pombalina, já na segunda metade do século XVIII (apesar de o autor não fixar um marco exato). Tendo como pressuposto não só os limites para a ação régia na administração mas também o espaço para poderes locais se desenvolverem de forma autônoma aos interesses da Coroa, Hespanha dedica especial atenção ao exercício do poder por parte das elites locais e, também, à ação dos agentes reinóis. Particularmente, discorre acerca da formação do que ele denomina de redes clientelares (utilizando conceitos da antropologia de Mauss e Godelier) em uma “economia do dom”, com uma relação de troca de “dons” e “contradons” que envolve rei e elites em uma rede de reciprocidades. E também uma rede horizontal de poder, na qual serviços e mercês convertiam-se em obrigações reais, mediante os serviços prestados, herdadas da tradição e independentes da vontade do rei³³². No lugar da política real centralizadora e patrimonialista defendida por Faoro, Hespanha analisa a *patrimonialização*, pela elite, dos privilégios e mercês.

Para Hespanha a “autonomia” e a “modularidade”, características do império Português, fizeram surgir um “pluralismo jurídico” alicerçado, no ultramar: no isolamento – em relação à “fonte de poder por viagens que poderiam durar anos” –

³³¹ Concepção corporativa que tinha como referência “uma ordem ‘natural’ de governo e, aos deveres régios daí decorrentes, introduzia importantes limitações ao poder real, advindo daí importantes consequências jurídicas e institucionais”. XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998. pp. 113-140, p. 120.

³³² “O caráter ‘devido’ de certas retribuições régias aos serviços prestados a coroa parece introduzir uma obrigatoriedade nos atos dos benefícios reais, assim não apenas dependentes da sua vontade, ou da sua ratio, mas muito claramente de uma tradição e de uma ligação muito forte ao costume da retribuição. O rei aparece, assim, sujeito aos constrangimentos e contingências impostas pela economia de favores, e podia ser clara e eficazmente pressionado por determinadas casas poderosas no sentido de tomar esta ou aquela resolução, como na prática sucedia com os outros atores políticos. O seu poder, apesar de considerado absoluto, era na prática muito mais restrito do que podia o discurso político deixar entender.”; XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “As redes clientelares”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998. pp. 339-349, p. 344.

dos governadores nomeados pelo rei; e no poder das elites locais, principalmente em relação às pessoas nos níveis mais baixos da administração, “facilmente corrompidas ou assustadas pelos poderosos das terras”³³³. Além do pluralismo do direito, também um pluralismo administrativo, que reproduzia “formas de ‘governo’ misto ou informal [que] não eram mais do que a continuação, no ultramar, de formas de exercer o poder na Europa”³³⁴.

A percepção de Hespanha teve muitas ressonâncias na produção histórica brasileira. Em particular, podemos citar o livro *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)*³³⁵. Como o título sugere, o ponto central do livro é a percepção de um tipo particular de Antigo Regime reproduzido em Portugal e transplantado para a América, mas, especificamente, nos trópicos. Hespanha, além de ser fartamente citado como referência nos capítulos, tem na coletânea um texto em que define as características do Antigo Regime português e sua reprodução na América³³⁶. Nos textos da coletânea, de uma forma geral, ao constituir-se uma sociedade em que o político domina o econômico, as características do Antigo Regime português sobrepõem-se às especificidades ultramarinas.

A percepção dos organizadores da obra *Antigo Regime nos Trópicos* já havia sido delineada em artigo anterior à coletânea³³⁷:

(...) a presença nos dois lados do Atlântico de estratégias de acumulação

³³³ HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.174;179.

³³⁴ HESPANHA, Antonio Manuel e SANTOS, Maria Cristina. “Os poderes num império oceânico”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998, p. 353. Pedro Cardim reforça tal ponto de vista. CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 45-68, p. 53-54.

³³⁵ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³³⁶ Reiterando suas posições, o autor destacou a existência de poderes periféricos institucionalizados, capazes de “anular, distorcer ou fazer seus os poderes que recebiam de cima.”; HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, in FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *Op. cit.*, p. 166.

³³⁷ FRAGOSO, João; GOUVEÂ, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda B. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope*, n° 23, 2000, pp. 67-88.

semelhantes – produto de um sistema de benefícios da coroa e das atribuições econômicas da câmara -, nos leva a pensar que as diferentes partes do Império compartilharam de um conjunto de mecanismos econômicos que, grosso modo, poderíamos chamar de economia do bem comum³³⁸.

A “economia do bem comum” seria caracterizada como uma “economia política de privilégios”, por meio da qual as elites “retiravam do mercado e da livre concorrência bens e serviços indispensáveis ao público, passando a ter sobre eles o exercício da gestão”. Tal “economia” possibilitava a apropriação por parte de uma elite o que estruturava uma hierarquia social baseada em uma “rede de reciprocidades; isto é numa rede de alianças com os seus dons e contra-dons”³³⁹.

Em diálogo com a obra *Antigo Regime nos trópicos*³⁴⁰ – e com críticas bastante contundentes –, Laura de Mello e Souza escreveu *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*³⁴¹. O principal ponto de atrito do livro de Laura de Mello e Souza com os textos da coletânea é o debate em torno da questão do Antigo Regime. Para Souza, a coletânea não aborda aspectos “tropicais” da sociedade que, segundo ela, reproduz uma forma peculiar de Antigo Regime que não pode ser compreendido sem a percepção do escravismo como característica fundamental e do Antigo Sistema Colonial como aspecto econômico mediador das relações entre o reino e seus domínios³⁴².

Também historiadores portugueses criticaram concepções de Antonio Manuel Hespanha. Nuno Gonçalo Monteiro aponta que, após a estabilização da dinastia Bragança (1688), iniciou-se um processo de centralização do poder levado a cabo por D. João V, o que mudou completamente o cenário político português³⁴³.

³³⁸ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda B. “Uma leitura do Brasil Colonial”. *Op. cit.* p. 71.

³³⁹ FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda B. “Uma leitura do Brasil Colonial”. *Op. cit.* p. 71-72.

³⁴⁰ FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVÊA, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: (...)*. *Op. cit.*

³⁴¹ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

³⁴² Laura de Melo e Souza procura demonstrar que a relação metrópole-colônia – tal como foi pensada em O sentido da colonização por Caio Prado Júnior e por Fernando Novais – não expressa uma relação polarizada e de contrariedade entre reino e colônia, mas sim contradições nessa relação metrópole-colônia em si, sempre mediada pelos interesses econômicos do reino, mas com espaço para a manifestação de interesses conflitantes. SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006. p. 68.

³⁴³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)”. In TENGARRINHA, José. (orgs).

Para Hespanha, os cargos nomeados pelo rei enfraqueciam o poder local, mas não em proveito do poder central e, sim, em favor das redes clientelares dos nomeados³⁴⁴. Já para Monteiro, que analisou a origem e a trajetória dos governadores nomeados pelo rei no século XVIII, estes funcionavam como elementos de integração, ao centro político da monarquia, das mais “distintas paragens”, embora de forma contraditória e não unilinear³⁴⁵.

A percepção de Monteiro, contudo, também se distancia da perspectiva de Laura de Melo e Souza, quando o autor identifica a monarquia portuguesa como uma “monarquia pluricontinental”, caracterizada pela circulação das elites nos domínios ultramarinos e a atuação autônoma destas³⁴⁶. A interpretação de Monteiro encontra muitas afinidades com as interpretações de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa³⁴⁷, uma vez que a influência de Hespanha em seus trabalhos, é mais decisiva na análise das relações entre as elites no exercício autônomo do poder local, do que na percepção da relação entre as elites e o poder real português. Desse modo, Fragoso e Gouvêa afirmam, por exemplo, que a “monarquia pluricontinental” caracterizava-se “pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas”³⁴⁸. A

História de Portugal. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 130. Em artigo mais recente Monteiro aponta: “No Brasil, tomado como um todo, os descendentes de titulares da primeira nobreza de corte e de fidalguia inequívoca passam de 20% dos nomeados no século XVII para 45% no século XVIII; nas capitanias principais, passa de 57% para 82%. Em sentido inverso, verifica-se uma clara redução do número de “brasílicos” nomeados. Na América portuguesa, a porcentagem dos naturais desce de 22% no século XVII para apenas 10% no século seguinte, quando os naturais da terra representavam apenas 3% dos nomeados nas capitanias principais (antes alcançavam 27%), desaparecendo nos governos da Bahia e do Rio”. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas”. *Tempo*, 2009, vol.14, no.27, pp.51-67, p. 58-59.

³⁴⁴ HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan*: instituições e poder político, XVII. Coimbra: Almedina, 1994, p. 198.

³⁴⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar*: idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 93-115, p. 113.

³⁴⁶ MONTEIRO, Nuno G. “A ‘tragédia dos Távoras’”. Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F. *Na trama das redes*: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 318-342, p. 337.

³⁴⁷ O que é evidente nas referências que os autores fazem uns aos outros em suas publicações. Inclusive, a noção da monarquia portuguesa como uma “monarquia pluricontinental” é defendida pelos autores como uma construção coletiva, resultado do diálogo entre suas pesquisas.

³⁴⁸ FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F. “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”. *Tempo*, 2009, vol.14, no.27, pp. 36-50, p. 42.

aproximação das perspectivas de Monteiro e de Fragoso e Gouvêa a partir da utilização da noção de “monarquia pluricontinental” não deixa, contudo, de expressar algumas tensões que ficam evidentes nos textos dos autores. Enquanto Nuno Monteiro enfatiza a presença da elite portuguesa nos territórios ultramarinos e tende a minimizar o papel das elites locais³⁴⁹, os trabalhos de Fragoso e Gouvêa procuram enfatizar a forma como a “nobreza da terra” reproduzia práticas políticas e econômicas orientadas não por uma lógica mercantil, mas por “valores afeitos ao Antigo Regime como a defesa da cristandade, o serviço ao príncipe e um *ethos* aristocrático guerreiro”³⁵⁰.

Outra interpretação acerca da administração é feita por Francisco Bethencourt. Para Bethencourt, o exercício de poder imperial, por um lado, não provém de uma submissão de tal poder à coroa; e, por outro, não é identificado como o exercício de poderes locais em um império descerebrado e fraco. Segundo o autor, o poder imperial é exercido em uma “nebulosa de poder”, composta por todas as esferas de um “sistema complexo” onde competem diversos poderes – locais, regionais – e o poder central, mas permitindo o equilíbrio entre tais poderes e a tutela real do sistema³⁵¹.

Delineamos em poucos traços e de modo bastante superficial um debate que está em curso e que não está circunscrito às práticas administrativas em si, mas abrangem aspectos que dizem respeito, no limite, a caracterização das relações entre o reino português e seus domínios. Apesar da imensa relevância dos estudos a respeito da administração portuguesa que destacam a ação das câmaras, dos agentes administrativos, das relações clientelares, acreditamos que uma caracterização das relações de poder entre as diferentes esferas do sistema

³⁴⁹ Monteiro salienta, por exemplo que não havia no Brasil nenhum termo correspondente ao *criollo* da América espanhola, que caracterizaria a identidade de uma elite local. Para o autor “tudo parece sugerir que a fratura identitária entre reinóis e naturais da América portuguesa era bem pouco pronunciada em 1808”. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas”. *Tempo*, 2009, vol.14, no.27, pp.51-67, p. 56;67.

³⁵⁰ FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F. “Monarquia pluricontinental e repúblicas (...)”. p. 40.

³⁵¹ “The system shows the constant presence of the crown in all spheres of organizational culture, distributing privileges, legitimizing nominations, ratifying decisions, and establishing judicial and financial control. In my view, the ‘nebula of power’ that defined the Portuguese empire was kept together by the king, who used competition and hierarchical anomy to maintain his own power at a distance. It is this ‘nebula of power’.”; BETHENCOURT, Francisco. “Political configurations and local powers”. In BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (orgs). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Nova York: Cambridge University Press, 2007, pp 197-254, p. 200.

administrativo e destas com outros poderes - institucionalizados ou não - não podem prescindir de uma análise sobre a espacialização dessas relações de poder. Nosso interesse é, portanto, explorar como as relações de poder nas malhas do sistema administrativo português, estão relacionadas à espacialização das atividades econômicas no centro da América do Sul.

O sistema administrativo português e a formação de ambientes rurais nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso

A primeira metade do século XVIII, marca mudanças fundamentais na esfera política da monarquia portuguesa. Na política internacional, embora Portugal procurasse pela neutralidade em relação às potências europeias, encontrou na aliança política com a Inglaterra um modo de salvaguardar os domínios ultramarinos no Atlântico e manter o território português na Europa sob o governo independente da dinastia Bragança³⁵². Se por um lado os acordos e tratados colocaram os ingleses em situação privilegiada nas relações comerciais, por outro, Portugal utilizava da aliança para seus interesses territoriais ultramarinos. Nos Tratados de Utrecht (1710-1715), “ainda que insatisfeito, Portugal (...) não saia sem vantagens”, pois “recobrava a Colônia de Sacramento” e seus territórios limítrofes e no Norte, impôs a fronteira o Oiapoque como fronteira com a Guiana e teve a “cedência da França das suas pretensões de navegação e comércio no Amazonas”³⁵³. No âmbito da organização política e administrativa do reino, o reinado de D. João V, que confunde-se com a primeira metade do século XVIII, significou a consolidação de Lisboa como “centro administrativo de governação de todo o reino e das conquistas”³⁵⁴. Como vimos, Nuno Monteiro aponta a concentração dos cargos de administração por parte da nobreza palaciana, o que contudo não significaria “um instrumento unilinear de centralização, pois “não poucas vezes foram

³⁵² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 29-32.

³⁵³ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Op. cit., p. 21.

³⁵⁴ OLIVEIRA, Ricardo de. “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII”. *Varia Historia*, n° 43, v 26, p. 109-129, 2010, p. 118.

desautorizados pelo centro, em resposta a requerimentos locais”³⁵⁵. A citação de Monteiro expõe ambiguidades inerentes ao exercício do poder régio. Iremos explorá-las no contexto de expansão das conquistas portuguesas na América.

A primeira carta de sesmarias que concedia terras nos territórios que comporiam o *termo* da Vila Real, como apontamos no capítulo anterior, teve como beneficiado o tenente-coronel Antonio de Almeida Lara. Reza o conteúdo desse documento:

Faço saber aos que esta minha carta de data de terra de sesmaria virem que tendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer o Ten. Coronel Antonio de Almeida Lara morador nesta cidade e nela citado e esta estante nas minas de Cuiabá que de fora havia seis anos que lho suplicante se achava situado e afazendado nas chapadas distante das minas tantos dois dias de jornada em um capão de mato no qual fundou fazendas de roças canaviais e criações e se achava com mais de trinta escravos com (...) a dita fazenda que lhe tinha custado o cabedal naquele sertão a fabricá-la o que tudo era em utilidade das mesmas Minas pelas estar socorrendo com mantimentos e porque se acha sem títulos e para a conservação da dita fazenda e poder aumentá-la lhe era necessário uma légua de terra em quadra concedendo-lhe esta por carta de sesmarias em razão de que me pedia lhe fizeste mercê conceder em nome de vossa majestade que Deus guarde por carta de data de terra de sesmaria uma légua de terra em quadra na dita Chapada e compreendendo o dito capão de mato em que estão a fazenda e começaria a dita légua do olho d’água (...) onde ele suplicante tinha assentado seu engenho, correndo o comprimento da légua para o nascente até o taquaral com outra légua em quadra pela fronteira do dito Capão com todos os campos e mais légua doutros que compreendendo a dita légua e por quadra estendendo às razões que alegou e ao que respondeu o procurador da fazenda real a quem se deu vista e ser em utilidade desta cultivarem-se as terras nesta capitania pelo acréscimo dos dízimos reais, ei por bem de conceder em nome de sua majestade que Deus guarde por carta de data de terras de sesmaria ao dito tenente coronel Antonio de Almeida Lara das chapadas distantes dois dias de jornada nas minas de Cuiabá e uma légua de terra em quadra com os rumos e confrontações que ele suplicante declara para que as aja, logre e possua como coisa própria tanto ele como todos os seus herdeiros ascendentes e descendentes sem pensão nem tributo algum mais que os dízimos (...) ³⁵⁶.

A concessão foi de duas léguas em quadra, mais do que o estabelecido por lei para as sesmarias destinadas ao cultivo de gêneros agrícolas (que seria apenas uma légua). No entanto, podemos notar que se trata, na mesma sesmaria, de duas

³⁵⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 93-115.

³⁵⁶ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 75-76.

especializações distintas, um engenho e uma fazenda. Almeida Lara era um tenente-coronel da Companhia das Ordenanças³⁵⁷, e em 30 de dezembro de 1726, não por acaso dois dias antes da fundação da Vila Real, Antonio de Almeida Lara recebeu a carta patente de brigadeiro. Na carta que legitima o “posto de Brigadeiro de Infantaria das ordenanças” o governador Rodrigo César de Meneses aponta que o agraciado é “pessoa de conhecida nobreza (...) e abundante de cabedais, e tendo atenção a que uma das mais nobres famílias desta capitania, haver servindo nela a sua Majestade que Deus guarde muitos anos a servir nas Minas”. O documento aponta ainda que o brigadeiro passara às minas “no princípio de seu descobrimento; trazendo grande número de escravos, e fazendo uma considerável despesa em viagem tão dilatada e agreste, falta de mantimentos e de tudo o mais necessário experimentando fomes e perigos na passagem dos rios”. Antes da vinda de Rodrigo César, Almeida Lara fora “encarregado das regências destas minas, governou mais de um ano com boa aceitação dos povos fazendo no dito tempo estabelecido a casa de registro no arraial velho por minha ordem para cobrança dos quintos reais, assim de cargas de seco, molhado, como escravos”. Cita ainda mais serviços prestados à Coroa: “sendo encarregado desta incumbência se empregou em fazer novos descobrimentos só com os seus escravos (...) alongar o gentio que infestava estas Minas, e o distrito da Chapada, aonde estabeleceu a melhor fazenda que tem estas minas, e se achava alguns moradores situados de que tem resultado uma grande conveniência a fazenda real em que o suplicante se tem avantajado por haver pagar dízimo e quanto melhor de três mil oitavas”³⁵⁸.

Costa Porto, em uma conhecida passagem, afirma que aplicação da Lei de Sesmarias em Portugal guarda profundas diferenças com o “sesmarialismo brasileiro”, uma vez que em Portugal “o sistema daria lugar à formação da pequena,

³⁵⁷ A Companhia das Ordenanças era uma tropa de terceira linha e não havia soldo ou qualquer remuneração por serviços prestados. Contudo, ser oficial das Ordenanças tinha significado político importante, em um período em que, além da riqueza, honras e mercês, definiam o status na sociedade; além disso (obviamente em seus mais altos postos), propiciava o comando de uma significativa força armada. Canavarros aponta que “em Cuiabá, Rodrigo César de Menezes determinou que todos os oficiais das ordenanças ‘de alferes para cima inclusive, são homens dos principais da terra, de melhor consciência, e os mais ricos’”; CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

³⁵⁸ Registro de uma patente de Brigadeiro destas Minas de Antonio de Almeida Lara, 30-12-1726. Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP (grifos nossos).

quando muito da média propriedade, no Brasil sua prática seria a fonte básica do latinfudiarismo”³⁵⁹. Parece que estamos lidando com um típico caso de aplicação da lei de sesmarias como fonte, ou seja, como origem do latifúndio.

Em vez de assumir essa posição simplista, “encaixando” a documentação em um esquema já pronto, com implicações deterministas e fáceis de generalizar, optamos por um caminho mais longo e cheio de “zonas sombrias”, que é a escolha de analisar mais detidamente os indícios documentais. Começamos por uma carta de sesmarias, expedida por Rodrigo César de Meneses, governador da capitania de São Paulo:

Rodrigo César de Meneses, etc. Faço saber aos que esta minha carta de data de terra de sesmaria virem, que tendo respeito ao que por petição me enviou ao dizer Miguel Antonio do Sobral, (...) Miguel Antonio Sobral que lhe estava situado em suas terras que achara devolutas em novembro passado, matos maninhos no rio Cuiabá, as quais terras tinha povoado com roçado e casas e algumas plantas, e para evitar contendas a todo o tempo as queria por sesmarias, para seguramente continuar suas lavouras e por se achar com posse para as poder fabricar necessitava de meia légua de terras na paragem que tinha fabricado e chamado o Sangradouro abaixo do (Joayey) o qual é saindo das Minas pelo rio abaixo para a parte direita, partindo com terras do capitão Salvador Jorge e a dita meia légua será tanto para rio abaixo como para cima e até entestar com o sítio do capitão e o tal Sangradouro tem por divisa uma légoa e indo por ele dentro com o sertão que lhe pertencer diretamente a sua testada. Pedindo-me lhe fizesse mercê conceder em nome de sua majestade que Deus guarde por carta de data de terra de sesmarias na dita paragem meia légua de terra de testada e uma légua de sertão e atendendo as razões que alegou e ao que respondeu o provedor da fazenda real (...) a qual concessão lhe faço não prejudicando a terceiro, e reservando os paus reais que nelas houver para embarcações e cultivará as ditas terras de maneira que deem frutos, e dará caminhos públicos e particulares aonde forem necessários para pontes, fontes, portos e pedreiras, e se demarcará o termo da posse por rumo de corda e braças craveiras, como é estilo, e Sua Majestade manda e confirmará esta carta pelo dito Senhor dentro de três anos primeiros seguintes pelo seu Conselho Ultramarino na forma da ordem Real de 23 de Novembro de 1698 e não venderá as ditas terras sem expressa ordem de Sua Majestade e será obrigado a cultivá-las, demarcá-las, e confirmá-las³⁶⁰. (grifos nossos)

O primeiro aspecto a ser notado – e comum a boa parte das cartas que analisamos – é que as terras pretendidas já estavam sendo exploradas. Com a carta de sesmarias, o requerente agora citado buscou, segundo ele, ter legitimidade sobre a posse da terra para “evitar contendas a todo tempo”. O requerente,

³⁵⁹ COSTA PORTO, José da. *Formação Territorial do Brasil*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982, p. 42.

³⁶⁰ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 115.

portanto, esperava que, uma vez legitimado pelo direito oficial, não houvesse mais disputas em torno da posse dessas terras. No âmbito da empresa escriturária havia claramente uma rede de proteção à propriedade, com escrituras, testamentos, etc. Reunindo os pré-requisitos necessários, o colono apropriou-se dos instrumentos da lei para manter o que já havia conquistado na esfera de relações não escritas, de forma não oficial. É interessante perceber, ainda, que, ao requerer sesmarias, Miguel Antonio Sobral buscava não apenas manter o que informalmente possuía, mas também ampliar suas posses, agora não mais por meio de relações pautadas na oralidade, mas em relações oficiais de reconhecimento de direitos sobre a terra conquistada.

Seria possível, assim, afirmar que, nesse contexto específico, o poder metropolitano formalizaria apenas as conquistas anteriores à aplicação da lei, dando margens para a ampliação dessas mesmas conquistas? Responder positivamente a tal questão é uma abordagem bastante parcial do problema.

Um segundo aspecto evidencia outro lado da questão. Percebemos que, ao adentrar na esfera das leis oficiais, o requerente adquiria, além das terras, uma série de obrigações, e era inserido nas malhas da empresa escriturística. Ao mesmo tempo em que os instrumentos administrativos eram apropriados³⁶¹ pelo colono, também a administração utilizava dos instrumentos disponíveis para agir sobre os ambientes rurais tentando reordenar os espaços, estabelecer fronteiras, reorientar práticas³⁶². Em uma resolução de 1731, o rei dirige-se ao governador de São Paulo, ditando

que as sesmarias que se houverem de dar nas ditas terras donde houve Minas, e nos mais caminhos para elas, sejam somente de meia légua em quadra, e que nos mais sertões sejam de três léguas, como está determinado; e que para as ditas sesmarias se concederem sejam também ouvidas as câmaras dos sítios a que elas pertençam, e as que se derem nas margens dos rios caudalosos que se forem descobrindo nestes sertões e necessitam de barco para se atravessarem, não deis sesmarias mais que uma só margem do porto, e que da outra reserveis ao menos

³⁶¹ Sobre o conceito de apropriação, ver CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre prática e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Ed. Difel: Lisboa, 1990, p. 27.

³⁶² Neste sentido percebemos as sesmarias como “instrumento de poder”. MOTTA, Márcia Maria M. “Francisco Maurício de Souza Coutinho: sesmarias e os limites do poder. In VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, NEVES, Guilherme Pereira (orgs). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI ao XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, pp. 259-277, p. 271.

meia légua para ficar em público³⁶³. (grifos nossos)

Não sendo suficientes as resoluções da lei de sesmarias, o poder (oficial e oficializante) buscava outros mecanismos para a ordenação dos espaços. No entanto, a doação da carta era um passo importante para inserir as terras cultivadas no âmbito do espaço mais diretamente controlado/administrado pela metrópole. Se combinarmos os trechos que grifamos nos dois últimos documentos citados, perceberemos a preocupação de que houvesse, entre as sesmarias, espaços destinados à abertura de caminhos e à fixação de portos, limitando-se claramente o poder dos sesmeiros em relação aos mesmos. Doar sesmarias, portanto, significava, além de conceder e legitimar a posse da terra, o esforço da administração em ordenar os espaços rurais. A transferência da legitimidade da terra do âmbito da oralidade para o âmbito da administração e do escriturário não é, portanto, mera formalização.

A análise de Michel de Certeau sobre as relações entre a oralidade e a empresa escriturística³⁶⁴ pode contribuir para a análise da questão. Para entender tal relação, é preciso perceber que ela não foi instaurada no tempo e lugar de nossa análise, mas remete a vínculos de longa duração. A origem não é necessariamente importante, mas está ligada à própria criação da lei de sesmarias, que, segundo a historiadora portuguesa Virgínia Rau, provém da presúria, forma costumeira de ocupar, pela força das armas, as terras (re)conquistadas pelos portugueses no período medieval³⁶⁵; mas aqui não cabe ir a fundo na questão ontológica da lei de sesmarias. Contudo, é importante saber que, em todos os momentos de sua execução, tal lei foi relacionada com formas costumeiras de apropriação dos espaços, incorporando inclusive elementos linguísticos, frutos da espacialização da

³⁶³ CARTA do Conselho Ultramarino ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 15 mar. 1731. Arquivo Público do Estado do Mato Grosso.

³⁶⁴ Sobre esta relação, Michel de Certeau afirma: “Referir-se à escritura e à oralidade, quero precisar logo de saída, não postula dois termos opostos, cuja contrariedade poderia ser superada por um terceiro, ou cuja hierarquização se pudesse inverter. Não se trata aqui de voltar a uma destas ‘oposições metafísicas’ [...]. Pelo contrário, sem que seja aqui o lugar para explicá-lo, suponho o plural como algo originário; que a diferença é constituinte de seus termos; e que a língua está fadada a esconder indefinidamente por uma simbólica o trabalho estruturante da divisão [...] essas ‘unidades’ (por exemplo, escritura e oralidade) são o efeito de distinções recíprocas dentro de configurações históricas sucessivas e imbricadas”; CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 223.

³⁶⁵ RAU, Virgínia. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Ed. Proença, s/d, p. 38.

lei no meio rural da América Portuguesa – como o novo sentido atribuído ao adjetivo *devolutas*³⁶⁶.

Além de dar legitimidade a uma tradição, a Coroa Portuguesa buscava controlar o procedimento de acesso à terra e tomar o lugar da oralidade na legitimação da posse do território. Ao mesmo tempo em que incorporava a tradição, a lei também a enfraquecia, retirando-a do universo do qual fazia parte. O que não quer dizer que o escrito vai dominar absolutamente o oral. Certeau chama a atenção para o fato de não haver substituição do oral pelo escrito³⁶⁷, que a ação da empresa escriturística sobre a oralidade não é uma ação sobre uma realidade que possa ser moldada, enquadrada. Nesse ponto reside o principal contributo da reflexão de Certeau para nossa análise: a percepção de que o “laboratório da escritura” não é um fim nem uma maquinaria de poder que produz realidades, mas um meio, uma “estratégia” que tem um “sentido”, um objetivo, que é o de “agir sobre o meio e transformá-lo”³⁶⁸. Estamos, pois, tratando de relações de poder entre dois campos – o direito oficial e a empresa escriturística, circunscritos, em nosso caso, à administração portuguesa – somadas aos códigos costumeiros limitados na tradição oral.

Quanto à administração portuguesa, primeiro é necessário entender que, como vimos em Bethencourt, ela manifestava diferentes expressões que funcionavam de forma interligada. O poder imperial português articulava essas suas diferentes expressões (locais, coloniais, metropolitanas) no ordenamento dos espaços rurais. Mesmo no tocante à lei de caráter geral, como é o caso do regime sesmarial, tanto a execução da lei quanto sua fiscalização eram intermediadas por essas expressões. A já citada resolução do rei estabelecia que, para a concessão das cartas de sesmarias, as câmaras deviam ser ouvidas.

Na administração, longe de uma hierarquização rígida e de relações de subserviência, havia relações de poder em que pesavam os interesses das diversas camadas da sociedade (inclusive as subalternas). E, no que diz respeito à participação das câmaras, a ordem régia tem pelo menos duas implicações: ao

³⁶⁶ Segundo José da Costa Porto, “com correr dos tempos, diluída a ideia primitiva de devolução em decorrência do inaproveitamento, generalizou-se a praxe de considerar devoluta a terra simplesmente não aproveitada [...] conceito adotado na própria linguagem oficial”. COSTA PORTO, José da. *Op. cit.*, p. 53.

³⁶⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Op. cit.*, p. 225.

³⁶⁸ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Op. cit.*, p. 226.

mesmo tempo em que ficava diminuída a probabilidade de que o processo de concessão gerasse disputas jurídicas – que como vimos no capítulo anterior eram muitas - também se remetia à esfera local parte da responsabilidade sobre tais concessões, permitindo maior margem de manobra às expressões locais de poder e, conseqüentemente, até certo limite, que elas influenciassem na configuração dos espaços rurais³⁶⁹.

Mas não foi apenas a partir dessa ordem real de 1731 que a câmara veio a intervir na espacialização da ruralidade. Fundar vila significava consolidar e edificar a presença metropolitana, ampliar os instrumentos de controle (e conseqüentemente o aparelho burocrático) e também institucionalizar expressões locais de poder, com a criação da câmara³⁷⁰. Ao fundar a vila, a coroa portuguesa buscava ter maior controle e planejamento da colonização dessa região não só de riquezas auríferas mas também de fronteira com os domínios espanhóis.

As câmaras foram uma instituição presente em todo o Império Português, desde a mais ocidental de suas vilas, a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, até as possessões orientais, como Macau e Goa. No reino, os concelhos cumpriam tal papel. Em Cuiabá, a primeira formação da câmara era predominantemente paulista: “dos seis oficiais da primeira câmara do Cuiabá, quatro eram paulistas e dois portugueses casados com paulistas”³⁷¹. Utilizando a mesma citação, Canavarros conclui que o predomínio paulista está ligado à “dolorosa experiência da guerra dos emboabas”³⁷². E isso mostra como a colonização do centro da América do Sul estava articulada à política metropolitana em relação a outras regiões da América Portuguesa, funcionando inclusive como “válvula de escape” de tensões entre grupos de interesse, que tinham como questão de fundo a aplicação do princípio costumeiro do direito de conquista. Se a primeira formação da câmara tinha o domínio marcadamente paulista, ao longo dos anos verificamos um

³⁶⁹ Para a segunda metade do século XVIII, a dissertação de Vanda da Silva explora minuciosamente a relação entre as práticas administrativas locais, as relações de poder e a concessão de sesmarias. SILVA, Vanda da. *Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2008.

³⁷⁰ ROSA, Carlos Alberto. *O urbano colonial na terra da conquista*. In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 16.

³⁷¹ TAUNAY, Afonso D. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1956, p. 161.

³⁷² CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, 82.

equilíbrio entre a participação de paulistas e a de portugueses³⁷³.

De antemão gostaríamos de marcar – mesmo que mais tarde fique evidente – que *câmara* não é sinônimo de *poder local*. Acreditamos, sim, que a instituição câmara legitimava e tornava oficiais expressões locais de poder, e que a câmara é local de exercício de autoridade e de diálogo e negociação entre as interesses locais e metropolitanos³⁷⁴. No entanto, supomos que a análise da relação dessa autoridade com outras expressões, institucionalizadas ou não, é capaz de fornecer muitos elementos das relações de poder e de como essas estavam inseridas na formação de ambientes rurais, pois a câmara exercia práticas executivas, legislativas e judiciárias que tinham implicações na espacialização de tais ambientes. Em um documento de 1738, conseguimos perceber alguns aspectos da relação entre a câmara as diferentes expressões de poder. Vejamos o fragmento inicial: “Em observância da real ordem de vossa majestade de vinte e três de janeiro de 1732, pela qual foi v. majestade servido mandar se fizesse toda a humana diligência por se conservar a povoação nesta vila ainda que faltassem os descobrimentos de ouro”³⁷⁵.

Logo na introdução dessa correspondência que os oficiais da câmara enviaram ao rei, notamos a referência a uma ordem real de 1732. Nela, o rei dirigia-se aos seus vassalos: “e assim vos recomendo que façais toda a humana diligência por conservar a povoação que se acha, ainda que falte dos descobrimentos de ouro”³⁷⁶. A ordem real de 1732 tornou-se mais do que uma instrução do poder central ao poder local: foi apropriada pelas expressões locais de poder para legitimar práticas e reivindicações. Para reivindicar a manutenção dos engenhos, por exemplo, em um documento de 1744, a autoridade metropolitana aponta que “inda que haja distantes descobertos, ou [...] falta de ouro sempre os donos dos ditos engenhos se conservam neles”³⁷⁷. Referências implícitas da mesma ordem

³⁷³ ROSA, Carlos Alberto. *A vila rela do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996, p. 87.

³⁷⁴ RUSSEL-WOOD, A. J. R.. “Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”. *Revista Brasileira de História*, vol.18, n.36, 1998, pp. 187-250, p. 202.

³⁷⁵ CARTA (cópia) dos oficiais da Câmara ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 7 set. 1738. Ms. Microfilme rolo 02, doc. 107. (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁷⁶ ORDEM do rei D. João V (cópia) à José de Burgos Vila Lobos. Lisboa, 23 jan. 1732. Ms., microfilme Rolo 03, doc. 185, (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁷⁷ CARTA (cópia) de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 3 out. 1744; Ms., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

real encontram-se em outros documentos, enviados seja ao rei seja ao Conselho Ultramarino. Na sequência do documento citado,

No decurso de poucos anos, sulcando-se [...] estes dilatados domínios de v. majestade, sem dúvida que chegará com os de Coroa estranha, ficando assim de uma com outra monarquia pelos interiores destes sertões, estes vassallos de v. majestade presidiando as fronteiras [...] que sempre os moradores destas são os primeiros que em suas vidas, fazendas experimentam as invasões inimigas [...], para reparo e reforço das quais é muito conveniente ao serviço de v. majestade que efetiva e lentamente se continue a custa da real fazenda a introdução de pólvora, bala, armas, e peças de artilharia, pois a antecipada prevenção conduz muito para a boa defesa. Para que esta nossa parte não desdiga do nome português, os oficiais do senado com a assistência do ouvidor geral, e corregedor desta comarca João Gonçalves Pereira, este, e todos os mais moradores concorreram para o comprimento do sertão que medeia entre estas minas e as do Goyaz, para das mesmas como povoação maior, e circunvizinha a esta sermos socorridos de seus moradores, que a inveja nos vassallos de Castela neles será eterna, como também a oposição, principiando a mostrá-la com o persuadirem aos gentios Payagoá que nos infestam a navegação, do que v. majestade acha bem informada. (grifos nossos)

Se nos desviarmos dos aspectos mais destacados deste trecho, principalmente do tom heroico da conquista dos vassallos portugueses nos “domínios de v. majestade [...] pelos interiores destes sertões”, percebemos que os colonos procuraram *impor* ao rei que, por meio de sua fazenda real, providenciasse o custeio da defesa dessas conquistas em relação aos “inimigos”, fossem espanhóis (“vassallos de Castela”) ou ameríndios (“Payagoá”). Ao ler com atenção o trecho, percebemos que esse é o único pedido que os colonos fazem ao rei.

Além de citar os oficiais do senado, ou câmara, o documento também faz referência ao ouvidor-geral, o que reforça a autoridade do documento e mostra articulação entre os poderes reconhecidos localmente e os nomeados pelo rei. A última frase do trecho mostra um aspecto que poderia ser demonstrado com qualquer outro documento enviado da câmara para o rei ou para o Conselho Ultramarino: a institucionalização da câmara e dos poderes locais, de uma forma geral, possibilita ao rei ter informações oficiais, inclusive com diferentes versões, sobre a situação de suas possessões coloniais.

Na sequência do mesmo documento:

Como vemos pela Real ordem de 5 de março de 1732, e nos parece o ser factível intentarem os castelhanos invadir-nos por terra como pelos rios

nos seus lanchões, que estes se dificulta a represá-los com as canoas que de presente usamos, as quais só servem em semelhantes acometimentos de facilitarem a retirada, o que não convém ao real serviço de vossa majestade e crédito da nação. E muito menos em tempo algum o despersuadir-se a navegação dos rios, ainda que ao continuá-los se ofereçam quaisquer objeções, que todos, senhor, como vassalos de v. majestade, e portugueses enfim devemos romper por conservar o que é nosso, e mais que tudo, é indigna de atenção a ponderação de que a feracidade bárbara, a opulência, e disciplina de nossos confinantes se capacite o intentar fazer-nos retroceder caminho³⁷⁸.

Trata-se de um segundo pedido ao rei, na continuidade do primeiro, referente à necessidade de prover embarcações de guerra, que implicitamente deveriam ser custeadas pela Real Fazenda. Ao inserir-se nesta malha narrativa repleta de elementos que os sintonizam com a geografia política metropolitana – e até com aspectos culturais que envolvem as conquistas portuguesas, desde pelo menos o século XIV –, os oficiais da câmara constroem uma espécie de *armadilha* para o poder central. Se focarmos nossa leitura na modalidade (linguística) desse documento, percebemos que, entre a exaltação da majestade e a posição de submissão e fidelidade, é construída a imposição de um *dever fazer*, que pretende *prender* o poder central às malhas de seu próprio discurso. O que mostra que os discursos não estão localizados em nenhum ponto específico da administração, mas que são apropriados por suas diferentes expressões.

Não se trata, contudo, de um pluralismo administrativo ou jurídico, já que percebemos existir aqui não uma inversão de sentido, ou a criação de princípios autônomos: ao contrário, são os súditos que, utilizando as regras provenientes do poder real, forçam ao limite sua margem de manobra. Como afirma Maria Fernanda Bicalho, a principal característica da câmara, enquanto instituição do Império, era manter uma via de negociação entre o poder local e o poder central. Para a autora, a “interlocução entre o poder local e poder central” ocorria no âmbito de “cadeias de negociação e redes pessoais e institucionais de poder” que, “hierarquizando tanto os homens quanto os serviços dos colonos em espirais de poder[,] garantiram [...] a coesão política e o governo do Império”³⁷⁹.

Tampouco podemos falar em uma relação horizontalizada de poder. Ora,

³⁷⁸ CARTA (cópia) dos oficiais da Câmara ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 7 set. 1738; Ms., microfilme Rolo 02, doc. 107, (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁷⁹ BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos*: Op. cit, p. 221.

afirmar que o poder se exerce, muitas vezes a partir dos mesmos princípios, em vários pontos do *sistema administrativo* não é o mesmo que afirmar que a autoridade deste exercício e o seu alcance são os mesmos. A autoridade do rei era infinitamente mais ampla que a da câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, o que não significa, obviamente, uma simples subserviência, mas sim um jogo de poder marcadamente assimétrico, em que era fundamental a manutenção de um equilíbrio (ou melhor, de um desequilíbrio controlável).

Destacar a ação das câmaras e suas implicações na reprodução do espaço urbano e rural não significa defender a hipótese de que as câmaras – instituição imperial que reconhece e legitima expressões locais de poder – governem em detrimento de uma centralidade administrativa. Como fica claro no documento antes citado, a fundação da câmara instaurava a comunicação direta e oficial de seus membros com as autoridades metropolitanas, inclusive o rei. Embora instrumento do sistema administrativo, a lei de sesmarias, portanto, estava longe de ser fruto de uma ação circunscrita ao poder central: em sua execução e reformulação articulavam-se diferentes expressões de poder.

Dessa forma, a “escrituração do social” deve ser percebida como uma estratégia de dominação (e não um mecanismo unilateral), que, no entanto, não era a única, pois articulava-se com formas não escriturárias e/ou não oficiais de conquista. Tal jogo de *presença* e *ausência* dos instrumentos de poder oficiais pode ser percebido na documentação, sobretudo quando se trata de conquistas recentes. Em relação “as minas do Mato Grosso”, um documento de 1741, tem um conteúdo repleto de indícios para pensarmos assim:

O ouvidor geral da comarca de Cuiabá, João Gonçalves Pereira, em carta de 6 de setembro de 1738 dá conta à vossa majestade por este Conselho [Ultramarino], que a dia 26 de agosto do ano antecedente partira daquela vila para o novo descobrimento do Mato Grosso, [...] chegara a 13 de outubro, [...] nele cobrara os quintos da 1ª matrícula e capitação do ano, [...] lhes fizeram os moradores dele uma petição para que lhes nomeasse superintendente, que lhes administrasse justiça, e escrivão que com ele servisse, e também de tabelião de notas para fazer testamentos, contratos e procurações [...] lhe parecia ser muito mais conveniente ao serviço de V. Majestade, e ao bem comum, e a conservação dos povos, que nos descobrimentos e povoações que distarem mais de 10 dias de viagem das vilas e povoações onde residem as justiças ordinárias, haja um superintendente nomeado pelo governador da capitania e na falta de sua nomeação pelo ouvidor da comarca; [...] a experiência tinha mostrado os danos e os prejuízos que se seguiam de não haver justiças nos tais

descobrimientos e povoações remotas, havendo nelas tumultos, mortes e roubos, vivendo cada um na lei em que quer, e que também [...] que os ouvidores façam correição dos tais descobrimientos ao menos cada três anos, porque com o temor desta fariam os superintendentes melhor sua obrigação, e viveriam os povos com mais sossego e quietação, e para conservar esta, e executar várias diligencias que no dito descobrimento se oferecem, havia de chegar ele em dezembro³⁸⁰.

As minas do Mato Grosso constituíram-se, a partir de 1734, uma espacialidade diversa e articulada às “minas do Cuiabá”. Antes da criação da capitania de Mato Grosso, tais minas, como fica evidente no documento, faziam parte do *termo* da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Entre a sede da vila e os arraiais do Mato Grosso percorria-se um caminho que levava cerca de 20 dias, distância suficiente para dificultar a presença de alguns instrumentos do poder metropolitano.

Percebe-se, mais uma vez, que o poder investido pela coroa portuguesa em sua *empresa escriturística* era apropriado pelos súditos, rompendo assim com a perspectiva simplista de oposição entre o poder metropolitano e as práticas sociais. Ao requerer a presença desses instrumentos para oficializar as relações, os agentes sociais articulam seus interesses pessoais com os da coroa, e suas práticas de conquista às estratégias de conquista do poder central. Neste capítulo, o assunto já foi explorado, mas o documento traz à luz outra questão.

No trecho “a experiência tinha mostrado os danos e os prejuízos que se seguiam de não haver justiças nos tais descobrimientos e povoações remotas, havendo nelas tumultos, mortes e roubos, vivendo cada um na lei em que quer”, a forma como o Conselho Ultramarino emite seu parecer mostra que as observações dos conselheiros não dizem respeito apenas às minas do Mato Grosso, mas ao império como um todo, às “povoações remotas” de uma forma geral, tanto que recomendam “que nos descobrimientos e povoações que distarem mais de 10 dias de viagem das vilas e povoações onde residem as justiças ordinárias, haja um superintendente”. No trecho “a experiência tinha mostrado” é impossível não se remeter ao conflito entre paulistas e emboabas/reinóis ocorrido no princípio das conquistas nas Gerais. Assim, na conquista das minas do Mato Grosso, já havia, portanto, uma maturação do *sistema administrativo* no que diz respeito às áreas

³⁸⁰ Parecer do Conselho Ultramarino, Lisboa, 6-07-1741, apud CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 191 (grifos nossos).

caracterizadas pela intensa exploração aurífera.

Uma questão, entretanto, ainda permanece obscura. Se a presença efetiva da *empresa escriturária* metropolitana (emitindo certidões, escrituras, testamentos) era posterior às conquistas, quais eram os códigos seguidos pelos colonos para legitimar suas práticas? Podemos repetir apenas o que informa Conselho Ultramarino, e afirmar que os mesmos viviam cada um na lei que desejavam, ou, a partir dessa percepção, reproduzir a ideia de caos e desordem. Como o próprio documento sugere, o trecho em que o Conselho Ultramarino, por meio das observações do ouvidor, expressa suas observações sobre os tumultos, mortes e roubos, remete a um âmbito bem mais amplo, tanto do ponto de vista espacial, como também do ponto de vista discursivo. São muitos os documentos que fazem referência a violência e desordem nas conquistas. Documentos que, no imaginário da época, ajudaram a construir uma representação ambígua do *paulista*: ao mesmo tempo fundamental para a conquista (pela sua iniciativa, ambição, capacidade de lutar contra os ameríndios e conquistar territórios) e também indômito, avesso às leis da metrópole e as regras de sociabilidade³⁸¹.

Em detrimento de uma análise da construção destas representações e das diferentes apropriações, analisaremos alguns aspectos que são silenciados por tais representações e pelas características próprias da *empresa escriturística* do Império Português. O não cumprimento das leis oficiais não significou a ausência do poder metropolitano, de falta de direcionamento da colonização; ao contrário, vai revelar sua real presença, desnudar os mecanismos de seu funcionamento. Violência e ordem não são antônimos. A violência imediata da conquista, seja ela legitimada ou não pelos códigos oficiais, de forma alguma se constituiu como obstáculo à “civilização”, e aqui, ao contrário, a engendrou, possibilitou-a³⁸².

Requerer que se façam “justiças” não quer dizer apenas aplicar os rigores da lei aos “criminosos”, mas também legitimar o que foi adquirido da forma costumeira, lavrando certidões, testamentos, etc., significando a oficialização do território conquistado. O que não quer dizer que o costume perde seu valor social. Ele absorve e é absorvido pelas leis. Em tão dilatadas conquistas, não seria possível a

³⁸¹ SOUZA, Laura de M. e. *Op. cit.*, p. 109-147.

³⁸² Neste caso o específico confirma o geral, “a violência é a parteira de toda a velha sociedade que está prenha de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica”. MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, v. 2. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo. Ed. Difel. 1985, p. 285.

ordem social sem a construção de ligações explícitas, ou mesmo *subterrâneas*, entre as leis oficiais e o direito costumeiro³⁸³.

Distanciamo-nos da relação entre sistema administrativo e formação de ambientes rurais – nosso foco de análise –, mas o fizemos no sentido de voltarmos a ele com mais elementos. Tornemos, portanto, aos aspectos específicos, a partir de um trecho de uma carta de sesmarias.

Faço saber aos que esta minha carta de data de terra de Sesmaria virem que tendo respeito ao que por sua petição me enviou a dizer Domingos Leme da Silva que ele suplicante possuía um sítio nas Margens do Cuiabá rio abaixo, e teria de testada pelo rio mil, e duzentas braças ou o que na verdade se achar, e partia uma banda com João Dinis, e da outra com Manoel de Góis do Prado, e porque ele Suplicante se achava com gente bastante para a fábrica do tal sítio, o que queria haver por carta de Sesmaria para mais legitimamente a possuir, concedendo-lhe em nome de sua Majestade as terras e [...] ao mesmo lugar em que o Suplicante tinha as suas casas de vivenda, e criação dos seus capados, por lhe não ser possível traze-las da outra parte pelo dano que farão aos sítios vizinhos e que deste mercê se fazia o Suplicante por ser um dos primeiros descobridores destas minas, em cuja diligência experimentou consideráveis perdas em atenção das quais me pedia lhe fizesse mercê conceder em nome de Sua Majestade que Deus guarde por carta de terra de Sesmaria as ditas terras.³⁸⁴ (grifos nossos)

Não precisamos recorrer às entrelinhas para percebermos a legitimidade proporcionada no campo do direito oficial pela concessão de uma sesmaria. São aspectos não tão explícitos que possibilitam emergir daí um conteúdo subterrâneo em que o texto encontra um sentido mais amplo. O último trecho grifado revela um aspecto costumeiro já de longuíssima duração. Em poucas palavras, resume-se o que poderia ser narrado em uma epopeia. Primeiramente o trecho “por ser um dos primeiros descobridores destas minas” seguido por “em cuja diligência experimentou consideráveis perdas”, deixa claro o caráter desbravador de suas práticas, em que se impõe o direito de conquista.

Na elaboração do tratado de Madri, em meados do século XVIII, o princípio utilizado para legitimar o território conquistado, seja por portugueses ou por

³⁸³ Mesmo na bandeira de Pascoal Moreira Cabral havia um escrivão, o português Manuel dos Santos Coimbra. SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975, p. 12.

³⁸⁴ Apud Elizabeth M. Siqueira (1997, p. 16-17); grifo nosso. Trata-se de Carta de Sesmarias concedida a Domingos Leme da Silva em 6 de março de 1727.

espanhóis, foi o *uti possedetis*, “velho princípio do direito romano” que legitimava a posse sobre os espaços conquistados³⁸⁵. Esse mesmo princípio, que era parte do cotidiano do conquistador, expressava sentimentos que circulavam, tinham legitimidade e eram apropriados pelos mais diversos grupos sociais (apropriação perceptível tanto nas práticas de conquista do espaço propriamente ditas quanto nas práticas discursivas em que os homens “letrados” que habitavam/circulavam no termo da Vila Real materializaram suas posses).

A palavra *diligência* resume a suposta, e provavelmente efetiva, luta contra os ameríndios. Ausência presente, em todas as cartas, é a referência de forma explícita aos ameríndios como moradores das terras conquistadas. Dessa forma esses povos perdiam não só o direito de viver em suas terras, como também o direito à memória. Assim como o princípio costumeiro das presúrias medievais portuguesas, a conquista da terra e sua legitimação pela lei de sesmarias “não podia se realizar em terras onde existiam direitos anteriores”³⁸⁶. Conquista que se tornava legítima “em épocas e regiões em que as necessidades guerreiras e sociais tudo permitam ao conquistador, [...], em épocas de violência e em regiões fronteiriças”³⁸⁷.

Os colonizadores são sempre referenciados como “o primeiro”, ou “um dos primeiros”, “o morador mais antigo”. O que mostra que tanto o direito costumeiro quanto o oficial, estavam inseridos em uma lógica de conquista na qual, além do espaço, o próprio tempo é apropriado pelo conquistador, espacializando além de roças, casas, currais, também uma memória hegemônica que reproduz e perpetua a legitimidade da conquista. O silêncio em relação ao confronto entre ameríndios e colonos nas cartas de sesmarias tem, contudo, outras implicações. Ao mesmo tempo em que o sistema administrativo reconhecia a luta e a recompensava por meio da carta, ele também ajuda a instaurar um marco divisório no tempo e um distanciamento desta luta como algo anterior, precedente à sua presença. O caráter oficializante da lei de sesmarias é evidente em todas as cartas e requerimentos de sesmarias. No entanto, tal percepção não pode silenciar a articulação entre práticas de conquista dos colonos e do poder institucionalizado antes de serem essas terras

³⁸⁵ CANAVARROS, Otávio. *Op. cit.*, p. 191. BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972, p. 183.

³⁸⁶ RAU, Virgínia Rau *Op. cit.*, p. 35.

³⁸⁷ RAU, Virgínia Rau *Op. cit.*, p. 35.

reivindicadas como sesmarias.

Um olhar desatento sobre as características do *modus operandi* da formação desta sociedade colonial poderia levar à ilusão de que houve uma transição de práticas sertanistas ligadas ao aprisionamento de índios e exploração aurífera para uma economia consolidada em torno de produção de mercadorias, práticas comerciais e cobrança de tributos. Todas essas práticas, apesar de antecederem cronologicamente umas às outras, faziam parte de uma mesma rede de relações econômicas e sociais que possibilitaram a formação de um substrato econômico necessário para avançar no processo de conquista. Todavia tais práticas adquiriram conexões diferentes, retroalimentando o processo, articulando-se a outros interesses, ganhando novas máscaras. Uma análise das práticas de conquista da terra para formação de ambientes rurais é um bom ponto de partida para entendermos como se reengendram as práticas no processo de conquista.

Conquista: construção das distâncias

A percepção da continuidade de algumas práticas, principalmente no que se refere ao aprisionamento de ameríndios para a exploração de mão de obra, não pode servir como base para a defesa da ideia de que os ambientes coloniais portugueses no centro da América do Sul eram espaços de violência generalizada, violência essa que poderia ser justificada pela distância das instituições do poder real e pela falta de “civilidade” dos súditos.

Na documentação que analisamos, os sinais apontam para outra direção. Tais sinais, no entanto, só tornam-se indícios se percebermos a dimensão territorial da conquista portuguesa no centro da América do Sul. A formação de ambientes rurais ao longo dos caminhos fluviais e em torno dos povoados, arraiais e da Vila Real não pode ser vista como apenas mais um aspecto da conquista portuguesa na região, mas constitui-se como um aspecto fundamental, sem o qual não seria possível efetivar um projeto de colonização.

Em territórios litigiosos – fossem de domínios hispânicos ou de povos indígenas –, a formação de ambientes rurais muitas vezes marcava as fronteiras tênues entre a sociedade colonial e os ambientes não colonizados. As correspondências de Rodrigo César de Meneses ao rei deixam evidente essa

preocupação, estabelecendo como fundamental a existência de espacialidades rurais ao longo dos rios que levavam às minas do Cuiabá³⁸⁸. A conquista da terra para a formação de ambientes rurais foi um processo, como o próprio termo *conquista* sugere, marcado por relações de confronto com os povos ameríndios. Uma análise destas relações e das ações das autoridades metropolitanas é capaz de revelar alguns aspectos da formação da sociedade colonial que permanecem obscuros.

Aos olhares dos invasores, desde o princípio da colonização a presença de ameríndios pareceu ter um caráter aparentemente ambíguo. Foi justamente a presença deles (e a possibilidade de aprisioná-los e vendê-los) que motivou os paulistas a explorar as regiões no centro da América do Sul; ao mesmo tempo, com a expansão da conquista, eles passam a ser referenciados como obstáculos à colonização.

Tal ambiguidade, contudo, tem seus limites, percebidos quando rompemos a concepção simplista da antinomia colonos x índios e analisamos a relação dos colonos com os diferentes povos. Tanto os colonos quanto o sistema administrativo tinham uma noção muito clara dessa diversidade, sendo perceptível – tanto nas correspondências quanto nas representações cartográficas – a preocupação de identificar os diferentes territórios como pertencentes a povos ameríndios.

Tem-se a percepção equivocada de que, a despeito dos interesses metropolitanos, a violência contra os índios era promovida pelos conquistadores. Uma breve análise de alguns documentos nos possibilita romper com tal percepção. Em 1725, o Conselho Ultramarino enviou correspondência a Rodrigo César de Meneses autorizando os “viandantes” que “levam cargas de fazendas para minas Gerais” a portar armas, com a condição de mantê-las prontas para o uso somente no trajeto pelas estradas, não podendo utilizar as armas “nas cidades e demais partes”³⁸⁹.

Poderíamos, sem nenhuma reflexão, afirmar que a autorização real é insignificante, uma vez que no próprio documento fica evidente que, antes dessa

³⁸⁸ CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 6 mar. 1728. Ms. Microfilme rolo 01, doc. 13. (AHU) – NDIHR/UFMT; ver, também, REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 8 jan. 1732. Ms. Microfilme rolo 01, doc. 54. (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁸⁹ CARTA Conselho Ultramarino ao governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses. Lisboa, 13 ago. 1725. Ms. Livro C001, doc. 29, APMT.

autorização, as armas já eram utilizadas. No entanto, se nos atermos ao *sentido* dessa autorização, poderemos compreender que, por meio dela, a Coroa não apenas era conivente com a utilização de armas mas também tentava controlar e ordenar tais ações, em particular as dos comerciantes que percorriam os caminhos de São Paulo para as Minas Gerais.

Em outro documento – uma provisão real de 1728, enviada ao governador de São Paulo Antonio da Silva Caldeira Pimentel –, fica mais clara a constituição desse instrumento de controle da utilização de armamentos. Na carta, D. João V ordenou que a jurisdição sobre a permissão ou não de utilização de armas nas estradas que ligam São Paulo às regiões mineiras deveria passar do ouvidor para o governador, e ordenou, ainda, “que se abstenha aqueles que o ouvidor mandou prender”, argumentando que,

nas grandes matas não só há feras mais ferozes mas facinorosos escondidos e negros fugidos que uns e outros vivem de roubos, mortes e insultos e para defesa e guarda dos passageiros seria mais conveniente o permitir [...] que pudessem levar armas, pistolas, clavinhas, espingardas, e todas as mais armas que lhe pertencem sem embargo de serem proibidas³⁹⁰.

Nos caminhos que interligavam as diferentes regiões da América Portuguesa, a importância da manutenção do fluxo de pessoas e cargas articulava interesses de comerciantes, mineradores, lavradores, fazendeiros, senhores de engenho, preadores de índios e, obviamente, das autoridades metropolitanas. Em 1728, o Senado da Câmara solicitara autorização do rei para empreender Guerra Justa contra os Payagoá, com o argumento de que os ameríndios dificultavam o fluxo regular de pessoas pelas vias fluviais e atacavam as populações rurais que se espacializavam na beira dos rios. O conflito se efetivou entre 1732 e 1734.

É significativa a legitimação, por parte do rei, da guerra contra os Payagoá, pois revela os mecanismos que justificam um conflito oficial entre agentes coloniais portugueses e um povo ameríndio. É preciso, contudo, não se deixar levar pela ideia de que a Guerra Justa era a única forma consentida pelo poder real para entrar em conflito com os índios.

³⁹⁰ CARTA do rei D. João V. a governador e capitão general da capitania de São Paulo Antonio Caldeira Pimentel. Lisboa, 14 jun. 1728. Ms. Livro C001, doc. 42. APMT.

Em outra carta régia, de 1741, o rei elogiou a iniciativa do governador de São Paulo em empreender bandeiras contra povos ameríndios que causavam prejuízos aos colonos e à fazenda real – Bandeiras essas que tinham sido feitas sem prévia autorização real. Mas, ao mesmo tempo, o rei pondera que “não é lícito fazer guerra aos gentios sem procederem primeiro as diligências que dispõe as minhas leis, e ordem, e a minha real aprovação”³⁹¹. Deste modo percebemos que as relações entre as expressões de poder são pautadas por questões que vão muito além da ordem real ou das leis e da distorção destas. A adaptação das leis aos contextos e também sua violação deliberada atendiam a interesses que articulam diferentes pontos do *sistema administrativo* e de formas não institucionalizadas de poder.

O fato de haver conflitos não oficializados não pode levar à construção de uma imagem, desses ambientes rurais, como espaços de violência generalizada, onde estariam *ausentes* instrumentos de poder que, com mais ou menos êxito, tentavam controlá-los. A ausência da empresa escriturária não significou ausência dos instrumentos do poder metropolitano. Esse, era manifestado de outras formas, conformando e orientando práticas, articulando-se a formas costumeiras de conquista.

Sob esta ótica, é possível inverter a metáfora do sol e a sombra, construída pelo padre Antônio Vieira e tão reproduzida pela historiografia para tratar das distorções entre o poder central e a execução das leis na América Portuguesa³⁹². Ao invés de pensar na *sombra* como distorção, à medida que ela se distancia do sol do poder central, podemos pensar tais pontos sombrios e obscuros do funcionamento do *sistema administrativo* como *lugares* onde a real presença (em todos os sentidos da palavra) se *revelava*, onde se desnudavam mecanismos do seu funcionamento, que estavam ofuscados. E isso não pela sombra, mas pelo excesso de claridade (que também leva à dificuldade de enxergar), muitas vezes representada pela imagem que o poder central fazia de si mesmo, pelas leis que

³⁹¹ CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 18 ago. 1741. Ms. Livro C001, doc. 120. APMT.

³⁹² “A sombra quando o sol está no zênite, é muito pequenina, e toda se vos mete debaixo dos pés; mas quando o sol está no oriente ou no ocaso, essa mesma sombra se estende tão imensamente, que mal cabe dentro dos horizontes. Assim nem mais nem menos os que pretendem e alcançam os governos ultramarinos. Lá onde o sol está no zênite, não só se metem estas sombras debaixo dos pés dos príncipes, senão também dos de seus ministros. Mas quando chegam àquelas Índias, onde nasce o sol, ou a estas, onde se põe, crescem tanto as mesmas sombras, que excedem muito a medida dos mesmos reis de que são imagens”. Padre Antonio Vieira apud SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: (...). Op. cit.*

impunha, pelos ideais que propagava, e que eram capazes de reinventar-se ou até desfazer-se nas colônias, mas não (ou não apenas) pela distância, mas também por questões como as que analisamos anteriormente.

A construção simbólica dessa distância, contudo, era necessária para o bom funcionamento do sistema administrativo. Lembramos que muitos dos documentos que analisamos sobre a questão dos conflitos contra os ameríndios eram de circulação restrita, pois muitos membros do sistema administrativo, guiando-se pelas leis portuguesas, denunciavam o abuso dos colonos e a convivência de autoridades portuguesas com o aprisionamento de indígenas sem guerras justas ou ordem real. Um documento significativo mostrando tais tensões foi enviado ao rei pelo ouvidor da Vila Real do Cuiabá:

Consta-me que no decurso da referida viagem³⁹³ aprisionou o dito Capitão Antonio de Pinho de Azevedo, e seus camaradas bastante gentio Bororo que por justificação que fizeram nos Guayazes de ser o dito gentio guerreiro e confederado com o Caiapó, se julgaram cativos todos, os que aprisionaram; e com efeito vi um bando do conde de Sarzedas, governador desta capitania, em que declara o dito gentio cativo; mas os fundamentos dele são tão leves³⁹⁴.

Nesse caso específico, era o capitão-general, com aprovação real, que distorcia e desconsiderava a lei, enquanto o ouvidor da Vila Real exigia que ela fosse cumprida com mais rigor³⁹⁵. Configura-se, assim, que o jogo entre o sol e a sombra não era uma questão de distância geográfica entre o reino e suas conquistas, mas uma relação que disseminava distâncias nos diferentes pontos do sistema e acarretava espacializações nos ambientes de conquista.

No começo deste artigo afirmamos que a relação entre a empresa escriturária e a tradição oral implicava uma relação que ligava o sistema administrativo aos códigos costumeiros. Outra carta de sesmarias possibilita analisarmos outros aspectos dessa questão.

³⁹³ Faz referência ao retorno de Antonio Pinho de Azevedo à Cuiabá após a execução do caminho que ligava Cuiabá à Goiás.

³⁹⁴ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 7 out. 1736. Ms. Microfilme rolo 01, doc. 89. (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁹⁵ É óbvio que não podemos ser ingênuos em identificar as palavras do ouvidor como neutras. Eram muitos os interesses que opunham as autoridades; no entanto, cremos que valida nossa conclusão o ouvidor ter utilizado tal argumento com objetivo de fragilizar a autoridade do capitão-general.

(...) Antonio Borralho de Almada morador destas minas, que formando sítio , roças neste rio Cuiabá abaixo sendo um dos primeiros moradores do rio Cuiabá abaixo, sendo um dos primeiros povoadores da dita paragem, onde tinha mais uma beirada de Matos, as quais cercavam suas roças que possuindo-as em boa fé não pedira delas sesmaria, e porque tinha de presente notícia que Anselmo Gomes Ribeiro alcançara sesmaria da dita beira de terras sem prejuízo de terceiro, o suplicante se achava prejudicado por lhe pertencerem as ditas terras pelas razões alegadas, e pretendia se lhe concedesse por carta de sesmaria com cento e cinqüenta braças de terra de testada de uma e outra parte de seu sítio, tanto rio abaixo como rio acima, com meia légua de sertão, que partem com as capoeiras de Antonio Borba Garcia rio abaixo, e da outra parte rio acima para o sertão ao rumo do sudoeste fazendo testada de uma capoeira do suplicante, reservando outra capoeira que fica entre as roças do suplicante e também pedia mais o suplicante da outra banda do rio abaixo com João Leite até entestar com as terras de José de Oliveira. Correndo o sertão ao rumo de leste e constava pela vistoria que fizera do provedor da fazenda real, que junto oferecia, pretenderem-se ao suplicante as terras de que fazia menção pedindo-me lhe fizesse mercê conceder em nome se sua majestade que Deus guarde por carta de data de terra de sesmaria as ditas terras já declaradas, em que se havia feito a vistoria de uma e outra banda do dito rio, mandando recolher a carta de sesmaria passada a Anselmo Gomes Ribeiro para que em tempo nenhum pudesse prejudicar ao suplicante (...) ³⁹⁶.

Primeiramente, destaca-se que o requerente era um dos “primeiros povoadores” do local onde pede a concessão das terras e, em seguida, informa-se que ele já possuía estas terras de “boa fé” e por isso não havia feito o requerimento antes. Há uma tensão latente no pedido de Antônio Borralho – uma disputa de terras que coloca em evidência as relações entre a posse jurídica e a posse costumeira da terra. É o provedor da Fazenda Real que faz a *vistoria* para averiguar se Antônio Borralho ocupava de fato a terra. Tal averiguação da veracidade da argumentação do requerente foi suficiente para que fosse considerada inválida a concessão de Anselmo Gomes Ribeiro. Seria muita ingenuidade de nossa parte afirmar que as elites locais respeitavam irrestritamente as leis que definiam os direitos sobre a terra, mas seria uma radicalização igualmente descabida afirmar que tais leis não tinham importância, prevalecendo somente algo como a lei do mais forte.

³⁹⁶ Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP, f. 120.

Os códigos costumeiros impunham regras ao funcionamento do sistema administrativo. As relações entre ambos, contudo, tendia ao desequilíbrio. Em documento datado de 1741, o provedor da Fazenda Real reclama ao rei acerca da grande quantidade de terras que não foram doadas como sesmarias e eram ocupadas por poucos senhores:

Cada um quer ser o senhor de meio mundo para trazer os seus gados e não dão lugar para que se façam mais fazendas dele, o que é muito prejudicial ao estabelecimento da terra [...]. Me parece ser conveniente ao real serviço de v. majestade [...] que cada um seja conservado nas terras que estão de posse [...]. Com só dois currais de muito pouco gado se tomam mais de vinte léguas de terra em que se podiam fundar muitos para a fartura da terra e aumento dos dízimos³⁹⁷.

Diferentemente das cartas de sesmarias concedidas entre 1726 e 1728, que analisamos anteriormente, o documento de 1741 foi escrito em um momento de mudança na estrutura fundiária da região. A partir de 1736, com a abertura do caminho de terra que interligava Cuiabá a outras partes da América Portuguesa, as minas do Cuiabá e também as do Mato Grosso, receberam uma grande quantidade de gado, que gerou a aplicação de capitais em atividades pastoris e a formação dos currais – espacialidades rurais até então não citadas na documentação. Pelo que percebemos no documento, a Coroa não estava conseguindo (pelo menos não com a eficiência desejada) controlar o acesso à terra³⁹⁸.

É interessante perceber, por meio das palavras do provedor da fazenda real, o lugar que os espaços rurais ocupavam na ótica do sistema administrativo. É inegável que havia margem de manobra para as elites locais transformarem espaços rurais em instrumentos de poder, mas também havia a preocupação com outras questões, como o aumento de arrecadação e a produção mais diversificada de gêneros alimentícios, além da ocupação mais intensa dos ambientes rurais. Mas é outra a questão que vai nos conduzir ao ponto que queremos chegar.

³⁹⁷ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 09-02-1741. Ms. Microfilme rolo 03, doc. 153. (AHU) – NDIHR/UFMT.

³⁹⁸ Segundo Márcia Motta, muitas vezes o que importava “para os fazendeiros não era a medição e demarcação tal como desejavam os legisladores. Medir e demarcar, seguindo as exigências da legislação sobre as sesmarias, significava, para os sesmeiros, submeter-se à imposição de um limite a sua extensão territorial, subjugar-se, nesses casos – aos interesses gerais de uma Coroa”. MOTTA, Márcia Maria M. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito á terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; APERJ, 1998. p. 38.

A relação entre a oralidade das relações costumeiras e as malhas escriturárias do sistema administrativo não pode ser confundida com um antagonismo entre a opressão estratégica da empresa escriturística e a resistência tática da oralidade. Ao contrário do que se poderia imaginar, a transferência do oral para o escrito não significou a transferência de poder local a poder central e, menos ainda, das classes subalternas aos poderosos. A tradição, ou direito costumeiro, caminhava junto com o direito oficial, ora de forma paralela, ora entrecruzando-o. Segundo Thompson, em seu estudo sobre o costume na Inglaterra do século XVIII, o “costume constituía a retórica da legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado – e até mesmo o codificado – estava em fluxo contínuo”. O autor aponta ainda que “longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena onde interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes”³⁹⁹.

O costume era, assim, apropriado pelas diferentes camadas da sociedade. Durante a efetivação do processo de conquista, a relação entre o oral e o escrito envolve relações de forças sociais circunscritas na disputa pelo controle da legitimidade da ocupação dos espaços. Percebemos que o costume e a lei oficial não eram dois campos paralelos, mas campos que se entrecruzavam e espiralavam-se para legitimar práticas sociais. A relação entre o sistema administrativo e o universo das práticas não pode ser analisada como oposição entre “a ordem” (do sistema) e “a desordem” (das práticas), mas sim como a relação ora de complementaridade ora de disputa entre diferentes formas de ordenação de práticas.

Tal percepção é válida não apenas para as relações entre as diferentes expressões locais e central do poder, mas também na relação entre os diferentes grupos sociais. Neste aspecto, um diálogo com os estudos de João Fragoso sobre as elites do Rio de Janeiro pode esclarecer nosso posicionamento em relação à questão.

É necessário apontar que reconhecemos o imenso avanço que as pesquisas de Fragoso trouxeram para a percepção de aspectos da economia e sociedade

³⁹⁹ THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 19.

coloniais, como a dinâmica de setores internalizados da economia, a formação de elites coloniais e os mecanismos utilizados por estas para ampliar e consolidar poder político em uma sociedade que possui uma “hierarquia social excludente”. As observações que fazemos aqui são pontuais e dizem respeito a um aspecto específico de dois artigos, tendo como objetivo apontar os limites da percepção deste autor sobre a questão da relação entre elites e grupos sociais subalternos.

Em relação ao seu capítulo em *Antigo Regime nos Trópicos*, é interessante perceber que, quando o autor trata das relações entre as elites, entram em cena as redes de alianças, reciprocidades, *dons e contradons*. Mas ao serem analisadas as relações das elites com os outros grupos sociais, a inflexão antropológica dá lugar a relações sociais pautadas por elementos bem menos complexos⁴⁰⁰.

Em artigo mais recente, Fragoso analisa especificamente a relação das elites do Rio de Janeiro com os escravos⁴⁰¹. Há um avanço significativo em relação ao texto anteriormente citado, pois agora os escravos aparecem como agentes nas relações com as elites (pelo menos em nível conceitual). No entanto, o modo como o objeto é tratado silencia e deforma a diversidade das relações entre elites e demais camadas da sociedade. Após citar exemplos pontuais de fidalgos que apadrinhavam escravos, o autor cita dados para fortalecer a hipótese incontestada de que a elite usava o apadrinhamento como forma de ampliar seu poder em relação a outros segmentos sociais. Aponta que em São Gonçalo, no século XVII, 44,2% dos escravos tinham padrinhos livres; já em meados do século XVIII, a realidade seria outra: em Irajá, 60%; Jacaraguá, 62%; e Campo Grande, 67,8%. A partir disso, afirma que é “desnecessário afirmar que em meio a estas mudanças temos delicadas negociações entre escravos e senhores”; e acrescenta que “um bom exemplo [...] foram os cativos anteriormente vistos de parentesco ritual entre

⁴⁰⁰ Segundo João Fragoso, “para as ‘negociações’ com outros grupos subalternos sociais (como os lavradores de alimentos e de cana), basta lembrar alguns dos mecanismos utilizados entre as próprias principais famílias da terra, como o compadrio, o fornecimento de serventias, e mais as possibilidades dadas pelas leis do Reino”; FRAGOSO, João. “A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII)”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos*. Op. cit., p. 60. A utilização do termo “negociações” (entre aspas no original) que sugeriria trocas é, ao longo da citação, transformado em uma relação de poder de mão única, em que relações costumeiras, como compadrio, são vistas apenas como “mecanismos” utilizados por esta elite.

⁴⁰¹ FRAGOSO, João L. R. “Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro”. In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

fidalgos e seus cativos e, neste rol, podemos também incluir os apadrinhamentos feitos aos forros⁴⁰². Acreditamos, embora possamos estar enganados, que para tal afirmação seria necessário verificar, entre esses apadrinhamentos, quantos padrinhos faziam parte dos *principais da terra* e como esse índice mudou de um século para o outro. Da forma apresentada pelo autor, parecem ficar silenciadas as relações de poder e de solidariedade entre brancos pobres e escravos, entre mestiços e escravos, entre negros forros e seus parentes escravos, e os laços de parentesco entre estes grupos.

Nesse aspecto Fragoso parece alinhar-se com Antonio Manuel Hespanha, em artigo recente, ao responder as já citadas críticas de Laura de Mello e Souza, e afirmar que “no fundo, os escravos estavam, para as sociedades coloniais, como criados, aprendizes, moços e moças de lavoura, rústicos ou camponeses, para as sociedades europeias. Milhões de pessoas, praticamente desprovidas de direitos, à mercê dos pais de família”⁴⁰³.

Consideramos bastante conveniente utilizar a noção de “hierarquia social excludente”. Nessa percepção, no entanto, há limites que precisam ser discutidos. No documento de 1741, em que reclama do abuso dos moradores em relação ao acesso à terra, o provedor da fazenda real de Cuiabá aponta que, para o “estabelecimento dos povos”, o “serviço de vossa majestade”, ou seja, o *bem comum*, era mais conveniente que as terras fossem concedidas em menores áreas para mais moradores, para não haver falta de alimentos e aumentar a arrecadação dos dízimos. Não é absurdo supor que os pequenos agricultores utilizassem desse princípio como estratégia para a legitimação da posse da terra. Segundo Virgínia Rau, “para levar o homem a romper o brejo, a empunhar o machado para lutar contra a floresta e a pegar no arado para arrotear a terra brava, só a concessão de terrenos e de liberdade pessoal seriam estímulos suficientemente fortes para o conseguir”⁴⁰⁴.

Mutatis mutandis, a situação colonial do centro da América do Sul necessitava da reprodução de alguns mecanismos do direito costumeiro que a própria lei de sesmarias já trazia infiltrados. Analisando a concessão de sesmarias

⁴⁰² FRAGOSO, João L. R. Fidalgos e parentes de pretos (...). *Op. cit.*, p. 117-118.

⁴⁰³ HESPANHA, Antonio Manuel. “Depois do Leviathan”. *Almanack braziliense*, nº 5, 2007, pp.55-66, p. 66.

⁴⁰⁴ RAU, Virgínia. *Op. cit.*, p. 28.

em uma área de fronteira entre América Portuguesa e América Espanhola, Helen Osório afirma que, “no extremo sul[,] nunca houve a exigência de propriedade de escravos para obtenção de sesmarias. O interesse da metrópole em ocupar este território fez com que as exigências fossem mínimas para o acesso legal à terra”⁴⁰⁵. A utilização de *exigências mínimas* deve ser tomada com cautela, pois reflete uma visão da conquista da terra que *confessa* o legado da tradição historiográfica brasileira.

Em uma carta de sesmarias já citada, justificou-se a concessão da carta por ser o suplicante “um dos primeiros descobridores destas minas, em cuja diligência experimentou consideráveis perdas em atenção das quais me pedia lhe fizesse mercê”. A lógica de todo o trecho citado poderia ser resumida em um silogismo, com as premissas: *por ser primeiro povoador e por lutar contra os ameríndios e contra as adversidades do meio*; e com a conclusão: *logo merece receber as terras por mercê dos serviços prestados a v. majestade*. Em uma sociedade onde as *mercês* e *honras*, ao lado do poderio econômico, eram definidores de *status quo*, mercê denotava privilégio. E a posse de terras pode ser vista como uma mercê, embora não garantisse poder político institucionalizado e riqueza.

Reconhecer uma conquista pré-estabelecida de colonos – que tanto sob a ótica institucional quanto a costumeira participaram ativamente da luta pela conquista, colocando em risco “sua vida e fazendas”, ampliando as fronteiras dos territórios portugueses – não pode ser interpretado como *exigências mínimas* para posse oficial das terras por sesmarias, a não ser que confundamos exigências legais com poder monetário. Entre ambos há, sem dúvida, laços íntimos, mas não podemos ser levados ao engodo de uma visão viciada do patrimonialismo (ou da *patrimonialização*) como estrutura já estruturada, ou seja, como realidade independente e anterior às práticas “que hipostasia os sistemas de relações objetivas convertendo-as em totalidades já constituídas fora do indivíduo e da história do grupo”⁴⁰⁶.

O caráter *excludente* não pode ser entendido como um fim, mas como uma

⁴⁰⁵ OSÓRIO, Helen. “Conflitos e apropriação da terra: região platina, século XVIII. In In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) Raízes da América Latina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 336.

⁴⁰⁶ BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Tradução de Paula Montero. Ed. Ática: São Paulo, 1995, p. 60.

característica da estrutura da sociedade que é anterior à ação, ou seja, um conjunto de práticas que se conformam em um sistema de significados, mas que só podem ser compreendidos se pensarmos as estruturas como *estruturantes*. O resultado dessas práticas excludentes deve ser avaliado nos interstícios dos jogos de poder entre os diferentes grupos sociais, mediados por instituições, por sistemas de valores, etc. Nos limites entre a pressão da estrutura social polarizadora e os interesses da metrópole e dos colonos em “povoar” os territórios de fronteira e de abastecimento das minas, o campesinato encontrou espaço para desenvolver-se.

As elites tinham, sem dúvida, margem de manobra para construir poder e riqueza por meio da posse, muitas vezes não oficial, da terra. Havia limites, contudo, para tais manobras. Limites que muitas vezes eram justamente aqueles expressos nas próprias malhas do *sistema administrativo* e na possibilidade dos súditos (dos diversos grupos sociais) de exercer poderes e, inclusive, reivindicar seus direitos ao poder metropolitano, muitas vezes ancorados, como demonstramos, em códigos costumeiros.

Temos muitos elementos, portanto, para confrontar a afirmação de Hespanha, de que os escravos seriam para as sociedades coloniais o equivalente das camadas subalternas da sociedade portuguesa. Mas a questão fundamental que traria especificidade para as relações coloniais, não é demonstrar, como fizemos, que havia espaço para que outros segmentos sociais de homens livres que não a elite exercessem “direitos” sobre a terra⁴⁰⁷, mas sim, a constatação de que não apenas o escravismo - como já ressaltou, com bastante ênfase, Laura de Melo Souza - mas ainda a relação dos conquistadores com os povos ameríndios (inclusive a escravidão indígena) tornam muito diversas as relações sociais reproduzidas e espacializadas em ambientes coloniais.

A relação das elites que habitavam os diversos domínios portugueses entre si e da Coroa portuguesa com essas mesmas elites talvez não seja o objeto privilegiado para visualizar o caráter diverso das práticas coloniais em relação às práticas reinóis. Apesar dos conflitos, tensões, diversidade de interesses e mesmo a

⁴⁰⁷ Em artigo publicado recentemente destacamos a presença de segmentos camponeses na formação de ambientes rurais nas minas de Cuiabá e Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII. OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Roceiros e camponeses no centro da América do Sul : a questão do campesinato em Mato Grosso no século XVIII”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, v. 68-69, 2011, pp. 97-115. Originalmente o texto compôs capítulo de nossa dissertação de mestrado.

diversidade social no interior dos segmentos dos *colonos*, estes em seu conjunto desempenhavam o papel de *colonizadores*⁴⁰⁸. Não estamos em desacordo com Nuno Gonçalo Monteiro, João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa em relação à “pluricontinentalidade” das práticas econômicas e políticas das elites. Nossa análise corrobora, inclusive, no sentido de demonstrar que práticas portuguesas costumeiras de acesso a terra tornavam-se legítimas nos territórios ultramarinos, o que inclui não apenas as elites, mas também de pequenos e médios produtores escravistas, além de camponeses.

Contudo há um aspecto que Fragoso e Gouvêa chamam a atenção cujas implicações precisam ficar claras: “a Coroa e a primeira nobreza viviam de recursos oriundos não tanto da Europa mas do ultramar, das conquistas do reino”, tratava-se, pois, de “uma monarquia e nobreza que têm na periferia a sua centralidade material”⁴⁰⁹. Nada mais característico das relações entre metrópole e colônia, do que a apropriação de parte do excedente econômico das “conquistas”. Os autores, contudo, colocaram sua perspectiva de “monarquia pluricontinental” como substituto “da ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido” que caracterizaria as relações entre metrópole e colônia de forma polarizada. “Ideia”, contudo que não é cara aos autores - como Laura de Melo Souza e Francisco Bethencourt - que poderíamos colocar em polo oposto a perspectiva de Fragoso e Gouvêa, e em relação aos quais nossa análise está mais próxima. Do ponto de vista político, a expansão das atividades econômicas na primeira metade do século XVIII, contribui portanto para o fortalecimento da centralidade do poder da dinastia Bragança, o que não significa, como vimos de modo exaustivo, uma prática centralizada, unilateral, rígida.

Acreditamos, contudo, assim como aponta Laura de Mello e Souza, que as práticas administrativas não podem ser entendidas em desarticulação às

⁴⁰⁸ Como destacou Jack Green – guardando todas as especificidades do caso inglês -, se por um lado aqueles que compõem a “população dominante” nas colônias exercem o papel de colonos em relação às “sociedades metropolitanas” por outro desempenham “o papel de colonizadores em suas relações com as populações indígenas”. GREENE, Jack P. “Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas”. Tradução Liana Driga. *Almanack braziliense* nº04, novembro 2006, pp. 5-21, p. 8.

⁴⁰⁹ FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F. “Monarquia pluricontinental e repúblicas”... Op cit. p. 43. Aspecto já ressaltado em publicação anterior: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda B. “Uma leitura do Brasil Colonial”... Op. cit..

relações econômicas entre o reino e suas coloniais. A espacialização das atividades produtivas nas terras da conquista estão articuladas uma diversidade de práticas econômicas em diversas escalas. Iremos explorar algumas destas articulações no próximo capítulo.

Capítulo 6

***A economia colonial na primeira metade do século XVIII
e as metamorfoses do capital mercantil no centro da
América do Sul***

Nas últimas décadas, as mudanças de escala e de perspectiva no discurso histórico produziram na história econômica sobre o período colonial um fenômeno igualmente perceptível em outras áreas de estudo, qual seja: a profusão de dissertações de mestrado e teses de doutoramento que abordam aspectos específicos de uma determinada capitania, vila, arraial, povoação, família ou mesmo de um indivíduo. Apesar da quantidade de estudos ainda serem muito modestos - existem lacunas em relação a vários períodos e regiões - sua contribuição é de fundamental importância, uma vez que permite a incorporação de conhecimento sobre aspectos não perceptíveis ou evidenciados em obras que procuraram dar uma interpretação geral sobre as características da reprodução econômica colonial.

A riqueza na reconstrução de relações econômicas em um nível micro é fascinante. Esquemas teóricos para explicar as relações econômicas, dão lugar a tramas de acontecimentos, de negociações, de conflitos de interesses, de valores sociais, de trajetórias individuais, que ilustram a complexidade da reprodução econômica em ambientes coloniais. Quando, portanto, nos defrontamos com os documentos a respeito de nosso objeto de pesquisa, temos um conhecimento acumulado por outros autores, tanto para orientar nossa metodologia quanto para estabelecer comparações.

Desde o princípio de nossas pesquisas, quando confrontávamos as evidências documentais às interpretações mais consagradas, parecia existir entre elas, não uma falta de comunicação, mas uma ponte por vezes estreita, pela qual nem sempre muito de significativo passava de um lado para o outro. Nossa saída foi tentar construir uma via de mão dupla entre as interpretações e os indícios documentais, possibilitando uma ressignificação dos mesmos para que estes escapassem dos labirintos do excesso de empiria e ao mesmo tempo viabilizassem o redimensionamento das interpretações com as quais dialogamos.

Embora exista uma diversidade de abordagens, em relação à histórica econômica colonial, duas obras sintetizam orientações distintas que têm orientado os trabalhos mais recentes: tratam-se dos livros *Portugal e Brasil na*

*crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*⁴¹⁰ de Fernando Novais e *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*⁴¹¹, de João Fragoso e Manolo Florentino.

Fernando Novais define o Antigo Sistema Colonial como parte das relações típicas do Antigo Regime, assim como o capitalismo comercial, a expansão ultramarina e a política mercantilista⁴¹². Apesar do recorte temporal de sua tese ser o período entre 1777 e 1808, são nas características constituídas no princípio da colonização da América, onde Novais procura os mecanismos que estruturam as relações entre colônia e metrópole. Ao sentido atribuído por Caio Prado Júnior à colonização⁴¹³, Novais acrescenta sua vinculação com a etapa de transição do feudalismo para o capitalismo⁴¹⁴ e, consequentemente “o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo comercial europeu”⁴¹⁵. O aspecto fundamental para Novais do sistema colonial era o “exclusivo metropolitano”, ou no caso específico, o “monopólio régio português”⁴¹⁶, que embora garantisse a condição colonial não

⁴¹⁰ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

⁴¹¹ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998 (a primeira edição é de 1993).

⁴¹² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 66.

⁴¹³ “No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, (...), destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes, e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 31.

⁴¹⁴ “A colonização moderna, portanto, como o indicou incisivamente Caio Prado Jr., tem uma natureza essencialmente comercial (...). Se combinarmos agora esta formulação - (...) - com as considerações (...) feitas sobre o Antigo Regime – etapa intermediária entre a desintegração do feudalismo e a constituição do capitalismo industrial – a idéia de um ‘sentido’ da colonização atingirá seu pleno desenvolvimento”. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 68.

⁴¹⁵ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 79-80. Adiante Novais reitera que “acelerar a primitiva a acumulação de capitalista é pois o sentido do movimento, não perante todas as suas manifestações, mas imanente em todo o processo”. *Op. cit.* p. 92.

⁴¹⁶ “O regime do ‘exclusivo’ metropolitano constituía-se pois no mecanismo por excelência do sistema , através do qual se processava o ajustamento da expansão colonizadora aos processos da economia e da sociedade européia em transição para o capitalismo integral.

impedia que grande parte dos excedentes adquiridos através do monopólio “se transferissem para fora do reino”⁴¹⁷. Além da produção para o mercado externo o autor aponta a existência de uma produção “que visava suprir a subsistência interna”, no entanto “ainda aqui, são os mecanismos do sistema colonial que definem o conjunto e imprimem o ritmo em que se movimenta a produção”⁴¹⁸, uma vez que “toda a estruturação das atividades econômicas coloniais, bem como a formação social a que serve de base, definem-se nas linhas de força do sistema colonial mercantilista, isto é, nas suas conexões com o capitalismo comercial”⁴¹⁹.

A tese de Novais, defendida em 1973 (publica em livro em 1978) pode ser vista, se formos ser generalizantes, no âmbito da produção acadêmica de professores da Universidade de São Paulo, como parte de uma corrente interpretativa que tem sido chamada de estrutural-dependente⁴²⁰. Ao caracterizar a economia colonial, no capítulo *A crise do Antigo Sistema Colonial*, o autor afirma,

A dinâmica do conjunto da economia colonial é definida pelo setor exportador; em certas circunstâncias e áreas determinadas, o setor de subsistência pode adquirir certo vulto, como no caso da pecuária, e então se organiza e, grandes propriedades, ou noutros casos incorpora o regime escravista. Mas a dinâmica global depende sempre do influxo externo, o centro dinâmico último é o capitalismo europeu: trata-se de uma *economia*, em todo o sentido do termo, *dependente*⁴²¹. (itálicos do autor).

Não é difícil aproximar a obra de Novais, daquilo que se convencionou

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 72.

⁴¹⁷ “O monopólio régio português, garantia, assim, condições favoráveis à economia européia em geral, promovendo a aceleração da acumulação de capitais mercantis: na engrenagem do sistema contudo, as maiores vantagens se transferiam para fora do reino”. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 74.

⁴¹⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* p. 96.

⁴¹⁹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.*, p. 97.

⁴²⁰ De modo simplista poderíamos apontar que autores muito diversos como Otávio Ianni, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, partilhavam em comum de uma interpretação fundamentada em dois aspectos: a caracterização das estruturas econômicas e sociais (de longa ou média duração) e a especificidade do caso brasileiro, levando em conta o caráter dependente da economia e o atraso da sociedade.

⁴²¹ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.*, p. 107.

chamar de Teoria da Dependência⁴²². Também podemos mostrar uma coerência entre as perspectiva de Novais sobre as relações entre metrópole e colônia, e as abordagens *estruturais* sobre o Brasil contemporâneo, de Francisco Weffort e Otávio Ianni, inclusive traços comuns entre as noções de *Antigo Sistema Colonial* e a noção de *populismo* que Weffort e Ianni desenvolvem de diferentes formas⁴²³. As duas noções possuem traços perspectivas estruturais de inspiração marxista⁴²⁴ e dos estudos sobre dependência econômica, em particular a apropriação da interpretação de Celso Furtado⁴²⁵.

⁴²² Fernando Henrique Cardoso, no texto *Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência*, escrito no começo da década de 1970, aponta que existe uma diversidade de correntes intelectuais que utilizam a noção de dependência. Nas palavras de Cardoso: “Eu diria, simplificando, que existem três vertentes diversas (...) que contribuíram para ressurgir a noção de dependência. Estas três vertentes são: as análises inspiradas na crítica aos obstáculos ao ‘desenvolvimento nacional’, as atualizações, a partir da perspectiva marxista, das análises sobre o capitalismo internacional na fase monopolística e, finalmente, os intentos de caracterização do processo histórico estrutural da dependência em termos de relações de classe que, ligando a economia e a política internacionais a seus correspondentes locais e gerando, ao mesmo movimento, contradições internas e luta política, asseguram a dinâmica das sociedades dependentes”. CARDOSO, Fernando H. “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”. In SERRA, José (coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 365.

⁴²³ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968. Podemos ver marcas da perspectiva “populista” em um texto mais recente de Fernando Novais em coautoria com João Manuel Cardoso de Mello. Ao falar sobre a participação política do operariado na década de 1940, os autores afirmam “um verdadeiro espaço público vinha sendo construído passo a passo. As dificuldades eram grandes. Como mobilizar um povo deixado, e por séculos, na ignorância pelas classes dominantes e pelas elites que governavam em seu nome? Como valorizar os direitos do cidadão para homens e mulheres que ainda carregavam a pesada herança da escravidão, que quer dizer passividade diante da hierarquia social e subserviência em relação aos poderosos?”. MELLO, João Manuel C. de. NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. In NOVAIS, Fernando A. (dir.); SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Companhia das Letras, 1998, p. 615. Há implícito no trecho citado a concepção de relação entre senhores e escravos tal qual ela é desenvolvida nos trabalhos de Florestan Fernandes e de Fernando Henrique Cardoso. CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 175 (a primeira edição é de 1962).

⁴²⁴ No caso de Fernando Novais, é marcante a presença da perspectiva de Maurice Dobb, economista francês, autor de *Evolução do Capitalismo*. DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

⁴²⁵ Na tese de Novais, o trabalho mais citado de Furtado é *A formação econômica do Brasil*, (na edição de 1959), ainda é citado o livro *Formação Econômica da América Latina* (na edição de 1970). FURTADO apud NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.* Embora, a própria noção de populismo possa confrontar alguns aspectos da tese de Furtado, o autor é fartamente citado por Weffort para caracterizar a economia brasileira, mas em Weffort são citados principalmente artigos que tem como tema o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina, publicados por Furtado na década de 1960, e livros como *Dialética do Desenvolvimento*, de 1964. FURTADO, Celso apud Weffort, Francisco. *Op. cit.*

Podemos nos questionar, contudo, até onde é interessante procuramos traços que enquadrem a obra de Novais e sua perspectiva sobre o Antigo Sistema Colonial em uma determinada tradição, chamada de *estrutural-dependendista*. Tal generalização, se por um lado pode ser reveladora de aspectos relevantes da obra, por outro acaba orientando uma leitura que encobre muito de suas especificidades. Entre elas a relação entre o político e o econômico, que na obra de Novais é muito mais complexa do que em outras análises do período. A leitura tendenciosa do trabalho de Novais acaba por esquematizar em demasia a sua perspectiva.

Geralmente, os trabalhos que fazem referência ao livro citam principalmente excertos do segundo capítulo da tese, que teve uma versão publicada cinco anos antes de sua defesa, em 1968, em forma de livro, com o título *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*⁴²⁶. O livro se tornou referência para os estudos sobre a economia colonial. No entanto, é em outros capítulos do livro de Novais que percebemos com mais clareza a especificidade da sua perspectiva. No terceiro e quarto capítulos, por exemplo, Novais desenvolve uma análise que entrelaça o político e o econômico, numa perspectiva que destaca a “consciência possível” dos *policymakers* portugueses diante do contexto de crise das relações coloniais e a relação dessas políticas com os limites estruturais⁴²⁷.

É em oposição às perspectivas de Novais, e também de Caio Prado Júnior, que Fragoso e Florentino desenvolvem sua abordagem sobre reprodução da economia colonial⁴²⁸. Destacamos de início, contudo, o que

⁴²⁶ NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Braziliense, 1999.

⁴²⁷ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.*, p. 213-298.

⁴²⁸ O livro é síntese das teses de doutoramento defendidas pelos autores, que também foram publicadas em livro. FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. É preciso salientar que Florentino e Fragoso não foram os primeiros a criticar as perspectivas de Caio Prado Jr e, por conseguinte, de Novais sobre a economia colonial e propor perspectivas alternativas. Ciro Flamarion S. Cardoso produziu uma série de trabalhos entre a década de 1970 e 1980 nos quais defendia que as estruturas internas possuíam uma lógica própria que não poderia ser compreendida exclusivamente pela orientação externa da economia. CARDOSO, Ciro F. S. “Sobre os modos de produção coloniais na América”. In SANTIAGO, Theo (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975. CARDOSO, Ciro F. S. “As concepções acerca do Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial: a

aproxima a obra desses autores. Apesar do período entre meados da década de 1980 e a década de 1990, ter sido marcado pela viragem para uma *História Cultural* que marcou muito trabalhos sobre o Brasil colonial, a interpretação de Fragoso e Florentino está alicerçada em uma perspectiva estrutural e com um aporte teórico-metodológico de influência marxista⁴²⁹.

Embora o recorte temporal do livro seja o período entre 1790 e 1840, caracterizado pelos autores como “período colonial tardio”, existe a pretensão de compreender “os mecanismos internos que, por mais de três séculos (isto é, perpassando as mais diversas conjunturas) propiciaram a contínua reprodução da economia colonial”⁴³⁰. Outro ponto em comum é a percepção de que para caracterizar a economia colonial é necessário compreender a economia portuguesa do Antigo Regime⁴³¹.

Diferentemente de Prado Jr e Novais, os autores definem que o sentido da colonização portuguesa não está na vinculação ao capital comercial, mas na reprodução de uma economia não capitalista que visa perpetuação de uma estrutura social arcaica e esterilizadora de capitais, tanto em Portugal quanto no Brasil. A apropriação da renda advinda da exploração de atividades econômicas coloniais seria em grande parte imobilizada em atividades que serviam não para a geração de lucros, nem tinham como fim “criar um sistema monocultor e exportador”, mas agiam da manutenção e ampliação dos privilégios nobiliárquicos e na consolidação de uma “hierarquia altamente

preocupação excessiva com a Extração do Excedente”. In LAPA, José do A. (org.) Modos de produção e realidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980. Também José Roberto do Amaral Lapa, propunha o estudo do comércio intercolonial e do mercado interno, propondo a existência de “um certo grau de autonomia” da economia colonial “em relação à grande lavoura de exportação”. LAPA, José Roberto do A. “O interior da estrutura”. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). História econômica do período colonial. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 164. LAPA, José Roberto do A. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

⁴²⁹ SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, v. 13, 1999, p. 129-153, p. 129-130.

⁴³⁰ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 12. (parêntese dos autores)

⁴³¹ “Seguindo os passos de Caio Prado, Novais e Ciro Cardoso, acreditamos que o entendimento da constituição da economia colonial passe necessariamente pela compreensão da economia e sociedade lusitana do Antigo Regime. Afinal, a Colônia resulta da expansão metropolitana, e a estruturação do seu sistema produtivo obedeceu as vicissitudes do projeto português de colonização. Urge, pois, ao menos tentar esboçar os traços gerais da peculiaridade portuguesa moderna, para podermos encontrar raízes da formação colonial brasileira”. FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 25.

diferenciada”⁴³².

A partir do estudo de caso sobre o Rio de Janeiro, os autores defendem que o grupo social dominante na sociedade colonial não era formado pela camada senhorial ligado à *plantation*, mas pela elite mercantil, em particular a elite da praça fluminense, que dominava tanto o comércio atlântico quanto o mercado doméstico⁴³³. Comércio doméstico alicerçado em um mercado interno bastante significativo e que teria autonomia relativa em relação às flutuações externas, uma vez que tanto o acesso a “terra” como aos “homens” (escravos), eram possíveis por relações não capitalistas (no Brasil e na África) com baixo custo monetário⁴³⁴.

Para os autores o “projeto arcaizante “lusitano” impedia a formação de uma sólida elite mercantil metropolitana que pudesse dominar as relações comerciais no império português, o que abria espaço para a “gestação e o desenvolvimento de poderosas comunidades mercantis nos trópicos”⁴³⁵. Com o domínio sobre os setores mais lucrativos (o comércio de escravos, a reexportação de produtos coloniais, a redistribuição das mercadorias no comércio atlântico e a arrematação de contratos) e pela possibilidade da oferta de crédito, a elite mercantil mantinha domínio não apenas sobre o setor produtivo agroexportador, mas espalhava por todo o território colonial sua rede de relações de comércio, por meio de uma cadeia de crédito (adiantamento/endividamento) que se estendia “desde os confins do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Santos e Minas Gerais”⁴³⁶, drenando os lucros do comércio em menor escala, e o sobretrabalho dos grandes, médios e pequenos produtores rurais, subordinando, todos, ao capital mercantil residente na praça do Rio de Janeiro. Assim, o comércio atlântico ao invés de converter-se em fator de *dependência*

⁴³² FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 26-29. Os autores fundamentam essa interpretação, principalmente a partir da obra *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* de Vitor Magalhães Godinho, de 1975. Também são citados trabalhos de Carl Hanson, de 1986, David Smith, de 1974, além do conhecido livro de Charles Boxer, *O império colonial português*, de 1969. No livro de Fragoso e Florentino, as referências ao livro de Novais, circunscrevem-se, todas, ao segundo capítulo do livro *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*.

⁴³³ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 80; 86..

⁴³⁴ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 49;67.

⁴³⁵ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 102.

⁴³⁶ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 79.

na relação entre metrópole e colônia definiu-se como “um espaço de acumulação interna”⁴³⁷. Além do domínio sobre o mercado colonial, os autores apontam a subordinação dos traficantes africanos aos do Rio de Janeiro e ainda o domínio destes sobre portos asiáticos⁴³⁸.

A hegemonia mercantil, contudo, no “caso brasileiro”, não reproduziria o mesmo fenômeno geral que teria ocorrido em outras partes do mundo: o reinvestimento dos lucros mercantis na reprodução cada vez mais ampliada de capitais. Segundo os autores, de uma forma geral, a elite mercantil do Rio de Janeiro optou por “abandonar os misteres mercantis, transformando-se, em particular, em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e homens”, opção que denota um “ideal aristocratizante da elite mercantil” que direcionava o capital mercantil “à reiteration da estrutura agrária escravista”⁴³⁹.

Expostas, de modo muito geral, as perspectivas de Novais e de Manolo e Florentino, podemos perceber que suas interpretações constroem uma relação de distanciamento entre mercado interno e mercado externo. Novais ressalta que o mercado interno é determinado em último sentido pela dinâmica do capital mercantil europeu, existiria em função da manutenção das atividades econômicas voltadas para o mercado externo – neste ponto segue Caio Prado Jr.⁴⁴⁰ – podendo em conjunturas de crise deste mercado, ampliarem-se. A vinculação, portanto, entre atividades econômicas voltadas para o abastecimento do mercado interno e o capitalismo comercial, são, sobretudo, indiretas. Já a interpretação de Fragoso e Florentino, destaca, como vimos, uma relativa autonomia do mercado interno que se reproduz por mecanismos não capitalistas, e subordina-se a um capital mercantil endógeno, controlado por uma elite mercantil residente.

⁴³⁷ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 85.

⁴³⁸ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 93;99.

⁴³⁹ FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo G. *Op. cit.*, p. 104-105;109. Os autores apontam que “é expressivo o número de grandes empresas comerciais cuja existência se restringe a, no máximo, duas gerações” *Op. cit.*, p. 105.

⁴⁴⁰ “Além destas atividades fundamentais (voltadas par ao mercado externo) poderíamos acrescentar outras, como a pecuária, certas produções agrícolas, em suma aquelas atividades que não tem por objeto o mercado externo, como as que acabamos de ver. Mas não podemos colocá-las no mesmo plano, pois pertencem a outra categoria, e categoria de segunda ordem. Trata-se de atividades subsidiárias destinadas a amparar e tornar possível a realização das primeiras . Não tem vida própria, autônoma, mas acompanham aquelas, a que se agregam como simples dependência. Numa palavra, não caracterizam a economia colonial brasileira, e lhe servem apenas de acessórios”. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997, p. 124. (Parêntese nosso).

É possível elaborarmos uma interpretação sobre a relação entre mercado interno e mercado atlântico, alternativa às perspectivas acima apresentadas? Não temos intenção de oferecer uma resposta que seja válida para os três séculos de colonização. Iremos discutir as características das relações econômicas reproduzidas na primeira metade do século XVIII, a partir de alguns aspectos fundamentais: a emergência de grupos mercantis residentes no Brasil colonial; a relação entre práticas mercantis e a espacialização de atividades econômicas; as características das trocas inter-regionais; as articulações entre os interesses da coroa portuguesa e a reprodução do capital mercantil; o caráter “aristocrático” da reprodução econômica e social dos grupos mercantis; as relações entre o mercado interno, os grupos mercantis “residentes” e a dinâmica do capital mercantil. Não iremos esgotar os temas e nem mesmo sermos exaustivos, nosso objetivo é perceber como estes elementos relacionam-se à espacialização da economia colonial no centro da América do Sul e vice-versa.

A emergência de grupos mercantis e a espacialização da ruralidade colonial

Não havia para a primeira metade do século XVIII uma normatização na denominação dos agentes mercantis. Muitas vezes os mesmos homens eram designados como “comerciantes”, “homens de negócio” e “mercadores”. Carlos Rosa aponta que entre 64 portugueses que viviam em Cuiabá, identificados na documentação entre 1727 e 1751, “41% viviam ‘de seu negócio’, ‘de suas agências’ (lojas, vendas, comércio ambulante), combinadas com relações de financiamento usuárias (empréstimos a juros, penhores etc.), mineração, criação, imóveis urbanos”⁴⁴¹.

Apenas na segunda metade do século XVIII, já no período pombalino, adotou-se uma “política de diferenciação” no corpo mercantil. Embora existissem medidas desde 1755, apenas em 1770, por força de lei, houve a “codificação do estatuto dos negociantes”. Como nos mostra Pedreira, as

⁴⁴¹ ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista” In ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de, *A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003, p. 24.

autoridades portuguesas tentavam impedir o que para elas era o costume “absurdo de se atrever qualquer indivíduo ignorante e abjeto a denominar-se a si Homem de Negócio”⁴⁴².

O que nos chama atenção é o fato não da inexistência da lei para a primeira metade do século, mas a própria necessidade da lei no período posterior. O estudo de Aldair Carlos Rodrigues, sobre os “homens de negócio” de Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, demonstra que 290 homens que fizeram petições para habilitação no Santo Ofício, declaravam ser “homem de negócio”. Estes, segundo Rodrigues, dedicavam-se em sua maioria ao pequeno comércio e ao tráfico interno de escravos em pequena escala⁴⁴³. De onde surgiram estes “homens de negócio”?

Os estudos sobre as práticas mercantis na passagem entre o século XVII e XVIII são ainda bastante escassos. Ainda mais escassos são aqueles dispostos a discutirem as implicações das evidências documentais para um quadro mais geral das relações políticas e econômicas. Escolhemos destacar três autores cujos trabalhos permitem que percebamos a emergência de práticas mercantis no período.

Ainda em 1978, Rae Flory estudou as relações entre a elite senhorial e os grupos mercantis da Bahia a partir da segunda metade do século XVII⁴⁴⁴. Segundo a autora, a partir do período se forma um segmento mercantil que controla a exportação de produtos coloniais, a redistribuição de produtos do comércio atlântico e o tráfico de escravos com a Costa da Mina. Investiam não apenas na exportação de açúcar, mas também de outros produtos, como o

⁴⁴² PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese de Doutorado. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 62-80.

RODRIGUES, Aldair Carlos. “Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas Setecentistas”. *História (São Paulo)*, n° 28, v. 1, 2009, pp. 191-214, p. 200.

⁴⁴³ RODRIGUES, Aldair Carlos. “Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas Setecentistas”. *História (São Paulo)*, n° 28, v. 1, 2009, pp. 191-214, p. 200, p. 201. Como nos lembra Rodrigues, caso utilizássemos o vocabulário legal de 1770 teríamos que afirmar que se tratavam 290 comerciantes de *grosso trato* em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII, o que é mais do que improvável,

⁴⁴⁴ FLORY, Rae Jean Dell, *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese de doutorado. Austin: University of Texas, 1978.

tabaco - que se expandiu rapidamente - tanto em suas exportações para Portugal quanto para África⁴⁴⁵.

A dinâmica das atividades mercantis emergentes subordinaria os senhores de escravos à dependência do crédito, o que tornava o segmento mercantil – o único com liquidez para oferecer crédito - o grupo social dominante. Este grupo era formado por imigrantes portugueses que não faziam parte de qualquer segmento da nobreza, e que, uma vez acumulando riquezas no comércio, tratavam de convertê-las em terras e escravos, tornando-se senhores e obtendo títulos e mercês que significassem *status* social⁴⁴⁶.

Na década de 1990, Ilana Blaj elaborou um denso estudo sobre a sedimentação – por meio da mercantilização da economia - de uma elite local na capitania de São Paulo. A autora identifica a “dinâmica de um processo de mercantilização crescente” no período entre as últimas duas décadas do século XVII e as duas primeiras do século XVIII⁴⁴⁷. Blaj analisa a documentação da câmara da Vila de São Paulo e identifica, nas tensões decorrentes das mudanças nas relações econômicas, evidências para demonstrar um processo de mercantilização da economia e a formação de grupos de interesses em torno do comércio de abastecimento interno. Para Blaj, as consequências dos vínculos de São Paulo com as regiões mineradoras no século XVIII irão sedimentar as “tendências já detectadas desde os últimos decênios do XVII”⁴⁴⁸.

Apesar de estudar a mercantilização, a autora não identifica um grupo mercantil, mas sim uma elite local com interesses mercantis, que eram expressos em diversas atividades econômicas, como o comércio, a arrematação de contratos, a expansão da pecuária, da agricultura. Atividades

⁴⁴⁵ FLORY, Rae Jean Dell e SMITH, David Grant. “Bahian merchants and the planters in the seventeenth and early eighteenth centuries”. *Hispanic American Historical Review*, nº 58, v. 4, 1978, pp. 571-594. Ver também SCHWARTZ, Stuart. B. “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e periferias”. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial. v. 2. Tradução Mary Amazonas Leite e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1997, p. 376.

⁴⁴⁶ FLORY, Rae Jean Dell e SMITH, David Grant. “Bahian merchants and the planters in the seventeenth and early eighteenth centuries”. *Hispanic American Historical Review*, nº 58, v. 4, 1978, pp. 571-594.

⁴⁴⁷ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2002, p. 30.

⁴⁴⁸ BLAJ, Ilana. “São Paulo em inícios: a sedimentação da riqueza e do poder”. In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996, p. 455. BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: (...)*. *Op. cit.*, p. 125.

estas possibilitadas pelas “potencialidades de um mercado regional, responsável, em última instância, pelo enriquecimento de uma elite paulistana”⁴⁴⁹.

A mercantilização serviu ainda para sedimentação de uma ordem social na qual elite local utilizava-se da câmara, e de outros órgãos administrativos, para engendrar uma “rede de articulações que continha em si tanto a hierarquia social quanto a própria dominação”, o que permitiu a “fixação do poder nos grandes clãs parentais, da elite paulista e a criação de mecanismos de acomodação das famílias e, ao mesmo tempo, a base da dominação da elite paulistana”⁴⁵⁰. Assim, “a diversificação da economia na sociedade colonial, a própria necessidade desta diversificação, acabou por reforçar uma estratificação estamental rígida, inclusive para não destruir os fundamentos da dominação e do Estado”⁴⁵¹.

Para Blaj, o interesse último do colono era o “enriquecimento e a qualificação” e, sendo assim, “o primeiro sinal de distinção, mas também de viabilidade econômica, seria a posse de terras e escravos”, portanto, “ser senhor de terras e de escravos desempenhava uma dupla função – mercantil e estamental”⁴⁵². A autora procura articular a “mercantilização crescente da área planaltina” com “os quadros do antigo sistema colonial”:

A vila seria, por um lado, agente da colonização, levando a conquista a núcleos mais distanciados, permitindo dessa forma a sua integração ao Império Português; por outro, mediante suas atividades produtivas e mercantis, garantiria o abastecimento das áreas exportadoras e interioranas, além de prover o sustento dos funcionários da Coroa, sempre presentes na região, tanto para normatizá-la, quanto para buscar indicativos da existência de metais, esperança eternamente presente na colonização⁴⁵³.

Para Blaj, portanto, sedimentação de uma elite local tornava-a “viabilizadora” da “construção do Império Português na colônia”, apesar de todo

⁴⁴⁹ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 168.

⁴⁵⁰ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 207.

⁴⁵¹ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 327.

⁴⁵² BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 322.

⁴⁵³ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 202-203.

o conjunto de tensões, disputas e animosidades criadas no contexto da mercantilização da economia⁴⁵⁴.

A pesquisa, contudo, que mais reúne elementos para podermos identificar a emergência de um setor mercantil no Brasil colonial entre os séculos XVII e XVIII foi desenvolvida por Antonio Carlos Jucá de Sampaio, que destacou a formação de uma elite mercantil no Rio de Janeiro. O autor sistematizou os dados de mais de três mil e quinhentas escrituras públicas do período entre 1650 e 1750, e os resultados de sua pesquisa são reveladores de mudanças profundas nas relações econômicas no período⁴⁵⁵.

Vejamos alguns dados apresentados pelo autor. Entre 1650 e 1670, o que Sampaio classificou como “negócios rurais” (vendas de imóveis rurais) representavam 72,77% no valor total das transações. Já entre 1741 e 1750, representavam 32,47%. No mesmo intervalo de tempo (1650-1670 e 1741-1750), contudo, o total do valor dos “negócios rurais” subiu de 85:533\$642 para 121:702\$985, enquanto os “negócios urbanos” (imóveis urbanos e transações mercantis) passaram de 23:811\$950 para 129:483\$185, e se somarmos aos “negócios urbanos” o que o autor denominou de “outras vendas”, temos uma evolução de 24:832\$350 para 197:755\$066.

De todas as transações sejam elas “rurais” ou “urbanas” feitas entre 1650 e 1670, 27,33% envolveram empréstimos. Já para o período entre 1691-1700 o percentual de empréstimos subiu para 48,27% e chegaria a 56,09% entre 1741-1750⁴⁵⁶. O que é relevante não é apenas a quantidade dos empréstimos, mas também sua origem.

⁴⁵⁴ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 204.

⁴⁵⁵ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750).” *Estudos Históricos*. n° 29, 2002, pp. 29-49. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O agro fluminense na curva do tempo: 1650-1750”. *Estudos de História*, Franca, v. 08, n.2, 2001, pp. 99-130. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão da riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro 1650-1750)”. *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez, 2003, pp. 276-312. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio cariocas da primeira metade do setecentos: origem, alianças e acumulação na construção do espaço atlântico”. *Actas do Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Camões, 2005, pp. 1-17. Estes trabalhos foram produzidos no contexto do desenvolvimento da tese de doutorado do autor, desenvolvida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação de João L. Fragoso.

⁴⁵⁶ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: (...) *Op. cit.*, p. 68.

Para o período entre 1671-1680, um órgão eclesiástico, o Juízo de Órfãos, era credor de 69,3% do valor total do crédito, valor que nos próximos decênios diminuiria gradativamente para 16%, 20%, 0,8% e 1,3%⁴⁵⁷. Como nos esclarece João Fragoso, a “elite senhorial seiscentista” controlava o Juízo de Órfãos e instrumentalizava-o em favor de seus interesses⁴⁵⁸. Os “homens de negócio”, que não tinham qualquer participação até a década de 1680, já no período entre 1731-1740 eram credores 58,1% do valor total de empréstimos. Nas primeiras décadas do século XVIII a participação da elite senhorial, portanto praticamente desaparece, nos empréstimos⁴⁵⁹ (entre 1731 e 1740, os senhores de engenho aparecem como credores de 6,6% das transações)⁴⁶⁰.

O que explica a ausência dos “homens de negócio” como credores até o fim do século XVII? Simples resposta: eles não existiam (enquanto um grupo social assim identificado). Segundo Sampaio, a primeira referência nos documentos pesquisados por ele a um “homem de negócio” é de 1692⁴⁶¹. Contudo, mesmo que a participação dos homens de negócio ainda fosse pequena no final do século XVII, Sampaio aponta, assim como Flory e Blaj, para uma mercantilização da economia no período anterior às explorações de ouro em maior escala.

Para Sampaio, quando se iniciou a exploração do ouro nas Gerais, os ambientes coloniais nas regiões mineiras emergiam “na órbita de duas capitanias, Bahia e Rio de Janeiro, que possuíam ligações antigas com grupos mercantis já consolidados (...) essa subordinação deu-se, desde o início, através do crédito” o que tornou as regiões mineiras áreas “economicamente dependentes”⁴⁶².

⁴⁵⁷ SAMPAIO, Antonio C. *Na encruzilhada do Império*: (...) Op. cit., p. 190.

⁴⁵⁸ FRAGOSO, João L. “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII”, *Tempo*, v. 8, n. 15, 2003, pp. 11-35, p. 28. Em um estudo sobre o crédito mercantil em Salta – no noroeste da Argentina – no século XVIII, Sara Mata de López, afirma que a passagem do crédito das instituições eclesiásticas para os particulares significou maior mobilidade das transações creditícias. MATA DE LÓPEZ, Sara. “El crédito mercantil. Salta a fines del siglo XVIII. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 53, n° 2, 1996, pp. 147-171, p. 148-149.

⁴⁵⁹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: (...) Op. cit., p. 190.

⁴⁶⁰ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: (...) Op. cit., p. 190.

⁴⁶¹ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: (...) Op. cit., p. 79.

⁴⁶² SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império*: (...) Op. cit., p. 249.

Os “homens de negócio” no Rio de Janeiro surgem no final do século XVII e tornam-se um grupo economicamente predominante já na quarta década do século XVIII. O predomínio econômico destes homens fazia deles, segundo Sampaio, a elite dominante da sociedade colonial. Na “curva do tempo”, entre 1650 e 1750, uma elite senhorial seria suplantada e tornar-se-ia dependente de uma elite mercantil.

Outro aspecto muito relevante das pesquisas de Sampaio é a percepção do autor a respeito da expansão da produção agrícola na primeira metade do século XVIII. De forma bastante convincente, Sampaio demonstra que a queda da produção açucareira, tão utilizada como índice que provaria uma profunda retração da agricultura – e seu posterior renascimento - foi “mais do que compensada pelo rápido aumento da agricultura alimentar”⁴⁶³. E é justamente para produção escravista voltada para o abastecimento que a “elite mercantil” redirecionaria os lucros obtidos em seus negócios⁴⁶⁴.

Para Sampaio, o significado da conversão de capitais da circulação para a agricultura escravista é encontrado no quadro delineado por João Fragoso, ou seja, os negociantes “se aproveitarem de seus recursos para se inserirem de forma vantajosa numa ordem social preexistente”, de modo que “o capital adquire um caráter essencialmente conservador e excludente”⁴⁶⁵.

Pelo que vimos até aqui, a especificidade do mercado interno colonial na primeira metade do século XVIII parece estar ancorada em alguns pontos que aproximam os três autores citados: a mercantilização da economia na

⁴⁶³ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O agro fluminense na curva do tempo: (...)”, *Op. cit.*, p. 127.

⁴⁶⁴ “O quadro resultante da análise dos investimentos dos homens de negócio no agro fluminense desse período é, à primeira vista, surpreendente. Não seria exagerado afirmar que eles desprezam a possibilidade de se transformarem em membros da elite agrária em favor do investimento em produções bem menos “nobres”, posto que voltadas para o abastecimento interno. De fato, ao investiram nessa produção, os negociantes cariocas tinham seus olhos voltados para a forte demanda então existente. Demanda essa que tinha origem em três mercados fundamentais: as áreas mineradoras, a urbe carioca e os navios que aí aportavam, e que se destinavam às diversas regiões do império lusitano. Abastece-os significava, para essa elite mercantil, o fortalecimento de suas ligações com essas mesmas áreas”. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O agro fluminense na curva do tempo: (...)” *Op. cit.*, p. 122-23.

⁴⁶⁵ Sampaio, contudo, parece ter certa ponderação em relação a um alinhamento com esta tese, quanto por exemplo chama atenção para o fato de todas as sociedades de Antigo Regime terem essa característica SAMPAIO, Antônio C. J. “A produção política da economia: *Op. cit.*, 304. E também quando questiona o porquê dos negociantes investirem na produção para o mercado interno e não no externo o que seria o mais “nobre”. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. “O agro fluminense na curva do tempo: (...)”, *Op. cit.*, p. 122-23.

passagem do século XVII para o XVIII; a diversificação da economia escravista de exportação e de alimentos; a conversão de capitais da circulação mercantil para atividades agropastoris. Em outros pontos há claras indefinições e divergências: a relação entre este capital mercantil que reitera uma produção escravista com o mercado atlântico; o caráter da conversão de capitais das atividades mercantis para as fundiárias; a relação entre os interesses da Coroa portuguesa e a expansão do mercado interno.

Em relação às minas de Cuiabá, havia um comércio movimentado tanto por mercadorias produzidas localmente, quanto pelas que vinham do mercado atlântico. A expansão do comércio ocorria em meio a descobertos auríferos e formação de uma estrutura agrária diversa e razoavelmente especializada. A demanda por mercadorias como armas e munições, ferramentas, sal, roupas e principalmente de escravos, fazia a expansão das atividades produtivas depender da regularidade do comércio.

Entre os homens dedicados ao comércio nas minas do Cuiabá⁴⁶⁶, destaca-se Luiz Rodrigues Villares, que – como vimos no capítulo quarto - havia se apropriado de uma enorme quantidade de terras tanto em Curitiba para criação de gado como na região do varadouro de Camapuã para a produção de mantimentos e também para pecuária. Fixou residência em Cuiabá, desde meados da década de 1720. Vimos no capítulo quarto que Villares fora tratado como “mercador”, na carta de sesmarias que recebeu em 1727. Em outros documentos ele apareceria em meio a “homens de negócio” e “comerciantes” das minas de Cuiabá⁴⁶⁷. Em 1728 recebeu de Rodrigo César a patente de capitão mor povoador⁴⁶⁸. Villares era casado com a filha de Manuel Veloso, o qual aparece no estudo de Maria A. M. Borrego, como “homem de negócio” de São Paulo, que também tinha uma filha casada com Gregório de Castro, sócio de Villares. Ao lado de Manoel Veloso outros dois comerciantes, Gaspar de Matos e Tomé Alvares de Castro, encabeçavam uma extensa rede

⁴⁶⁶ Não é o objetivo de nossa pesquisa desenvolver um estudo prosopográfico dos agentes mercantis de Cuiabá, apenas explorar alguns indícios reveladores de redes de interesses que espacializavam atividades econômicas em diversas regiões.

⁴⁶⁷ ROSA, Carlos Alberto. “O comércio da conquista”. *Revista Universidade*, ano II, n.º1, Cuiabá: UFMT, 1982.

⁴⁶⁸ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1718-1830*. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007, p. 60.

mercantil e de parentesco. Todos os “homens de negócio” citados eram nascidos em Portugal⁴⁶⁹.

Na década de 20 do século XVIII, os interesses de Villares e da rede mercantil residida em São Paulo, pareciam estar consonância aos interesses do governador Rodrigo César de Meneses. O único caminho regular que ligava as minas de Cuiabá com praças mercantis do litoral atlântico - no período entre consolidação das primeiras conquistas e 1737 - era a rota das monções. Nestes quase vinte anos entre as primeiras explorações e a abertura do caminho de terra entre Cuiabá e Goiás, os homens de negócio que controlavam – ou que participavam do controle – desta rota, tiveram o privilégio de abastecer um mercado que, embora pequeno, tinha um poder de compra que permitia elevadíssimos preços.

Rotas terrestres certamente barateariam os custos, e como aponta Nauk M. de Jesus, existiram propostas de abertura de caminhos de terra. A insistência de Rodrigo César de Meneses em não permitir que se abrissem novos caminhos para as minas de Cuiabá encontrava justificativa não apenas na defesa dos interesses do rei, mas em interesses do próprio Rodrigo César e de sua “sociedade mercantil que conectava o Brasil a Angola, por meio do tráfico de escravos e extravio de metais preciosos”. O governador, impedindo “a utilização de novas rotas, procurava resguardar os interesses econômicos que possuía nas Minas do Cuiabá”⁴⁷⁰.

E os interesses de Rodrigo César não estavam circunscritos apenas na manutenção da rota entre São Paulo - mas precisamente Araritaguaba, na vila de Itu - e Cuiabá, mas também a rota de São Paulo ao litoral do Rio de Janeiro. Caminho que não apenas abastecia a rota das monções, mas também os caminhos que levavam às minas de Goiás e às Minas Gerais.

Poderíamos citar vários outros exemplos, mas os elementos que temos, relacionados às pesquisas tanto de Maria A. M. Borrego quanto às de Nauk Maria de Jesus, já são suficientes para percebermos que os agentes mercantis

⁴⁶⁹ 85% dos agentes mercantis pesquisados por Borrego eram portugueses. BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006, p. 116; 36.

⁴⁷⁰ JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006 p. 161-162.

que atuavam no comércio de Cuiabá compunham redes de comércio coloniais e articulavam-se a redes que envolviam interesses das elites da nobreza reinol. O que nos interessa aqui é perceber como estes “interesses” articulam-se à espacialização da economia colonial, construindo outro tipo de “rede”, costurada pela relação que as múltiplas espacializações tinham entre si.

Ao longo da rota das monções vimos que espacializavam-se ambientes rurais para abastecer os “viandantes”⁴⁷¹. No extremo leste da rota das monções, em Araritaguaba – no termo da vila de Itu – várias sesmarias eram concedidas “para a facilidade e conveniência de acharem mantimentos (...) os que vem das Minas do Cuiabá”⁴⁷². Silvana Godoy aponta que em 1728, mesmo ano em que houve várias concessões de sesmarias nas minas do Cuiabá, foram concedidas sesmarias em Araritaguaba “com o objetivo de atender as rotas que iam para as minas”⁴⁷³. A produção de mantimentos envolvia também os pequenos produtores livres pobres⁴⁷⁴.

O percurso de Cuiabá a Araritaguaba era só uma parte do caminho feito pelas mercadorias. Os membros das redes mercantis paulistas iam regularmente ao Rio de Janeiro, ou faziam encomendas ao mercado fluminense⁴⁷⁵. Era uma elite, portanto, que ocupava um lugar intermediário nas relações de comércio no âmbito do império português. Acima estavam os homens de negócio do Rio de Janeiro e de Lisboa. Abaixo um universo de “vendeiros”, varejistas de diversos segmentos sociais⁴⁷⁶.

A abertura de um caminho que pudesse ligar por terra São Paulo ao Rio de Janeiro parecia urgente aos olhos de Rodrigo César de Meneses, e por ele deveria passar o ouro de Cuiabá. Em documento de 1725, o governador escreve a D. João V,

⁴⁷¹ Ver o quarto capítulo desta tese.

⁴⁷² Requerimento de Sesmarias de Bernardo de Quadros e Sebastião (...), 18-10-1724. *Requerimentos de sesmarias*. APESP, doc 80-01-47.

⁴⁷³ GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Araritaguaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2002, p. 134.

⁴⁷⁴ GODOY, Silvana Alves de. Op. cit., p. 144.

⁴⁷⁵ BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil*: (...). p. 77.

⁴⁷⁶ Sobre a hierarquia do comércio, ver os trabalhos de Júnia Furtado e de Cláudia M. das G. Chaves. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006. CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Gerais Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

Por entender ser conveniente a segurança da Real Fazenda de vossa majestade, principalmente para a remessa dos quintos, que vão para o Rio de Janeiro e por evitar o risco que se lhe pode seguir no transporte por mar do porto de Santos àquela cidade, ajustei com alguns homens principais e poderosos desta capitania a que fossem fazer a abertura do dito caminho ao qual já deram princípio para ver se podiam vencer as muitas dificuldades que tem por respeito de matos grossos, e algumas serras, e porque desse serviço se segue utilidade a Real Fazenda sem ela entrar com despesa alguma convindo também muito a todos os povos desta capitania, me parece aprovará vossa majestade, a seu serviço que tomei sobre este particular (...).⁴⁷⁷ (grifos nossos)

Sabemos dos interesses particulares que moviam o governador a se empenhar na abertura do caminho. Ele tinha, inclusive, ligações bastante suspeitas com o provedor do registro de Parati⁴⁷⁸. Mas as intenções de Rodrigo César são apenas uma pequena parte que emerge de um conteúdo submerso ao documento. Em um requerimento de sesmarias de 1725, podemos nos aproximar das práticas dos “homens principais e poderosos” citados pelo governador.

Dizem o capitão mor Domingos Antunes Fialho, o sargento mor Domingos Rodrigues de Carvalho, Antônio da Silva, Antônio Ribeiro do (...) e os mais assinados ao pé desta, moradores que são na vila de Santo Antônio de Guaratinguetá desta capitania da cidade de São Paulo que eles suplicantes os foram por mandado e ordem de v. excelência, como leais verdadeiros vassalos de sua majestade que Deus guarde, a custa de suas vidas e fazendas e risco de suas vidas e escravos, a abrir o caminho que vai da dita vila até Santa Cruz (...) a picada (...) se acha aberta (...) para o ano vindouro de mil setecentos de vinte e seis fazerem o caminho e por mesmo capaz de por ele se caminhar gente de pé e cavalo, serviço este muito útil e necessário para a segurança dos reais quintos das minas do Cuiabá, na condução deles por terra, e também pelo dito caminho entrar todo o comércio, tanto da Capitania do Rio de Janeiro como desta de São Paulo e por prêmio de tão grande serviço que os suplicantes (...) sem remuneração dele, só rogam a V. Excelência (...) as terras que se acham na Serra do Mar para nelas fazerem suas roças, plantando

⁴⁷⁷ CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, ao rei D. João V. 23-04-1725. AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, doc. 51.

⁴⁷⁸ JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos*: (...). *Op. cit.*, p. 110. JESUS, Nauk Maria. “As versões de ouro em chumbo: a elite imperial e o descaminho de ouro na fronteira oeste da América Portuguesa (1722-1728)”. In FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 536-537; 543.

(...) o mantimento necessário para os viandantes e (...) pagar os dízimos⁴⁷⁹. (grifos nossos)

O caminho de fato foi aberto, consolidando a rota São Paulo – Mogi – Jacareí - Taubaté – Pindamonhangaba - Guaratinguetá – Parati - Rio de Janeiro.

FIGURA XXII

Detalhe: *Territórios entre as capitanias de S. Paulo e Mato Grosso, 1754*, apud GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Insua*. Portugal, 2000, p. 294. (destacamos o caminho de São Paulo ao Rio de Janeiro inserimos a vila de Jundiaí, em localização aproximada)⁴⁸⁰.

⁴⁷⁹ Requerimento de Sesmarias de Domingos Antunes Fialho Domingos, Rodrigues de Carvalho, Antônio da Silva, Antônio Ribeiro e outros. 02-08-1725. *Requerimentos de sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-02-19.

⁴⁸⁰ A cópia digital do mapa, foi retirada do trabalho de João Antonio Botelho Lucídio. LUCÍDIO, João Antonio. B. *A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII*. Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT. Relatório final. Fase 2, Cuiabá: Governo de Mato Grosso/Secretaria de Estado de Cultura/Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Arqueológico Odorico Burity, 2004, p. 43.

Observando o mapa, notamos que na cidade de São Paulo bifurcam-se dois caminhos que levam às regiões mineiras da capitania. Um, rumo a oeste, levava até o povoado de Ararituaba e partir daí às minas de Cuiabá, e outro, ao norte, passando por Jundiá e pelo povoado de Mogi (no topo esquerdo do recorte), levava às minas de Goiás. Para o litoral, temos dois caminhos, um que leva ao litoral paulista e outro para o Rio de Janeiro. Destacamos em vermelho uma parte da rota que iremos nos ocupar de forma mais detida.

Houve, entre 1720 e 1740, uma quantidade considerável de requerimentos de sesmarias para terras localizadas nos *termos* das vilas que ficavam no caminho entre Taubaté e Rio de Janeiro. Entre eles, claro, vários requerimentos dos “homens principais” citados por Rodrigo César, todos moradores da vila de Guaratinguetá.

Segundo John Manoel Monteiro, o início do século XVIII, marcou uma reversão na agricultura paulista e “a abertura das minas repercutiu na organização agrária do planalto em pelo menos dois sentidos importantes”:

Primeiro, devido ao custo proibitivo do transporte e a crescente escassez de mão-de-obra indígena, os principais produtores que permaneceram no planalto reorientaram sua produção comercial, transformando searas em pastos e montando alambiques. Segundo, a migração intensa de boa parte da mão-de-obra indígena para as zonas auríferas e a concentração do restante nas unidades maiores confinaram a vasta maioria dos colonos rurais a uma existência marginal e pauperizada. Muitos homens abandonaram seus modestos sítios em prol da fortuna, alguns poucos tornando-se ricos nas distantes minas das Gerais, Mato Grosso e Goiás. Mas, para os que ficaram, a idade do ouro significou o aprofundamento da pobreza rural, processo já em marcha desde a segunda metade do século XVII com o vertiginoso declínio da escravidão indígena⁴⁸¹.

Analisando os requerimentos de sesmarias, parece que a circulação de ouro das minas e a abertura de rotas de abastecimento, teriam efeito diverso na agricultura paulista do que o exposto por Monteiro. Vejamos com mais

⁴⁸¹ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 225-226.

detalhe as características dos requerimentos de sesmarias para a região entre Taubaté e Parati⁴⁸².

Para o período entre 1721 e 1740 localizamos 46 requerimentos⁴⁸³. Destes, 50% declaram que as terras estão localizadas ao longo do caminho entre Taubaté e Rio de Janeiro. Todos os requerentes informam o local de moradia; apenas dois não são moradores da região entre Taubaté e Parati, e 82% são residentes no *termo* da vila onde as terras estão localizadas; 32% não informam claramente qual a atividade produtiva desenvolvem ou irão desenvolver. Entre os que informam, a agricultura está presente em todos os requerimentos, e, apenas em 10% deles, associado à pecuária. Sobre a extensão das terras, 78,2% estão acima da medida de 1,0 léguas em quadra, sendo que 10,8% têm as extensões maiores, todas de 1,0 por 3,0 léguas. 66,6% ainda não exploravam as terras que requeriam enquanto 34,4% já desenvolviam atividades produtivas nas terras; quanto ao que podemos chamar de “forma de legitimação da posse”, 6,5% afirmam ter adquirido as terras por compra, 10,8% alegam estar pedindo terras devolutas contíguas às que já possuem, 13% pedem terras ainda não exploradas alegando serviços prestados⁴⁸⁴, e 67,3% alegam apenas tratarem-se de terras devolutas nunca antes possuídas⁴⁸⁵.

Temos no período em questão um grupo de pessoas em condições de explorar terras em extensões que só podem ser justificadas pela utilização do trabalho escravo. Os requerentes eram, portanto, em sua grande maioria senhores de escravos moradores das vilas próximas às terras. Como vimos no capítulo anterior não era praxe nas cartas de sesmarias do período discriminar

⁴⁸² Antes de tudo é preciso que tenhamos certo cuidado com a utilização dos requerimentos – ou mesmo as cartas de sesmarias – como uma forma de caracterização das atividades rurais. Como vimos no capítulo anterior, estes documentos constroem uma narrativa que se apropria de enunciados que legitimam a posse da terra. Para a primeira metade do século XVIII, não havia a exigência da enumeração de informações padronizadas, como se possui ou não escravos e em que quantidade, por exemplo. Por exemplo, quase a totalidade dos requerimentos referentes às terras que estão nos caminhos entre Guaratinguetá e Rio de Janeiro, informam que a atividade desenvolvida é/ou será, “plantar mantimentos” para abastecer os “viandantes”. Os requerentes sabiam que era este o interesse da Coroa e do governador da capitania. O que não quer dizer que não plantavam “mantimentos”, mas poderiam manter outras atividades, como os engenhos, que talvez não fosse conveniente mencionar nos requerimentos.

⁴⁸³ *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP.

⁴⁸⁴ Alegam terem aberto caminhos, lutado contra os índios a serviço do rei, entre outros.

⁴⁸⁵ Apenas um dos requerimentos, faz referência a uma terra “abandonada”.

informações sobre a posse de escravos. Mesmo assim 15,2% dos requerentes afirmam possuir escravos, e 11,6% dizem ter “muitos” ou “bastantes escravos”⁴⁸⁶.

Para as terras no *termo* da vila de Jundiáí, no caminho para as minas de Goiás o padrão não é diverso do que encontramos para os caminhos de Guaratinguetá para o Rio de Janeiro. Das 20 sesmarias requeridas em Jundiáí entre 1728 e 1740, 65% eram nos caminhos, 75% já ocupavam a terra. Dos 17 requerimentos que especificaram o local de moradia do requerente, 76,4% eram moradores do *termo* da vila de Jundiáí⁴⁸⁷.

Tendo em vista o contexto apresentado por John Manoel Monteiro, não nos parece absurdo propor que ao contrário de provocar a desestruturação da agricultura planaltina, o fluxo de pessoas e de mercadorias entre São Paulo e o Rio de Janeiro, ocorrido a partir da exploração aurífera, foi responsável pela dinamização da exploração de atividades rurais, até então em crise devido a falta de mão-de-obra escrava indígena. Mas, se a situação anterior era de crise, como estes homens reuniram condições para comprar escravos e abrir caminhos às próprias custas?

A pesquisa de Maurício Martins Alves, sobre a economia de Taubaté entre 1680 e 1729, revela aspectos importantes de uma significativa mudança em curso nas características das práticas econômicas e da estrutura fundiária. Em uma tabela, autor discrimina a “composição da riqueza por setor econômico” a partir dos inventários. Comparando os dados de 1680 com os de 1720, temos variáveis que se destacam. Os escravos correspondiam a 74,34% da renda total inventariada em 1680, já em 1720 correspondiam a 48,78%. As

⁴⁸⁶ É o caso de um morador de Pindamonhangaba que ainda em 1723 diz ser “possuidor de escravos do gentio da guiné e da terra, com toda a fábrica necessária”. Requerimento de sesmarias de Antonio Cabral da Silva, 31-03-1723. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-01-15. E também de Manoel de Siqueira Cardozo morador de Guaratinguetá que em 1739 pede uma extensão de terras “de uma légua por duas léguas” e diz possuir escravos “bastantes para levantar engenho”. Requerimento de sesmarias de Antonio Cabral da Silva, 29-07-1739. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-04-01. Um morador do “distrito de Minas Gerais”, requer terras em 1735 declara que “se acha com bastantes família e escravos em que possa plantar seus mantimentos e que tem notícia que no distrito de Guaratinguetá entre a serra de Mantiqueira e o caminho velho estão muitas terras devolutas”. Requerimento de sesmarias de Domingos Rodrigues Correa, 30-10-1735. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-02-48.

⁴⁸⁷ *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP.

dívidas ativas e passivas somadas passaram no mesmo período de 17,73% para 35,49%.

O autor expõe dados sobre a “participação dos gentios da guiné, carijós e mestiços” no número total de escravos inventariados. Em 1680 o número de escravos africanos passa de 0,92% para 45,85% do total do plantel, e o de escravos índios de 97,91% para 41,53% e o de mestiços de 1,17% para 12,62%.

Outro aspecto relevante é a questão da relação entre a dívida passiva e ativa e as formas de uso da liquidez e do crédito. Entre 1680 e 1720, em relação à renda total dos inventários, as dívidas ativas passam de 6,76% para 19,51% e as passivas de 10,97% para 15,98%⁴⁸⁸. A superação das dívidas ativas em relação às passivas ocorre na década de 1700⁴⁸⁹.

Alves explora as transações de bens rurais, que envolvem aqueles que detêm a maior parte da dívida ativa. Segundo o autor, entre “1690 e 1700 estes grandes prestamistas mais vendem do que compram bens rurais. Nas décadas de 1710 e 1720, porém essa situação se inverte”. Segundo Alves “essa maior procura por bens rurais ocorre justamente nas décadas de consolidação da produção de açúcar”⁴⁹⁰.

O autor inclui o investimento em escravos africanos como a principal marca da conversão de capitais da atividade mercantil para a produção rural. Para explicá-la, o autor segue a percepção de Fragoso e Florentino, a justificando por fatores “extra-econômicos”. Para Alves, “a elite permite-se até perder dinheiro, nunca o poder sobre as pessoas”⁴⁹¹.

Havia na década de 1720, na região de Taubaté, uma elite “mercantilizada”, impulsionada pela recuperação dos preços do açúcar, pelas explorações auríferas, e articulada ao mercado transatlântico de escravos. “Homens poderosos e principais” com condições de converter e de conceder

⁴⁸⁸ ALVES, Maurício M. *Caminhos da pobreza: a manutenção da diferença em Taubaté (1680-1729)*. Taubaté/SP: Prefeitura Municipal de Taubaté, 1998, p. 39.

⁴⁸⁹ ALVES, Maurício M. *Op. cit.*, p. 83.

⁴⁹⁰ ALVES, Maurício M. *Op. cit.*, p. 87.

⁴⁹¹ ALVES, Maurício M. *Op. cit.*, p. 93. O livro de Alves é o resultado de uma dissertação orientada por Manolo Florentino.

empréstimos, e com “cabedais” para abrir caminhos e investir em terras e escravos negros e índios.

A exploração do ouro das minas do Cuiabá e do Mato Grosso (e também o de Goiás e Minas Gerais) e seus efeitos sobre a abertura de novas áreas de exploração de atividades rurais, não pode ser pensada sem a articular ao movimento precedente e em curso de acumulação mercantil e transformações na estrutura fundiária, tanto nas formas de exploração quanto em sua base social.

Os grupos mercantis da cidade de São Paulo também pareciam dispostos em investir na expansão das atividades rurais. Mas, como vimos, a presença de moradores da cidade de São Paulo era praticamente inexistente nos requerimentos, para as terras que ficavam no mais importante caminho do comércio entre Rio de Janeiro e São Paulo e também nos caminhos para as minas de Goiás. Mas outra amostra de requerimentos, agora para a região de Curitiba – e nos caminhos que levavam a ela - denota características bem diversas.

De um total de 60 requerimentos de sesmarias para os “campos gerais de Curitiba” e em seus caminhos, entre 1720 e 1740, apenas 21,6% eram de requerentes que informavam viver em regiões próximas das terras requeridas, 41,6% não informaram o local de moradia. Entre os que informaram 62,8% diziam ser moradores principalmente de São Paulo (20%), Santos (14,2%) e Paranaguá (14,2%). Quanto à atividade produtiva, apenas 1,6% (um único requerimento) requeria terras para agricultura, 8,3% não informaram, 15% requeriam terras tanto para a agricultura quanto para a pecuária e 75% requeriam as terras apenas para a pecuária. Quanto à extensão, 16,6% tinham entre 0,5 léguas em quadra e 1,0 léguas em quadra, 71,6% tinham entre 1,0 léguas em quadra e 1,0 por 3,0 léguas e 8,3% tinham terras em extensões maiores que 1,0 por 3,0 léguas. Em relação à forma de obtenção, 3,3% por compra, 11,6% pediam terras contíguas às que já possuíam, 5% requeriam heranças, 8,3% alegavam pedir “terras devolutas” em função de serviços prestados e 73,3% afirmavam apenas tratarem-se de terras nunca antes

exploradas por outrem. 73,3% também são o percentual de requerentes que pediam terras onde já desenvolviam atividades agropastoris⁴⁹².

Pelo perfil das terras, podemos afirmar que havia um significativo investimento na criação de gado nos campos de Curitiba na primeira metade do século XVIII. Ao contrário da região de Taubaté ao Rio de Janeiro, a grande maioria dos requerentes já haviam conquistado as terras que pediam por sesmarias e iniciado a criação de extensos plantéis de “gado vacuum” e também, embora em menor medida, a criação “gado cavalari”⁴⁹³.

Não há dúvida que parte dos lucros oriundos de atividades mercantis desenvolvidas em localidades como a cidade de São Paulo e vila Santos foi investida na criação e no comércio de gado. Gado que percorria muitos caminhos, entre eles os caminhos para Minas Gerais e Rio de Janeiro, passando por importantes entrepostos, como por exemplo, Guaratinguetá⁴⁹⁴.

A imbricação entre comércio e atividades rurais na primeira metade do século XVIII, parece ser fundamental tanto para compreender as práticas mercantis quanto para explorarmos as características da espacialização de ambientes rurais diversos e interligados por este mesmo comércio. A questão do investimento de lucros das atividades mercantis em atividades agrícolas e pastoris deve ser, contudo, analisada com mais cuidado.

Voltando ao estudo de Alves sobre Taubaté, percebemos as mudanças na estrutura fundiária da região ocorreram em um período de decréscimo da população. Entre 1680 e 1710, a população livre passa de 208 para 173. Em

⁴⁹² *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP.

⁴⁹³ Como o próprio Luiz Rodrigues Villares, que, então morador de São Paulo, afirmava ter, desde 1720, ocupado terras nos campos de Curitiba e “povoado de escravos com princípio de 500 cabeças de gado vacuns e 50 de cavalari”. Requerimento de sesmarias de Luiz Rodrigues Villares e Antonio Lopes Thomar, 12-02-1725. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-01-70. Outro morador de São Paulo afirma que no caminho que vai para Curitiba ocupava terras, desde 1721, com “currais de gado vacuum e cavalgaduras”. Requerimento de sesmarias de Francisco Xavier de Sales,). (..)-10-1732. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-06-01. Da vila de Jundiá, um requerente havia comprado terras em Curitiba onde criava “mil e quatrocentas cabeças de vacuum e cento e sessenta de cavalari”. Requerimento de sesmarias de Manoel Gonçalves da Costa, 21-05-1735. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc 80-03-46. Um morador da vila de Curitiba, em 1735, declarava possuir uma “fazenda de gado vacuum e cavalari”, com trezentas cabeças de gado e oitenta éguas. Requerimento de sesmarias de Manoel Rodrigues da Mota (tenente coronel), 01-12-1735. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-02-50.

⁴⁹⁴ BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil: (...)*. p. 89.

1720 a população livre voltaria ser a mesma que em 1680, mas o número de escravos inventariados – entre negros e índios - passa de 1.196 em 1680 para 602 em 1710. Com um decréscimo profundo da presença indígena tanto em termos relativos quanto absolutos. No entanto, no mesmo período, o monte bruto dos inventários passou de 35:552\$347 para 142:742\$904⁴⁹⁵. O valor das riquezas, portanto, mais do que triplicou. No período entre 1700 e 1720 - no qual ocorreria essa mudança de um setor rentável para outro menos rentável - as dívidas ativas subiram de 8:905\$148 para 21:940\$415⁴⁹⁶. Se as dívidas ativas são maiores, não pode existir abandono do setor mercantil, por mais que as evidências documentais mostrem a compra de terras e escravos por parte dos maiores prestamistas.

Em relação aos comerciantes de São Paulo, Borrego aponta que o grupo dos comerciantes – entre eles os mais abastados - não abandonou as atividades mercantis em favor de meios mais aristocráticos de obter rendas. Contudo pelo número de escravos que em posse da elite mercantil paulista, podemos inferir que estes também investiam em atividades rurais, 56,7% dos comerciantes estudados por Borrego, possuíam entre 10 a 29 escravos e 13,2% tinham entre 30 e 49 escravos⁴⁹⁷.

As relações entre atividades mercantis e ambientes rurais na primeira metade do século XVIII, estão longe de encerrar-se na questão do investimento de lucros advindos de um na espacialização do outro. Afirmar que existe um mercado interno colonial em expansão na primeira metade do século XVIII, que articula a expansão da ruralidade com o comércio, tem muitas outras implicações. Uma delas é a dinâmica das trocas inter-regionais.

As trocas inter-regionais e a dinâmica do mercado interno colonial

O tema do mercado interno na primeira metade do século XVIII na historiografia sobre o período colonial brasileiro está quase sempre associado

⁴⁹⁵ Em uma amostra de 32 inventários em 1680 e de 38 em 1720. ALVES, Maurício M. *Op. cit.*, p. 39.

⁴⁹⁶ ALVES, Maurício M. *Op. cit.*, p. 83.

⁴⁹⁷ BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil: (...) p. 229.*

às descobertas de ouro nas Minas Gerais. E não é difícil compreender o porquê, pois o fluxo populacional para a região gerou um mercado consumidor em proporções inimagináveis em períodos anteriores, o que sem dúvida alguma exigia arranjos produtivos que se articulavam em diversas escalas. Existe um considerável acúmulo de pesquisas sobre o “abastecimento” do mercado interno das Gerais, tanto em relação às atividades produtivas quanto sobre o comércio⁴⁹⁸.

O problema do abastecimento também é discutido por autores que investigam a oferta de alimentos em regiões onde a plantação exportadora de cana-de-açúcar é hegemônica⁴⁹⁹. De uma forma geral as pesquisas têm mostrado que um amplo e socialmente diversificado setor produtivo foi estruturado visando o mercado interno. Abastecimento que por sua vez não era percebido pelas autoridades portuguesas como um “problema interno”. Muitas era as ordens, pareceres, cartas que procuraram regular e ordenar uma política para o abastecimento⁵⁰⁰.

A integração de regiões, em uma dinâmica de trocas regionais no Brasil colonial, não é, contudo, uma invenção do século XVIII. Desde o século XVI ao

⁴⁹⁸ Entre as inúmeras pesquisas: ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec-Edusp, 1990 (tese defendida em 1951). GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana M. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”. *Revista do Departamento de História da UFMG*, 1986. CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Gerais Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006. MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

⁴⁹⁹ São basilares os trabalhos de Maria Yedda Linhares e de Francisco Carlos Teixeira da Silva. LINHARES, Maria Y. “Subsistência e sistemas agrários na Colônia, uma discussão”. *Estudos Econômicos*, USP, vol. 13. Número Especial, 1983, p. 745 -762; LINHARES, Maria Yedda SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira, combates e controvérsias*. Brasiliense, São Paulo, 1981. A autora sintetiza a trajetória das pesquisas desenvolvidas, entre 1977 e 1995, no âmbito Programa de História da Agricultura Brasileira: “com mais de trinta pesquisas concluídas e a publicação de numerosos artigos e livros, além de teses extremamente substanciais, construímos uma hipótese central segundo a qual a economia aqui engendrada nos primeiros séculos, baseada na agricultura extensiva, tinha sua reprodução dependente da presença de três elementos cuja oferta deveria ser elástica, isto é, terras, homens e alimentos. À existência em algumas regiões da fronteira agrícola aberta, apesar da persistente resistência das populações indígenas, combinavam-se o tráfico atlântico, inesgotável supridor de escravos africanos, e a produção de alimentos em escala crescente”. LINHARES, Maria Yeda. *Pecuária, Alimentos e sistemas agrários nenhum Brasil séculos XVII e XVIII*. *Tempo*, Niterói, v 1, n. 2, p. 132-150, 1996.

⁵⁰⁰ LINHARES, Maria Yeda. *Pecuária, Alimentos e sistemas agrários nenhum Brasil séculos XVII e XVIII*. Op. cit., p. 136.

final do XVII, o abastecimento de alimentos especializou uma regionalização da produção, inclusive para além das regiões das grandes lavouras de cana-de-açúcar⁵⁰¹, integrando regiões, a partir da produção especializada de alimentos, como a produção de farinha na capitania de São Paulo que abastecia, entre outros mercados, a capitania de Pernambuco⁵⁰². A produção de alimentos, portanto, mesmo antes dos descobrimentos auríferos, era feita não apenas pela produção local, mas pela interação interna de diversas regiões, o que tinha implicações, em relação à oferta e procura, aos preços, aos interesses das elites locais e às políticas metropolitanas para o abastecimento, gerando uma série de conflitos manifestos na documentação⁵⁰³.

Em um trabalho anterior tratamos da questão da edificação de engenhos nas minas de Mato Grosso e de Cuiabá relacionando-a com contextos mais amplos no interior do Brasil colonial. Achamos pertinente retomar a discussão⁵⁰⁴.

Para entendermos os interesses que envolviam a construção de engenhos nas “minas do Cuiabá”, precisamos “jogar com as escalas” e percebermos o problema em uma perspectiva que rompa com o suposto isolamento dos mercados locais para reconstruirmos as articulações entre as diferentes praças comerciais.

A coroa portuguesa proibia a construção de engenhos em áreas de mineração. A proibição ocorreu ainda em 1715, portanto antes das descobertas de ouro nas “minas do Cuiabá”. A proibição ocorreu no contexto da formação de engenhos na região das “minas Gerais”. Segundo Zemella,

⁵⁰¹ SCHWARTZ, Stuart. B. “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e periferias”. In BETHELL, Leslie (org.) *América Latina Colonial*. V. 2. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1997, pp. 339-421, p. 381.

⁵⁰² MARANHO, Milena Fernandes. Duas partes do Império – São Paulo e Pernambuco na dinâmica do abastecimento interno da América Portuguesa entre os anos de 1580 e 1720. *Revista Angelus Novus*, n°1, 2010, pp. 54-73, p. 65. MARANHO, Milena Fernandes. *O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial português, 1580-1720*. Tese de Doutorado: USP, 2010, p. 364.

⁵⁰³ BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. *Op. cit.*

⁵⁰⁴ A discussão sobre a questão dos engenhos dos parágrafos abaixo foi originalmente desenvolvida em nossa dissertação de mestrado. OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)*. Dissertação de Mestrado em História. Cuiabá: UFMT, 2008, pp. 129-136.

No começo do século XVIII, muitos engenhos foram erigidos na região aurífera empregados, sobretudo, na destilação de aguardente de cana. A Coroa, atendendo ao fato de que estas lavouras ocuparão grande número de braços que podiam empregar-se com maiores lucros para os quintos, na extração do ouro, e considerando também que tais fábricas concorriam para a perturbação do sossego público, pelas desordens provocadas pelos negros embriagados, proibiu, em 18 de novembro de 1715, a instalação de novos engenhos⁵⁰⁵.

A própria autora concluiu, citando documentos, que a despeito dessas leis proibitivas, “multiplicaram-se de tal modo os engenhos que (...) rara era a fazenda, ainda que pequena, onde não houvesse produção de aguardente”⁵⁰⁶. Ainda tratando-se de Minas Gerais, Guimarães e Reis, em um trabalho pioneiro sobre o desenvolvimento da agricultura em Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, afirmam

que não só a coroa sabia, como não impediu a implantação de engenhos, nas Minas, fossem de moer ou de pilões. Aqui uma observação de faz necessária. É inegável a existência de uma Ordem Régia de 1715 onde se proíbe o levantamento de novos engenhos, bem como o fato de que Assumar proibiu o plantio de cana em 1718. Mas, da existência da proibição à sua obediência, vai uma longa distância. A coroa sempre deixou brechas em sua legislação, permitindo que ela fosse desnecessária⁵⁰⁷.

Apesar de concordarem com Zemella em relação ao fato de que as proibições reais não foram cumpridas, os autores discordam da relação entre o poder real e os colonos. Enquanto para Zemella a construção de engenhos foi uma desobediência das ordens reais por parte dos colonos (o que revela um olhar dualista sobre as relações entre metrópole e Colônia) Guimarães e Reis, por outro lado procuram explicar a construção dos engenhos nas “brechas da legislação”, que se constituiria como uma desobediência consentida, revelando as contradições das relações entre metrópole e Colônia.

Apesar de concordarmos inicialmente com Guimarães e Reis, nos arriscamos a lançar uma terceira interpretação sobre o assunto. Se existiam brechas na legislação portuguesa, estas eram espaços de disputa entre os grupos que controlavam a produção e o comércio de derivados de aguardente.

⁵⁰⁵ ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec-Edusp, 1990 p. 212.

⁵⁰⁶ ZEMELLA, Mafalda P. *Op. cit.*, p. 213.

⁵⁰⁷ GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana M. *Op. cit.*

A relação de Minas Gerais com seu principal fornecedor de mercadorias, o Rio de Janeiro, coloca outros elementos sobre a questão. Segundo Florentino e Fragoso o governador do Rio de Janeiro queixava-se do movimento da saída de pessoas e riquezas para as Minas Gerais, “segundo ele, tais movimentos estariam desaparelhando os engenhos e fazendas, e levando à completa ruína da cidade”⁵⁰⁸. A concorrência dos engenhos das Gerais e a saída de produtores do Rio de Janeiro para estas minas geraram uma crise nos engenhos fluminenses⁵⁰⁹. Rocha Pita, comentando a situação do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVII, afirma

No seu recôncavo houve cento e vinte engenhos; os que permanecem de presente são cento e um, deixando de moer os outros, por lhe tirarem os escravos para as minas; e a mesma falta (pela própria causa) experimentaram as mais fazendas e lavouras⁵¹⁰.

Mais do que apenas verificar a diminuição do número de engenhos a afirmação de Rocha Pita compartilha de uma posição política assumida pelo governador da capitania, por parte da elite local e pela câmara.

Os engenhos fluminenses eram formalmente proibidos de produzirem aguardente. Porém com a crise da produção açucareira na América Portuguesa, a produção de aguardente tornou-se importante para os proprietários de engenho, pois era por meio dela que, com transações atlânticas, participavam do comércio transatlântico de escravos africanos e em transações internas abasteciam um mercado consumidor cada vez maior nas Minas Gerais. Não seria de admirar que, seja junto ao governador seja por meio da câmara, os produtores e comerciantes do Rio de Janeiro fizessem todos os esforços junto à coroa para impedir que os engenhos se alastrassem nas Gerais e ameaçassem os interesses da elite fluminense. A análise do caso de Minas Gerais e do Rio de Janeiro demonstra que a produção de aguardente e a “fabricação” de engenhos envolviam muito mais do que questões políticas da ordem do *bem comum*.

⁵⁰⁸ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 p. 73.

⁵⁰⁹ FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Op. cit.*, p. 74.

⁵¹⁰ PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1976, p. 64 apud FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *Op. cit.*, p. 73.

Assim como a construção de engenhos nas minas Gerais contrariava os interesses dos senhores de engenho fluminenses, a existência de engenhos nas minas do Cuiabá ocorria em detrimento dos interesses dos produtores e comerciantes paulistas que dominavam o comércio monçoeiro. Em 1723, Rodrigo César de Meneses proibiu a instalação de engenhos nas minas do Cuiabá⁵¹¹. Os argumentos eram idênticos àqueles utilizados para proibir a construção de engenhos em Minas Gerais,

Como a experiência tem mostrado o prejuízo que têm causado os engenhos de aguardentes, não só nas minas, mas em todas as partes do Brasil e serem a principal causa de muitas desordens, além de ser a perdição dos negros, (...) que pessoa nenhuma de qualquer estado e condição que seja, faça os ditos engenhos, por evitar as prejudiciais conseqüências que os haver se podem seguir⁵¹².

Vinte anos depois, a câmara de São Paulo queixava-se ao rei “sobre o prejuízo que se faz a estes povos a fábrica de fumos e tabacos e aguardentes em Minas (Cuiabá e Goiás) e que era conveniente vedar a dita fábrica delas”⁵¹³. Os argumentos são sempre os mesmos da proibição de 1715, qual sejam: o prejuízo à mineração pela utilização de escravos africanos e os danos ao “bem comum” causados pela embriaguez.

A descoberta das minas do Mato Grosso e a constituição das minas do Cuiabá como produtor e entreposto comercial para o Mato Grosso, motivaram o grupo de senhores de engenho, através da câmara, a manifestarem-se ao rei sobre a necessidade de conservação dos engenhos. Em uma carta na qual o ouvidor informava ao rei os assuntos tratados nas “juntas” da câmara, este relatava que

⁵¹¹ Como mostra Nauk Maria de Jesus, Rodrigo César de Meneses e sua rede mercantil tinham interesse de que o caminho monçoeiro fosse a única ligação entre São Paulo e Cuiabá. JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese Doutorado em História. Niterói/RJ: UFF, 2006, p. 161.

⁵¹² REGISTRO do Regimento que levou para as novas minas do Cuiabá o Mestre de Campo Regente João Leme da Silva; São Paulo, 26-06-1723; *Documentos Interessantes (...)*, v. XII, pp. 98-108, apud ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação* de José Barbosa de Sá”. *Revista do IHGMT*, v.58, Cuiabá, 2000, p. 152.

⁵¹³ CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo 20-02-1743, Lisboa, 20-02-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT. É importante destacar que o documento também faz referência ao tabaco, que como vimos no primeiro capítulo, era plantado e manufaturado em Cuiabá desde o princípio da colonização.

A primeira junta foi sobre a conservação, ou demolição dos engenhos, em que se fabricam as águas-ardentes de cana; nela se assentou conservassem os que atualmente permanecem e que no novo descobrimento do Mato Grosso se não plantasse canas, nem fabricasse engenho algum de novo; sem embargo do que tenho notícia que já destas Minas foram alguns instrumentos para se fabricar um engenho no dito descobrimento; que se conservem os que estão nestas Minas parece justo, para não perder de todo os donos deles; de se fabricarem de novo, e principalmente em descobertos é divertir (...) de minerar vinte ou trinta escravos, que em cada um se ocupam, e buscar meio para se perderem muitos homens com bebidas, como aqui se experimenta e será justíssimo que Vossa Majestade proíba com penas graves que senão façam no futuro semelhantes engenhos; e assim o praticou o general desta capitania Antonio da Silva Caldeira na criação das minas dos Goyases, por a experiência ter mostrado o prejuízo que causam os ditos engenhos⁵¹⁴.

Os mesmos argumentos utilizados pela câmara de São Paulo e do Rio de Janeiro para que não se fabriquem engenhos em áreas de mineração foram utilizados pelos membros da câmara e pelos senhores de engenho da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá para tentar impedir que se construíssem engenhos nas minas do Mato Grosso. Outra semelhança importante com o documento de 1715, é que os senhores de engenho de Cuiabá pedem o mesmo benefício dos senhores das Minas Gerais, qual seja, não criar-se novos engenhos e não demolir os já existentes. Isto garante aos atuais donos de engenho uma reserva de mercado para seus produtos. Da “junta” ainda podemos perceber que os interesses dos senhores de engenho também se voltam para as minas goianas, principalmente com a proximidade da conclusão da abertura do caminho de terra que ligava Goiás a Cuiabá.

Apesar das tentativas dos senhores de engenho de Cuiabá, estes acabaram malogrando em seu objetivo. Os documentos apontam que tanto em Goiás quanto nas minas de Mato Grosso foram construídos engenhos, o que não nos autoriza afirmar que a aguardente produzida em Cuiabá não abastecia também estes mercados. A Coroa, contudo, relutava em tomar medidas definitivas a respeito da conservação ou demolição dos engenhos em áreas de mineração. O rei, em 1739, escreveu ao governador de São Paulo

⁵¹⁴ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Faço saber a vos governador e capitão general da capitania de São Paulo, que sendo-me presentes os danos que resultam dos engenhos e enghocas de fazer aguardente de cana, sou servido proibir a nova fundação de semelhantes fábricas, enquanto eu não tomo a última resolução sobre esta matéria que pende indecisa por algumas informações, de que vos aviso, para que não deis licença, nem consintas que se erijam de novo os ditos engenhos nos distritos do novo governo⁵¹⁵.

É interessante perceber que D. João V reitera sua resolução ordenando que “não concedas licenças, nem consintas”, ou seja, ele não só tinha conhecimento que era concedido o direito de construir engenhos sem a legalização do empreendimento, como também buscava controlar (o que não quer dizer que controlava) os instrumentos não legais de concessão deste direito.

Demoraria mais quatro anos para que o rei decidisse sobre a questão. Apesar dos empenhos das câmaras da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e também da Câmara da Vila Boa de Goiás⁵¹⁶ o rei em 1743 lançou ordem que parecia definitiva sobre os engenhos,

Faço saber a vos governador e capitão general da capitania de São Paulo, que sendo-me presente que sem embargo das minhas ordens se fabricam nas minas do Goiás e Cuiabá muitas enghocas de fazer aguardentes, de que resultam vários inconvenientes e detrimento grande aos moradores de serra acima dessa capitania sendo também nocivas à conservação destas minas (...) findos que sejam os atuais contratos dos dízimos às minas dos Goiás e Cuiabá, façais demolir todas as enghocas que nelas se acharem, proibindo a sua reedificação e nova construção com a pena de dois mil cruzados, a metade para a minha real fazenda e outra para o denunciante e de cinco anos de degredo para o Rio Grande de São Pedro, perder seus escravos e fábrica das ditas enghocas; o que vos ordeno façais assim executar, mandando para este efeito publicar esta minha real ordem e registrar na secretaria desse governo, ouvidorias dele e mais partes onde convier para que conste a todo tempo o que por ela ordeno e se não alegue ignorância⁵¹⁷.

⁵¹⁵ CARTA do rei do governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 12-10-1739. mss., livro C001 doc.113, APMT.

⁵¹⁶ JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁵¹⁷ CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo, Lisboa 12-06-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT.

Nesta ordem régia ficam mais evidentes os interesses que estavam envolvidos na discussão sobre a demolição dos engenhos em Cuiabá e em Goiás. O fato do rei não especificar os “inconvenientes” pode decorrer do largo conhecimento de todos da argumentação que está contida em toda a documentação sobre a questão da proibição da construção de engenhos desde a resolução de 1715. O ponto interessante neste documento é que o rei justifica sua resolução (além destes “inconvenientes”) pelo prejuízo causado aos moradores de São Paulo, ou seja, aos comerciantes, plantadores de cana e produtores de aguardente. A explicitação desta justificativa, não indica, a nosso ver, um novo motivo para a proibição da construção de engenhos, em relação ao conteúdo da proibição de 1715, mas sim a emergência de um conteúdo que está nas entrelinhas desta, que dizia respeito aos interesses dos comerciantes e proprietários de terras naquela ocasião fluminenses e agora, paulistas.

A ordem do rei para que se espere o findar dos contratos dos dízimos para demolir os engenhos é um indício da importância dos tributos pagos pelos engenhos para a arrecadação destes. Um olhar sobre os valores dos contratos dos dízimos revela que houve a queda do valor deste contrato, justamente após o término do contrato vigente, de 6.000.430 réis anuais para 2.000.500 mil réis⁵¹⁸, o que poderia reforçar uma hipótese de que os engenhos tivessem sido demolidos.

Percebemos, no entanto, que esta ordem não teve efeito, nem no terno da Vila do Cuiabá nem no termo da Vila Boa de Goiás. Em 1744 o governador de São Paulo escreve ao rei anexando documentação da câmara da Vila Boa de Goiás e uma carta do ouvidor da Vila do Cuiabá. O ouvidor insiste na importância da manutenção dos engenhos

É certo que os únicos bens de raiz que há nestas minas são as ditas engenhocas, pois as roças, chácaras e sítios, não duram e facilmente se largam e desamparam o que não sucede com os tais engenhos, pois que custam muito preço a sua construção inda que haja distantes descobertos, ou [...] falta de ouro sempre os donos dos ditos engenhos se conservam neles, como se viu quando houve o descoberto do Mato Grosso, que desertando destas minas a maior

⁵¹⁸ RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

parte dos moradores sempre se conservarão as relíquias desta tão distante Colônia nos ditos (...) engenhos. Se os ditos engenhos se destruíssem ficava muita gente perdida porque quase todos os donos deles os estavam devendo e uns aos juízos dos ausentes; outros a várias pessoas particulares, e neste caso [...] uns e outros perdidos [...] preciso desertar. Como estão fazendo outras muitas pessoas implicadas com muitas dívidas⁵¹⁹.

Outros documentos como a *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá* de José Gonçalves Fonseca confirmam a continuidade e a expansão dos engenhos produtores de aguardente. Em 1747, D. Luiz de Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo, defendia a manutenção dos engenhos nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso,

(...) e os mesmos fundamentos porque julguei se não deviam demolir os engenhos de Goiás militam com muito mais força a favor dos senhores de engenhos do Cuiabá e Mato Grosso, por ser conveniente ao serviço de V. Majestade o aumento dos seus reais domínios, como também a conservação deles, que por todos os modos se estabeleçam aquelas minas, cujos moradores se fazem dignos da real atenção de V. Majestade (...).⁵²⁰

No entanto, o ouvidor ressalta este aspecto com o objetivo bastante claro de construir a ideia de que para garantia da manutenção daquela colônia era imprescindível a manutenção também dos engenhos. O fato de o ouvidor argumentar que os senhores de engenho estavam endividados não pode levar a conclusões apressadas sobre a situação desta atividade econômica, mas pôde servir de justificativa para o ouvidor argumentar que sem os engenhos estes senhores não teriam como pagar tais dívidas.

Fica claro que parte da elite da Vila Real, que possuía engenhos, permaneceu na Vila. Os documentos não são construções neutras, envolvem interesses. Neste caso dos senhores de engenho, em construir uma “verdade” que legitime a manutenção desta atividade econômica. Nota-se com alguma clareza que, como afirma Carlos A. Rosa, a manutenção dos engenhos,

⁵¹⁹ CARTA (cópia) de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 03-10-1744; mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁵²⁰ CARTA de D. Luiz de Mascarenhas ao rei. Santos, 16-04-1747; mss, microficha 41, doc. 1691, (AHU) – NDIHR/UFMT apud ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroadores, alambiques, aguardentes (...)” *Op. cit.* p. 159.

particularmente em Mato Grosso, passaram “a ter um sentido ‘geopolítico’”⁵²¹. No ano da fundação da capitania de Mato Grosso e às vésperas da assinatura do Tratado de Madri, esse “sentido” pode ser identificado claramente no parecer do Conselho Ultramarino:

(...) não parecem as razões por que se proibiram estes engenhos [no Mato Grosso] tão atendíveis e fortes que não cedam às do bem do comércio, liberdade dele e utilidade particular e pública que se consideram nestas informações, principalmente quando hoje se tem assentado ser mais necessária e concernente a povoação de Mato Grosso que a do Cuiabá⁵²².

Em Cuiabá, por volta de 1750, havia dezesseis engenhos, que absorviam cerca de 30% da mão de obra escrava local⁵²³. Esses e outros engenhos produtores de aguardente, especializados em diversas partes do Brasil colonial, constituíam-se em um setor da economia colonial com significativo nível de integração, que disputavam mercados locais entre si, e participavam também do comércio atlântico. O que define se a produção de aguardente era voltada para o mercado interno ou externo, não era a mercadoria em si ou a forma de produzi-la, mas os circuitos comerciais - mutáveis - que ligavam sua produção às demandas.

A relação dos comerciantes e produtores rurais era mediada por interesses da Coroa portuguesa, tanto interesses geopolíticos quanto interesses econômicos. Vale para a questão dos engenhos o mesmo que apontamos no capítulo anterior sobre a formação de ambientes rurais, ou seja, não eram as leis de um lado e sua desobediência por outro, que marcavam as práticas econômicas, mas sim o jogo entre a desobediência e a obediência, do qual o próprio rei era partícipe. Mas do que um simples jogo de interesses, estas relações sociais, especializavam atividades econômicas. Em Cuiabá e em Mato Grosso, não bastava existir a oferta para construir um engenho e

⁵²¹ ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroçadores, alambiques, aguardentes (...)” *Op. cit.* p. 159.

⁵²² DESPACHO do Conselho Ultramarino. Lisboa, 31-08-1748; mss., microficha 41 [São Paulo], doc. 1691 apud ROSA, Carlos Alberto. “Canas, escaroçadores, alambiques, aguardentes (...)” *Op. cit.* p. 159.

⁵²³ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Decifrando hieróglifos: o capital mercantil no centro da América do Sul (1718-1750)”. *Economia e Sociedade*. v. 20, 2011, p. 661-690, p. 665.

mantê-lo, era necessário ocupar um lugar político relevante, fazer parte ou influenciar a câmara, ser digno de mercês que constrangessem o poder real a cumprir suas próprias leis, ou que demonstrassem que cumpri-las seria ir contra o próprio interesse da Coroa.

Apesar de termos explorado a questão da relação entre a Coroa portuguesa e a formação de redes urbanas que espacializam seus jogos de interesses na edificação de engenhos, existem questões que ainda estão obscuras sobre a relação entre comércio, administração e espacialização de atividades rurais em um território que tem a especificidade de ser ao mesmo tempo de exploração aurífera e de fronteira com os territórios espanhóis.

O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio

O caminho das monções deixou de ser a única rota regular de comércio entre o litoral atlântico e as minas do Cuiabá. Os *Anais do Senado da Câmara* da vila de Cuiabá apontam que em 1737, “chegaram os que tinham ido abrir caminho de Goiás” e trouxeram consigo “cavalarias e gado”⁵²⁴. Desde a abertura do caminho por terra entre Goiás e Cuiabá, a Vila Real passou a receber mercadorias – principalmente gado “vacum” e “cavalar”, mas também escravos, e uma diversidade de outras mercadorias – de comerciantes que estavam ligados a redes mercantis da Bahia e de Minas Gerais.

Em um mapa de 1754, podemos visualizar (em laranja) uma representação deste caminho. O mapa foi confeccionado tendo como referência - além do conhecimento cartográfico acumulado ao longo dos anos – a descrição da viagem que o governador da capitania de Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura, fez às minas do Cuiabá e Mato Grosso, para tomar posse do cargo.

No mapa, percebemos que o objetivo do autor era representar principalmente os territórios que estavam no caminho entre São Paulo e os territórios da recém-fundada capitania. Portanto, o mapa é apenas um recorte muito parcial sobre as ligações entre as minas do Cuiabá e Mato Grosso – e também de

⁵²⁴ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1718-1830*. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007, p. 70.

Goiás - com outras espacialidades. De Goiás, por exemplo, saiam caminhos que alcançavam a Bahia e Maranhão. As ligações entre os territórios das minas do Mato Grosso e das minas do Cuiabá com o Pará, via caminhos fluviais, e entre os territórios portugueses e espanhóis também não são representados no mapa.

capitaneados pelo (...) ouvidor João Gonçalves Pereira⁵²⁵.

A comparação dos preços registrados na Vila de Cuiabá, com os registrados nas minas do Mato Grosso, permite-nos vislumbramos a lucratividade deste comércio.

TABELA II

Preços de mercadorias nas minas do Mato Grosso e nas minas do Cuiabá c. 1738

Produto	Minas do Mato Grosso	Minas do Cuiabá
Milho (alqueire)	4	1
Farinha de milho	8	2
Feijão (alqueire)	20	2
Carne de vaca (libra)	1	$\frac{1}{4}$
Carne de porco (libra)	1	$\frac{1}{4}$
Marmelada branca (caixeta)	8	$\frac{1}{2}$ **
Açúcar (libra)	4	$\frac{3}{4}$
Galinha	4	1
Camisa de linho	6	2
Côvado de baeta	4	$\frac{1}{2}$

** Não especifica que se trata de marmelada branca. Fonte: BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001 p. 16. CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

O que justificaria o milho, a farinha, a carne, as galinhas, terem preços quatro vezes mais altos em Mato Grosso do que em Cuiabá? Poderíamos seguir as *imagens* que atribuem às minas de Cuiabá e Mato Grosso uma produção agrícola insuficiente e precária, e afirmar que simplesmente a produção local não abastecia as minas, pois a agricultura era deixada de lado pelos mineradores⁵²⁶. No entanto, no mesmo documento onde os preços são discriminados, João Gonçalves da Fonseca aponta que o milho e a farinha “são produtos das roças e plantas do mesmo descoberto”⁵²⁷.

⁵²⁵ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1718-1830*. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007, p. 60.

⁵²⁶ Ver o capítulo primeiro desta tese, em particular o subtítulo *A paisagem colonial e o centro da América do Sul: a construção de um “sertão”*.

⁵²⁷ BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001 p. 16.

Mais do que registrar preços e elaborar um relato, João Gonçalves da Fonseca, com sólidos conhecimentos de cartografia, produziu mapas. André Ferrand de Almeida analisa sua *Carta Hidrográfica*⁵²⁸, e afirma tratar-se do único mapa produzido por Fonseca em sua viagem ao Mato Grosso. Almeida aponta que a documentação faz referência a outro, que seria um “mapa da chapada do Mato Grosso”, mas que “não se conhece o [seu] paradeiro”⁵²⁹. Já Mario Clemente Ferreira, afirma que o mapa *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso* é de autoria de José Gonçalves da Fonseca e a datação por volta de 1750. Para Ferreira a atribuição da autoria e da data “justifica-se pelo facto da representação do relevo e da rede hidrográfica, e ainda da caligrafia, serem neste mapa idênticas às da *Carta hydrografica*” e ainda destaca “a extrema coincidência entre o que é representado na Configuração da Chapada [...] e aquilo que é descrito pelo próprio Gonçalves da Fonseca na sua Noticia da Situação de Mato Grosso e Cuyabá”⁵³⁰. Vejamos o mapa⁵³¹.

⁵²⁸ *Carta Hidrográfica em que se descreve as origens de vários e grandes Rios da América Meridional Portuguesa e muito especialmente o nascimento do Rio Madeira e os rumos e sua direção*, de 1750. Almeida analisa produção da *Carta Hidrográfica*, no contexto da viagem realizada por João Gonçalves da Fonseca, destacando “a cartografia do rio Madeira” e as “diferenças entre o mapa traçado por José Gonçalves da Fonseca e o Mapa das Cortes. Almeida analisa como autoridades portuguesas não aceitaram a validade de muito do que era representado no mapa de Fonseca, pois aceitá-la significava colocar em risco a legitimidade da posse portuguesa dos territórios das minas de Cuiabá e do Mato Grosso, mesmo que segundo o autor “nenhuma outra expedição portuguesa se aproximara tanto do conhecimento daquele espaço, e não havia de fato, qualquer outro mapa que fosse mais preciso do que aquele traçado por Fonseca”. ALMEIDA, André Ferrand. “A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)” *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17, n. 2, p. 2009, pp. 215-235, p. 232-233.

⁵²⁹ ALMEIDA, André Ferrand. “A viagem de José Gonçalves da Fonseca (...) *Op. cit.*, 227

⁵³⁰ FERREIRA, Mario C. “Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII”. *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007, p. 6-7.

⁵³¹ A versão do mapa analisado por Ferreira, não é a mesma que anexamos. A versão acima faz parte da coleção cartográfica da Casa da Ínsua. Têm diferenças na espacialização das informações, mas a grafia é idêntica.

FIGURA XXV

Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso ca. 1750. João Gonçalves da Fonseca, apud GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: (...). Op. cit., p 446.*

Em outros trabalhos já demonstramos a concomitância entre os descobertos nas minas do Mato Grosso e a formação de uma estrutura agrária tão diversa quanto a que apontamos para as minas do Cuiabá no capítulo quarto desta tese⁵³². Na *Configuração da Chapada das Minnas do Mato Grosso*, além dos arraiais, rios e córregos, são indicadas muitas lavras, e cada pequeno círculo grafado na imagem indica a presença de “roças que há na planície em circunferência da Chapada”. As *Notícias* de Fonseca são ainda mais contundentes do que o mapa, uma vez que relatam a formação de ambientes rurais, a diversidade da produção e os preços, desde os primeiros anos de conquista nos arraiais do Mato Grosso⁵³³, como também o faz Caetano Borges nos *Anais da Vila Bela*⁵³⁴.

⁵³² OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Entre dois impérios: conquistas portuguesas e ruralidade no centro da América do Sul (1716-1750)”. In ANZAI, Leny C. e MARTINS, Maria Cristina B. São Leopoldo/RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá: Edufimt, 2008, p. 32-42. Sobre a questão da produção e o consumo de alimentos nas Minas de Mato Grosso, ver GOMES, Masília A. da S. “Os ‘gêneros do país’: a produção de alimentos em Vila Bela da Santíssima Trindade (1748-1790)”. In ANZAI, Leny C. e MARTINS, Maria Cristina B. *Op. cit.*, p. 126.

⁵³³ Ao analisar *A Carta Hidrográfica* de Fonseca, Almeida afirma que “no início da década de 1740, devido ao esgotamento de algumas lavras nas minas do Mato Grosso (...) a sobrevivência dos

Se levarmos em conta, ainda, que em Cuiabá, em 1726, o milho valia 14 oitavas, e a farinha 20⁵³⁵, os preços dos produtos nas Minas de Mato Grosso são bem menores, do que os de Cuiabá nos primeiros anos de colonização.

Notamos, contudo, que comparando os preços entre Cuiabá e Mato Grosso por volta de 1739, aos valores das mercadorias importadas eram igualmente mais elevados. Não é, portanto, apenas na produção, mas ainda nos custos e lucros do comércio, no poder de compra dos consumidores, na tributação⁵³⁶ e nos mecanismos regulamentação política⁵³⁷ que encontramos a chave para a compreensão da diferença de preços entre as duas espacialidades.

Mas as diferenças entre os preços fazem com que não possamos falar de uma integração regular entre os mercados? Pelo contrário, era a diferença que

'mineiros' foi-se tornando cada vez mais difícil. O abastecimento das regiões das minas era normalmente feito a partir dos caminhos que ligavam o Mato Grosso a Cuiabá, que, por sua vez, comunicava-se com Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Mas as distâncias e as dificuldades do transporte tornavam o preço de todos os produtos, uma vez chegados ao Mato Grosso, verdadeiramente proibitivos". ALMEIDA, André Ferrand. "A viagem de José Gonçalves da Fonseca (...) *Op. cit.*, p. 217. Como elucida Ilana Blaj, as reclamações em torno de preços, carestia, endividamentos, denotam as tensões próprias das atividades mercantis e não podem servir para construir quadros de crise e penúria em relação a reprodução da economia. BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*: (...). *Op. cit.*, p. 30. A presença de representações de ambientes rurais em mapas do século XVIII, a diversidade dos ambientes representados, e suas implicações para a compreensão das conquistas portuguesas nos interiores da América, não passam despercebidas por João Carlos Garcia. GARCIA, João Carlos. "As cartas geográficas da Casa da Índia: mapas, plantas e vistas nas colecções de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797)". In GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo*: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia. Portugal, 2000, p 59.

⁵³⁴ BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade. Op. cit.*

⁵³⁵ REBELO, Gervásio Leite. (1727). "Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas". in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas*. Relatos monçoeiros. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961, p. 121-122. Para esta data é sempre necessário levar em conta a monção de Rodrigo César de Meneses, que desembarcara em Cuiabá com mais de 3000 mil pessoas.

⁵³⁶ O relato de João Gonçalves da Fonseca, escrito por volta de 1750, aponta que "um alqueire de sal, que embarrilhado no Rio de Janeiro, sabe custando 2\$200; posto no Mato Grosso pelo caminho do Cuiabá, faz despesa de 28\$240, que, acomodado é por vinte e cinco oitavas de ouro: pois que em muitas ocasiões tem valido a trinta e duas (...) sempre cada carga faz a mesma despesa que a do alqueire se sal". FONSECA, João Gonçalves. *Notícia da Situação de Mato Grosso. Op. cit.*, p. 17. Tomando o preço da oitava por 1\$500, o preço para o comprador seria de 48:000, um lucro de aproximadamente 70% sobre as despesas, sem levar em conta obviamente os demais custos e riscos.

⁵³⁷ João Gonçalves Pereira escreve ao rei afirmando que os preços dos gêneros em Cuiabá são os mesmos há dez anos, normatizados pela Câmara da Vila Real. CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

estimulava os comerciantes de Cuiabá a dominar o comércio com as minas de Mato Grosso e que justificava os altos valores dos contratos de dízimos e de passagens. Era também a diferença nos preços que animavam os senhores de engenho e comerciantes de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de Cuiabá, de Mato Grosso e de Goiás, a disputarem privilégios para atender as demandas locais. Eram ainda os preços exorbitantes que estimulavam o investimento em terras e escravos para a produção agrícola em novos descobertos. Posteriormente, com a consolidação de uma estrutura fundiária e a constância demográfica, ocorria a diminuição e estabilização dos preços⁵³⁸.

Na medida em que as conquistas consolidavam possessões portuguesas mais próximas aos territórios hispânicos, os colonos passavam a ter cada vez mais contato e obter informações sobre os ambientes coloniais espanhóis do *outro lado* de uma fronteira ainda bastante incerta. Parte dos conhecimentos eram espacializados em documentos cartográficos.

⁵³⁸ João Gonçalves da Fonseca relata que dez anos depois o milho e o feijão valiam duas oitavas o alqueire, e uma galinha $\frac{3}{4}$ de oitava, ainda assim vistos por Fonseca como amostras do “alto preço dos viveres e mais mantimentos do país”. FONSECA, João Gonçalves. *Notícia da Situação de Mato Grosso*. *Op. cit.*, p. 17.

FIGURA XXVI

Mapa da bacia hidrográfica dos rios Guaporé e Mamoré, com a localização das missões da Sociedade de Jesus, 1743, A.H.U., Cartografia Manuscrita - Mato Grosso, nº 850, apud FERREIRA, Mario C. "Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII". *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007, p. 14.

O mapa, de 1743, desenhado por João Gonçalves Pereira, inverte o sentido leste/oeste que estamos habituados a observar. É uma peça cartográfica "rústica"⁵³⁹. O mapa é minucioso quanto às distâncias, a localização das missões, a presença de "gentios" e navegabilidade dos rios. Em que contexto este mapa emerge?⁵⁴⁰.

⁵³⁹ Ver o terceiro capítulo desta tese.

⁵⁴⁰ A analisar o mapa, assim Mario Clemente Ferreira o contextualiza: "Esta vontade de conhecer o lado espanhol intensifica-se a partir dos finais da década de 1730 e inícios da de 1740, quando diversos sertanistas partem de Mato Grosso em direcção às missões castelhanas de Moxos e de Chiquitos, mesmo contra as ordens da coroa portuguesa que proibia esse tipo de contactos. Embora por vezes se tenha invocado a exploração geográfica para a realização destas expedições, o verdadeiro motivo era bem menos científico. Aqueles homens, muitos deles fugidos aos seus credores, pretendiam sobretudo estabelecer comércio com as missões, uma vez que em Mato Grosso os preços eram muito elevados, sendo frequentes também as carências de muitas mercadorias. Mas isso não retira a importância aos sertanistas enquanto principal meio para a obtenção de informações acerca de novos espaços geográficos, entre os quais as terras da coroa espanhola. Essa importância enquanto fontes primárias prolongou-se durante grande parte

Por enquanto, falaremos apenas de uma parte do contexto. Entre meados de 1730 e meados de 1740, estamos diante do período de maior intensidade das atividades econômicas reproduzidas no centro da América do Sul. Houve um contínuo crescimento demográfico: a população teria passado de 4.035 habitantes, em 1736, para 8.0109 em 1745. A produção rural cada vez mais diversificada e regionalmente especializada. Os comerciantes, como vimos, aproveitavam-se dos preços exorbitantes, para drenar pelo caminho do comércio boa parte do ouro das novas descobertas. As ambições dos comerciantes, mineiros, senhores de engenho e também das autoridades locais, voltavam-se cada vez mais pelas perspectivas que o comércio com os territórios espanhóis poderiam oferecer⁵⁴¹.

Vimos que o ouvidor João Gonçalves Pereira, tão logo chegou a Cuiabá em 1737, exerceu função de liderança na comitiva que partiu para as minas de Mato Grosso⁵⁴². Em 1740, o ouvidor, juntamente com um grupo definido como “comerciantes de Cuiabá” dirigiram uma carta a D. João V, onde expuseram um plano, bastante detalhado e ambicioso, com o objetivo de estabelecer comércio com os territórios hispânicos. O projeto foi exposto em forma de um abaixo-assinado dos “comerciantes das Minas do Cuiabá”, e anexada a uma carta do ouvidor ao rei⁵⁴³.

No documento, os comerciantes procuraram articular seus interesses à “geografia política” portuguesa. Como vimos, no capítulo anterior, o sistema administrativo português atribuía especial importância à dimensão territorial da conquista. Segundo o ouvidor, “fundaram os suplicantes a sua resolução no capítulo vinte e seis do regimento do vice-rei e governador geral deste Estado no qual determina v. majestade se povoem todos os domínios”.

Tanto cuidado em justificar as práticas adotadas pelos comerciantes não era um simples recurso narrativo. Era com muito receio que D. João V e seus

do século. Um dos exemplos que o demonstra claramente é o Mapa da bacia hidrográfica dos rios Guaporé e Mamoré, datado de 1743 e existente no Arquivo Histórico Ultramarino 13. p. 4

⁵⁴¹ JESUS, Nauk Maria de. *Na trama dos conflitos (...)*. Op. cit., p. 204-205.

⁵⁴² *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1718-1830*. Op. cit., p. 60.

⁵⁴³ Encabeça a lista do abaixo-assinado, o nome de Luiz Rodrigues Villares, ao todo são vinte e três assinaturas, mas nem todas são rubricas dos próprios comerciantes, tendo em vista que uns assinaram “por si, outros por seus bastantes procuradores”. ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT. CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

conselheiros em assuntos do ultramar viam as relações entre os súditos das coroas ibéricas. Posicionamento político que emanava do poder central e que se reproduzia nas relações locais de poder, desencadeando disputas e tensões⁵⁴⁴. As tensões, inerentes às disputas de poder, entre defensores e opositores da abertura de comércio com os espanhóis, via centro da América do Sul, não se encerravam na câmara da vila de Cuiabá. Para termos uma noção da dimensão que tal proposta alcançou, o Conselho Ultramarino pediu pareceres dos governadores de São Paulo e do Rio de Janeiro, do procurador da Coroa e do provedor da Real Fazenda. Voltando ao abaixo-assinado,

(...) pessoas práticas no sertão como Antonio Pinheiro de Faria, Manuel Dias [] e outros, que saíram desta povoação no princípio do mês de julho do presente ano para [] indagar a distância que há destas minas do Cuiabá às primeiras povoações de sua majestade católica: fundaram os suplicantes a sua resolução no capítulo vinte e seis do regimento do vice rei e governador geral desse Estado no qual determina v. majestade se povoem todos os domínios e como para se poderem povoar é necessário explorar-se primeiro para servir no conhecimento de seus terrenos e capacidades, motivos pelos quais se dispuseram os suplicantes a concluir a dita diligência, e poderão seus habitantes ficar com contígua vizinhança aos moradores das povoações daquele monarca, e estas são subúrbios do opulentíssimo reino do Peru, sendo este abundante de riquezas, populosas vilas e cidades, como necessitado de fazendas e mais gêneros que os suplicantes conduzem a estas minas para negócio – como o mundo todo conhece -, é certo que valendo-se os suplicantes da mercê que v. majestade tem feito a seus vassalos (...) que procurem comerciar com os castelhanos pelos meios que parecerem mais convenientes (...) (grifos nossos).

Os suplicantes argumentavam que por meio do comércio os castelhanos deixariam “parte do precioso de suas riquezas e muitos gados quadrúpedes, de que abundam as pampas paraguaianas”. Mais do que apenas prever os efeitos imediatos e locais, os comerciantes apontavam consequências mais amplas deste comércio: 1) “aumentarão as povoações nestes tão dilatados estados de v. majestade”; 2) “terá multiplicados os direitos da real fazenda tanto nas alfândegas

⁵⁴⁴ O intendente e provedor de Cuiabá, Manuel Rodrigues Torres, escreveu ao rei, no mesmo ano de 1740, denunciando o ouvidor João Gonçalves Pereira de ambicionar “entregar as minas aos castelhanos” por ordem do mesmo ouvidor. O intendente e provedor ainda se queixava da “injusta prisão que sofria” CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 17-08-1740. mss., microfilme Rolo 02, doc. 136, (AHU) – NDIHR/UFMT.

dos portos marítimos”, 3) “terá maior aumento o contrato dos dízimos” 4) Ampliação das lavouras para abastecer o comércio⁵⁴⁵.

Os autores do projeto propunham a construção de feitorias no rio Paraguai, relacionando-o com experiências no extremo sul da América Portuguesa, na Colônia de Sacramento⁵⁴⁶. A importância estratégica da conquista de Sacramento, desde a sua fundação em 1680, era vista pelo Conselho Ultramarino como “um modo de ‘colocar prata nesse reino’ e que a existência da Colônia impulsionara o desvio do metal desde as minas potosinas até o Brasil”⁵⁴⁷.

Havia o interesse em desenvolver o comércio via centro da América do Sul com os castelhanos, e existia um conjunto de enunciados que o justificava. A diferença espacial, contudo, não poderia ser ignorada. Os comerciantes de Cuiabá e o ouvidor João Gonçalves Pereira, queriam provar que era mais conveniente realizar o comércio com os espanhóis pelo centro do que pelo extremo sul do subcontinente americano⁵⁴⁸,

(...) caso tenha efeito este projeto é impar que arraia com vizinhos tão inconstantes como a experiência tem mostrado com os sucessos de nova colônia de Sacramento (...). (...) entrada aos navios que vierem das Índias Ocidentais, rio da Prata, Buenos Aires com prata, couro, e outras fazendas que não sejam da Europa e Índia Oriental, que possam comerciar livremente, levando em troca escravos e outros gentios deste Estado; e que quando se não abrisse o dito comércio por parte dos castelhanos (...) os ditos governadores todo o cuidado e diligência para se abrir por via dos portugueses pelos meios convenientes, que pudesse ser, e que lhe reputaria por particular serviço; e na conformidade dos ditos regimentos se tem abrir o comércio com os castelhanos pela nova Colônia de Sacramento, Rio Grande de São Pedro e por esta capitania de São Paulo, sendo o governador dela Antonio da Silva Caldeira Pimentel.

⁵⁴⁵ ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁵⁴⁶ Não devemos perder de vista que mesmo consentido pelo rei o comércio via Sacramento, assim como qualquer prática de comércio entre as fronteiras portuguesas e espanholas, era ilegal.

⁵⁴⁷ AMEGHINO, Eduardo Azcuy e BIROCCO, Carlos María. “As colônias do Rio da Prata e o Brasil: geopolítica, poder, economia e sociedade”. In: CERVO, Amado Luiz, e Rapoport, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 34.

⁵⁴⁸ A proposta dos comerciantes coincidia com um período de “inflexão da estratégia lusitana” no qual Portugal abriu mão das áreas agrícola ao entorno da Colônia que, “a partir de então, assumia a constituição de um porto comercial sem um entorno agrícola e uma possível moeda de troca por territórios de Espanha”. PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002, p. 53

Foi com muita cautela que a Coroa avaliou o desenvolvimento de relações comerciais com os espanhóis via centro da América do Sul. Na resposta de D. João V, enviada em carta em 1746 à Vila Real, foram citados os pareceres do governador de São Paulo, do governador do Rio de Janeiro, do procurador da Fazenda Real e do procurador da Coroa. Apesar dos pareceres diferenciados, nenhum deles apoiou a proposta dos comerciantes, prevalecendo uma política de defesa com a proposta da construção de fortalezas e não de feitorias⁵⁴⁹. A consulta do Conselho Ultramarino acatada por D. João V, não apenas fazia referência às feitorias,

as bandeirinhas sertanejas e abertura de picadas ou caminhos novos serviam de alguma utilidade particular, mas de prejuízo e ruína do público, porque muitos morriam nas mãos dos bárbaros, e se fazia notório aos castelhanos a vizinhança de nossas terras, ou do nosso ouro e diamantes, o que se fazia muito perigoso, tendo aquela nação mais poder, e sendo mais numerosa que a nossa; e que assim parecia se devia repetir a ordem que proíba abrir caminhos novos principalmente para a parte que confina com os castelhanos e o comerciar com estes.

No mesmo documento o conselho sugere que ministros envolvidos no comércio com os territórios espanhóis deveriam perder seus cargos e os comerciantes “que por si, ou por outrem, fizerem aquelas negociações” teriam “confiscados os bens”⁵⁵⁰. Via-se frustrada a intenção dos colonos e autoridades administrativas em introduzir - de forma pactuada com o poder real - suas mercadorias, via centro da América do Sul, ao “opulentíssimo reino do Peru”.

Quando questionamos o contexto no qual emergiu o mapa de João Gonçalves Pereira, respondemos que falaríamos apenas de uma parte do contexto. Agora falaremos de outra, do *outro lado* da fronteira.

Havia uma longa história de relações comerciais na bacia do rio da Prata, entre os súditos portugueses e espanhóis. Desde os tempos da União Ibérica, bem antes da fundação de Sacramento, os portugueses tinham uma importante presença

⁵⁴⁹ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 26-04-1746. mss., microfilme Rolo 03, doc. 196, (AHU) – NDIHR/UFMT.

⁵⁵⁰ CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 26-04-1746. mss., microfilme Rolo 03, doc. 196, (AHU) – NDIHR/UFMT.

na praça comercial de Buenos Aires⁵⁵¹. Em seu conhecido estudo sobre a província de Córdoba, Assadourian aponta que em 1590, o comércio de sebo para o Brasil e de gado a pé para Potosí bifurcava as exportações da produção ganadeira da região⁵⁵².

O maior volume do comércio de exportação via Buenos Aires era realizado por meio de práticas de contrabando. Segundo Moutoukias “entre 1590 y 1640, el tráfico intercolonial que unía el Río de la Plata con las costas brasileñas y las colonias portuguesas da Africa occidental representó la mayor parte de aquella actividad portuaria”. Depois de uma decadência nesta primeira fase, os navios holandeses permitiram a recuperação do volume de comércio a partir da década de 1640, e entre 1675 e 1680 o ritmo diminuiria, até a fundação da Colônia de Sacramento, o que para Moutoukias “creó um nuevo aje de actividad comercial clandestina”⁵⁵³.

A Coroa espanhola não apenas tinha conhecimento do comércio ilegal realizado em Buenos Aires no século XVII, como o incentivava e procurava controlá-lo, aliando-se às elites locais e aos interesses dos funcionários régios nomeados para a região. Entre 1590 e 1640, de 80 e 85% das exportações eram metais preciosos, e teriam sido importados mais de 25.000 escravos⁵⁵⁴. Como a convivência com o contrabando poderia ser interessante para a administração?

O domínio territorial da região era fundamental para os interesses da Coroa. O que não significa que os interesses por territórios suplantavam os interesses econômicos. Ao contrário, como afirma Moutoukias, manter a região de Buenos Aires povoada, com uma elite de comerciantes formada por moradores locais e por autoridades metropolitanas, com atividades produtivas agrárias articuladas ao comércio, um sistema administrativo que respondesse diretamente ao rei, e com uma guarnição que chegou a somar entre 900 e 1.000 homens no final do século XVII, era fundamental para defender as riquezas do Alto Peru. Era justamente a

⁵⁵¹ CEBALLOS, Rodrigo. “Extralegalidade e Autotransformação no porto: a presença portuguesa na Bueno Aires Colonial (Século XVIII)”. *Territórios e Fronteiras*, v. 1, n. 2, 2008, pp. 300-317.

⁵⁵² ASSADOURIAN, Carlos S. *El sistema de la economía colonial*. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP, 1982, p. 28.

⁵⁵³ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites: Buenos Aires en el siglo XVII”. *Anuario del IEHS*, v. 3, 1988, pp. 213-248, p. 214.

⁵⁵⁴ MOUTOUKIAS, Zacarías. “Burocracia, contrabando (...)”. *Op. cit.*, p. 214.

existência de riquezas que permitia a Coroa e os particulares a utilizar o contrabando em favor dos seus interesses geopolíticos.

Com a fundação da Colônia de Sacramento, contudo, não eram mais comerciantes particulares portugueses envolvidos na trama do sistema administrativo que faziam comércio clandestino em territórios espanhóis. O que ocorrera foi a edificação de um aparato comercial e militar do império português na costa oriental do rio da Prata em frente à Buenos Aires. Lugar que passou a ser o principal entreposto comercial do Atlântico para a bacia do rio da Prata. Entretanto, o comércio favoreceu as elites de Buenos Aires que passaram a receber mercadorias com menores preços e maior volume para comercializá-las com o interior da América espanhola, e investir em terras para expansão das atividades pastoris, principalmente na criação de gado⁵⁵⁵. Como aponta Moutoukias, “al igual que en otras regiones de América española, los grupos dominantes formaban un conjunto polivalente que se apoyaba simultáneamente en la tierra, el comercio y la administración”⁵⁵⁶.

A intensificação do comércio extraoficial português na América espanhola ocorreria justamente em meio a um período identificado por muitos historiadores como de crise das relações da Espanha com seus territórios coloniais. Crise que ficaria ainda mais aguda no entrar do século XVIII, com a Guerra da Sucessão Espanhola. Entre 1708 e 1722, por exemplo, nenhuma feira foi realizada em Portobelo, no atual Panamá, tradicional local de comércio de produtos trazidos pelos espanhóis para suas colônias. A partir de 1702, o *asiento* – concessão de direitos sobre o fornecimento de escravos para a América hispânica – foi concedido a uma

⁵⁵⁵ Assim Fabricio Prado resume a posição de Sacramento na primeira metade do século XVIII: “Sacramento era responsável pelos contatos diretos com o mercado atlântico e pela introdução de mercadorias europeias e brasileiras a baixos preços. Além disso, o porto de Sacramento era melhor para abrigar embarcações maiores, possuía diversas ilhas que facilitavam os descarregamentos de mercadorias e era o principal porto para reparos de barcos no rio da Prata na primeira metade do século XVIII. Entretanto, os luso-brasileiros, a partir de 1735-37, viram-se privados da exploração dos recursos da campanha pela ação bélica do patriciado portenho. Evocando cláusulas diplomáticas do segundo tratado de Utrecht, a elite de Buenos Aires buscou controlar os recursos pecuários da campanha oriental, nomeadamente, buscou evitar que os habitantes de Sacramento explorassem o gado (vacum e cavalari), ou se internalizassem na campanha. Entretanto, o predomínio da elite portenha sobre as redes comerciais com regiões interioranas a tornava dependente do comércio direto com a Colônia”. PRADO, Fabricio P. “Colônia de Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII”. *Horizontes Antropológicos*, nº 19, 2003, pp. 74-104, p. 82.

⁵⁵⁶ MOUTOUKIAS, Zacarias. “Burocracia, contrabando (...)”. *Op. cit.*, p. 214.

companhia francesa, que não apenas controlou o comércio de escravos, mas também o contrabando de outras mercadorias, participando, inclusive, da *carrera* oficial, já que fornecia os navios para protege-la. Posteriormente, em 1713, uma companhia inglesa obteve o *asiento* e também o direito a um comércio que deveria ser bastante limitado, mas ultrapassava em muito as fronteiras impostas pelos tratados⁵⁵⁷. Os ingleses construíram armazéns para estocar mercadorias e edificações para acondicionar os escravos em locais como Portobelo e Buenos Aires⁵⁵⁸. Embora sem o *asiento*, os franceses receberam *permisos* para o comércio pelo *Mar del Sur*, passando da costa atlântica à pacífica pelo cabo de Hornos.

Em meio à crise política, ocorreu uma acelerada dinamização das atividades econômicas nos territórios espanhóis na América, que pôde ser assim resumida,

Os comerciantes estrangeiros apareceram em pequenas cidades coloniais, onde não haviam sido vistos por quase um século. A produção de prata na Nova Espanha voltou a crescer e logo seria reestabelecida no Peru. As exportações de cacau na Venezuela para a Nova Espanha, para Espanha e para Curaçao alcançaram novos picos. Cresceu o comércio entre o México e o Peru, o México e as Filipinas, e o Peru e Buenos Aires. Havana estabeleceu rotas para muitos dos portos do mar dos Caraíbas. Novas regiões aumentaram de importância. Cuba, Puerto Rico e Santo Domingo, agora mais supridas de escravos, tornaram-se ilhas agrícolas, que negociavam açúcar com estrangeiros e com a metrópole. O contrabando foi o principal comércio em quase toda a parte, embora também o comércio ilegal com a Espanha estivesse atingido novos picos⁵⁵⁹.

Apesar de conceder para franceses e para ingleses importantes setores do comércio colonial, a Coroa espanhola e os comerciantes de Cádiz, não deixaram de fazer valer seus interesses na América espanhola. Interesses que acabaram por favorecer o comércio com o Alto Peru via Buenos Aires, com a concessão de numerosas licenças, principalmente a partir da década de 1730⁵⁶⁰.

⁵⁵⁷ ANES, Rafael Donoso. "Un análisis sucinto del Asiento de esclavos con Inglaterra (1713-1750) y el papel desempeñado por la contabilidad en su desarrollo". *Anuario de Estudios Americanos*, nº64, v. 2, 2007, pp. 105-144.

⁵⁵⁸ MACLEOD, Murdo J. "Espanha e América: o comércio atlântico, 1492-1720". In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial. v. 1. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1997, pp. 339-390, p. 385-388.

⁵⁵⁹ MACLEOD, Murdo J. *Op. cit.*, p. 388.

⁵⁶⁰ PARRÓN SALAS, Carmen. "Perú y la transición del *comercio político* al *comercio libre*, 1740-1778. *Anuario de Estudios Americanos*, n. 54, v. 2, 1997, pp. 447-473, p. 459.

Havia ainda um comércio de contrabando do México para o Peru - entre Acapulco na costa pacífica e as cidades portuárias como El Callao, Paita y Guayaquil. Com tal comércio, o Peru era abastecido tanto de mercadorias das frotas espanholas, quanto do “navío de permiso” inglês⁵⁶¹.

Neste contexto, o lugar do Alto Peru e do Peru na economia da América é muito diferente de um século atrás, no período em que a prata do Alto Peru desempenhava um papel maior tanto nas exportações de prata para a Europa, a partir, principalmente, dos portos do Peru, quanto na dinâmica das trocas inter-regionais no interior do que Assadourian definiu como espaço peruano⁵⁶².

Cerca de trinta anos antes do envio para D. João V do plano elaborado pelos comerciantes de Cuiabá, uma proposta, com enunciados parecidos mas com uma dimensão incomparavelmente mais ampla, foi elaborada pelo vice-rei da Nova Espanha, o duque de Linares, em 1711. Em comunhão com os interesses dos comerciantes resididos no México, Linares propôs que o comércio entre Peru e Espanha deveria ser feito através dos portos mexicanos de Acapulco, no Pacífico, e Veracruz, no Atlântico, eliminando a rota dominada pelos franceses e abandonando a expectativa de reativar os *galeones* de Portobelo. A proposta colocava o México não apenas como privilegiado abastecedor do mercado peruano, mas como “epicentro do comércio hispano-americano”, articulando as rotas com a Europa e com o oriente via Filipinas⁵⁶³.

Como nos mostra Mariano Bonialian, a proposta foi não apenas rejeitada pela Coroa espanhola, como as práticas mercantis que já ocorriam foram denunciadas. A carta do *Consejo das Indias* que condenou o plano de Linares, é finalizada “exhortando por el cumplimiento de las órdenes reales y medidas punitivas que alientan la restricción del tráfico transpacífico y la total prohibición del comercio por la Mar del Sur”⁵⁶⁴. No entanto, Bonialian aponta que a proposta visava a oficialização e o fortalecimento de vias de comércio já existentes entre México e Peru, de onde

⁵⁶¹ BONIALIAN, Mariano. “México, epicentro semiinformal del comercio hispano-americano (1680-1740)”. *América Latina en la Historia Económica*, nº 35, 2011, p. 7-28, p. 8.

⁵⁶² Espaço que compreenderia o território dos atuais: Equador, Peru, Chile, Argentina e Paraguai. ASSADOURIAN, Carlos S. *El sistema de la economía colonial*. *Op. cit.*, p. 110-111.

⁵⁶³ BONIALIAN, Mariano. *Op. cit.*, p. 12-15.

⁵⁶⁴ BONIALIAN, Mariano. *Op. cit.*, p. 15.

além de prata, vinham outras mercadorias como o vinho e o cacau, que embarcavam junto com a produção da Nova Espanha para os mercados europeus. A partir de 1739, contudo, com a guerra entre a Espanha e a Inglaterra, e a paulatina abertura do comércio direto com a Espanha com vários portos coloniais, este comércio entre México e Peru perdeu a importância⁵⁶⁵.

Toda a complexa relação de abastecimento interno do Alto Peru, era muito diferente antes da primeira metade do século XVIII, quando ainda funcionava o regime de frotas, que traziam mercadorias de Cádiz para a América Espanhola. Embora houvesse o contrabando, a coroa não permitia o comércio entre Nova Espanha e os territórios peruanos, assim como era proibido o comércio via bacia do rio da Prata. De um modo geral, o comércio interior era dominado pelas elites *criollas*, e o comércio com o atlântico pelos comerciantes peninsulares. Com a crise das frotas de “los Galeones”, o Estado espanhol utiliza-se do mecanismo “de la internación y las gentes de España penetran en las blindadas economías ‘interiores’”⁵⁶⁶. Segundo Parrón Salas, a chave básica para entender as relações entre o Peru e Cádiz entre 1740 e 1778 é a *internación*. O termo designa o acesso, por comerciantes peninsulares, a mercados interiores, com a edificação de espaços com jurisdição própria, de onde poderiam ser vendidas mercadorias europeias para os maiores mercados da América espanhola do século XVIII, que ficavam no interior do continente⁵⁶⁷.

Os comerciantes de Cuiabá e o ouvidor João Gonçalves Pereira, tinham uma boa dimensão da dinâmica do abastecimento via costa pacífica na década de 1740,

por ficar sendo aos castelhanos o trato que a eles oferece por estes arraiais com mais comodidade da distância, do que pela Colônia (Sacramento) com os portugueses; e pela contra costa do mar [...] com os franceses, holandeses e ingleses, e havendo guerras [...] os socorros dos (castelhanos) será o dito comércio⁵⁶⁸. (parênteses nossos)

⁵⁶⁵ BONIALIAN, Mariano. *Op. cit.*, p. 8; 15; 26.

⁵⁶⁶ PARRÓN SALAS, Carmen. “Perú y la transición del *comercio político* al *comercio libre*, *Op. cit.*, p. 457. As *internaciones* causaram tensões entre as elites *criollas* e as peninsulares, e destas com a Coroa espanhola. PARRÓN SALAS, Carmen. “El nacionalismo emergente y el comercio. La expulsión de extranjeros de América (Perú), 1750-1778”. *Actas del XI Congreso de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos*. Liverpool, 1996.

⁵⁶⁷ PARRÓN SALAS, Carmen. “Perú y la transición del *comercio político* (...) pp. 447-473, p. 457.

⁵⁶⁸ CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Uma percepção relativamente clara da dinâmica econômica que envolvia o comércio Atlântico e Pacífico, por parte dos comerciantes, é reveladora de como numa região em que estes oceanos eram quase equidistantes pensavam-se e desenvolviam-se atividades econômicas tendo como parâmetros a dinâmica do Império Português, do qual fazia parte, como colônia, no limite de sua fronteira, e o Império Hispânico com o qual rivalizavam territórios litigiosos e estabeleciam direta ou indiretamente uma série de contatos.

Como observa David Davidson, a decisão da Coroa portuguesa em não permitir o comércio com os territórios espanhóis, justifica-se em boa medida pela geopolítica das duas Coroas ibéricas em relação ao centro da América do Sul. Ambas decidiram por políticas defensivas. A Espanha pelo fortalecimento das missões jesuíticas que cercavam as entradas para o Alto Peru, e Portugal pela manutenção dos territórios fronteiriços que colocavam o limite das possessões portuguesas bem distantes de suas maiores reservas minerais⁵⁶⁹.

Contudo, pela resposta que o sistema administrativo português ofereceu à iniciativa dos comerciantes, podemos perceber não apenas parte da dinâmica do comércio de fronteira diante dos interesses particulares dos colonos e geopolíticos da Coroa, mas também podemos ter uma percepção sobre as *fronteiras do comércio* e sua relação com o sistema administrativo português.

No mesmo ano da resposta que frustrou o interesse dos comerciantes, 1746, foi elaborada uma representação cartográfica, em uma escala muito maior do que a do mapa de João Gonçalves Pereira, que representava, com desproporcional destaque, um caminho entre Cuiabá e San Rafael.

⁵⁶⁹ DAVIDSON, David M. "How the brazilian west was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of Califórnia, 1973, pp. 61-106, p. 91.

FIGURA XXVII

Territórios do Norte e do Centro do Brasil, 1746. apud GARCIA, João Carlos (coord.) A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia. Portugal, 2000, p. 326.

O caminho obviamente preexistia em relação ao mapa, e mostra uma ligação que muito provavelmente era bem conhecida dos comerciantes que fizeram a proposta ao rei, pois a feitoria proposta ficaria justamente em meio a este caminho. Havia várias missões neste itinerário, e não é por acaso que San Rafael é representada. Por um lado a missão era “o centro nervoso da rede de vigilância jesuítica”⁵⁷⁰ na fronteira, por outro era acesso privilegiado aos caminhos que levavam aos grandes mercados do Alto Peru.

⁵⁷⁰ DAVIDSON, David M. *Op, cit.*, p. 86.

deveriam submeter-se às regras da Companhia, sendo também muito mais vigiadas e duramente punidas as práticas particulares de contrabando⁵⁷².

Os comerciantes estavam dispostos a investir grossos “cabedais” em atividades de comércio com o lado espanhol. Investiram sem garantia de retorno meia arroba de ouro em apenas uma das expedições que fizeram⁵⁷³. Eram muitos os interesses que impediam o consentimento e apoio real ao projeto dos comerciantes.

Havia desde antes mesmo da fundação de Sacramento uma relação íntima entre grupos mercantis portugueses com comércio na Bacia do Prata. E a partir de 1680, relações de comércio via Sacramento, envolviam uma elite mercantil cada vez mais fortalecida e autoridades muito influentes, com importantes cargos na administração colonial e no Conselho Ultramarino⁵⁷⁴, cujos interesses não poderiam ser ignorados por D. João V.

Notamos na proposta o cuidado de João Gonçalves Pereira em deixar claro que não passariam para o lado português mercadorias europeias vindas do comércio via oceano Pacífico, pois o ouvidor tinha clareza dos limites para as relações *coloniais* inerentes às práticas mercantis.

Havia, portanto, fronteiras, que impediam o livre investimento e reinvestimento do capital mercantil na ampliação das atividades comerciais. O comércio abria oportunidades para a expansão de outras atividades econômicas, como a mineração, a agricultura e a pecuária, mas os negócios mais lucrativos, obtidos via arrematação de contratos, monopólios de exploração, consentimento real para o comércio legal e ilegal, envolviam relações de poder típicas da Época Moderna e,

⁵⁷² Em 1755 foi fundada a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que monopolizaria o comércio legal entre Portugal e o Estado do Grão-Pará e Maranhão e que também desenvolveria o comércio ilegal, embora oficial, com os territórios espanhóis via Mato Grosso. RODRIGUES, Nathalia M. D. “A capitania de Mato Grosso e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)”. In ANZAI, Leny C. e MARTINS, Maria Cristina B. *Histórias coloniais em áreas de fronteira: índios, jesuítas e colonos*. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: Edufimt, 2008. Sobre as relações de fronteira entre os territórios da capitania de Mato Grosso e da América espanhola ver CHAVES, Otávio R. “Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII”. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

⁵⁷³ CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2004

⁵⁷⁴ PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa (...) Op. cit.*, p. 49.

em relação aos territórios coloniais, expressivas desta *condição colonial*. Não existe alternativa que não a diversificação de investimentos, e o direcionamento para outras atividades, também vinculadas ao capital mercantil, que embora menos lucrativas, são também mais seguras e acessíveis àqueles que dispõem de capitais para comprar escravos e comprar e/ou conquistar terras.

E o que dizer das rendas deslocadas para fins considerados aristocráticos? A compra de cargos, de títulos, a prestação de serviços ao “bem comum” - como construção de casas de misericórdia, abertura de caminhos, contribuições voluntárias, que de depois são utilizados para justificar pedidos de *mercês* - eram formas comuns de grandes quantidades de rendas do comércio, perderem-se das redes de trocas de mercadorias. Se por um lado estes investimentos respondem a aspirações nobiliárquicas bastante evidentes, por outro permitem, justamente, a ultrapassagem de algumas *fronteiras*, e a obtenção de privilégios para arrematação de contratos, obtenção de terras em locais estratégicos e além dos limites legalmente estabelecidos, vantagens no abastecimento de tropas de soldados, entre outros.

Para os comerciantes de Cuiabá, a diversificação das atividades econômicas, era um meio de salvaguardar parte dos lucros do comércio em atividades que garantiriam a continuidade da riqueza e a consolidação de um lugar social, que permitisse, por exemplo, que uma reivindicação – mesmo que negada – chegasse ao rei e fosse avaliada por autoridades que integravam os mais altos cargos do sistema administrativo português.

Percebemos, até aqui, uma dinâmica que interligava a interiorização do comércio, a conversão de lucros em terras e escravos, e a diversificação da produção. Dinâmica que não pode ser pensada apenas nas escalas que exploramos até agora, ao menos que concordemos que estamos diante de uma dinâmica endógena com relações indiretas com as práticas econômicas em escala maior. O caminho do capital mercantil é, contudo, muito mais complexo e longo, e não pode ser reconstituído a partir da análise do comportamento e das atitudes das elites locais, mesmo se levarmos em conta sua relação com os interesses da Coroa, e as espacializações decorrentes das relações econômicas “internas”.

Non olet. Entre a extroversão e a reiteração: o mercado interno e o capital mercantil

No artigo *Frotas de 1749: um balanço*, José Jobson de A. Arruda utiliza-se dos indícios presentes na “relação de gêneros remetidos de Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão para Portugal no primeiro semestre de 1749”, para apontar a especificidade do período que se inicia ainda no final do século XVII, e tem 1749 como uma data simbólica, “uma espécie de charneira entre dois momentos, seja do desempenho econômico da colônia para sua metrópole, seja para o manejo da política comercial desta em relação àquela”⁵⁷⁵.

Para Arruda, a primeira metade do século XVIII pode ser considerado um período de transição entre dois distintos padrões de colonização. Um que seria próprio dos séculos XVI e XVII, baseado no Antigo Sistema Colonial, e outro, que estaria “claramente delineado” em 1780, um novo padrão de colonização, “mais próximo do perfil das relações coloniais do Neocolonialismo, cujos atores privilegiados são as nações industrializadas da Europa e as Colônias Afro-Asiáticas”⁵⁷⁶. O distanciamento de Arruda de alguns corolários da concepção de *Antigo Sistema Colonial* tal qual ela foi definida por Novais, para pensar a economia colonial na primeira metade do século XVIII, é reveladora de aspectos significativos para a discussão que fazemos neste capítulo.

Em sua tese de doutoramento, defendida em 1973⁵⁷⁷, Arruda mostra, a partir das balanças de comércio, a diversidade da produção colonial no final do século XVIII e início do XIX e a imbricação da diversificação tanto nas relações entre metrópole/colônia quanto às demandas do mercado europeu. Há, contudo, uma inflexão na interpretação do autor entre a sua tese e os trabalhos publicados mais recentemente. Em *Brasil no comércio colonial*, Arruda afirma

⁵⁷⁵ ARRUDA, José Jobson de A. “Frotas de 1749: um balanço”. *Varia Historia*. nº 21, 1999, pp. 190-205, p. 190-191. Como o próprio autor aponta a fonte documental explorada no artigo já havia sido explorada e reproduzida na íntegra por Roberto Simonsen. SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1800)*, Cia. Ed. Nacional, 6ª ed., São Paulo, 1969, p. 382-384.

⁵⁷⁶ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 203.

⁵⁷⁷ Publicada em livro em 1980. ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. Editora Ática: São Paulo, 1980.

A diferença de preço entre a compra e a venda dos produtos aos brasileiros pelos comerciantes do Reino dava-lhes um lucro elevado, mas módico, se compararmos com o lucro auferido na revenda dos produtos importados do Brasil. Evidencia-se assim, o mecanismo básico do sistema colonial. A exclusividade na compra de produtos coloniais (oligopsônio), e a exclusividade da venda dos produtos europeus na Colônia (oligopólio), são mecanismos geradores de superlucros, para usar a expressão de Fernando Novais⁵⁷⁸.

No texto de 1999, Arruda chama atenção para o fato de que os “lucros excepcionais alcançados nos primeiros momentos da exploração colonial tiveram tendência de mitigarem-se”, principalmente depois da “crise geral do século XVII, quando cresce a competição entre metrópoles e colônias produtoras de mercadorias similares, como o açúcar”⁵⁷⁹.

Em relação à diversificação da produção, a mudança de perspectiva é ainda mais evidente. Em sua tese o autor defende a diversificação amplia o “conceito de renascimento agrícola”, que teria ocorrido nas últimas décadas do século XVIII, e acrescenta que a diversificação corresponde “a dois fatores: necessidade de suprir a lacuna deixada pelo ouro; indução do mercado externo em ritmo acelerado de crescimento”⁵⁸⁰.

Podemos dizer a partir dos estudos mais recentes, que Arruda abandona a noção de renascimento agrícola, e afirma que em 1749 “a economia brasileira encontrava-se em plena ascensão”, com a recuperação das exportações de açúcar, desde 1710, e com a entrada do ouro na pauta de exportação, desde 1690⁵⁸¹. Sobre a diversificação da produção o próprio artigo de Arruda aponta a diversidade dos gêneros da produção colonial que embarcaram nas frotas de 1749: “A Colônia não era um monólito. Somente açúcar, ou somente ouro. Matérias-primas, alimentos, drogas, do

⁵⁷⁸ ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. *Op. cit.*, p. 676.

⁵⁷⁹ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 194. Em texto mais recente, Arruda afirma que no século XVIII, “o sistema colonial, da forma como nascera nos meados do século 16, apresentava-se transformado”. ARRUDA, José Jobson de A. “O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil”. In SCHWARTZ, Stuart. “O Brasil no império marítimo português”. *O Brasil no império marítimo português*. Bauru, SP: Edusc, 2009, p. 516.

⁵⁸⁰ O autor acrescenta “com isso, queremos dizer que, se adotássemos o esquema tradicional de repartir a economia em ciclos, seríamos obrigados a insistir para que fosse incluído um novo ciclo, o da diversificação agrícola, entre o ouro e o café”. ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. *Op. cit.*, p. 677.

⁵⁸¹ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 194.

sertão haviam se incorporado ao mapa da produção”⁵⁸². A ênfase de Arruda continuou sendo a relação com o mercado externo, contudo, o autor aponta que no contexto posterior a “crise do século XVII”,

O mercado português foi se transformando num *seller's market* em sua relação com os mercados europeus, cada vez mais reforçados em sua dimensão de *buyer's markets*. Reversamente, os espaços coloniais adensados pelo povoamento, pela especialização regional, pela variedade crescente de produtos produzidos, beneficiou-se das demandas dos grandes mercados compradores europeus, conseguindo manter os ganhos auferidos na venda de mercadorias, preservando a rentabilidade da circulação. Contraditoriamente, o mecanismo da exploração colonial invertia-se a favor da colônia, estimulando a acumulação interna de capitais, com todas as consequências que tal constatação pode sugerir⁵⁸³. (grifo nosso)

A primeira questão que destacamos é a relação que Arruda estabelece entre o contexto internacional europeu – e a inserção de Portugal no mesmo - e a economia colonial. A relação não é determinista, mas denota uma articulação entre os contextos. Havia uma dinâmica da economia colonial que estava em curso e beneficiou-se de estímulos externos e internos.

A respeito do “adensamento populacional” os estudos sobre a imigração portuguesa para o Brasil colonial, não propiciam dados muito seguros. Massimo L. Bacci aponta autores que citam estimativas que variam muito entre si: Celso Furtado estimou entre 300 e 500 mil pessoas, já Robert Rowland em 400 mil, Charles Boxer oferece números mais modestos entre 3 a 4 mil pessoas por ano, nos anos de maior

⁵⁸² ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 204-205. O texto cita ainda outros produtos, entre eles o tabaco e o couro.

⁵⁸³ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 194. Assim Arruda distancia-se de algumas generalizações presentes na obra de Fernando Novais, como por exemplo da perspectiva de Novais sobre “a economia mercantil escravista”. Para Novais, “no contexto do sistema colonial e da economia mercantil escravista, parte do pagamento do fator trabalho no processo produtivo era feito fora do parque produtor (referimo-nos ao pagamento do preço dos escravos aos seus mercadores); a outra parte (ou seja, manutenção do escravo) processava-se através da produção de subsistência, não dando lugar a operações mercantis, pelo menos em larga escala. Logo nenhuma das duas parcelas em que, na economia colonial, se dividia a remuneração do trabalho se constituía em procura interna, que estimulasse autonomamente o desenvolvimento econômico. Em suma: a economia colonial mercantil escravista tem necessariamente um mercado interno reduzidíssimo. Isto significava, no conjunto do sistema, que a economia colonial ficava ainda mais dependente da economia metropolitana. Dada a estreiteza do mercado interno, não tinha condições de auto estimular-se, ficando ao sabor dos impulsos do centro dinâmico dominante, isto é, do capitalismo comercial europeu”. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. *Op. cit.*, p. 110.

intensidade da produção aurífera e de no máximo 2 mil pessoas a partir de 1720⁵⁸⁴. Com base nas pesquisas de Vitor Magalhães Godinho e de Teresa Rodrigues, Jorge Pedreira aponta que durante os anos de 1690 e 1750, a imigração de portugueses para a América chegou a 600 mil pessoas⁵⁸⁵. Já Nuno Gonçalo Monteiro – também com base em diversas pesquisas - atribui uma estimativa mínima de 100 mil imigrantes para o período entre 1700 e 1750. Comparando os dados com os da imigração espanhola e inglesa para suas respectivas colônias na América, os números são ainda mais impressionantes, já que a imigração portuguesa supera-as em muito, mesmo em sua estimativa mínima⁵⁸⁶. O número é também muito significativo quando lembramos que as estimativas sobre o número total da população colonial (o que exclui os índios não batizados) considerada como “branca” em 1700, girava em torno de 100 mil de um total estimado em 350 mil habitantes⁵⁸⁷.

Com o crescimento da população livre, ocorre um aumento vertiginoso da demanda interna, ao lado do já apontado crescimento da demanda dos grandes mercados europeus por diversos produtos coloniais. Obviamente, que a maior parte dos portugueses migrados não se tornaria grandes comerciantes, ou integraria as elites senhoriais. Grande parte deles se faria parte de segmentos de médios e pequenos produtores rurais – escravistas ou não –, médios e pequenos comerciantes, artesãos, soldados entre outras possibilidades abertas às camadas subalternas da sociedade.

Há um número razoável de estudos que mostram a presença de segmentos de agricultores, muitos deles senhores de alguns poucos escravos ou mesmo sem escravos, em franca expansão na primeira metade do século XVIII. O que nos autoriza a falar de um campesinato colonial integrado a dinâmica da expansão das atividades mercantis do período, tanto no abastecimento das áreas urbanas e do comércio, quanto em atividades exportadoras, que se constituiu em um amplo mercado consumidor tanto de mercadorias

⁵⁸⁴ BACCI, Massimo Livi. “500 anos de demografia brasileira: uma resenha”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, 2002, pp. 141-149, p. 145

⁵⁸⁵ PEDREIRA, Jorge M. “As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822)”. *Análise Social*, v. 32, nº 2 e 3, pp. 433-461, p. 447.

⁵⁸⁶ “Calcula-se que 53 mil espanhóis migraram para a América durante o século XVIII (...) uma média de apenas 500 por ano”. SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas apud MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A circulação das elites no império dos Bragança (...)”. *Op. cit.*, p. 62.

⁵⁸⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. “A população do Brasil Colonial”. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial. v. 2. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, p. 320.

produzidas no espaço colonial, quanto de ferramentas, armas, sal, escravos, entre outras mercadorias do mercado externo⁵⁸⁸.

O período também é de imensa expansão no tráfico transatlântico de escravos para os territórios portugueses na América. Estimativas mais recentes mostram que enquanto entre 1651 e 1700, os súditos portugueses traficariam cerca de 214.800 escravos para a América, já entre 1701 e 1750, período no qual o este tráfico “português” tinha no Brasil seu destino quase exclusivo, foram embarcados na África 783.900 escravos⁵⁸⁹.

No mesmo contexto “uma especialização regional começava a se esboçar e, portanto, a possibilidade de uma integração interna mais efetiva, porque assentada na dinâmica das trocas inter-regionais”⁵⁹⁰. Nos subtítulos anteriores pudemos perceber parte da dinâmica destas trocas. No caso da pecuária, a formação de um amplo conjunto de espacialidades rurais interligadas entre si parece ainda mais evidente. Embora seja um setor da economia tratado de forma secundária se comparado à exploração de ouro e a produção de açúcar – produtos que além de serem exportados também faziam parte do mercado interno – a pecuária ocupava o maior espaço em quantidade de terras exploradas e dependia da mão-de-obra escrava para sua reprodução⁵⁹¹.

Sobre a pecuária no século XVIII, Schwartz faz uma interessante síntese. Em relação às capitanias da atual região Nordeste do Brasil, o autor identifica dois movimentos, o “da fronteira do gado na direção norte para o Maranhão e na direção

⁵⁸⁸ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Edusc: Bauru/SP, 2001. PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Tradução de Walter Sotomayor. Brasília: Edunb, 2004. PALACIOS, Guillermo. *Agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás.(Org.) *Economia colonial. Op. cit.* CARRARA, Angelo Alves. “Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)”. *Estudos de História*, Franca, v. 08, n.2, p. 81-97, 2001. Sobre a noção de campesinato colonial, produzimos um artigo fruto de capítulo de nossa dissertação de mestrado, onde discutimos definições conceituais, a relação entre economia colonial e campesinato, a partir do estudo sobre a *presença camponesa no centro da América do Sul*. OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Roceiros e camponeses no centro da América do Sul : a questão do campesinato em Mato Grosso no século XVIII”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, v. 68-69, p. 97-115, 2011.

⁵⁸⁹ ELTIS, David; BEHRENDT, Stephen D; RICHARDSON, David. “A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências”. *Afro-Ásia*, n° 24, 2000, pp. 09-50, p. 29-30;39;49.

⁵⁹⁰ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 203.

⁵⁹¹ SILVA, Francisco Carlos T. *Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia*. Estudos: sociedade e agricultura, v. 8, p. 119-156, 1997, p. 133.

oeste para Goiás”, e “o desenvolvimento dos produtos pecuários para exportação”. Segundo o autor em 1749, “somente Pernambuco tinha 27 curtumes que empregavam mais de 300 escravos, e tanto Pernambuco quanto a Bahia exportavam grandes quantidades de couro cru e curtido”⁵⁹². Já na região Sul, “por volta de 1730” a demanda de gado do Sul para as Minas Gerais era de “tal magnitude que foi aberta uma estrada de “aberta uma estrada de Laguna a São Paulo, passando por Curitiba e Sorocaba, pela qual viajava mulas e cavalos destinados à zona de mineração”⁵⁹³. Além do mercado para as Minas, Arruda afirma que o couro do Sul era exportado e constava em volume significativo na frota do Rio de Janeiro, em 1749⁵⁹⁴. No território que seria *termo* da Vila de Cuiabá espacializaram-se grandes fazendas de gado entre os rios Pardo, Taquari e Coxim, e nos *Campos da Vacaria*. Após 1736, com a abertura do caminho de terra de Goiás a Cuiabá, o gado passou a integrar as paisagens rurais no norte do Pantanal de modo definitivo, em escala muito superior a demanda do mercado local.

A perspectiva exposta por Arruda coloca uma questão que aproxima as afirmações do autor à interpretação de Fragoso e Florentino: a acumulação interna de capitais. Conquanto, as consequências para Arruda de tal constatação não parecem implicar na percepção de autonomia do mercado interno. Ao contrário, a formação e consolidação de um mercado interno colonial são possibilitadas a partir de sua relação com a dinâmica do capital mercantil, mediada pelo sistema colonial, em um contexto específico⁵⁹⁵.

Mas o confronto entre as perspectivas coloca outra questão. Arruda, Novais e Manolo e Florentino, estão de acordo em um aspecto: o caráter arcaico da reprodução econômica de Portugal no século XVIII. A diferença está no modo de caracterizá-la.

⁵⁹² SCHWARTZ, Stuart. B. “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e periferias”. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial. V. 2. Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1997, p. 381.

⁵⁹³ SCHWARTZ, Stuart. B. “O Brasil Colonial (...). *Op. cit.*, p. 392

⁵⁹⁴ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...).* *Op. cit.*, p. 198.

⁵⁹⁵ No capítulo de livro *O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)*. Arruda faz duras críticas as perspectivas defendidas por Fragoso e Florentino. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In TENGARRINHA, José (org). *História de Portugal*. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal-PO: Instituto Camões, 2000.

Voltando a confrontar a abordagem de Fragoso e Florentino com perspectiva de Fernando Novais, é interessante notar que o autor de *Portugal e Brasil no Antigo Sistema Colonial*, em nenhum momento parece contrapor a concepção de que a economia portuguesa não absorvia os estímulos do capital mercantil em proveito de uma transformação nos mecanismos de manutenção das suas relações políticas e sociais. Concordando ou não com Novais, o que ele demonstra é o contrário. O autor aponta que mesmo os políticos, pensadores e homens de Estado portugueses percebiam como um problema os privilégios, o entesouramento, a compra de terrenos por parte dos comerciantes, o que os impediam de beneficiar-se das “auspiciosas” perspectivas mercantis⁵⁹⁶. Novais cita exatamente a mesma obra de Vitor Magalhães Godinho citada por Fragoso e Florentino para também afirmar que as estruturas que haviam permitido Portugal tornar-se um grande império ultramarino eram “agora arcaizantes”⁵⁹⁷. A discordância entre os autores está na implicação desta percepção para a perspectiva “sistêmica” da economia colonial. Para Novais, estes mecanismos típicos da Época Moderna agiam na aceleração do processo de acumulação primitiva de capitais, e tornavam-se arcaicos e superados à medida que o processo de acumulação capitalista – que não poderia prescindir destes mecanismos – consolidava-se⁵⁹⁸. Para Fragoso e Florentino ao invés de gerar

⁵⁹⁶ No capítulo *Política Colonial* o autor cita uma carta do ano de 1800, que faz um interessante diagnóstico da prática dos comerciantes no período: “Se, porém, as perspectivas mercantis eram auspiciosas, não deixava o arguto missivista de constatar obstáculos ao aproveitamento daquelas circunstâncias e para a maior clareza, passa a enumerá-los discriminando-os em ‘internos’ e ‘externos’. O primeiro dos óbices internos, muito sério, parecia-lhe ‘a dificuldade de fazer dar uma nova direção a parte do capital dos nossos comerciantes’, pois estes pertenciam a dois grupos, primeiro ‘poucos e grossos capitalistas que impinguando-se não por meio de especulações sutis e bem combinadas de comércio, mas por meio de monopólios e contratos, com os quais se apropriam de uma boa parte das rendas públicas, que deveriam entrar nos cofres régios’; os lucros assim obtidos ‘à custa do Estado, quando por avareza em alguns não ficam uma boa porção morta dos próprios cofres, os emprega ordinariamente, ou em um pouco de comércio com a Ásia, e com nossas colônias ou em comprar uma grande parte usuária de imensos terrenos sobre a cultura das quais não podendo nem sabendo vigiar, uma grande parte destes lhes produz somente de 1 a 2% de lucro líquido’”. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, Op. cit., p. 252.

⁵⁹⁷ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Op. cit., p. 209. A questão é discutida minuciosamente no terceiro capítulo do livro, *Os problemas da colonização portuguesa*. Op. cit., p. 117-211.

⁵⁹⁸ O raciocínio de Novais está em consonância com a perspectiva de Maurice Dobb, para quem “não só nesse período, mas ao longo de toda a história do capitalismo, encontramos essa contradição vital. Para expandir-se, para encontrar lugar para acumulações novas de capital a indústria precisa de uma expansão contínua do mercado (e, em última análise do consumo). No entanto para preservar ou aumentar a rentabilidade do capital investido, tem-se de recorrer de quando em vez a medidas de restrição monopolistas, cujo efeito é agrilhoar o mercado e impedir as possibilidades de nova

acumulação de capitais, a economia colonial esterilizava estes mesmos capitais, interrompendo a acumulação e agindo no sentido de reiterar uma sociedade com padrões de desenvolvimento não capitalistas.

Entre as críticas mais duras feitas à perspectiva de Fragoso e Florentino, estão os apontamentos de Stuart Schwartz. Para o autor o “capitalismo aristocrático” era característico não apenas de Portugal, mas também da Inglaterra, da França e de outras partes da Europa e da América. Segundo Schwartz “classe mercantil do Brasil parecia estar agindo de maneira muito parecida aos seus semelhantes da Europa e da América espanhola”. O autor acrescenta que “investir em terras e escravos representava a aquisição de uma relativa segurança e a limitação de seus riscos, ao mesmo tempo em que lhes fornecia status e imagem, uma série de vantagens que lhes deviam ser perceptíveis”⁵⁹⁹.

Em seu estudo sobre os comerciantes no México colonial, David A. Brading aponta que o grupo mais numeroso de agentes mercantis, era formado por comerciantes nascidos na Espanha⁶⁰⁰. Expondo dados do período entre o final do século XVII e final do XVIII, o autor afirma que “en muchos sentidos eran estos hombres, y no los grandes mineros e hacendados que formaban la verdadera aristocracia de la Nueva España”⁶⁰¹. Brading afirma ainda que muitos comerciantes investiam seu capital em terras, convertendo-se em *señores*⁶⁰². Para explicar a conversão de capitais advindos das práticas mercantis para o investimento em atividades rurais, Brading elabora a seguinte justificativa,

(...) el comerciante triunfado tenía una gran probabilidad de que su negocio desapareciera a su muerte, de que se subastaran las mercancías en existencia y de que lo así obtenido fuera dividido entre su vida e su hijos. No

expansão. (...) É para esse fato que devemos evidentemente nos voltar se quisermos encontrar algumas das razões pelas quais parcelas mais antigas e estabelecidas da burguesia sempre se tornaram rapidamente reacionárias e mostraram tamanha presteza em se aliar com os remanescentes feudais ou a um regime autocrático a fim de preservar o status quo contra mudanças mais revolucionárias. No século XVII, a contradição se expressou no conflito entre o capital industrial nascente e os príncipes mercadores, com seus monopólios concedidos por cartas-patentes”. DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Op. cit., p. 222.

⁵⁹⁹ SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, nº 13, 1999, pp. 129-153, p. 132. (grifo nosso).

⁶⁰⁰ BRADING, David A. *Mineros e comerciantes en el México borbónico (1763-1808)*. Tradução de Roberto Gomes de Ciriza. Madri: FCE, 1975, p. 147.

⁶⁰¹ BRADING, David A. *Mineros e comerciantes en el México borbónico (1763-1808)*. Op. Cit, p. 158.

⁶⁰² BRADING, David A. *Mineros e comerciantes en el México borbónico (1763-1808)*. Op. Cit, p. 146.

podía convertir su empresa en una sociedad de acciones, no satisfacer a sus herederos con la compra de bonos y acciones que produjeran un interés, porque no existían. ¿Como podía entonces evitar la disolución de su fortuna? El modo mejor era retirarse completamente del comercio e invertir todo su capital en tierras. Entonces podía establecer un vínculo, llamado mayorazgo, sobre sus haciendas, el cual, una vez otorgado a alguno de los herederos, se convertía en exención del proceso divisorio acostumbrado. Tal arreglo era paralelo a la ambición tan común de los mercadores ricos, de fundar una familia noble. Ni en la Península, ni en el Nuevo Mundo fomentaran los comerciantes españoles que sus hijos continuaran sus actividades, sino actividades, sino que por el contrario, si tenían éxito, querían siempre dar ‘carrera a mis hijos’, educándoles para las profesiones y para el servicio del gobernó, en una palabra, para hacerlos señores⁶⁰³. (grifo nosso)

Existem duas implicações no investimento em bens rurais, que tanto para Schwartz quanto para Brading ocorrem “ao mesmo tempo” ou são “paralelos”: a manutenção e ampliação de riquezas e a questão do *status*, honra, da nobiliarquia, tão próprias das sociedades da Época Moderna.

Podemos perceber, no entanto, que no século XVIII em particular, as atividades mercantis pareciam perder gradativamente seu caráter de atividade “plebeia” tão marcantes nos séculos anteriores. Cada vez mais, ao pedir habilitações ao Santo Ofício, ou para reivindicar cargos ou mercês ao poder real, os colonos que viviam de “seus negócios”, não pareciam constrangidos em definirem-se como “homens de negócios”, “mercadores”, “comerciantes”, mesmo que além das atividades mercantis, fossem também senhores de escravos. A regulamentação nas denominações que deveriam ser utilizadas para discriminar os agentes do corpo mercantil, já na segunda metade do século XVIII, denota o ajustamento da prática mercantil aos mecanismos diferenciadores da sociedade da Época Moderna. Portanto, nos parece que nem aqueles que investiam em terras estavam apenas preocupados com *status* social, nem os que investiam nas atividades mercantis o *grosso* de seus cabedais estavam alheios aos títulos, honras e mercês. Ambas atividades parecem tão “arcaicas” quanto “mercantis”.

Devemos perceber que além destas implicações do tipicamente *moderno* – ou seja, da Época Moderna – das práticas mercantis, existe um caráter *colonial* em particular, sem o qual a compreensão da relação entre as práticas mercantis e a espacialização da economia colonial fica bastante comprometida. E é importante

⁶⁰³ BRADING, David A. *Mineros e comerciantes en el México borbónico (1763-1808)*. Op. Cit, p. 146.

destacar, que não se tratava de uma colônia qualquer, mas de uma colônia portuguesa, ligada a um império que não poderia desenvolver uma política colonial sem relacioná-la aos interesses impostos pelo poder político, econômico, marítimo e bélico, das duas grandes potências que rivalizariam o controle da economia europeia até as primeiras décadas do século XIX, a França e a Inglaterra⁶⁰⁴.

A respeito dos investimentos dos homens de negócio portugueses, Jorge Pedreira, afirma, na mesma tônica que Schwartz e Brading, que os negociantes de Lisboa “como os outros, orientavam-se nas suas decisões por uma avaliação, ainda que imprecisa, dos riscos e das possibilidades de lucro”. Para Pedreira

Umas vezes davam preferência à lucratividade dos investimentos, outras à sua segurança. Quando procuravam resguardar uma parte dos seus patrimónios dos riscos do negócio, escolhiam aplicações que lhes garantissem a preservação dos seus capitais e lhes prometessem um rendimento estável. Colocavam, por isso, uma parte dos recursos que acumulavam em bens de raiz e títulos diversos, especialmente em fundos públicos nacionais ou ingleses. Contudo, a sua preocupação com a segurança e até a sua vontade de afirmação social subtraíam do giro do negócio apenas uma fracção menor dos seus cabedais e, por conseguinte, não prejudicavam de modo significativo a circulação comercial. Por isso, o investimento imobiliário e as aplicações monetárias não induziam a metamorfose dos negociantes em proprietários ou usufrutuários de rendas⁶⁰⁵.

Mas, se não podemos atribuir aos homens de negócio portugueses um comportamento “arcaico” que explicaria o não aproveitamento dos estímulos do comércio em atividades rentáveis, como explicar o lugar cada vez mais desvantajoso que Portugal tinha nas relações comerciais europeias em relação aos holandeses, franceses e ingleses? Parte da explicação, parece estar nas novas fronteiras do comércio mundial, a partir do final do século XVII.

Aliados dos negócios mercantis mais lucrativos na redistribuição dos produtos do comércio atlântico do mercado europeu⁶⁰⁶, os comerciantes portugueses pareciam cada vez mais propícios a procurar refúgio para seus

⁶⁰⁴ NOVAIS, Fernando. NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). *Op. cit.* p. 32-54.

⁶⁰⁵ PEDREIRA, Jorge M. “Tratos e contratos: actividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822)”. *Análise Social*. v. 31, nº 136-137, 1996, pp. 355-379, p. 377.

⁶⁰⁶ ARRUDA, José Jobson de A. *Frotas de 1749: (...)*. *Op. cit.*, p. 193.

negócios em atividades monopolizadas pelo Estado português, como a arrematação de contratos⁶⁰⁷. Por outro lado, as mesmas fronteiras que empurravam para fora os portugueses de setores do comércio europeu, dilatavam os limites da mercantilização da economia para o interior dos ambientes coloniais, abrindo novos campos de ação para o comércio e para as redes mercantis reinóis, que poderiam contar com procuradores em diversas paragens, ou aliar seus negócios aos das elites locais.

Não apenas os particulares, mas a própria Coroa, com rendimentos cada vez menores no comércio dos típicos produtos coloniais, internalizava mecanismos do monopólio régio português e redimensionava o sistema colonial ao interiorizá-lo, extraindo excedentes de atividades mercantis que articulavam a produção e circulação de mercadorias no interior do seus territórios americanos, ao comércio atlântico tripolar, entre Brasil, África e Europa⁶⁰⁸. Além de gerar acumulação interna, a articulação entre o mercado interno e o mercado externo, gerou novos mecanismos de extroversão de capitais. Em um estudo anterior demonstramos que pouco mais de 32% do valor declarado como sendo dos “quintos de Cuiabá”, em 1727, era oriundo do *direto das entradas*. Já os dados da “capitação e censo” em 1739 – que incidem principalmente sobre a propriedade dos escravos – 33% do ouro enviado por meio da das minas do Cuiabá era oriundo de outras atividades produtivas que não a extração de ouro, principalmente de atividades rurais, nas quais estes escravos trabalhavam⁶⁰⁹.

Além dos quintos e da capitação, uma considerável parte do ouro enviado para Portugal – tanto para a Coroa quanto para particulares – vinha de rendas advindas da tributação e dos lucros tanto do comércio interior quanto do comércio exterior e da produção voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo⁶¹⁰. Acumulação interna não significa acumulação endógena.

Historiadores de referência nos estudos sobre a história econômica europeia, como Vitorino de Magalhães Godinho, Frédéric Mauro e Pierre Vilar, destacaram o papel do ouro da América portuguesa para a acumulação de capitais na Europa, em

⁶⁰⁷ PEDREIRA, Jorge M. “Tratos e contratos: (...)”, *Op. cit.*, 360.

⁶⁰⁸ ARRUDA, José Jobson de A. “O império tripolar: (...)”, p. 515-516.

⁶⁰⁹ OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Decifrando hieróglifos: (...)”, *Op. cit.*, p. 664-667.

⁶¹⁰ SOUSA, Rita Martins. “O Brasil e as emissões monetárias de ouro em Portugal (1700-1797)”. *Penélope*, n° 23, 2000, pp. 89-107.

particular em Portugal e na Inglaterra. Segundo Godinho a “Revolução Industrial (...) deve certamente muito ao ouro brasileiro”⁶¹¹. Para Vilar, embora Portugal fosse o primeiro beneficiário das importações de ouro para a Europa, a Inglaterra “pelo constante excedente de sua balança comercial com Portugal” conseguia “drenar” grande parte deste ouro⁶¹². Mesmo que os autores pudessem exagerar no teor dessa “drenagem”, superestimado seu papel na economia inglesa ou subestimado para a portuguesa, não há dúvida de que o ouro lusitano, extraído de sua maior possessão colonial, teve impactos na história econômica europeia e na fixação do padrão-ouro no comércio internacional.

Não podemos entender a nova dinâmica da economia colonial se não nos atermos a natureza do capital mercantil, tão bem explorada por Fernand Braudel. “Quem ganha a vida nas áreas de mineração é o mercador”⁶¹³. Tal constatação tão propalada nos estudos empíricos que mostram a dependência do setor produtivo ao setor mercantil, não pode ter seu profundo significado apreendido sem a percepção de que a reprodução do capital mercantil dar-se-ia fundamentalmente pela “*mais valia* mercantil”⁶¹⁴ e não no domínio da esfera da produção, que muitas vezes reproduzia práticas de exploração cujos preços para o primeiro comprador eram determinados não por custos monetários, mas por relações que fogem da morfologia das relações definidas como *tipicamente* mercantis ou capitalistas. Nada mais ilustrativo do que a produção de escravos.

Na África, a mercadoria escravo era resultado de relações mediadas além de trocas monetárias, por relações de violência, acordos “políticos” e “militares”, que embora tivessem custos, permitiam que homens, mulheres e crianças fossem ofertados por baixos preços aos traficantes⁶¹⁵. Um escravo em meados do século

⁶¹¹ GODINHO, Vitorino Magalhães. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, *Revista de História*, nº 15, São Paulo, 1950, p. 87.

⁶¹² VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 284.

⁶¹³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. II. O jogo das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 168.

⁶¹⁴ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. II. O jogo das trocas. *Op. cit.*, p. 142.

⁶¹⁵ Embora com baixos valores comparados aos negociados em ambientes coloniais, o resgate de escravos na costa africana movimentava importantes setores da economia mundial. No Brasil colonial movimentava as exportações de produtos como o tabaco e a aguardente, além de parte da produção aurífera ser destinada ao tráfico. Na Inglaterra beneficiava as manufaturas de roupas, ferramentas e armas. ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. “Resgate de mercadorias: uma análise comparada

XVIII era resgatado na costa africana por 6\$000, nas primeiras décadas do mesmo século, valia 197\$609 no Rio de Janeiro e 180\$000 na Bahia, na Vila do Carmo era vendido por 345\$399⁶¹⁶, e em Cuiabá, por 450\$000⁶¹⁷. O valor de tributação que a fazenda real, retirava de um escravo em três ou quatro anos de imposto da capitação, já superaria seu valor de resgate. Para além, os cofres régios acumulam os direitos dos dízimos da alfândega, das entradas em regiões interiores, e dos dízimos da produção escrava, tanto a voltada para o consumo local quanto para a exportação. Não era no resgate, tampouco na tributação, mas no comércio que era gerado o valor do escravo, nas trocas, não na produção. Esta característica dava ao capital mercantil uma volatilidade que permitia seu rápido investimento e diversificação, já que não jogava com o capital fixo, mas sim com o circulante⁶¹⁸. O capital circulava com intensa mobilidade, mudava de mãos quando alguma *fronteira* o obrigava a abandonar seu usuário⁶¹⁹. Quando era reinvestido em escravos, trazia para si toda a mais *valia-mercantil* - disseminada pelo crédito em diversas escalas - e não era esterilizado, pelo contrário, retroalimenta a sua reprodução, uma vez que é fundamentalmente o trabalho escravo que, nas coloniais, produzem as mercadorias nas quais este mesmo capital irá imprimir seus lucros.

É, de fato, impossível analisar o comércio e a espacialização das atividades produtivas no Brasil colonial apenas por critérios de oferta, custos, demanda, preços, flutuações, períodos de estiagem, declínio ou ascensão de outras atividades econômicas⁶²⁰. Aqui concordamos com todos os autores que têm defendido que a

do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)". *Afro-Ásia*, 37, 2008, pp. 43-73.

⁶¹⁶ KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. "Nos ventos do comércio negreiro: a participação dos traficantes baianos nas procurações passadas no termo da Vila do Carmo, 1711-1730". *Revista de História*, n° 158, pp. 89-129, p. 102.

⁶¹⁷ ARRUDA, Elmar Figueiredo. *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1991, p. 69.

⁶¹⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. II. O jogo das trocas. *Op. cit.*, p. 210.

⁶¹⁹ São as *fronteiras* do comércio que em boa parte explicam, por exemplo, o porquê do fato de, embora súditos da Inglaterra e de Portugal tenham dominado o comércio de escravos no período, a Inglaterra e Portugal tenham se beneficiado de formas diferentes desta lucrativa atividade mercantil.

⁶²⁰ É o problema, por exemplo, da noção de "espaço econômico" de Carlos S. Assadourian, que embora corresponda a um avanço muito significativo nas pesquisas sobre a dinâmica da economia colonial na América espanhola, fixa-se muito em uma teoria econômica que não leva em conta as especificidades das relações entre política e economia no interior dos espaços coloniais e superdimensiona o papel da prata como "produto dominante" no funcionamento da economia. Eis a definição de "espaço econômico": "1. La estructura se asienta sobre uno o más productos dominantes

dinâmica da economia colonial não pode ser entendida fora da lógica de reprodução social das relações típicas da Época Moderna, ou do que se convencionou chamar de *Antigo Regime*. O que não implica em afirmar que essas espacializações não são mercantis, uma vez que uma das características do capital mercantil é justamente sua articulação com estas relações⁶²¹.

O sertanismo da primeira metade do século XVIII não pode ser compreendido fora dessa dinâmica. Sua cartografia, como vimos no terceiro capítulo desta tese, expressa a articulação entre a expansão das atividades mercantis e a produção de mão-de-obra, a abertura de novos territórios para a produção de mercadorias e como atividade que demandava grandes quantidades de armas, munição, ferramentas, alimentos. Mais do que rústicas incursões em áreas de floresta habitadas por inúmeros ameríndios, a *cartografia do sertanismo* demonstra sua articulação a diversas atividades econômicas (comércio, a produção aurífera, produção rural) e às redes urbanas⁶²².

que orientan un crecimiento hacia afuera y sostienen el intercambio con la metrópoli. 2. En cada zona se genera un proceso que conlleva una especialización regional del trabajo, estructurándose un sistema de inter-cambios que engarza y concede a cada región un nivel determinado de participación y desarrollo dentro del complejo zonal. 3. La metrópoli legisla un sistema para comunicarse directamente con cada zona, al tiempo que veda el acceso de las otras potencias europeas. 4. La metrópoli regula, interfiere o niega la relación entre estas grandes zonas coloniales". ASSADOURIAN, Carlos S. *El sistema de la economía colonial*. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP, 1982, p. 111.

⁶²¹ A questão da predominância do econômico ou do político na reprodução de atividades econômicas, rurais ou urbanas, ligadas ou não ao mercado interno, tem provocado uma discussão muito pouco proveitosa. Denominar uma economia reproduzida em relações coloniais na Época Moderna de uma economia *imperfecta*, de *privilegios*, *submetida ao político*, é, portanto, redundância. E a discussão em torno do caráter capitalista, não capitalista ou pré-capitalista da economia é muito pouco pertinente, uma vez que os autores raramente partilham de uma perspectiva comum de *capitalismo* para que a definição tenha algum sentido. Tipicamente capitalistas ou não, são mercantis. Mesmo Braudel tergiversa sobre o caráter capitalista ou não das relações produtivas coloniais. BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. I – As estruturas do cotidiano. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 396-397.

⁶²² Como já afirmamos "O sertanismo pode ser definido além da simples execução de atividades, como o aprisionamento e venda de ameríndios como escravos ou a procura e exploração de metais preciosos. As práticas sertanistas devem ser compreendidas articuladas a uma série de relações econômicas e sociais, sendo parte de um *sistema* (de relações políticas, definidas pela posição do Brasil como colônia de Portugal, articuladas com o processo de expansão da economia européia) que, do ponto de vista econômico, possibilitava a mobilização e reprodução de capitais e do ponto de vista social provocou uma série de rupturas, como desterritorializações de sociedades ameríndias e reterritorializações da sociedade colonial. O próprio termo *sertanismo* tende a mascarar este caráter eminentemente mercantil e moderno destas práticas, encobrendo de rusticidade relações sociais, econômicas e culturais que, embora tenham contornos específicos, podem ser pensadas, ampliando a escala, como parte de um sistema de relações típicas do processo de acumulação de capital na Época Moderna, assim como, guardando as devidas proporções, o tráfico negreiro". OLIVEIRA, Tiago

O reordenamento das fronteiras do comércio europeu e colonial, mediada por um sem número de interesses, drenava para os grandes centros do comércio europeu grande parte dos lucros da exploração colonial portuguesa e espalhava redes de crédito, que tinham como topo da cadeia os grandes credores internacionais⁶²³. Contudo, não podemos ter a perspectiva ampla do processo de redefinição das fronteiras da economia sem levarmos em conta que ele espacializava-se em arranjos produtivos dos mais diversos, que interligam-se não/ou não apenas, por relações pessoais, redes mercantis, ou interesses que coadunavam-se entre diversos sujeitos sociais, mas, sobretudo, pela relação que mantinham com a reprodução do capital mercantil.

Não apenas na variedade dos produtos exportados temos indícios da diversificação da produção colonial. O ouro e mesmo a cana-de-açúcar que embarcava para Portugal na primeira metade do século XVIII, eram resultados de relações econômicas que envolviam a interiorização de relações mercantis - tanto comerciais como creditícias -, e uma crescente diversificação da produção e a intensificação das trocas inter-regionais.

Iniciamos o subtítulo desta parte com uma conhecida expressão latina que teria sido utilizada pelo imperador romano Vespasiano, quanto este teria sido repreendido por seu filho por cobrar um tributo – criado por Nero – para utilização de banheiros públicos. Vespasiano teria pegado uma moeda e levando-a ao nariz disse *non olet*, ou seja, “não tem cheiro”⁶²⁴. Marx utilizou a expressão para afirmar que “a mercadoria desaparece ao converter-se em dinheiro, não se reconhece no dinheiro como chegou às mãos de seu possuidor ou o que transformou-se nele. *Non olet*, qualquer que seja sua origem”⁶²⁵.

Kramer. “A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas Minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*, n. 164, 2011, p. 161-194, p. 165.

⁶²³ Como questiona Novais em texto mais recente, “se não são estas as características (extroversão, externalidade da acumulação etc) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas?” NOVAIS, Fernando A. “Condições de privacidade na Colônia”, in NOVAIS, Fernando A (org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, v. 1, p. 13-39, 1997, p. 448 (nota 15)

⁶²⁴ MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

⁶²⁵ MARX, Karl. *O capital*. *Op. cit.*, p. 232.

Qualquer um que levasse ao nariz o ouro das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, não sentiria qualquer odor e provavelmente não visualizaria marcas que o diferenciassse do ouro vindo de outras paragens. A diversidade de relações sociais quando metamorfoseiam-se em moeda, abandonam suas propriedades, pois o “o valor transforma cada trabalho num hieróglifo social”. Nosso objetivo neste capítulo foi decifrar alguns hieróglifos, alguns segredos, das metamorfoses do capital mercantil e de sua espacialização no centro da América do Sul.

Considerações finais

Abordamos de diversas maneiras as características da espacialização das conquistas portuguesas nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, na primeira metade do século XVIII. Podemos sintetizar algumas perspectivas que defendemos nesta tese.

A emergência de uma economia colonial no centro da América do Sul, não pode ser explicada como resultado de práticas de exploração circunscritas aos interesses de colonos da capitania de São Paulo, ou como desdobramento da exploração de ouro. A *cartografia do sertanismo* expressa a espacialização de uma lógica que articula as conquistas portuguesas no interior da América às características mais gerais da economia e da política coloniais.

A rusticidade dos traços dos mapas classificados como “sertanistas” e as interpretações que lhes atribuíram sentido, serviram para sustentar a imagem do sertanismo como uma prática *paulista*, própria da interação destes com os ameríndios e de um relativo isolamento da dinâmica da economia colonial. A análise dos mapas, contudo, revela a inscrição no espaço de um conjunto de relações sociais que articulava a exploração de mão-de-obra, indígena e africana, e que imbricava o comércio, a mineração e a produção agropastoril, e que ligava-se - por meio de caminhos terrestres e fluviais - a amplas redes urbanas, que ultrapassam, inclusive, os limites dos territórios portugueses.

Por um lado, a análise mais detida dos mapas das conquistas revela-nos indícios da espacialização da economia, por outro, a percepção da diversidade das relações sociais e da dinâmica das atividades econômicas que espacializam-se no mapa, contribui para a História da Cartografia dos territórios coloniais. Procuramos demonstrar que uma perspectiva da economia colonial reproduzida nas minas cuiabanas e mato-grossenses alicerçada nas imagens de isolamento, decadência, produção agrária irregular, ausência de racionalidade econômica nas relações de produção, interfere na interpretação dos mapas, pois estes além de serem meios de comunicação, instrumentos de poder, representações pictóricas, são também *expressivos* das relações sociais das quais emergem, e que muitas vezes oferecem indícios que escapam à consciência do próprio autor do mapa e de seus usuários.

Os descobrimentos de ouro não serviram para ruptura entre as práticas econômicas consideradas tipicamente *sertanistas* - como o aprisionamento de ameríndios - e as práticas de colonização mais estáveis, como a mineração e a agricultura. Ao contrário, a consolidação de uma parcela da sociedade colonial nas minas do Cuiabá, retroalimentou o processo de invasão de territórios indígenas e apropriação de mão-de-obra compulsória, fornecendo o substrato econômico necessário à sua expansão. O sertanismo articulava-se às práticas econômicas e administrativas, dos ambientes rurais e urbanos.

A formação da ruralidade nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso, não pode ser compreendida sem sua articulação com o comércio, o mercado interno, e os interesses políticos e econômicos, tantos dos colonos quanto da Coroa portuguesa. A estrutura fundiária formada logo na primeira década de colonização portuguesa nas minas do Cuiabá demonstra a diversidade das paisagens rurais, e a diversificação e regionalização da produção, características que se tornariam ainda mais marcantes nas décadas seguintes. Produção agrária voltada, fundamentalmente, para o comércio, e impulsionada pelos altos preços dos produtos rurais. As terras próximas aos caminhos que levavam à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá e às terras em suas mediações eram alvo de litígio entre os colonos e eram negociadas a altos preços.

As relações entre as práticas administrativas e a espacialização das atividades econômicas em ambientes rurais iam muito além da comunhão dos interesses particulares dos colonos com os planos da geografia política portuguesa. O sistema administrativo espacializava suas contradições e deixava espaços para a legitimação da posse da terra por parte de diversos agentes sociais. O descumprimento de leis, a desobediência de normas e ordens não pode servir para justificar uma suposta fraqueza do poder real. Uma análise mais detida da documentação nos revela que as interpretações que enfatizam a apropriação por parte das elites dos instrumentos administrativos em detrimento de uma centralidade do poder régio precisam ser, no mínimo, relativizadas. O espaço entre as leis e ordens e seu efetivo cumprimento, não era preenchido pela distância entre os interesses da Coroa por um lado e a relativa autonomia dos colonos por outro, mas sim por um jogo de construção de distâncias no qual tanto o Coroa, quanto os

diversos sujeitos sociais que em diferentes posições exerciam poder, participavam. Era, muitas vezes, no descumprimento de suas próprias leis, normas, ordens, que o sistema administrativo revelava sua *real* presença, como por exemplo, na invasão não legalmente autorizada de territórios de ameríndios e no aprisionamento “ilegal” de milhares deles. Práticas denunciadas por autoridades locais e que secretamente tinham a anuência do distante rei português.

O estudo das diversas atividades econômicas reproduzidas nas minas do Cuiabá e do Mato Grosso e de suas articulações com as dinâmicas da economia colonial, revela que o capital mercantil penetra nas mais diversas relações de produção por meio do comércio e das cadeias de crédito. Havia em Cuiabá, desde o princípio da colonização, um grupo de homens que viviam “de seus negócios”, que diversificavam seus investimentos e estavam ligados a interesses de redes mercantis em diversas escalas. Contudo, as articulações entre as atividades econômicas reproduzidas no centro da América do Sul, e a economia colonial, manifestavam-se não apenas nas intrincadas relações que os indivíduos envolvidos nas práticas mercantis mantêm entre si. As articulações revelam que a economia colonial que emerge no centro da América do Sul, estava ligada a uma diversidade de espacializações de atividades econômicas em outras regiões e integrava-se a uma dinâmica de interiorização do capital mercantil na América.

As transformações na economia colonial no período entre as últimas décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII, resultam da resposta dos agentes sociais às mudanças mais amplas da economia mundial, como, por exemplo, o aumento da demanda por produtos coloniais e a mudança nas “fronteiras” das práticas mercantis. Por um lado estas mudanças restringiam o acesso ao comércio de redistribuição de produtos coloniais na Europa e por outro interiorizava na América, espaços de “produção” da *mais valia mercantil*. Espaços que foram superdimensionados com as descobertas e a exploração do ouro, principalmente nas Minas Gerais, mas também em Goiás e Mato Grosso.

Na primeira metade do século XVIII, a produção e o comércio voltados para o mercado interno, não eram simples atividades subsidiárias da produção voltada para mercado externo e tampouco constituíam-se em um conjunto de produções não

capitalistas circunscritas à mecanismos endógenos de acumulação de rendas. A emergência de práticas mercantis no período foi por um lado *estruturada* a partir de condicionantes internos e impulsos externos, e por outro se tornou *estruturante* de práticas de acumulação do capital mercantil em diversas escalas, o que provocou a ressignificação das relações coloniais e a diversificação dos mecanismos de extroversão de capitais.

Nossa pretensão nesta tese foi explorar a espacialização da economia colonial em uma área de mineração e de fronteira, problematizar as interpretações que lhe atribuíram características marcantes, explorar a documentação cartográfica em busca de indícios que nos revelassem aspectos fundamentais da exploração do território e da formação de ambientes coloniais. Procuramos explorar na documentação as ligações entre os diversos agentes sociais no intrincado jogo das relações sociais que permitiam e legitimavam a conquista da terra, e por fim, pretendemos “decifrar” as articulações entre as diversas atividades econômicas e o capital mercantil. O resultado da investigação expressa a historicidade de nossa própria pesquisa, as relações sociais, políticas e institucionais nas quais estamos envolvidos. Não pretendemos oferecer nenhuma resposta definitiva.

Os argumentos, posicionamentos, hipóteses, defendidas aqui, têm para nós um propósito principal: demonstrar que o estudo da economia colonial pode beneficiar-se de análises que articulam as regiões interioranas às litorâneas, a pequena à grande produção, o local ao global, o específico ao geral, o interno ao externo, não a partir de encaixes, enquadramentos, simples contextualizações, mas por meio de uma jogo de escalas, que articula texto e contexto, possibilitando a ressignificação das perspectivas sobre a dinâmica da economia colonial e de como ela se espacializa em diversas regiões e períodos. Esperamos ter alcançado tal propósito.

Referências bibliográficas e documentais

Bibliografia

ABUD, Katia Maria. "Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas". *Revista Brasileira de História*, v. 18, nº 36, 1998, pp. 103-114.

ACIOLI, Gustavo; MENZ, Maximiliano M. "Resgate de mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em Angola e na Costa da Mina (século XVIII)". *Afro-Ásia*, 37, 2008, pp. 43-73.

AITKEN, Stuart C e MICHEL, Suzane M. "Who Contrives the 'Real' in GIS? Geographic Information, Planning and Critical Theory". *Cartography And Geographic Information Systems*, v. 22 n.1, 1995, pp. 17-29.

ALMEIDA, André Ferrand Almeida. "Entre a Guerra e a Diplomacia": os conflitos luso-espanhóis e a cartografia da América do Sul (1702-1807). In: GARCIA, João Carlos (coord). *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ALMEIDA, André Ferrand de. "O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla". *Anais do Museu Paulista*. vol.17, n.2, pp. 79-89, 2009.

ALMEIDA, André Ferrand. "A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)" *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17, n. 2, p. 2009, pp. 215-235, p. 232-233.

AMEGHINO, Eduardo Azcuy e BIROCCO, Carlos María. "As colônias do Rio da Prata e o Brasil: geopolítica, poder, economia e sociedade". In: CERVO, Amado Luiz, e Rapoport, Mario (orgs.). *História do Cone Sul*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ANES, Rafael Donoso. "Un análisis sucinto del Asiento de esclavos com Inglaterra (1713-1750) y el papel desempeñado por la contabilidad en su desarrollo". *Anuario de Estudios Americanos*, nº64, v. 2, 2007, pp. 105-144.

ARAÚJO, Renata. "Os mapas do Mato Grosso: o território como projeto". *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, 2010.

ARRUDA, Elmar Figueiredo. *O mercado interno de Mato Grosso - Século XVIII*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1991.

ARRUDA, José Jobson de A. "Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas". *Saeculum*, v. 16, 2007, pp. 25-31.

ARRUDA, José Jobson de A. "Frotas de 1749: um balanço". *Varia Historia*. nº 21, 1999, pp. 190-205.

ARRUDA, José Jobson de A. "O império tripolar: Portugal, Angola, Brasil". In SCHWARTZ, Stuart. "O Brasil no império marítimo português". *O Brasil no império marítimo português*. Bauru, SP: Edusc, 2009.

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. Editora Ática: São Paulo, 1980.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. "O sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830). In TENGARRINHA, José (org).

História de Portugal. Bauru-SP: EDUSC; São Paulo-SP: UNESP; Portugal-PO: Instituto Camões, 2000.

ARRUDA, José Jobson de A. *São Paulo nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.

ASSADOURIAN, Carlos S. *El sistema de la economía colonial*. Mercado interno, regiones y espacio económico. Lima: IEP, 1982.

BACCI, Massimo Livi. “500 anos de demografia brasileira: uma resenha”, *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, 2002, pp. 141-149.

BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972, p. 183.

BASTOS, Uacury Ribeiro Assis. *Expansão territorial do Brasil Colônia no Vale do Paraguai (1767-1801)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1972.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BETHENCOURT, Franciso. “Political configurations and local powers”. In BETHENCOURT, Franciso e CURTO, Diogo Ramada (orgs). *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Nova York: Cambridge University Press, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império”. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Tradução de Cleide Rapuci. Bauru, SP: Edusc, 2005.

BLAJ, Ilana. “São Paulo em inícios: a sedimentação da riqueza e do poder”. In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002..

BODENHAMER, David J., CORRIGAN, John e HARRIS, Trevor M (Ed.). *The spatial humanities: GIS and the future of humanities scholarship*. Bloomington: Indiana University Press, 2010.

BONIALIAN, Mariano. “México, epicentro semiinformal del comercio hispano-americano (1680-1740)”. *América Latina en la Historia Económica*, nº 35, 2011, pp. 7-28.

BORGES, Ana Carolina da S. *Nas margens da história: meio ambiente e ruralidade em comunidades “ribeirinhas” do Pantanal Norte (1870-1930)*. Cuiabá: Carlini Caniato/Edufmt, 2010.

BORREGO, Maria A. M. *A Teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Tradução de Paula Montero. Ed. Ática: São Paulo, 1995.

BOXER, Charles. *A idade de ouro no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

BRADING, David A. *Mineros e comerciantes en el México borbónico (1763-1808)*. Tradução de Roberto Gomes de Ciriza. Madri: FCE, 1975.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. v. 2. O jogo das trocas. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo século XV- XVIII*. V. I – As estruturas do cotidiano. Tradução Maria Antonieta Magalhães Godinho. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 396-397.

BRESCIANI, Maria Stella. O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo, Ed. Unesp, 2007.

BROTON, Jerry. *Trading territories*. Mapping the early modern word. Londres: Reaktion Books, 1997.

BUENO, Beatriz P. S. “Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2. jul.-dez., 2009, pp. 111-153.

BUENO, Beatriz P. S. “Entre teoria e prática: a cartografia dos engenheiros militares em Portugal e no Brasil, séculos XVI-XVII”. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, n° 7-8-9, p. 61-96, 2005/2006/-2007, pp. 79-81.

CAMARGO, Aspásia. “A invenção do Estado Novo”, In CAMARGO, Aspásia e outros. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, pp. 19-37.

CANAVARROS, Otávio. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EDUFMT, 2004.

CANOVA, Loiva. *Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2003.

CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo: novas histórias”. In FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARDIM, Pedro. “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In: BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

CARDOSO, Ciro F. S. “As concepções acerca do *Sistema Econômico Mundial e do Antigo Sistema Colonial*: a preocupação excessiva com a Extração do Excedente”. In LAPA, José do A. (org.) *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro F. S. “Sobre os modos de produção coloniais na América”. In SANTIAGO, Theo (org.). *América Colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.

CARDOSO, Fernando H. “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”. In SERRA, José (coord.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARDOSO, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Angelo Alves. "Ocupação territorial e estrutura fundiária: as minas e os currais (1674-1850)". *Estudos de História*, Franca, v. 08, n.2, p. 81-97, 2001.

CARRARA, Angelo Alves. *Minas e currais: produção rural e mercado em Minas Gerais 1674-1807*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

CARTA de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-03-1727. AHU-Mato Grosso, cx. 1, doc. 9.

CEBALLOS, Rodrigo. "Extralegalidade e Autotransformação no porto: a presença portuguesa na Bueno Aires Colonial (Século XVIII)". *Territórios e Fronteiras*, v. 1, n. 2, 2008, pp. 300-317.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Ed. Difel: Lisboa, 1990.

CHAVES, Cláudia M. das G. *Perfeitos Negociantes: mercadores das Minas Gerais Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Otávio R. "Política de Povoamento e a Constituição da Fronteira Oeste do Império Português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII". Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2009.

CINTRA, Jorge Pimentel. "O mapa das cortes: perspectivas cartográficas". *Anais do Museu Paulista*. v. 17, n. 2. p. 39-61.

CORREA FILHO, V. *Mato Grosso*. IHGB: Rio de Janeiro. s/d.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de Gado no Pantanal Mato-grossense*. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1955.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantaneis Matogrossenses*. Devassamento e Ocupação. IBGE. Rio de Janeiro, 1946, p. 102.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 21.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009.

COSTA PORTO, José da. *Formação Territorial do Brasil*. Brasília: Fundação Petrônio Portella, 1982.

COSTA, Antônio Gilberto. "Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império", In COSTA, Antônio Gilberto (org). "*Roteiro prático de cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*". Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 83-223.

COSTA, Maria de Fátima. "De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico". *Revista do IEB*. v. 45, 2007, pp. 21-36.

COSTA, Maria de Fátima. "Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul-americano (1750-1760)". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v.17. n. 2, 2009, pp. 189-214.

COSTA, Maria de Fátima. *Notícias de Xarayes*. Pantanal entre os séculos XVI a XVIII. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1997.

CRAMPTON, Jeremy e KRYGIER, John. "An introduction to critical Cartography". *ACME: An International E-journal for Critical Geographies*, v. 4, n. 1, p. 11-33, 2006.

CRAMPTON, Jeremy W. "Maps as social constructions: power, communication and visualization". *Progress in Human Geography*, n. 25, 2001, pp. 691-710.

DANIEL, Omar e BRAZIL, Maria do Carmo. "Sobre a rota das monções. Navegação fluvial e sociedade sob o olhar de Sérgio Buarque de Holanda" *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 169, 2008, pp. 209-226.

DAVIDSON, David M. "How the brazilian west was won: freelance & state on the Mato Grosso frontier, 1737-1752. In: ALDEN, Dauril. *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley, University of Califórnia, 1973.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

EDNEY, Matthew H. Putting "Cartography" into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline". *Cartographic Perspectives* 51, 14-29, 2005.

EDNEY, Matthew. "A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755". *Varia Historia*, v. 23, nº 37, 2007. pp.30-50.

ELTIS, David; BEHRENDT, Sthephen D; RICHARDSON, David. "A participação dos países da Europa e das Américas no tráfico transatlântico de escravos: novas evidências". *Afro-Ásia*, nº 24, 2000, pp. 09-50.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. O organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras, de Sergio Buarque de Holanda. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. v. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FERREIRA, Mario C. "Cartografar o sertão: a representação de Mato Grosso no século XVIII". *Anais II Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, Lisboa, 2007.

FERREIRA, Mario Clemente. "Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação". *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005.

FERREIRA, Mario Clemente. "O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid: a cartografia a serviço da diplomacia". *Varia História*, v. 37, 2007, p. 51-69.

FERREIRA, Mário Clemente. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional*. Os trabalhos demarcadores das Partidas Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761). Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORENTINO, Manolo G. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FLORY, Rae Jean Dell e SMITH, David Grant. "Bahian merchants and the planters in the seventeenth and early eighteenth centuries". *Hispanic American Historical Review*, nº 58, v. 4, 1978, pp. 571-594.

FLORY, Rae Jean Dell, *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Tese de doutorado. Austin: University of Texas, 1978.

FONSECA, Claudia Damasceno. "Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas". *Anais do Museu Paulista*. v.20. n.1, 2012, pp. 77-108.

FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El Rei*. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo*. v 14, n.27, 2009, pp. 36-50.

FRAGOSO, João L. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII", *Tempo*, v. 8, n. 15, 2003, pp. 11-35

FRAGOSO, João L. R. "Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra no Rio de Janeiro". In: FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla M. C. de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. “A formação de economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séc. XVI e XVII)”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; GOUVEÂ, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda B. “Uma leitura do Brasil Colonial. Bases da materialidade e da governabilidade do Império”. *Penélope*, nº 23, 2000, pp. 67-88.

FRANCOZO, Mariana. “Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em Caminhos e fronteiras”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007, pp. 137-152.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais”. *Anais do Museu Paulista*. v. 17, n. 2, 2009, pp. 155-187.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006.

GALETTI, Lylia da S. G. . “O poder das imagens: o lugar de Mato Grosso no mapa da civilização”. In: Universidade Federal de Goiás- UFG. (Org.). *Relações cidades-campo*. Goiania: EdUFG, 2000, v. 1, pp. 21-52.

GARCIA, João Carlos. “As cartas geográficas da Casa da Ínsua: mapas, plantas e vistas nas colecções de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797)”. In GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*. Portugal, 2000.

GARCIA, João Carlos. “História da Cartografia nos países ibero-americanos”. *Terra Brasilis* nº 7-8-9, Rio de Janeiro, 2005-2006-2007, pp. 7-29.

GINZBURG, Carlo. *História Noturna: decifrando o sabá*. Tradução Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força: história, retórica, prova*. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GODINHO, Vitorino Magalhães. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”, *Revista de História*, nº 15, São Paulo, 1950.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Ararituaba na rota das monções (1718-1828)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2002.

GOMES, Masília A. da S. “Os ‘gêneros do país’: a produção de alimentos em Vila Bela da Santíssima Trindade (1748-1790)”. In ANZAI, Leny C. e MARTINS, Maria Cristina B. São Leopoldo/RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá: Edufmt, 2008.

GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressiva em Santos*. São Paulo: Unesp, 1995.

GREENE, Jack P. “Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas”. Tradução Liana Driga. *Almanack braziliense* nº04, 2006, pp. 5-21.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Tradução Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana M. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700/1750)”. *Revista do Departamento de História da UFMG*, 1986.

HARLEY, J, Brian e ZANDVLIET, Kees. “Art, science, and power in sixteenth-century Dutch cartography”. *Cartographica*. v. 29, nº 2, 1992.

HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Cartographica*. v.26, nº 2, 1989, pp. 01-20.

HARLEY, John Brian. “Cartography, ethics and social theory”. In *Cartographica*. v. 27, nº 3, p. 1-13, 1990.

HARLEY, John Brian. “Historical Geography and the Cartographic Illusion”. *Journal of Historical Geography*. v. 15, 1989.

HESPANHA, Antonio Manuel e SANTOS, Maria Cristina. “Os poderes num império oceânico”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F. e GOUVEÂ, Maria de F. (orgs). *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI e XVII)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, Antonio Manuel. “Depois do Leviathan”. *Almanack braziliense* ,nº 5, 2007, pp.55-66.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político, XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado e de Cultura, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. *Anais do Museu Paulista*. n. 13, 1949.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1968.

JACOB, Christian. *The sovereign map: theoretical approaches in cartography throughout history*. Tradução Tom Conley. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

JESUS, Nauk Maria. “As versões de ouro em chumbo: a elite imperial e o descaminho de ouro na fronteira oeste da América Portuguesa (1722-1728)”. In FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

JESUS, Nauk Maria. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF,

KANTOR, Iris e outros. Mapas em Trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria*, v. 12, 2010.

KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)”. *Anais do Museu Paulista*, v. 17, nº 2, 2009, pp. 39-51.

KANTOR, Iris. “Usos diplomáticos da ilha-brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas”. *Varia História*, v. 37, 2007, pp. 70-80.

KELMER MATHIAS, Carlos Leonardo. “Nos ventos do comércio negreiro: a participação dos traficantes baianos nas procurações passadas no termo da Vila do Carmo, 1711-1730”. *Revista de História*, nº 158, pp. 89-129.

LAPA, José Roberto do A. “O interior da estrutura”. In SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

LAPA, José Roberto do A. *Economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LINHARES, Maria Y. “Subsistência e sistemas agrários na Colônia, uma discussão”. *Estudos Econômicos*, USP, vol. 13. n. especial, 1983, p. 745 -762.

LINHARES, Maria Yeda. *Pecuária, Alimentos e sistemas agrários nenhum Brasil séculos XVII e XVIII*. *Tempo*, Niterói, v 1, n. 2, 1996, p. 132-150.

LINHARES, Maria Yedda SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *História da agricultura brasileira, combates e controvérsias*. Brasiliense, São Paulo, 1981.

LOPÉZ, Henrique D. e CARETTA, Miguel Nicolás. “Imaginación y cartografía: un estudio sobre el proceso del descubrimiento americano”. *Cuicuilco*. V. 15, n. 43, mai-ago, 2008, pp. 111-136.

LOSEFO, Silvio L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004..

LUCIDIO, João Antonio. B. *A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII*. Projeto Fronteira Ocidental Arqueologia e História – Vila Bela da Santíssima Trindade / MT. Relatório final. Fase 2 , Cuiabá: Governo de Mato

Grosso/Secretaria de Estado de Cultura/ Coordenadoria de Preservação do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Arqueológico Odir Burity, 2004.

LUIS, Washington. *Capitania de São Paulo*. Governo de Rodrigo César de Meneses. 2ª. Edição. Rio de Janeiro/São Paulo/Recife/Porto Alegre: Cia. Ed. Nacional, 1938.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. “Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico”. *Boletim de História Demográfica*, ano 8, no. 21, março de 2001.

MACLEOD, Murdo J. “Espanha e América: o comércio atlântico, 1492-1720”. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina. América Latina Colonial*. v. 1. Tradução Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1997, pp. 339-390.

MARANHO, Milena Fernandes. Duas partes do Império – São Paulo e Pernambuco na dinâmica do abastecimento interno da América Portuguesa entre os anos de 1580 e 1720. *Revista Angelus Novus*, nº1, 2010, pp. 54-73.

MARANHO, Milena Fernandes. *O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial português, 1580-1720*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. “A população do Brasil Colonial”. In Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina. América Latina Colonial*. Tradução Mary Amazonas Leite e Magda Lopes. v. 2. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

MARTINI, Paulo e outros. “Sensoriamento remoto como suporte para estudos cartográficos sobre o território da América Portuguesa entre 1500 e 1822”. *Anais do Museu Paulista*. v. 17, n. 1, 2009, pp. 51-68.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, v. 2. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. São Paulo. Ed. Difel. 1985.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 1. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATA DE LÓPEZ, Sara. “El crédito mercantil. Salta a fines del siglo XVIII. *Anuario de Estudios Americanos*, v. 53, nº 2, 1996, pp. 147-171.

MATOS, Júlia S. “Cartas Trocadas; Sergio Buarque de Holanda e os bastidores da revista Klaxon”. *Fênix*. v. 7, n. 2, pp. 1-15.

MELLO, João Manuel C. de. NOVAIS, Fernando A. “Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna”. In NOVAIS, Fernando A. (dir.); SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Companhia das Letras, 1998.

MENDOZA, Héctor V. e GARCIA, João Carlos. “A história da cartografia nos países ibero-americanos”. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, nº 7-8-9, 2005/2006/-2007, pp. 7-29.

MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "A 'tragédia dos Távoras". Parentesco, redes de poder e facções políticas na monarquia portuguesa em meados do século XVIII. In FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de F. *Na trama das redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "A circulação das elites no império dos Bragança (1640-1808): algumas notas". *Tempo*, 2009, vol.14, no.27, pp.51-67.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)". In TENGARRINHA, José. (orgs). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "Governadores e capitães mores do Império Atlântico português no século XVIII". In: BICALHO, Maria F. e FERLINI, Vera Lúcia A. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português séculos XVI a XIX*. São Paulo: Alameda, 2005.

MORAES, Fernanda B. de. "De arraiais vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais". In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas América*. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

MOTTA, Márcia Maria M. "Francisco Maurício de Souza Coutinho: sesmarias e os limites do poder. In VAINFAS, Ronaldo, SANTOS, Georgina Silva dos, NEVES, Guilherme Pereira (orgs). *Retratos do Império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI ao XIX*. Niterói: EdUFF, 2006, pp. 259-277, p. 271.

MOTTA, Márcia Maria M. "Poder e domínio: a concessão de sesmarias em fins de setecentos". In: MONTEIRO, Rodrigo B. e VAINFAS, Ronaldo. *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Márcia Maria M. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito á terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; APERJ, 1998.

MOUTOUKIAS, Zacarías. "Burocracia, contrabando y autotransformación de las elites: Buenos Aires en el siglo XVII". *Anuario del IEHS*, v. 3, 1988, pp. 213-248.

NOVAIS, Fernando A. "Condições de privacidade na Colônia", in NOVAIS, Fernando A (org). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, v. 1, p. 13-39, 1997.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Braziliense, 1999.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

NOVAIS, Fernando. *Prefácio*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José. “Populações meridionais do Brasil” in SANTIAGO, Silvio (org.) *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. “História da cartografia brasileira e mapoteca segundo Jaime Cortesão: o concurso do Itamaraty de 1944”. *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Ricardo de. “As metamorfoses do império e os problemas da monarquia portuguesa na primeira metade do século XVIII”. *Varia Historia*, n° 43, v 26, p. 109-129, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Decifrando hieróglifos: o capital mercantil no centro da América do Sul (1718-1750)”. *Economia e Sociedade*. v. 20, 2011, p. 661-690, p. 665.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Entre dois impérios: conquistas portuguesas e ruralidade no centro da América do Sul (1716-1750)”. In ANZAI, Leny C. e MARTINS, Maria Cristina B. São Leopoldo/RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá: Edumt, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Foucault revoluciona a História? Considerações sobre a obra Vigiar e Punir e a produção de conhecimento em História”. *Outros Tempos*. v. 7. n. 9, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. “Roceiros e camponeses no centro da América do Sul : a questão do campesinato em Mato Grosso no século XVIII”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, v. 68-69, 2011, pp. 97-115.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. *Ruralidade na terra da conquista: Ambientes rurais luso-americanos no centro da América do Sul (1716-1750)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2008.

OLIVEIRA, Tiago Kramer. “A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas Minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*, n. 164, 2011, p. 161-194, p. 165.

OSÓRIO, Helen. “Conflitos e apropriação da terra: região platina, século XVIII. In In AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de e MONTEIRO, Jonh Manuel (orgs) *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

PADRON, Ricardo. “Mapping Plus Ultra: cartography, space, and Hispanic Modernity”. *Representations*, n. 79, 2002, pp. 28-60.

PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil*. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817). Tradução de Walter Sotomayor. Brasília: Edunb, 2004.

PALACIOS, Guillermo. *Agricultura camponesa e plantations escravistas no nordeste oriental durante o século XVIII*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002.

PARRÓN SALAS, Carmen. "El nacionalismo emergente y el comercio. La expulsión de extranjeros de América (Perú), 1750-1778". *Actas del XI Congreso de la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos*. Liverpool, 1996.

PARRÓN SALAS, Carmen. "Perú y la transición del *comercio político* al *comercio libre*, 1740-1778. *Anuario de Estudios Americanos*, n. 54, v. 2, 1997, pp. 447-473.

PEDREIRA, Jorge M. "As consequências econômicas do império: Portugal (1415-1822)". *Análise Social*, v. 32, nº 2 e 3, pp. 433-461.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. Tese de Doutorado. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PESAVENTO, Sandra J. "Cartografias do sertão. Palimpsestos na escrita da História". In PESAVENTO, Sandra J (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

PRADO, Fabricio. "Colônia de Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII". *Horizontes Antropológicos*, nº 19, 2003, pp. 74-104.

PRADO, Fabrício. *Colônia de sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRESOTI, Thereza M. B. *Na trilha das águas. Índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e do Mato Grosso (século XVIII)*. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2008.

PRESOTTI, Thereza Martha B. "Os índios e a natureza na conquista colonial do centro da América do sul: a Capitania de Mato Grosso (século XVIII)". In: *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: CHAM-Centro de História do Além -Mar/Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 1-24.

RAU, Virgínia. *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Lisboa: Ed. Proença, s/d.

RESENDE, Maria E. L. "Itinerários e interditos na territorialização das Geraes" In RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

RESENDE, Maria E. L. e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *As Minas Setecentistas*. História das Minas Gerais. Belo Horizonte; Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo 1. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994.

RODRIGUES, Aldair Carlos. "Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas Setecentistas". *História (São Paulo)*, nº 28, v. 1, 2009, pp. 191-214.

RODRIGUES, Nathalia M. D. "A capitania de Mato Grosso e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)". In ANZAI, Leny C. e MARTINS, Maria Cristina B. *Histórias coloniais em áreas de fronteira: índios, jesuítas e colonos*. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: Edufmt, 2008.

ROJAS, Angela M. "Cliometrics: A Market Account of a Scientific Community (1957-2006)". *Lect. Econ.*, v. 66, n. 1. pp. 47-82.

ROSA, Carlos A. "Mínima história dos Anais". In *Annaes do Senado da Camara do Cuyaba: 1719-1830*. Transcrição de Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007.

ROSA, Carlos Alberto. "Canas, escaroçadores, alambiques, aguardentes: sinais da produção local do Cuiabá na *Relação de Barbosa de Sá*". *Revista do IHGMT*, v.58, Cuiabá, 2000.

ROSA, Carlos Alberto. "O comércio da conquista". *Revista Universidade*, ano II, n.º1, Cuiabá: UFMT, 1982.

ROSA, Carlos Alberto. "O urbano colonial na terra da conquista" in ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de, *A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Ed. Adriana, 2003.

ROSA, Carlos Alberto. *A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – Vida urbana em Mato Grosso no século XVIII (1727-1808)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1996.

ROSSETO, Pedro Francisco. "Reconstituição do traçado da 'estrada dos Goias' no trecho da atual mancha urbana de Campinas". *Anais do Museu Paulista*, v. 14, n.º 2, pp. 141-191.

RUSSEL-WOOD, A. J. R.. "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808". *Revista Brasileira de História*, vol.18, n.36, 1998, pp. 187-250.

SAFIER, Neil e FURTADO, Júnia. "O sertão das Minas como espaço vivido: Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia europeia sobre o Brasil". In PAIVA, Eduardo F. *Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII)*. São Paulo: Annablume, 2006.

SAID, Edward W. *Orientalismo: oriente como invenção do ocidente*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. "A produção política da economia: formas não-mercantis de acumulação e transmissão da riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro 1650-1750)". *Topoi*, v. 4, n. 7, jul-dez, 2003, pp. 276-312.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. "O agro fluminense na curva do tempo: 1650-1750". *Estudos de História*, Franca, v. 08, n.2, 2001, pp. 99-130.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. "O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750)". *Estudos Históricos*. n.º 29, 2002, pp. 29-49.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. "Os homens de negócio cariocas da primeira metade dos setecentos: origem, alianças e acumulação na construção do espaço

atlântico”. *Actas do Congresso Internacional O espaço atlântico de Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Camões, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. “Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva”. *Economia e Sociedade*, v. 13, 1999, pp. 129-153.

SCHWARTZ, Stuart. B. “O Brasil Colonial, c. 1580-1750: as grandes lavouras e periferias”. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. América Latina Colonial. v. 2. Tradução Mary Amazonas Leite e Magda Lopes. São Paulo: Edusp; Brasília: Funag, 1997.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução de Jussara Simões. Edusc: Bauru/SP, 2001.

SHELLARD, Dora Corrêa. “Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil”. *Revista Brasileira de História*. v. 26, nº 51, 2006, pp. 63-97.

SILVA, Francisco Carlos T. *Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia*. Estudos: sociedade e agricultura, v. 8, p. 119-156, 1997.

SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores* (política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso – século XVIII). Cuiabá, Ed. UFMT, 1995.

SILVA, Vanda da. *Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)*. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT, 2008.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500/1800)*, Cia. Ed. Nacional. São Paulo, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste. Ensaio Sobre a Grande Propriedade Pastoril*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

SOUSA, Rita Martins. “O Brasil e as emissões monetárias de ouro em Portugal (1700-1797)”. *Penélope*, nº 23, 2000, pp. 89-107.

SOUZA, Laura de Mello e. “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”. In NOVAIS, Fernando (dir.) e SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: o cotidiano e a vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.

TAUNAY, Afonso D. *Os primeiros anos de Cuiabá e Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1956.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981. p. 28. É preciso ponderar que na carta Diogo Soares faz referência aos “mapas dos

THOMPSON, E. Palmer. *Costumes em Comum*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira”. In PESAVENTO, Sandra J (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998, p. 19.

VIDAL, Laurent. “Sob a máscara do colonial. Nascimento e ‘decadência’ de uma vila no Brasil moderno: Vila Boa de Goiás no século XVIII”. *História* (São Paulo). nº 28, v. 1, 2009, pp. 243-288.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1987.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WHITE, Richard. “What is Spatial History”. Spatial History Lab. Stanford University, 2010.

WOOD, Denis and FELS, John. “Designs on signs / myth and meaning in maps”. *Cartographica*. v. 23 nº 3, 1986, pp. 54–103.

WOOD, Denis e FELS, John. *The power of maps*. Nova York: Guilford Press, 1992.

WRIGHT, Jonh. “The place of the imagination in Geography”. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 37, n. 1, 1947, pp. 1-15.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antonio Manuel. “As redes clientelares”. In MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 4. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

ZEMELLA, Mafalda P. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Ed. Hucitec-Edusp, 1990.

Documentos publicados

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1718-1830. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; APMT, 2007.

BARBOSA DE SÁ, José. “Relação das povoaçoens do Cuyabá e Mato grosso de seos principios thé os presentes tempos”. *Annaes da Biblioteca Nacional*. v. 23, 1901, pp. 4-77

BARROS, Manoel. “Notícia 7ª prática e o roteiro verdadeiro das minas do Cuiabá, e de todas as suas marchas, cachoeiras, itaipavas, varadouros, e descarregadouros das canoas, que navegam para as ditas minas, com os dias da navegação, e

travessia, que se costumam fazer por mar, e terra”. In TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique. *Anais de Mato Grosso*. Publicações Avulsas nº 20. Cuiabá: IHGMT, 2001.

BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico (...) Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, v. 7.

BORGES, Francisco Caetano. *Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade*. Publicações Avulsas nº 28. Cuiabá: IHGMT, 2001.

CAMELO, João Cabral . “Notícias práticas das minas do Cuiabá e Goiáses, na Capitania de São Paulo e Cuiabá que dá ao Ver. Padre Diogo Juarez, o Capitão João Cabral Camelo, sobre a viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727” in TAUNAY, Affonso de E. *História das Bandeiras Paulistas. Relatos monçoeiros*. Tomo III. 2ª edição, São Paulo, 1961.

CAMPOS, Antonio Pires de. “Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos”. In TAUNAY, Afonso de. *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976, pp. 181-200.

FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

PEREIRA, João Gonçalves. *Informações sobre as primeiras expedições Guaporé abaixo e as missões Jesuíticas de Moxos*. Cuiabá: IHGMT, 2001.

REBELO, Gervásio Leite (1727). “Notícia 6ª prática, E a relação verdadeira da derrota e viagem, que fez da cidade de São Paulo para as minas do Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Meneses governador e capitão-general da Capitania de São Paulo e suas minas descobertas no tempo do seu governo, e nele mesmo estabelecidas”, in TAUNAY, Affonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

REPERTÓRIO DAS SESMARIAS. São Paulo: Secretária de Cultura. Departamento de Museus e Arquivo do Estado, 1994.

SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*. Cuiabá: Ed. UFMT/Secretária de Educação e Cultura, 1975.

Documentos manuscritos (escritos)

ABAIXO-ASSINADO dos comerciantes das minas do Cuiabá ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA (cópia) de Luiz de Mascarenhas ao rei D. João V. São Paulo, 3 out. 1744; Ms., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA (cópia) dos oficiais da Câmara ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 7 set. 1738; Ms., microfilme Rolo 02, doc. 107, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA Conselho Ultramarino ao governador e capitão general da capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses. Lisboa, 13 ago. 1725. Ms. Livro C001, doc. 29, APMT.

CARTA de D. Luiz de Mascarenhas ao rei. Santos, 16-04-1747; mss, microficha 41, doc. 1691, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 08-09-1739. mss., microfilme Rolo 02, doc. 127, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de Rodrigo César de Meneses ao Rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 6 mar. 1728. Ms. Microfilme rolo 01, doc. 13. (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-03-1727. AHU-Mato Grosso, cx. 1, doc. 9.

CARTA do Conselho Ultramarino ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 15 mar. 1731. mss., livro C001 doc. 63, APMT.

CARTA do governador e capitão general da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, ao rei D. João V. 23-04-1725. AHU_ACL_CU_023, Cx. 1, doc. 51.

CARTA do intendente e provedor Manuel Rodrigues Torres ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 17-08-1740. mss., microfilme Rolo 02, doc. 136, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 7 out. 1736. Ms. Microfilme rolo 01, doc. 89. (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 140, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V; Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07-10-1736; mss., microfilme Rolo 01, doc. 89, (AHU) – NDIHR/UFMT.

CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo 20-02-1743, Lisboa, 20-02-1743. mss., livro C001 doc.128, APMT.

CARTA do rei ao governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 18 ago. 1741. Ms. Livro C001, doc. 120. APMT.

CARTA do rei D. João V. a governador e capitão general da capitania de São Paulo Antonio Caldeira Pimentel. Lisboa, 14 jun. 1728. Ms. Livro C001, doc. 42. APMT.

CARTA do rei do governador da capitania de São Paulo. Lisboa, 12-10-1739. mss., livro C001 doc.113, APMT.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 09-02-1741. Ms. Microfilme rolo 03, doc. 153. (AHU) – NDIHR/UFMT.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V. Lisboa, 26-04-1746. mss., microfilme Rolo 03, doc. 196, (AHU) – NDIHR/UFMT.

DESPACHO do Conselho Ultramarino. Lisboa, 31-08-1748; mss., microficha 41 [São Paulo], doc. 1691.

JUNTA da câmara da Vila Boa de Goiás. Vila Boa de Goiás, 23/05/44. mss., microfilme Rolo 03, doc. 184, (AHU) – NDIHR/UFMT.

Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 2. APESP.

Livro de Sesmarias Patentes e Provisões. Livro 9. APESP

ORDEM do rei D. João V (cópia) à José de Burgos Vila Lobos. Lisboa, 23 jan. 1732. Ms., microfilme Rolo 03, doc. 185, (AHU) – NDIHR/UFMT.

RELAÇÃO (cópia) do ouro da Real Capitação. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12-09-1740; mss., microfilme Rolo 03, doc. 137, (AHU) – NDIHR/UFMT.

REPRESENTAÇÃO de Rodrigo César de Meneses ao rei D. João V. Lisboa, 8 jan. 1732. Ms. Microfilme rolo 01, doc. 54. (AHU) – NDIHR/UFMT.

Requerimento de sesmarias de Antonio Cabral da Silva, 29-07-1739. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-04-01.

Requerimento de sesmarias de Antonio Cabral da Silva, 31-03-1723. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-01-15.

Requerimento de Sesmarias de Bernardo de Quadros e Sebastião (...), 18-10-1724. *Requerimentos de sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc 80-01-47.

Requerimento de Sesmarias de Domingos Antunes Fialho Domingos, Rodrigues de Carvalho, Antônio da Silva, Antônio Ribeiro e outros. 02-08-1725. *Requerimentos de sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-02-19.

Requerimento de sesmarias de Domingos Rodrigues Correa, 30-10-1735. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-02-48.

Requerimento de sesmarias de Francisco Xavier de Sales, (..)-10-1732. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-06-01.

Requerimento de sesmarias de Manoel Rodrigues da Mota (tenente coronel), 01-12-1735. *Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo*. APESP, doc. 80-02-50.

Requerimentos de Sesmarias da Capitania de São Paulo. APESP.

Documentos cartográficos (mapas)

Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso (cópia), ca. 1750. João Gonçalves da Fonseca, apud GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: (...)*. *Op. cit.*, p 446.

Detalhe Parte do governo de S. Paulo e parte dos dominios da Coroa de Castella 17--. Desenho a tinta ferrogálica : 55 X 104,5cm. Coleção Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba 17--. Desenho a tinta ferrogálica. Dimensão: 55 x 65cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Mapa da bacia hidrográfica dos rios Guaporé e Mamoré, com a localização das missões da Sociedade de Jesus, 1743, A.H.U., Cartografia Manuscrita - Mato Grosso, nº 850.

Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca 1720. Desenho a tinta ferrogálica: 55x104,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.

Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço ca.1720 Desenho a tinta ferrogálica ; : 31x43,5 cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Mappa geographicum quo flumen Argentum, Paraná et Paraguay: exactissime nune primum describuntur, facto inito a nova Colonia ad ostium usque fluminis iauru ube, ex pactis finuim regundorum Carta VIII, 1758. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Parte do gouerno de Sam Paulo e parte dos dominios da Coroa de Espanha ca 1740. Desenho a tinta ferrogálica: 51,5 x 71cm - Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Plan de Cuyaba, Mato Grosso y pueblos de los yndyos Chyquytos y S. Cruz: Sacado por orñ. de el sor. Govor. Dn. Tomas de Lezo. Desenho a tinta ferrogálica ; 27 x 42,5cm. [ca.1778]. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Plano hidrográfico das bacias dos rios Paraná e Paraguai, abrangendo as regiões de São Paulo e Mato Grosso, 17--. Desenho a tinta ferrogálica e aquarelado ; : 42,5 x 59,5cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Territórios do Norte e do Centro do Brasil, 1746. apud GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ìnsua.* Portugal, 2000, p. 326.

Territórios entre as capitanias de S. Paulo e Mato Grosso, 1754. Fonte: GARCIA, João Carlos (coord.) *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Ìnsua.* Portugal, 2000, p. 294.

Territórios entre os rios Beni e Mamoré – [Entre 1750 e 1769]. - Escala indeterminada – 1 mapa : ms. ; 43x31 cm. apud GARCIA, João Carlos (coord) *Cartografia Pública na Biblioteca Pública Municipal do Porto.* Porto: BPMP, 2011.